



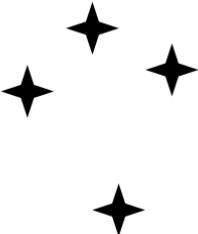
PERÍODO:
SEGUNDO SEMESTRE 2006
PRIMEIRO SEMESTRE 2007



Setor de Integração e Comércio
Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe - BID-INTAL

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Informe MERCOSUL N° 12. Fevereiro, 2008





INFORME

MERCOSUL

PERÍODO SEGUNDO SEMESTRE 2006 - PRIMEIRO SEMESTRE 2007

Banco Interamericano de Desenvolvimento
Setor de Integração e Comércio

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe BID-INTAL
Esmeralda 130, andáres 11 e 16 C1035ABD, Buenos Aires, República Argentina
Tel: (54 11) 4 323-2350 Fax: (54 11) 4 323-2365
E-mail: pubintal@iadb.org <http://www.iadb.org/intal>

*As idéias e opiniões expostas nesta publicação são de responsabilidades dos autores,
as quais não refletem necessariamente as políticas e/ou a posição do BID e do INTAL.
Todos os direitos reservados.*

Impresso na Argentina

Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
Informe MERCOSUL 12
1ª ed. - Buenos Aires: BID-INTAL. Fevereiro, 2008.
140 p.; 28 x 21 cm.

ISBN: 978-950-738-276-5
ISBN: 978-950-738-275-8

1. Desarrollo Económico
CDD 338.9

US\$ 15.00

COORDENAÇÃO EDITORIAL: Susana Filippa
EDIÇÃO: Julieta S. Tarquini

As conquistas e os desafios compreendidos por esta ambiciosa iniciativa do Mercado Comum do Sul - constituído pelo Tratado de Assunção, assinado em 1991 - vêm sendo avaliados por relatórios anuais. O trabalho aqui apresentado está inserido em um marco mais amplo de atividades do que o BID/INTAL - como unidade pertencente à vice-presidência de países e que coordena suas tarefas com o Setor de Integração da vice-presidência de Setores e Conhecimento do banco - vem cumprindo com relação aos processos de integração da América Latina e do Caribe.

O intuito do BID-INTAL ao publicar esta série anual é facilitar o acesso à informação a um universo de potenciais leitores interessados no MERCOSUL, que compreende os setores público, privado, acadêmico e a comunidade em geral da sub-região. E ainda, com o propósito de transcender o interesse que o MERCOSUL desperta no âmbito local à comunidade internacional, difundimos a publicação do relatório em inglês, além de nos idiomas oficiais do bloco, espanhol e português.

Este Relatório N° 12 abrange o período entre o segundo semestre de 2006 e o primeiro semestre de 2007. A versão inicial do documento foi elaborada pelos economistas Gustavo Svarzman e Ricardo Rozemberg e pelo grupo de trabalho liderado por Alejo Espora, com a colaboração de Aníbal Córdoba Sosa, e também de Romina Gayá e Alejandro Ramos, responsáveis pelo capítulo macroeconômico. A coordenação e edição do relatório final estiveram a cargo de Ricardo Carciofi e Uziel Nogueira, respectivamente Diretor e Economista Sênior de Integração do INTAL, que receberam a colaboração de Romina Gayá e Alejandro Ramos.

Com o objetivo de satisfazer as expectativas geradas pela publicação dos relatórios anteriores, convidamos os leitores a enviar seus comentários e/ou sugestões a fim de melhorar continuamente o alcance e o enfoque do conteúdo que produzimos.

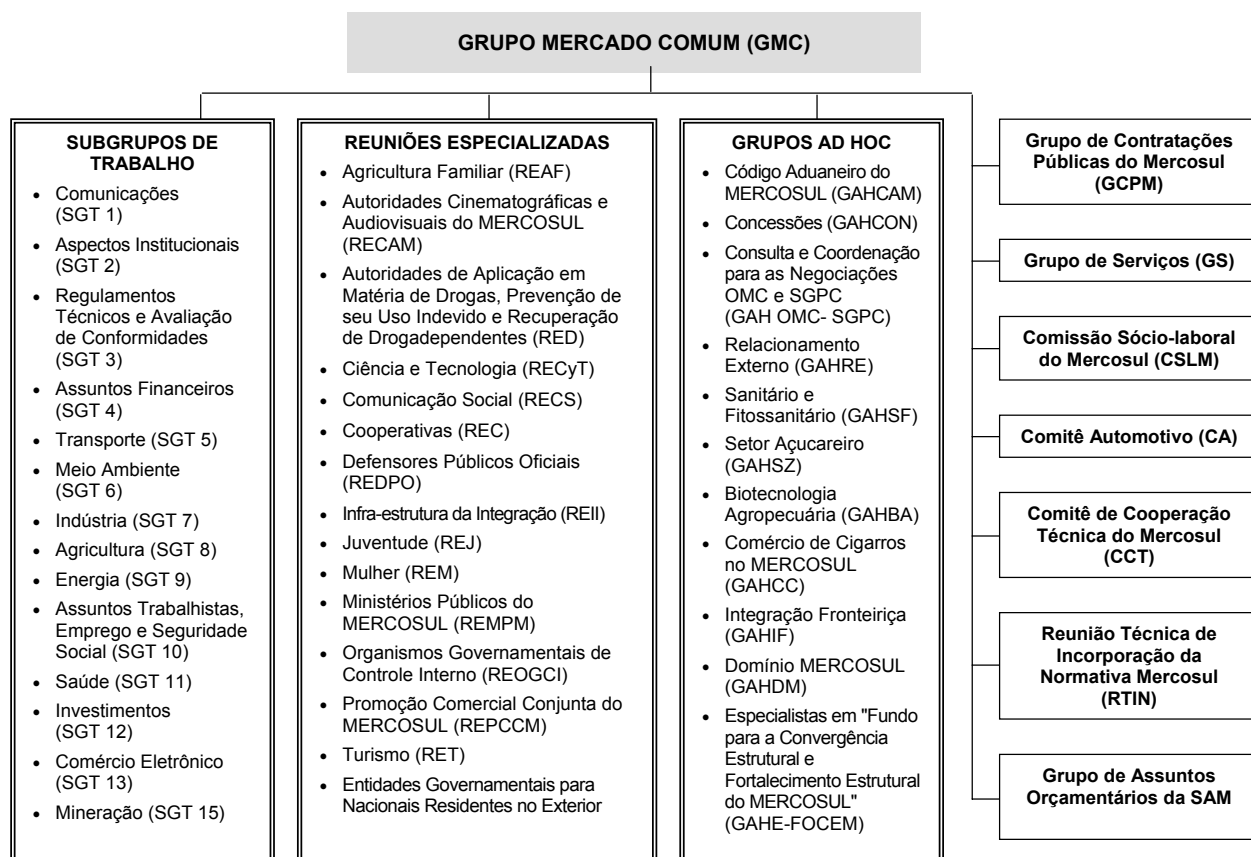
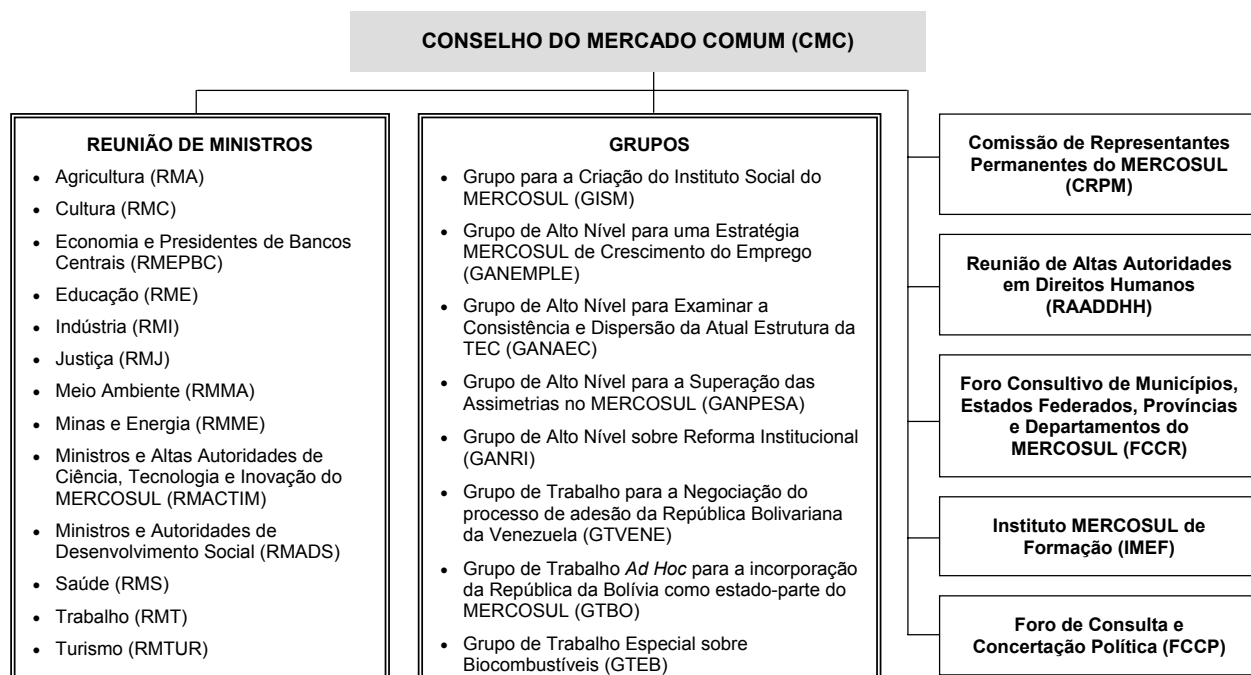
GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS E SIGLAS UTILIZADAS

a.a.	Anual Acumulativo
ACE	Acordo de Complementação Econômica
ADEFA	Associação de Fábricas de Automotores da Argentina
AFARTE	Associação de Fabricantes Argentinos dos Terminais Eletrônicos
AFJP	Administradoras de Fundos de Aposentadoria e Pensão
ALADI	Associação Latino-Americana de Integração
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANFAVEA	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
BC	Banco Central do Brasil
BCRA	Banco Central da República Argentina
BCP	Banco Central do Paraguai
BCU	Banco Central do Uruguai
BCV	Banco Central da Venezuela
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BONAR	Bônus da Nação Argentina
CADAVI	Comissão de Administração de Divisas
CADEA	Câmara Argentina do Aerossol
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAFAEMEH	Câmara de Fabricantes de Produtos Elétricos e Mecânicos para o Lar
CAFAGÁS	Câmara Argentina de Fabricantes de Fogões a Gás
CAN	Comunidade Andina de Nações ou Pacto Andino (Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela)
CCM	Comissão de Comércio do MERCOSUL
CEMPED	Centro MERCOSUL de Promoção do Estado de Direito
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CGC	Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico
CMC	Conselho do Mercado Comum
CNCE	Comissão Nacional de Comércio Exterior
COANA	Coordenação-Geral de Administração Aduaneira
COMTRADE	<i>Commodity Trade Statistics Database</i> (banco de dados estatísticos do comércio de <i>commodities</i> da Organização das Nações Unidas)
COPOM	Comitê de Política Monetária
CRPM	Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL
CSN	Comunidade Sul-Americana de Nações
DECEX	Departamento de Operações de Comércio Exterior
DGEEC	Direção Geral de Estatísticas, Pesquisas e Censos
DNCI	Direção Nacional de Comércio Interior da Argentina
DNCN	Direção Nacional de Contas Nacionais (da Argentina)
DPF	Dívida Pública Federal
ELECTROS	Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos
EMBI	Índice de Títulos da Dívida de Mercados Emergentes (<i>Emerging Markets Bond Index</i>)
FIV	Fundo de Investimentos da Venezuela
FLEX	Coeficiente de Desvio sobre as Exportações no Comércio Bilateral
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOCEM	Fundo para a Convergência Estrutural e Fortalecimento Institucional do MERCOSUL
FOGADE	Fundo de Garantias de Depósito e Proteção Bancária
FONDEN	Fundo de Desenvolvimento Nacional

FONPLATA	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata
FUNCEX	Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior
GANAE	Grupo de Alto Nível para Examinar a Consistência e a Dispersão da Atual Estrutura da TEC
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (<i>General Agreement on Tariffs and Trade</i>)
GMC	Grupo Mercado Comum
GT	Grupo de Trabalho
i.a.	Interanual
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBIF	Investimento Bruto Interno Fixo
IED	Investimento Estrangeiro Direto
IMEF	Instituto MERCOSUL de Formação
INDEC	Instituto Nacional de Estatísticas e Censos (da Argentina)
INE	Instituto Nacional de Estatística
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial
INTAL	Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe
IPC	Índice de Preços ao Consumidor
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IRM	Instrumentos de Regulação Monetária
ISM	Instituto Social do MERCOSUL
IVSS	Instituto Venezuelano dos Seguros Sociais
JICA	Agência Japonesa de Cooperação Internacional
LEBAC	Letras do Banco Central (da Argentina)
MAC	Mecanismo de Adaptação Competitiva
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MECON	Ministério de Economia e Produção (da Argentina)
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAMA	Acesso a Mercado de Bens Não-agrícolas
NCM	Nomenclatura Comum do MERCOSUL
n.d.	Não Disponível
NMF	Nação Mais Favorecida
NOBAC	Notas do Banco Central (da Argentina)
ODM	Observatório da Democracia do MERCOSUL
OMA	Organização Mundial de Alfândegas
OMC	Organização Mundial do Comércio
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OSC	Órgão de Solução de Controvérsias
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAM	Política Automotiva do MERCOSUL
PAMI	Programa de Ajuda Mútua Integral
PARLASUL	Parlamento do MERCOSUL
PAV	Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela do MERCOSUL
p.b.	Pontos Básicos
PD	Países Desenvolvidos
PDVSA	<i>Petróleos de Venezuela SA</i>
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Países em Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PLC	Programa de Liberalização Comercial
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
p.p.	Pontos Percentuais
PPI	Projeto Piloto de Investimentos
PPT	Presidência <i>Pro Tempore</i>
PTC	Política Tarifária Comum
PyMEs	Pequenas e Médias Empresas
RIN	Reservas Internacionais Líquidas
SACU	União Alfandegária do Sul da África
SECEX	Secretaria de Comércio Exterior
SENASA	Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agropecuária
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SGPC	Sistema Global de Preferências Comerciais entre países em desenvolvimento
TCRE	Taxa de Câmbio Real Efetiva
TDI	Termos de Intercâmbio
TEC	Tarifa Externa Comum
TLCAN	Tratado de Livre Comércio da América do Norte
TPR	Tribunal Permanente de Revisão
UA	União Aduaneira
UE	União Européia
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL



**COMISSÃO DE COMÉRCIO DO
MERCOSUL (CCM)**

COMITÊS TÉCNICOS

- Tarifas, Nomenclatura e Classificação de Mercadorias (CT 1)
- Assuntos Aduaneiros (CT 2)
- Normas e Disciplinas Comerciais (CT 3)
- Políticas Públicas que distorcem a competitividade (CT 4)
- Defesa da Concorrência (CT 5)
- Estatísticas de Comércio Exterior do Mercosul (CT 6)
- Defesa do Consumidor (CT 7)
- Comitê de Defesa Comercial e Salvaguardas (CDCS)

PARLAMENTO DO MERCOSUL (PM)

FORO CONSULTIVO ECONÔMICO E SOCIAL (FCES)

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO-TRABALHISTA DO MERCOSUL (TAL)

TRIBUNAL PERMANENTE DE REVISÃO DO MERCOSUL (TPR)

CENTRO MERCOSUL DE PROMOÇÃO DE ESTADO DE DIREITO (CMPED)

Observatório da Democracia do Mercosul (ODM)

SECRETARIA DO MERCOSUL (SM)

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO	i
CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO	1
A. Cenário internacional	1
B. O MERCOSUL no cenário internacional	4
C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL	8
D. Política econômica: instrumentos e resultados	11
E. Receita e emprego	16
F. Conclusões	17
ANEXO I	i
CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS	19
A. Comércio dos países do MERCOSUL	19
B. Evolução do comércio de cada um dos países	29
C. Investimento estrangeiro direto no MERCOSUL	35
D. Conclusões	38
ANEXO II	i
CAPÍTULO III. A EVOLUÇÃO DA AGENDA INTERNA	41
A. Tratamento das assimetrias	41
B. O Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento Institucional do MERCOSUL	46
C. A Tarifa Externa Comum (TEC)	48
D. Transações em moeda local	51
E. Comércio de serviços	52
F. Iniciativas para o fortalecimento da integração produtiva regional	53
G. O ingresso de novos membros no bloco	56
H. Outros temas relevantes da agenda interna	60
I. Considerações finais sobre a agenda interna do MERCOSUL	65

CAPÍTULO IV.	UMA RETROSPECTIVA DAS PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES SETORIAIS E DOS CONFLITOS COMERCIAIS NA REGIÃO	67
A.	O panorama geral	67
B.	Dificuldades para a entrada de pneus argentinos no mercado brasileiro	68
C.	Entre o MERCOSUL e a OMC: medidas <i>antidumping</i> aplicadas pelo Brasil sobre importações de resinas (PET) procedentes da Argentina	68
D.	Restrições no Uruguai para a entrada de produtos argentinos provenientes de províncias com regimes de promoção industrial e para bens que incorporam insumos com impostos às exportações além de 10%	70
E.	Aplicação de direitos <i>antidumping</i> para óleos comestíveis por parte do Uruguai contra a Argentina	71
F.	Reclamações por licenças não-automáticas de importação impostas à Argentina para produtos têxteis provenientes do Uruguai	72
G.	Reclamações do Paraguai à Argentina por imposto às exportações de gás desodorizado e gás liquefeito de petróleo (GLP)	72
H.	Agenda bilateral Argentina-Brasil: o trigo e a farinha de trigo	73
I.	Restrições brasileiras às exportações argentinas de poliéster texturizado	75
J.	Abertura de investigação na Argentina por possíveis ações de <i>dumping</i> em bandejas de poliestireno espumado para produtos alimentícios originários do Uruguai	76
K.	Imposição de preços mínimos para a entrada de vinhos argentinos no Brasil	76
L.	Dificuldades para registro de vacinas argentinas contra a aftosa no mercado brasileiro	77
M.	Atividades da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral entre a Argentina e o Brasil	77
N.	Acordos bilaterais no setor automotivo	85
O.	Algumas conclusões	90
CAPÍTULO V.	A AGENDA DO RELACIONAMENTO EXTERNO	91
A.	Os condicionantes globais da agenda externa do MERCOSUL	91
B.	O cenário global das negociações econômicas internacionais: o MERCOSUL e a Rodada de Doha	93
C.	Os principais pontos da agenda externa do MERCOSUL	94
D.	Os novos temas da agenda externa: a diplomacia energética	96
E.	Considerações finais	98

BIBLIOGRAFIA

RESUMO EXECUTIVO

Em um contexto internacional que começou a mostrar maiores sinais de instabilidade, o ritmo de crescimento econômico global não parece ter sido afetado significativamente, pelo menos até o momento em que este relatório foi escrito. Deste modo, as previsões de crescimento da economia global para este ano são um pouco inferiores às de 2006 (5,2% este ano contra 5,4% no ano anterior). O comércio mundial, por sua parte, continua se expandindo a taxas que ultrapassam o crescimento do PIB mundial, enquanto os fluxos de investimento estrangeiro direto recuperam o terreno perdido no triênio 2001-2003, aproximando-se dos valores recordes observados no ano 2000. Embora em meados de 2007 tenha sido registrada uma séria perturbação no mercado financeiro internacional, as rápidas e contundentes reações dos bancos centrais dos Estados Unidos e da Europa muito provavelmente combaterão os seus efeitos mais negativos sobre a dinâmica da economia mundial. A isso, deve-se somar o crescimento contínuo de grande parte do mundo em desenvolvimento, especialmente da China.

No cenário internacional essencialmente favorável do período de referência, as economias dos estados-membros do MERCOSUL continuaram se expandindo a taxas um pouco superiores às da média global (6,7% em 2006 e 5,8% em 2007), combinando este processo expansivo com a manutenção de resultados macroeconômicos favoráveis. Embora uma parte não menor deste desempenho esteja vinculada às cotizações excepcionais dos principais produtos de exportação, existem fatores adicionais de tipo estrutural e de ordem interna que também contribuem para explicar o fenômeno (como, por exemplo, a redução da carga da dívida pública).

Cabe assinalar que esta fase de crescimento sustentável e de maior solvência macroeconômica do bloco foi resultado das políticas de cada um dos países. Não há ações explícitas de coordenação macrorregional. Além disso, se boa parte da política fiscal coincide - em termos gerais - nos países da região, o mesmo não acontece em matéria cambial e monetária. Deste modo, enquanto a inflação se encontra abaixo da meta oficial no Brasil, o aumento dos preços constitui um fator de alerta e preocupação no resto dos países. Por sua parte, enquanto em alguns países os esforços oficiais priorizaram a preservação do tipo de câmbio nominal - como por exemplo na Argentina -, em outros a moeda observa um processo de valorização contínua - como por exemplo no Brasil.

Em todo caso, é interessante observar que a fase de crescimento na região esteve acompanhada nestes anos por um processo de forte criação de postos de trabalho. Deste modo, pela primeira vez em mais de uma década o desemprego atinge atualmente menos de 10% da PEA de todas as economias do bloco.

Neste cenário, os fluxos comerciais do MERCOSUL no período 2006-2007 registram um dinamismo considerável, tanto no comércio intra-zona como com o restante do mundo. Neste sentido, as exportações totais do bloco cresceram cerca de 16% em 2006 e 18% no primeiro semestre de 2007, enquanto as importações tiveram um aumento de 24% e 25% respectivamente, com um saldo positivo estabilizado na ordem de US\$ 54 bilhões. Esta expansão supera inclusive a observada na etapa inicial do processo de integração, período marcado pela abertura comercial unilateral em todos os estados-membros, em forma paralela à constituição do MERCOSUL e à eliminação das taxas alfandegárias intra-regionais. Enquanto no período de 1991-1997 os fluxos totais cresciam a uma média anual de 11,5%, na etapa de 2002-2006 o comportamento médio foi de 19,7%. Esta tendência de "aceleração" também foi observada no comércio intra-zona, que em 2006 alcançou US\$ 25,8 bilhões, cifra que representa um aumento de 22% na comparação com o ano anterior.

Neste sentido, no biênio 2006-2007, o Brasil consolidou sua posição superavitária no intercâmbio com os demais países-sócios, embora - e em boa medida como resultado da forte apreciação do real - se observe uma mudança incipiente em sua relação comercial com o MERCOSUL: as importações brasileiras feitas

de países do bloco crescem acima do ritmo do aumento das exportações aos sócios. Esta alteração sem dúvida é um sinal positivo para o processo integrador, considerando-se a dimensão absoluta da economia brasileira. Neste sentido, as tensões comerciais setoriais - que haviam sido um dos temas mais relevantes da agenda regional nos anos anteriores - diminuíram notoriamente, em boa medida como resultado deste fenômeno geral.

Na relação com o resto do mundo, destaca-se a deterioração da balança comercial do MERCOSUL com a região asiática (única região com a qual é registrado déficit, da ordem de US\$ 1,9 bilhão no primeiro semestre de 2007). Este processo gerou certa reação por parte dos setores público e privado dos estados-membros - particularmente da Argentina e do Brasil -, que se manifestaram a favor da implementação de diferentes medidas de administração do comércio com a região asiática em geral e com a China em especial.

Por outro lado, o MERCOSUL recuperou nestes anos parte do terreno perdido em termos de atração de capital estrangeiro com fins produtivos. Neste sentido, o investimento estrangeiro direto em 2006 passou para cerca de US\$ 25,1 bilhões. Apesar disso, o fluxo líquido de investimentos foi negativo pela primeira vez na história, impulsionado pelo processo de internacionalização de alguns dos principais grupos econômicos brasileiros e, em uma medida muito menor, dos da Argentina. No último ano, os investimentos de empresas brasileiras no exterior cresceram a US\$ 28,2 bilhões, enquanto os das empresas argentinas passaram para US\$ 2,1 bilhões. Os países do MERCOSUL foram os principais destinos destes investimentos.

Este cenário regional positivo, somado ao contexto global favorável, gerou condições propícias para o avanço em alguns temas da agenda interna do MERCOSUL. A este respeito, uma das questões mais relevantes do período 2006-2007 foi a canalização do problema das assimetrias para o interior do bloco, assunto que embora tenha acompanhado o processo integrador desde o início, há apenas alguns anos passou a ter um aspecto prioritário na agenda interna.

Neste sentido, como resultado das diferentes propostas e iniciativas apresentadas originalmente pelos países-membros de menor tamanho relativo, e depois pelo Brasil e pela Argentina, foi acordada a elaboração de um plano estratégico para tratar formalmente tais diferenças de desenvolvimento relativo. Além disso, foi estabelecido um programa de trabalho para a eliminação das barreiras não-tarifárias no comércio intra-zona e foram flexibilizadas algumas normativas vinculadas aos requisitos de origem para o comércio intra-zona, o que significou uma primeira resposta a algumas das demandas das economias de menor porte do bloco.

De forma complementar a isso, deu-se início a algumas ações específicas para proporcionar uma maior integração produtiva dos países-membros, entre as quais o começo da elaboração de um programa de desenvolvimento de fornecedores de escala regional, um trabalho conjunto com a cadeia automotiva e de autopeças do MERCOSUL, o funcionamento do Fórum de Competitividade do Setor Cinematográfico e Audiovisual e um programa de articulação empresarial do setor turismo.

Mas, sem dúvida, o aspecto mais notório deste ano foi a aprovação do primeiro orçamento e o início do funcionamento do Focem, instrumento de claro conteúdo de parceria regional e de reconhecimento das assimetrias estruturais entre os países e/ou regiões de menor desenvolvimento relativo. A materialização das contribuições e a aprovação dos primeiros 15 projetos são um sinal de importância fundamental para o bloco, processo que teria sido mais difícil de concretizar em um contexto regional (econômico e político) e internacional menos favorável.

Neste mesmo sentido, também foram observados avanços relevantes no âmbito institucional, como o início da vigência do Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL em fevereiro de 2007, a elaboração da primeira opinião consultiva do TPR e o parecer do mesmo em relação à proporcionalidade de medidas

compensatórias aplicadas pelo Uruguai contra a Argentina no setor de pneus. Do mesmo modo, a criação do Instituto Social do MERCOSUL, do Instituto de Formação e do Observatório da Democracia, iniciativas da CRPM, são também exemplos de avanços no processo de construção institucional do bloco.

Por fim, a agenda interna do período analisado neste relatório inclui alguns acordos em questões tão amplas e diversas como a TEC, em particular os avanços alcançados para implementar a Decisão CMC 54/06, que estabelece a eliminação da dupla cobrança da TEC para os produtos extra-regionais que circulam dentro do bloco, a "mercosulização" de alguns regimes especiais de importação e a criação de um fundo regional voltado para financiar o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, entre outros.

Embora tenham sido obtidos avanços concretos em alguns destes temas, em outros sua execução plena ainda depende de compromissos programáticos e de decisões administrativas e técnicas, cuja efetividade e alcances reais deveriam ser avaliados e aperfeiçoados.

No plano das negociações ou entendimentos comerciais com terceiros países ou blocos, o MERCOSUL está trabalhando nos processos de incorporação da Venezuela e da Bolívia. As partes aspiram concluir as negociações no curto prazo.

No final do período analisado neste relatório, alguns acontecimentos de política regional e internacional poderiam outorgar um maior dinamismo e relevância à agenda de relações externas do bloco em um futuro próximo. Por um lado, o fracasso das duas principais potências comerciais para reativar as negociações multilaterais na reunião do G4 (Estados Unidos, União Européia, Brasil e Índia) em Postdam (Alemanha) em julho de 2007 gera um cenário mais propício para a reativação da negociação entre o MERCOSUL e a União Européia. Além disso, esta agenda foi estimulada por fatos como a assinatura do acordo de associação estratégica entre o Brasil e a União Européia no início de julho, a visita oficial do então presidente Néstor Kirchner ao México (e a assinatura de um convênio de associação estratégica entre a Argentina e o México) no final daquele mesmo mês e a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao México e a vários países da América Central.

O cenário regional e internacional no qual o processo negociador se desenvolveu no último ano foi favorável e propício para o avanço nos diferentes temas vinculados ao equilíbrio de políticas e coordenação de ações comuns - tanto no âmbito da agenda interna como no das relações com terceiros países - e na materialização de uma integração produtiva sustentável. Neste contexto, o MERCOSUL será beneficiado se conseguir concretizar alguns dos aspectos mais ambiciosos da sua negociação externa, incluindo as expectativas para a ampliação do bloco.

CAPÍTULO I. PANORAMA MACROECONÔMICO

Ainda que o contexto internacional tenha começado a mostrar maiores sinais de instabilidade, durante 2006 e a primeira metade de 2007 o cenário macroeconômico continuou favorável aos países do MERCOSUL devido à maior demanda por seus produtos de exportação e às baixas taxas de juros, que alcançaram níveis históricos.

Dentro deste panorama, as economias do MERCOSUL se mantiveram em expansão crescendo, em média, 6,7%, em 2006, e 5,8% em 2007, de acordo com as estimativas preliminares.¹ Em contraste com períodos similares de auge, como é o caso da primeira metade da década de 1990, durante os últimos anos os países do MERCOSUL - com exceção do Uruguai - combinaram o aumento do PIB com um superávit na conta corrente da balança de pagamentos. A obtenção destes excedentes se encontra vinculada aos preços das matérias-primas e ao seu impacto sobre a evolução dos termos de intercâmbio, que foi positiva para a Argentina, o Brasil e a Venezuela, prejudicando, no entanto, as economias menores.

No tocante à política fiscal, os países do MERCOSUL continuam registrando resultados primários positivos e reduzindo a carga da dívida pública no PIB. Em matéria monetária e cambial, pelo contrário, não se observa um padrão homogêneo dentro do bloco. Enquanto a inflação está abaixo da meta oficial no Brasil, o aumento dos preços no varejo constitui um fator de alerta no resto dos países. No Paraguai e no Uruguai, os Bancos Centrais parecem mais dispostos a aplicar medidas restritivas para conter a inflação, enquanto a Venezuela recorre atualmente à substituição da moeda nacional, mantendo o tipo de câmbio fixo. Na Argentina, a política continua implicitamente orientada para preservar o regime de câmbio nominal em torno do seu nível atual.

O PIB *per capita* manteve sua tendência de alta em todos os países do MERCOSUL, embora a disparidade no ritmo de crescimento - menor no Paraguai e no Brasil - tenha aumentado a diferença de receitas entre os países da sub-região. Pela primeira vez em mais de uma década, o desemprego afetou menos de 10% da população economicamente ativa em todas as economias do bloco.

A. Cenário internacional

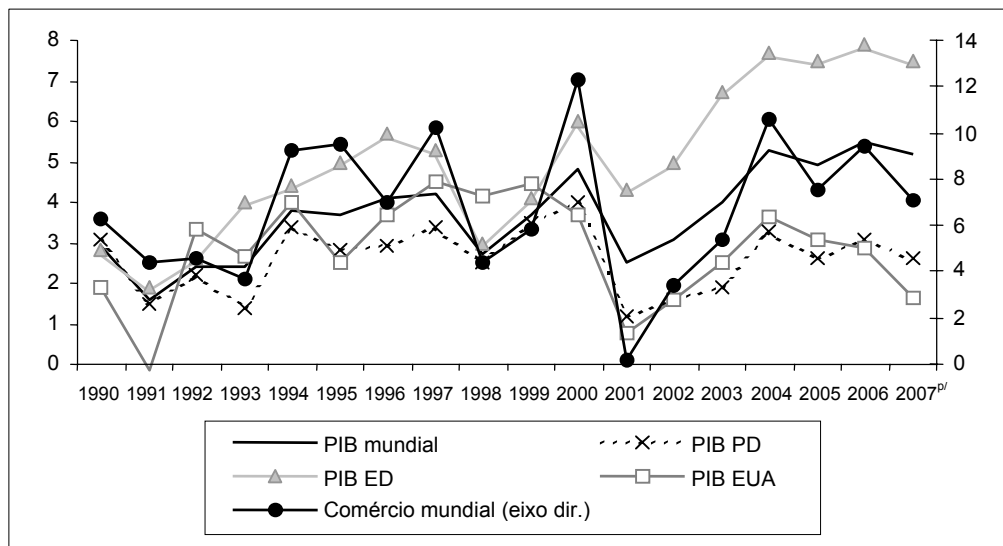
Características do contexto econômico mundial

Durante os últimos anos a economia mundial registrou um nível intenso de demanda e atividade, preços elevados de matérias-primas e taxas de juros baixas, conjuntura que favoreceu em geral os países em desenvolvimento. No caso do MERCOSUL, este entorno foi propício para a expansão, apesar de as melhoras nos preços terem estimulado as economias de maior dimensão e gerado alguns efeitos negativos nas de menores proporções, ao encarecer a energia e outros produtos básicos. Em meados de 2006, os mercados de matérias-primas e de dinheiro começaram a acusar um comportamento mais volátil e passou-se a notar certas tensões derivadas do excessivo endividamento que caracterizou algumas esferas do sistema financeiro mundial. Até o primeiro semestre de 2007, entretanto, estes problemas não pareciam ter afetado significativamente a expansão do PIB mundial. Em outubro, o FMI (FMI [2007b]) projetava que o crescimento global rondaria 5,2%, frente aos 5,4% em 2006;² como em anos anteriores, grande parte do dinamismo é atribuído às economias emergentes, enquanto os países desenvolvidos exibem uma pauta mais lenta de expansão do que nos anos 1990 (Gráfico 1).

¹ Estas cifras correspondem à média simples dos cinco países do bloco.

² Esta taxa é obtida ao agregar as taxas nacionais mediante paridades de poder aquisitivo, metodologia preferida pelo FMI; usando tipos de câmbio de mercado, o crescimento corresponde a 3,8% em 2006 e 3,5% em 2007.

GRÁFICO 1
CRESCIMENTO DO PIB E O COMÉRCIO MUNDIAL
 Variação real interanual - em porcentagem



Notas: PD: países desenvolvidos; PED: países em desenvolvimento; ^{PI} Projeções.

Fontes: FMI; BEA; Klein e Mak [2007].

Durante o primeiro semestre de 2007 o PIB dos Estados Unidos cresceu, em média, 1,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, enquanto em 2006 havia aumentado 2,9%. Este desaquecimento da principal economia do planeta está relacionado com a debilidade dos investimentos não-residenciais e do consumo privado - que vinha sustentando de maneira relevante a atividade. E, do ponto de vista setorial, está associado também com a crise do mercado imobiliário que se seguiu ao *boom* do setor induzido pela flexibilização da política monetária destinada a evitar o aprofundamento da recessão de 2001.

Devido à densa imbricação do sistema financeiro mundial, esta situação se tornou um foco de diversas tensões globais. A brusca desaceleração nos preços das habitações desde meados de 2006 deteriorou os orçamentos das famílias e de diversos intermediários financeiros (não apenas norte-americanos), entre os quais figuram ativos derivados desse setor. Indiretamente, isso aumentou o risco percebido nos mercados creditícios e a volatilidade das bolsas, cenário que anuncia uma etapa de condições financeiras menos favoráveis à escala global.

Por outro lado, durante o primeiro semestre a economia japonesa e a européia também reduziram seus ritmos de expansão, ainda que em menor escala que os Estados Unidos. Em contrapartida, entre os países em desenvolvimento, o dinamismo da China aumentou durante 2007. Com efeito, projeta-se um crescimento de 11,2%, frente aos 10,5% de 2006 (Klein e Mak [2007]). O impulso da demanda no mercado mundial proveniente das importações deste país asiático se manteve sólido, embora o desempenho das suas exportações tenha sido muito superior ao das compras externas.

QUADRO 1

ASPECTOS DA CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL

No início de agosto de 2007, uma perturbação maior afetou vários segmentos do mercado creditício mundial após um banco francês congelar os desembolsos de vários fundos de investimento. A exposição a ativos ligados ao deteriorado mercado hipotecário norte-americano abalou a entidade que não era a primeira a ver-se afetada por estas circunstâncias. Este caso determinou uma alta abrupta na valorização geral do risco, que obrigou os principais bancos centrais do mundo - notoriamente o Banco Central Europeu e a Reserva Federal dos Estados Unidos - a realizar grande número de operações de injeção de liquidez para satisfazer demandas normalmente canalizadas no mercado interbancário. Várias taxas de referência sofreram aumentos expressivos e os indicadores das bolsas começaram a cair rapidamente. A insuficiência destas operações poucos dias depois fez com que a Reserva Federal diminuísse sua taxa de desconto de 6,25% para 5,75% e, em meados de setembro, esta taxa e a taxa de fundos federais foram reduzidas em 50 p.b.; esta última chegou a 4,75%. No transcurso de um pouco mais de um mês, entretanto, um cenário financeiro internacional caracterizado por uma abundante liquidez e inquietudes inflacionárias deu lugar a outro marcado pela redução do crédito e por ações de resgate realizadas pelas autoridades monetárias.

O recente crescimento macroeconômico dos Estados Unidos e certas práticas do setor financeiro se encontram no centro desta reviravolta. Sabe-se que a política monetária aplicada a partir de 2001, destinada a conter os efeitos da recessão, estimulou um crescimento baseado na aquisição de imóveis e produziu uma inflação de ativos imobiliários. A liberalidade do mercado monetário não induziu, no entanto, um crescimento significativo do investimento não-residencial já que, durante os anos 1990, a economia havia registrado um grau importante de excesso de investimento de capital. Na esfera das finanças, frente à conjuntura de abundante liquidez e baixas taxas, a busca de rentabilidade fez com que os bancos desenvolvessem esquemas de intermediação de alto risco, entre eles, alguns "veículos de investimento" fora do balanço, com ativos sustentados em créditos hipotecários. Com a crise ficou claro que a estrutura de passivos e ativos de muitos destes "veículos" manifestava importantes instabilidades temporais, criando assim passivos de curto prazo com respaldo de ativos de muito longa maturação e, em vários casos, de maior risco que o previsto inicialmente. Com um mercado em alta, estes esquemas (com traços "piramidais" ou de "tipo Ponzi") conseguem que os fluxos de pagamento permaneçam cobertos por receitas derivadas da expansão dos ativos. Mas a deterioração dos preços imobiliários nos Estados Unidos, iniciada já em 2006, e a correlativa crise de insolvência nos segmentos de maior risco do mercado hipotecário debilitaram os fluxos de receitas, gerando assim uma necessidade imperativa de dinheiro vivo para saldar passivos de curto prazo. A inexistência de mercados para liquidar os complexos ativos desenvolvidos acrescentou uma onda de pânico e incerteza que percorreu o mercado de crédito. A escala das intervenções de resgate dos bancos centrais dá uma indicação da magnitude do compromisso da banca internacional neste tipo de operações.

As conseqüências de curto prazo sobre os países do MERCOSUL foram relativamente escassas, mas não desprezíveis. Na Argentina, a crise produziu uma elevação das taxas de juros e demanda no mercado de câmbio motivada pelas saídas de capital, o que exigiu intervenções do BCRA para defender o peso, afetando o nível das reservas. No Brasil, a crise provocou uma breve pausa dentro da trajetória de valorização do real frente ao dólar e também teve um impacto negativo sobre o preço dos títulos de dívida negociados internacionalmente. Na Venezuela, devido à depreciação dos bônus em dólares e à volatilidade, a emissão do Bônus do Sul III foi suspensa em agosto, o que elevou a cotação do dólar não oficial. No Paraguai e no Uruguai não se registraram efeitos significativos da crise e, de qualquer maneira, nos países afetados, a solidez dos seus setores externos permitiu às autoridades manterem o controle da situação. Ao mesmo tempo, a agressiva política de redução de taxas da Reserva Federal implicou, em meados de setembro, uma descompressão de algumas destas tensões, permitindo, por exemplo, a emissão do Bônus do Sul III.

No entanto, não se deve descartar outras conseqüências desta crise em um horizonte maior. A redução das taxas de juros nos Estados Unidos intensifica a depreciação do dólar, com possíveis derivações inflacionárias nesse país e danos para a sua função como moeda de reserva mundial. Por outra parte, a crise imobiliária e os problemas de crédito poderiam implicar uma desaceleração importante da atividade nos Estados Unidos com conseqüências maiores sobre a economia mundial e, dentro dela, sobre mercados-chaves para a solidez do setor externo dos países do MERCOSUL, como o de produtos básicos. O custo do financiamento é outra variável que provavelmente experimentará uma elevação no futuro.

Em consonância com o atenuado crescimento da atividade econômica mundial, verificou-se um certo aquecimento do comércio de bens e serviços que em 2007 teria crescido aproximadamente 7%, frente a uma média anual de 9,2% durante o triênio anterior (estimativas do FMI). O comportamento dos mercados de *commodities* também reflete este tipo de tendência. Com exceção do petróleo, o preço de uma cesta de matérias-primas representativa das exportações da América Latina (estimativas da CEPAL) cresceu 9,6% no primeiro semestre de 2007, enquanto no conjunto de 2006 estes preços haviam subido 19,6%.

O preço do petróleo, pelo contrário, subiu quase 4% durante a primeira metade de 2007 em relação ao segundo semestre de 2006, quando havia caído 2,8% em comparação com a primeira metade deste ano. Esse aumento foi resultado dos fatores climáticos e, em particular, das reduções na produção derivadas de causas técnicas, geopolíticas e das decisões da OPEP orientadas a sustentar o preço. A incerteza e a tensão do mercado

petrolífero nos últimos anos, assim como as políticas de diversificação da matriz energética em países desenvolvidos, repercutiram nos preços de produtos tradicionalmente alimentícios, como os insumos de biocombustíveis. Embora esta situação favoreça as contas externas da maioria dos países do MERCOSUL, também implica pressões para a alta dos preços dos alimentos.

O cenário internacional apresenta, portanto, aspectos contraditórios para os países do MERCOSUL. Por um lado, as boas perspectivas dos preços de alguns produtos primários como o petróleo, a soja e o milho favorecem as economias que são naturais exportadoras destes produtos, mas prejudica as que são importadoras naturais. Por outro lado, uma situação financeira internacional enfraquecida eleva o risco de uma reversão não somente das condições favoráveis de que se vêm desfrutando há vários anos nesse terreno, mas também do ritmo de atividade da economia mundial provocado por um possível ajuste de maior intensidade nos Estados Unidos. Até o momento, no entanto, os diversos episódios de turbulência financeira foram driblados graças à menor vulnerabilidade macroeconômica de que desfrutam os países tanto em matéria de contas externas quanto fiscais.

B. O MERCOSUL no cenário internacional

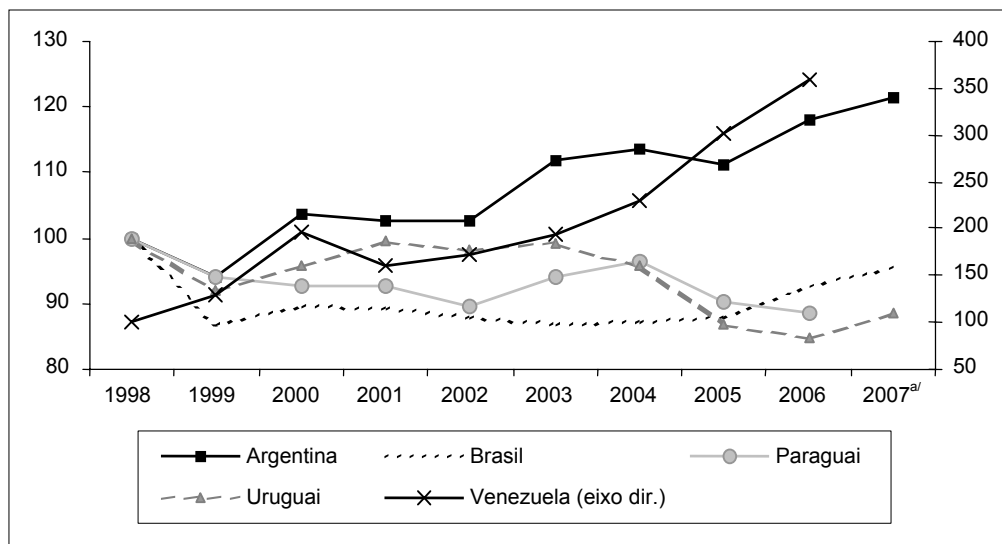
Demanda externa e termos de intercâmbio

Embora o efeito contínuo da demanda mundial tenha mantido firme a demanda pelos principais produtos de exportação dos países do MERCOSUL, o efeito sobre os termos de intercâmbio dos distintos membros foi desigual. Em 2006 e na primeira metade de 2007, os termos de intercâmbio continuaram melhorando na Argentina (8,9%), no Brasil (8,3%) e, particularmente, na Venezuela (19,4% em 2006) devido ao impacto dos preços do petróleo. Este mesmo produto foi em grande medida responsável pela piora na relação de troca experimentada pelo Paraguai e pelo Uruguai (2% e 2,2% durante 2006, respectivamente), dado seu caráter de importadores de petróleo. De toda maneira, no Uruguai os termos de intercâmbio se recuperaram levemente durante o primeiro trimestre de 2007 (Gráfico 2).

Neste contexto, o comércio dos países do MERCOSUL continuou se expandindo continuamente. As exportações totais (incluindo o comércio intra-zona) aumentaram 15,6% em 2006 contra o ano anterior e 18,2% no primeiro semestre de 2007, em relação ao mesmo período do ano anterior; já as importações - mais dinâmicas - cresceram 23,9% e 25,4%, respectivamente. Cabe destacar que as relações de troca intra-bloco aumentaram mais rapidamente do que as vendas ao resto do mundo, à razão de 22% em 2006 e 25,4% durante a primeira metade de 2007.³

³ Para aprofundar-se sobre este tema, ver Capítulo II do presente relatório. É preciso ressaltar que estas cifras não incluem a Venezuela.

GRÁFICO 2
MERCOSUL: TERMOS DE INTERCÂMBIO
Índices 1998 = 100



Notas: ^{a/} Dados correspondentes ao primeiro semestre no caso da Argentina e do Brasil e ao primeiro trimestre no caso do Uruguai. Não há informação de 2007 sobre o Paraguai e a Venezuela.

Fonte: Elaboração própria com dados do INDEC, FUNCEX, BCU e CEPAL.

A conta corrente da balança de pagamentos

Durante o ano 2006 e a primeira metade de 2007 o resultado da conta corrente dos países do MERCOSUL novamente mostrou resultados desiguais, refletindo as diferenças no desempenho comercial e na evolução dos termos de intercâmbio.

Apesar de as três maiores economias do MERCOSUL continuarem registrando saldos positivos nesta conta, em 2007 a magnitude do superávit seria inferior a anos anteriores devido à deterioração do saldo do comércio de bens. De acordo com as estimativas preliminares, o excedente se situaria em 2,6% do PIB na Argentina e 0,8% no Brasil, uma piora em relação a 2006, quando alcançaram 3,8% e 1,3%, respectivamente. Uma situação análoga aconteceu na Venezuela que, graças ao elevado preço do petróleo, obteve um resultado positivo da ordem de 14,9% do produto durante 2006 e em torno de 8% do PIB no primeiro semestre de 2007.⁴

No Paraguai e no Uruguai, ao contrário, a conta corrente mostrou um déficit crescente (durante 2006 representou 2% e 2,4% do PIB, respectivamente), em grande medida como consequência da redução das relações de troca.

Os resultados da conta corrente da balança de pagamentos dos países do MERCOSUL no quadriênio 2003-2006 se encontram vinculados à evolução do comércio de bens no qual as variações nos termos de intercâmbio têm um papel muito importante.

⁴ As estimativas foram baseadas em estudos sobre as expectativas privadas realizados pelos bancos centrais no caso da Argentina e do Brasil.

Se a evolução deste saldo é analisada em relação ao ciclo, cabe destacar que, graças à melhora dos termos de intercâmbio, a Argentina, o Brasil e o Paraguai conseguiram obter um superávit durante um período de expansão, contrastando com situações prévias nas quais o crescimento econômico implicou um enfraquecimento do setor externo. Este foi o caso de 1991-1994, período comparável em termos de crescimento nesses países com o quadriênio 2003-2006 (Quadro 1).

QUADRO 1
MERCOSUL: CRESCIMENTO DO PIB, SALDO DA BALANÇA EM CONTA CORRENTE E VARIAÇÃO
DOS TERMOS DE INTERCÂMBIO

Média do período 1991-1994 e 2003-2006 - em porcentagem

País	1991-1994		2003-2006		Termos do intercâmbio ^{c/}
	PIB ^{a/}	Conta corrente ^{b/}	PIB ^{a/}	Conta corrente ^{b/}	
Argentina	7,9	-2,7	8,9	3,8	18,3
Brasil	2,8	0,2	3,3	1,3	14,4
Paraguai	3,4	-0,6	3,8	0,7	-3,5
Uruguai	5,3	-1,0	6,9	-0,7	-17,7
Venezuela	3,3	-0,5	7,4	15,1	121,0

Notas: ^{a/} Variação real anual acumulativa do PIB (em porcentagem).

^{b/} Saldo da conta corrente como porcentagem do PIB.

^{c/} Variação percentual entre os dois períodos.

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

O papel dominante da variação dos termos de intercâmbio sobre o resultado da conta corrente pode ser ilustrado mediante o cálculo hipotético deste saldo em relação ao produto entre 2003 e 2006 se houvessem prevalecido os preços das exportações e importações de distintos períodos de referência, e se tudo mais tivesse permanecido constante.⁵ Para isso, foram selecionadas três etapas com características diferentes: a última crise (1999-2002), um período durante o qual a economia cresceu a um ritmo similar ao atual (1991-1994) e uma média "de longo prazo" (1980-2002).

Os resultados do exercício (Quadro 2) mostram a Venezuela como o país que mais melhorias obteve nos termos de intercâmbio. Com efeito, os três períodos considerados dão lugar a uma piora significativa do seu balanço em conta corrente, tornando-se inclusive deficitário ao considerar os preços médios no longo prazo e os preços do começo dos anos 1990, momento em que a situação recessiva mundial havia deprimido o mercado petrolífero. Ainda que em menor proporção, os saldos da Argentina e do Brasil também pioram quando os termos de intercâmbio de períodos prévios se mantiveram. O Paraguai e o Uruguai, ao contrário, teriam registrado melhoras significativas no saldo da sua conta corrente se os termos de intercâmbio houvessem se mantido nos níveis de períodos anteriores. Nos três períodos, o Uruguai aparece como o país mais prejudicado, posto que teria obtido resultados superavitários no lugar do déficit registrado com os preços correntes.

Finalmente, este exercício destaca que o desempenho positivo da conta corrente no atual contexto de crescimento das economias dos estados-membros está relacionado com fatores de tipo estrutural que vão além do momento inédito que os países atravessam quanto aos preços de seus principais produtos de exportação, em relação aos de importação. Com efeito, o fato de que o saldo da conta corrente se

⁵ Ou seja, assume-se que as quantidades exportadas e importadas e os outros componentes da conta corrente teriam seguido o mesmo curso, ainda que com outros níveis de preços.

mantenha superavitário ou equilibrado em todos os países, ainda que se considerem os termos de intercâmbio de "longo prazo", é um bom sinal em si mesmo e ainda mais tratando-se de economias que historicamente observaram ciclos de expansão e retração, em boa medida determinados pelos fortes desequilíbrios das suas contas externas.

QUADRO 2
MERCOSUL: SALDO DA CONTA CORRENTE
Média 2003-2006. Como porcentagem do PIB com os preços
de exportações e importações nos períodos selecionados

País	Preços correntes	Preços de 1980-2002	Preços de 1991-1994	Preços de 1999-2002
Argentina	3,8	0,9	0,9	1,2
Brasil	1,3	0,0	-0,3	0,6
Paraguai	0,7	1,3	2,5	1,5
Uruguai	-0,7	4,2	3,7	0,4
Venezuela	15,1	-0,3	-3,3	1,8

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

Fluxos de capitais⁶ e variação de reservas internacionais

O contexto de liquidez mundial permitiu que durante 2006 continuassem ingressando capitais em alguns países do bloco. No Paraguai e no Uruguai, a entrada líquida de capital se explica em proporções similares pelo investimento direto e pelo investimento financeiro (em bolsa e outros) e em ambos os países alcançou níveis recordes (6,2% e 14,8% do produto, respectivamente). Apesar de na Argentina ter-se registrado um ingresso de recursos destinado ao setor público não financeiro e ao setor privado, o cancelamento antecipado da dívida com o FMI, no início de 2006, traduziu-se em uma saída líquida de capitais da ordem de 2,1% do PIB.

Em 2006, a conta capital e financeira do Brasil produziu um superávit equivalente a 1,6% do PIB, um nível similar ao do ano anterior, embora substancialmente distinto na sua composição. Em 2005, o excedente refletia uma maior proporção de IED, ao passo que em 2006 se explica pelo ingresso de capital de curto prazo, favorecido pelo diferencial de taxas de juros, pela redução do risco e pelas expectativas de valorização do real. De fato, pela primeira vez na história, o IED foi negativo devido ao aumento abrupto do investimento do Brasil no exterior. Este se multiplicou por dez com relação a 2005 - alcançando US\$ 27,3 bilhões (2,6% do PIB) -, em grande parte como consequência da compra de uma empresa canadense por uma mineradora brasileira.⁷

Durante o primeiro semestre de 2007, o superávit da conta capital e financeira do Brasil foi dez vezes superior ao do mesmo período do ano anterior. Esta melhora deve-se tanto a um aumento do IED líquido quanto ao investimento de curto prazo. Cabe destacar que ambos os fluxos registram valores máximos na primeira metade do ano. Os investimentos líquidos de curto prazo (investimento em bolsa, derivados e outros) somaram US\$ 35,2 bilhões - impulsionados pela compra de ações de empresas brasileiras e títulos de renda fixa -, enquanto o IED líquido alcançou US\$ 24,3 bilhões entre janeiro e junho.

⁶ Os resultados mencionados da conta capital e financeira incluem erros e omissões.

⁷ Para mais informação sobre IED, ver Capítulo II deste relatório.

Nos primeiros seis meses de 2007, a conta capital e financeira da Argentina registrou um ingresso de fundos de quase US\$ 8 bilhões, contrastando com o déficit da primeira metade de 2006 derivado do já mencionado pagamento da dívida com o FMI. O investimento financeiro (em bolsa e outros) ganhou dinamismo - particularmente em ações e outros títulos de dívida - ao passo que o IED reduziu 46,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O comportamento da conta capital e financeira da Venezuela está muito relacionado com o notável saldo positivo registrado na conta corrente, que no período 2003-2006 equivaleu a 15,1% do PIB. Este elevado superávit tem como contrapartida um saldo devedor que se distribui entre a conta capital e financeira e a acumulação de reservas internacionais. É importante notar que, como as exportações de petróleo da empresa estatal PDVSA⁸ são o principal fator que justifica o superávit na conta corrente, o governo dispõe de uma alta margem de decisão no que se refere à proporção desse saldo positivo que se transforma em ativos oficiais (reservas internacionais) e à quantia que se destina a investimentos reais ou financeiros no exterior. Desde 1999 vem se registrando uma saída líquida de capitais, que em 2006 alcançou 12,4% do PIB. Este saldo reflete tanto o aumento de ativos venezuelanos no exterior quanto a redução de passivos externos. Apesar de esta conta registrar em anos anteriores receitas líquidas no setor de IED, em 2006 tornou-se negativa (-2% do PIB) como resultado de investimentos no exterior e reduções do IED na Venezuela.

Durante 2006 todos os países do MERCOSUL - com exceção da Argentina - voltaram a acumular reservas internacionais, em linha com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade externa em um contexto de crescente incerteza mundial. Quanto ao PIB, o Uruguai registrou o maior aumento das reservas (12,4%), seguido por Paraguai (4,2%), Brasil (2,9%) e Venezuela (2,6%); neste último, a política de acumulação de reservas foi modificado. Em agosto de 2007 as reservas foram reduzidas em US\$ 10 bilhões (frente ao máximo de US\$ 37 bilhões do fim de 2006) devido à transferência ao FONDEN.⁹ No caso da Argentina, apesar da redução das reservas internacionais no início de 2006 pelo pagamento antecipado ao FMI, as mesmas observaram uma rápida recuperação que continuou em 2007.

C. Evolução macroeconômica do MERCOSUL¹⁰

O ciclo expansivo das economias do MERCOSUL continua: segundo os cálculos preliminares, em 2007 o PIB aumentou, em média, 5,8% (6,7% em 2006), uma das taxas mais elevadas da última década.¹¹ Em linha com o ocorrido nos anos anteriores, a Argentina, o Uruguai e a Venezuela permanecem crescendo mais rapidamente do que o Brasil¹² e o Paraguai. Durante o primeiro semestre de 2007 a demanda interna representou o principal motor da expansão, pois o custo reduzido do crédito e o aumento da massa salarial estimularam o aumento do consumo e do investimento (Gráfico 3).

⁸ No período 2003-2006, as exportações petrolíferas públicas líquidas alcançaram uma média de US\$ 32 bilhões por ano, representando 24,4% do PIB.

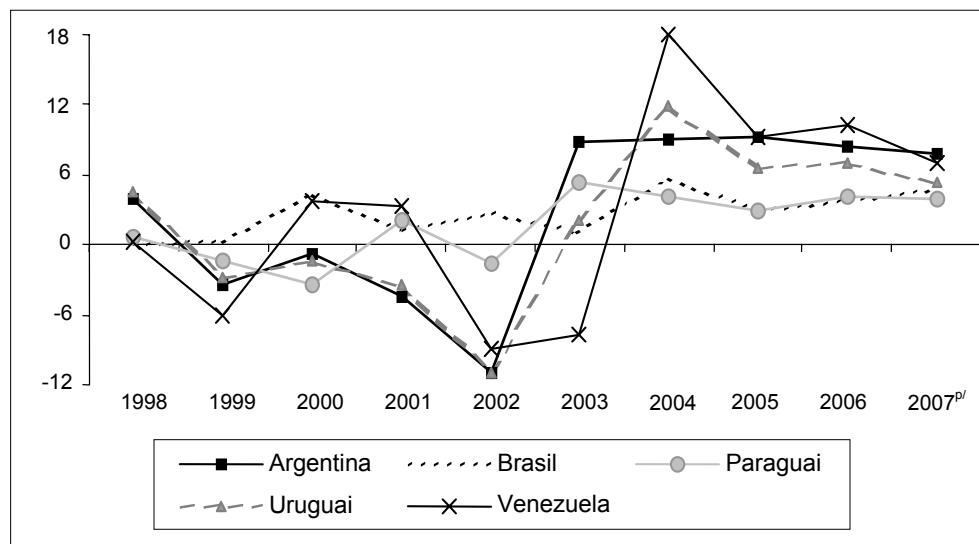
⁹ O FONDEN é uma empresa estatal criada em 2005 com a finalidade de administrar o excedente de ativos de reserva em relação a um "nível ótimo" estabelecido pelas autoridades. A limitação ao crescimento das reservas busca atenuar os problemas monetários criados pela acumulação e utilizar esses recursos na importação de equipamentos para projetos de desenvolvimento.

¹⁰ A menos que se mostre o contrário, as projeções e estimativas contidas neste capítulo correspondem à mediana do estudo de expectativas privadas realizadas pelos bancos centrais (Argentina, Brasil e Uruguai) e aos cálculos da CEPAL (Paraguai e Venezuela).

¹¹ Média simples dos cinco países.

¹² Em março de 2007 o IBGE apresentou sua nova metodologia de cálculo das contas nacionais, que permite estimar com maior precisão a evolução da economia brasileira. Entre as principais modificações metodológicas se destacam a adoção do ano 2000 como referência inicial, a ampliação das fontes de informação, a atualização dos cálculos dos índices de volume e as alterações na forma de medir algumas atividades, principalmente os serviços financeiros e a administração pública. Para mais informação, ver CONAC [2007]. Neste relatório toda informação que envolve dados das contas nacionais corresponde às novas estimativas.

GRÁFICO 3
MERCOSUL: PRODUTO INTERNO BRUTO
 Variação real interanual - em porcentagem.



Notas: ^{p/} Projeções. As projeções correspondem aos estudos de expectativas de mercado realizados pelos Bancos Centrais (Argentina, Brasil e Uruguai) e pela CEPAL (Paraguai e Venezuela).

Fontes: MECON-DNCN, BC, BCP, BCU e CEPAL.

Tal como se mencionou previamente, o ritmo de crescimento dos últimos anos é comparável ao da primeira metade dos anos 1990. No entanto, ao analisar a elasticidade gerada pelos diversos componentes do gasto (consumo, investimento, exportações e importações) medidos a preços constantes,¹³ podem-se observar algumas diferenças importantes conseqüências, em certa medida, do contraste entre ambas as etapas no resultado do comércio exterior (Gráfico 4).

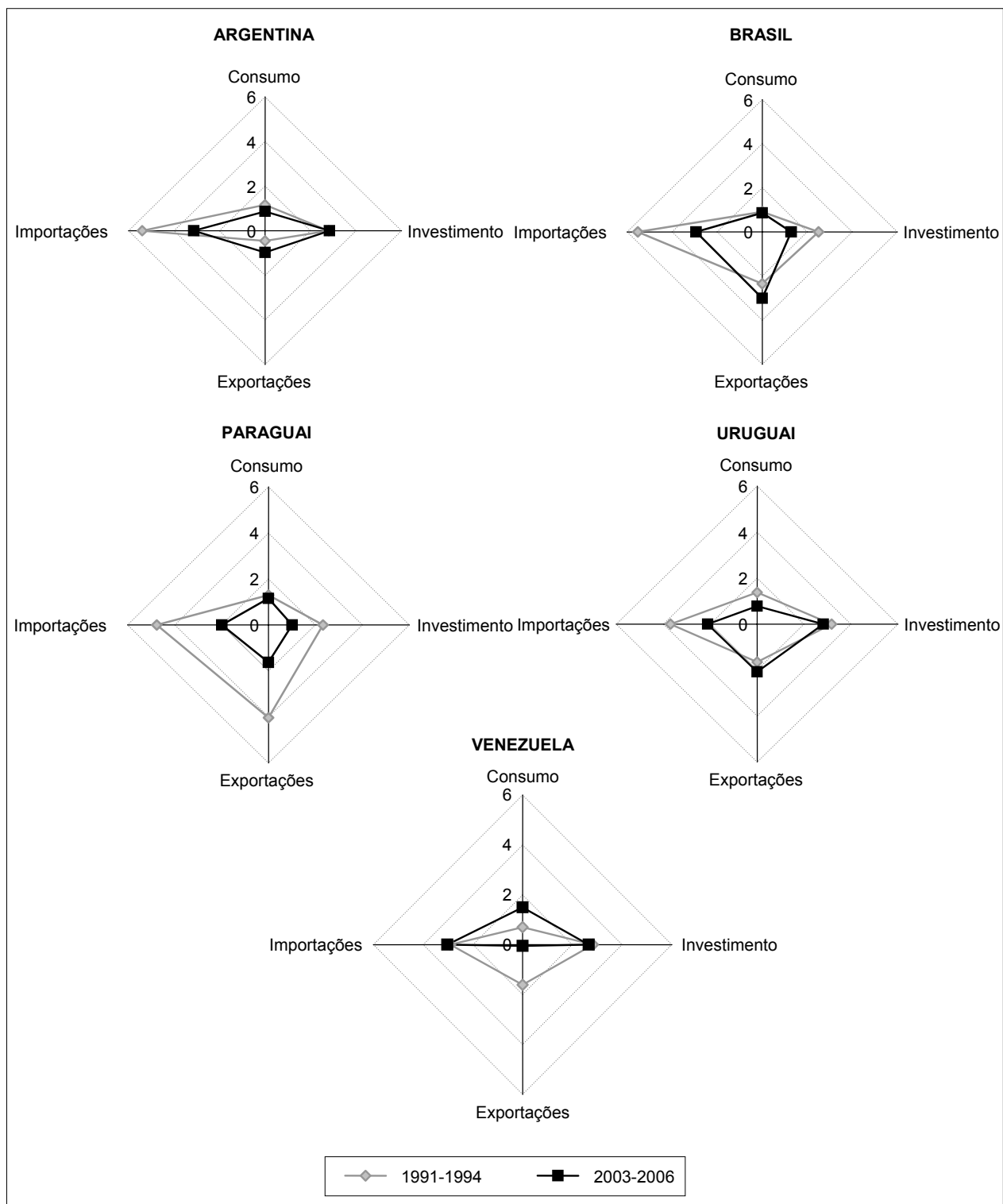
A contribuição do consumo para o crescimento na Argentina, no Brasil e no Uruguai foi relativamente limitada durante o período 2003-2006. Com efeito, a elasticidade produto deste componente é inferior a 1, pondo em evidência o esforço em poupar realizado por estes países. Na Argentina e no Uruguai, este comportamento contrasta com o período 1991-1994, quando o consumo tinha um dinamismo maior. Nos dois países atualmente a maior contribuição para o aumento do PIB provém do investimento, ao passo que aumenta a elasticidade das exportações e diminui a das importações.

No caso do Brasil, onde a sensibilidade do consumo à variação do PIB se mantém em um nível similar ao do começo dos anos 1990, a diferença se encontra no destino da citada economia: enquanto na primeira etapa o investimento representava a maior contribuição ao aumento do produto, na atualidade esse papel corresponde às exportações líquidas. De qualquer forma, esta tendência começou a se reverter em 2006, pois a demanda interna exige dinamismo e o setor externo contribui negativamente à expansão.

No Paraguai e na Venezuela, pelo contrário, o consumo mostra uma elasticidade produto maior a 1. No primeiro é o componente mais dinâmico, posto que o aporte das exportações líquidas é negativo e o investimento apresenta uma elasticidade unitária, reduzindo-se a menos da metade que no período 1991-1994.

¹³ A elasticidade produto é a relação entre a taxa de variação do agregado e a do produto no mesmo período. Mede, portanto, a intensidade relativa do crescimento dos distintos componentes do gasto em comparação com o aumento do PIB.

GRÁFICO 4
MERCOSUL: ELASTICIDADE PRODUTO DOS PRINCIPAIS COMPONENTES DO GASTO
 1991-1994 e 2003-2006



Notas: Consumo: público + privado. Investimento: formação bruta de capital fixo + variação de existências. Exportações e importações: incluem bens e serviços.

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

A Venezuela é o único país onde o aumento do PIB durante os últimos anos é substancialmente maior ao do início dos anos 1990 e onde se observam os contrastes mais notórios entre as fontes do crescimento. De fato, o ritmo de expansão do produto na Venezuela entre 2003 e 2006 foi mais do que o dobro em comparação ao ritmo do início da década anterior, período durante o qual experimentava adversamente os efeitos da recessão mundial e o enfraquecimento do mercado petrolífero. De toda maneira, destaca-se a maior participação do consumo no aumento do PIB - que mais que duplica sua elasticidade produto entre os períodos -, assim como a maior contribuição negativa das exportações líquidas resultante do resultado quase nulo das vendas externas; sua forte capacidade de compra internacional (nos seus termos de intercâmbio) é, portanto, o que sustenta esta modalidade de crescimento.

Cabe ressaltar que, com exceção da Venezuela, a elasticidade das importações do período 2003-2006 é inferior à do quadriênio 1991-1994, resultado tanto do efeito das políticas de abertura comercial com abundante financiamento externo no início dos anos 1990, quanto da competitividade alcançada depois de importantes investimentos setoriais (por exemplo, em agroindústrias) e das crises cambiais registradas entre 1999 e 2002. A Argentina, o Brasil e o Uruguai também exibem uma maior elasticidade das exportações no segundo período do que no primeiro, outro indício da sua destacada competitividade. Estes fatores, junto com a citada evolução dos termos de intercâmbio são sem dúvida pontos de sustentação da melhoria da conta corrente da balança de pagamentos nesses países.

D. Política econômica: instrumentos e resultados

Política fiscal

Em sintonia com o sucedido durante os últimos anos, em 2006 e na primeira metade de 2007, o resultado primário dos países do MERCOSUL continuou sendo superavitário. Não obstante, durante o primeiro semestre de 2007 tornou-se evidente certa deterioração do saldo em relação a igual período de 2006 em todos os países, exceto no Brasil. Embora não se disponha de informação atualizada sobre a Venezuela, o superávit primário foi consideravelmente reduzido durante 2006. Este resultado é insuficiente para cobrir os pagamentos de juros no Brasil, no Uruguai e na Venezuela. Cabe destacar que na Argentina a carga dos juros diminuiu substancialmente depois da troca da dívida pública em moratória. O Paraguai, por sua vez, continua registrando um superávit financeiro dentro do cumprimento das metas estipuladas no acordo com o FMI (Quadro 3).

A Argentina executou uma importante Reforma da Previdência que expande o sistema público. Com efeito, as estimativas para o ano 2007 indicam uma melhora do resultado derivada das receitas extraordinárias por esta reforma superior a 1% do PIB. Os cálculos preliminares indicam que o superávit primário durante o ano 2007 se situaria em torno de 3,3%, incluindo este impacto.¹⁴

Em 2007, o governo brasileiro reduziu sua meta de superávit primário consolidado de 4,25% para 3,75% do PIB ao incorporar os gastos associados ao PAC, um pacote de medidas que tendem a estimular o dinamismo da economia brasileira sem colocar em risco a sustentabilidade fiscal.¹⁵

¹⁴ A Reforma da Previdência permitiu que, entre abril e dezembro de 2007, os afiliados a uma AFJP (sistema privado) pudessem passar ao sistema estatal. Também implicou a transferência das contribuições acumuladas (*stock*) dos homens de mais de 55 anos de idade e das mulheres de mais de 50 anos que não houvessem alcançado um determinado nível de economia no sistema de capitalização. Por último, estabeleceu que aqueles que não fizeram uma opção por um sistema de aposentadoria serão passados automaticamente para o sistema estatal, em vez de uma AFJP.

¹⁵ Entre outros elementos, o PAC inclui investimentos em infra-estrutura, canalização de recursos ao PPI, aperfeiçoamento do sistema tributário, ampliação do crédito e melhoria do ambiente de investimento. A meta do superávit primário consolidado sem considerar o PAC se mantém em 4,25%.

Em meados de 2007, o Uruguai começou a implementar uma reforma tributária com o intuito de simplificar o sistema atual por meio da eliminação de 15 tributos nacionais, a inclusão de novos impostos e a modificação de alguns preexistentes. Entre os aspectos mais relevantes se destacam a introdução do imposto sobre a renda das pessoas físicas diferenciado segundo rendas do trabalho e do capital e a redução dos impostos sobre o consumo. De acordo com as estimativas oficiais, a reforma reduzirá as receitas tributárias em 0,6% do PIB.

Durante os últimos anos, a bonança petrolífera permitiu que a Venezuela aumentasse consideravelmente sua receita tributária, em termos do PIB. Não obstante, durante 2006 o superávit primário do setor público restrito¹⁶ caiu a 0,6% do produto, frente a uma média de 6,2% durante o triênio anterior. Esta deterioração, derivada do maior dinamismo do gasto público se refletiu no surgimento de um déficit financeiro.

QUADRO 3
MERCOSUL: PRINCIPAIS INDICADORES FISCAIS
Como porcentagem do PIB

País	Período	Resultado primário^{a/}	Juros^{a/}	Resultado financeiro^{a/}	Dívida pública^{b/}
Argentina	2006	3,5	1,8	1,8	64,0
	2006 1º S.	4,0	1,5	2,6	--
	2007 1º S.	3,8	1,7	2,1	59,3
Brasil	2006	3,9	6,9	-3,0	44,9
	2006 1º S.	5,1	7,4	-2,3	--
	2007 1º S.	5,3	6,3	-1,0	44,3
Paraguai	2006	1,5	1,0	0,5	n.d.
	2006 1º S.	4,4	1,0	3,4	--
	2007 1º S.	4,2	0,8	3,4	n.d.
Uruguai	2006	3,8	4,4	-0,6	71,0
	2006 1º S.	4,3	3,9	0,4	--
	2007 1º S.	3,2	4,4	-1,1	66,7
Venezuela	2006	0,6	2,1	-1,5	24,3
	2006 1º S.	n.d.	n.d.	n.d.	--
	2007 1º S.	n.d.	n.d.	n.d.	17,8

Notas: n.d.: Não disponível.

^{a/} Argentina: Governo Central. Devido a uma mudança de metodologia, as cifras de 2007 excluem recursos co-participáveis e os gastos que derivam deles. Com fins comparativos, os dados do primeiro semestre de 2006 também excluem a co-participação. O Brasil e o Uruguai: Setor Público Consolidado. Paraguai: Administração Central. Venezuela: Setor Público Restrito. No caso do Brasil, os dados do primeiro semestre correspondem ao período janeiro-agosto.

^{b/} Argentina: Dívida bruta total do Setor Público Nacional. Não inclui US\$ 27 bilhões correspondentes à dívida com os credores que não aceitaram a permuta (*holdouts*), equivalentes a 19,5% do PIB do primeiro semestre de 2007. Brasil: Dívida líquida do Setor Público Consolidado (DLSP). Uruguai: Dívida bruta do Setor Público Global. Venezuela: Dívida pública bruta. Os dados de 2007 correspondem ao primeiro semestre (Argentina, Brasil e Venezuela) e ao primeiro trimestre (Uruguai).

Fontes: Elaboração própria com dados de Secretarias da Fazenda e de Finanças da Argentina, Ministério da Fazenda do Brasil, IPEA (Brasil), BCP, Ministério de Economia e Finanças do Uruguai e Ministério de Finanças da Venezuela.

¹⁶ Compreende o Governo Central Orçamentário, PDVSA, uma mostra de empresas públicas não financeiras, o IVSS, o Fogade (entidade liquidadora de ativos bancários estatizados depois da crise de 1994), e o FIV, (entidade remanescente do programa de privatização).

Todos os países do MERCOSUL¹⁷ continuam reduzindo sua dívida pública frente ao PIB, sendo os indicadores mais elevados os do Uruguai e da Argentina. Diferentemente do que ocorre em outros países da América Latina, onde a dívida em moeda local ganha participação, na Argentina a totalidade das novas exportações realizadas durante 2006 e mais de 80% das de 2007 correspondem a dívidas em moeda estrangeira. Apesar disso, a proporção de dívida pública em pesos se mantém constante, devido ao impacto da inflação sobre os instrumentos indexados.

Durante 2006 e o primeiro semestre de 2007 o governo brasileiro continuou estendendo o prazo médio de endividamento e substituindo a dívida interna ajustada pelo tipo de câmbio e pela taxa Selic por títulos com rentabilidade prefixada ou indexados pelo índice de preços, um objetivo que se viu facilitado pelo contexto de valorização cambial.

Em 2006, o Uruguai promoveu uma troca voluntária da dívida pública, que permitiu ao país configurar uma estrutura de vencimentos mais sustentável e em novembro completou o processo de cancelamento antecipado da dívida com o FMI que havia começado no primeiro trimestre.

Política monetária e cambial, inflação e tipo de câmbio

No aspecto monetário e cambial, observam-se maiores diferenças entre os países do MERCOSUL do que no caso da política fiscal (Quadro 4).

Na Argentina, a política monetária continua orientada para manter o tipo de câmbio nominal. O resultado líquido da intervenção do BCRA no mercado cambial foi um aumento das reservas internacionais, que se situam em níveis recordes. Estas compras de divisas obrigam o Banco Central a conter o efeito inflacionário da monetização colocando instrumentos que implicam um custo financeiro. No primeiro semestre de 2007 este tipo de operações alcançou uma magnitude sem precedentes, ao esterilizar 80% da emissão de dinheiro associada ao aumento das reservas.

QUADRO 4
MERCOSUL: PRINCIPAIS INDICADORES MONETÁRIOS E CAMBIAIS

Indicador	Argentina		Brasil		Paraguai		Uruguai		Venezuela	
	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007	2006	2007
Inflação ^{a/}	9,8	8,5	3,1	4,0	12,5	6,8	6,4	8,5	17,0	19,4
Tipo de câmbio nominal ^{b/}	1,7	0,7	-5,9	-10,1	-12,6	-4,2	3,4	-2,1	0,0	0,0
Tipo de câmbio real efetivo ^{b/}	-0,6	2,2	-2,2	-8,8	-17,2	3,1	6,4	-2,0	-10,3	-3,2
Reservas internacionais (meses de importação) ^{c/}	11,3	13,6	11,3	17,2	3,8	4,4	7,8	8,9	12,8	7,2

Notas: ^{a/} Variação do índice de preços ao consumidor na comparação com o mesmo período do ano anterior. Os dados de 2007 correspondem a projeções (levantamento de expectativas privadas por parte dos Bancos Centrais no caso da Argentina, Brasil e Uruguai e elaboradas pela CEPAL no Paraguai e na Venezuela).

^{b/} Variação ao final do período. As variações positivas indicam depreciação e as negativas valorização. Os dados de 2007 correspondem ao primeiro semestre.

^{c/} Ao final do período. Os dados de 2007 correspondem ao primeiro semestre.

Fontes: Elaboração própria com dados da CEPAL e bancos centrais da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

¹⁷ Não se dispõe de informações sobre o Paraguai.

Assim, o tipo de câmbio nominal se manteve em um nível elevado, escapando da tendência regional de valorização cambial. Apesar de ter maiores níveis de inflação do que seus principais parceiros comerciais, a depreciação nominal do peso com respeito às moedas destes países permitiu que se registrasse apenas uma apreciação real muito leve em 2006, e inclusive uma desvalorização durante o primeiro semestre de 2007.

O IPC aumentou 9,8% durante 2006; no entanto, segundo cálculos oficiais, os preços no varejo aumentaram 3,9% no primeiro semestre de 2007. Com o propósito de atenuar as tensões inflacionárias, o governo recorreu a medidas tais como acordos de preços, limitações e proibições à exportação de alguns produtos e restrições ao aumento das tarifas públicas. A metodologia de medição do IPC também sofreu modificações, aspecto que despertou controvérsias.¹⁸

Durante 2006 a inflação do varejo brasileiro baixou pelo quarto ano consecutivo e, pela primeira vez desde o início do regime de metas de inflação, a variação dos preços foi inferior ao objetivo (3,1% contra 4,5%). Durante o primeiro semestre de 2007, o IPCA acumulou um aumento de 2,1% e, apesar de sofrer uma aceleração no terceiro trimestre, as projeções para 2007 indicam que a taxa novamente se situará abaixo da meta estabelecida pelo Copom, rondando os 4%.

Com o objetivo de estimular o crescimento da economia e levando em conta que a inflação se mantém sob controle, o Copom continuou flexibilizando a política monetária, embora tenha diminuído o ritmo de redução da taxa de juros devido às pressões da demanda doméstica, à aceleração da inflação e à maior instabilidade financeira internacional. Em setembro de 2007 a Selic estava em 11,25%, acumulando uma baixa de 850 p.b. a contar da primeira redução dois anos atrás.

Como consequência dos resultados da balança de pagamentos, o tipo de câmbio nominal voltou a diminuir durante 2006 (5,9%) e no primeiro semestre de 2007 (10,1%), quando atingiu o mínimo desde outubro de 2000. Com o objetivo de mitigar a valorização do real, o BC ampliou sua intervenção por meio da compra de divisas no mercado à vista e a colocação de *swaps* cambiais (aquisição de dólares no mercado futuro), a fim de desestimular a especulação e reduzir a volatilidade.

A apreciação nominal do real - não apenas frente ao dólar, mas também em relação a outras moedas -, somada à inflação maior do que a de vários dos principais parceiros comerciais do Brasil acentuou a queda da TCRE (2,2% em 2006 e 8,8% em 2007). Algumas atividades que demandam muita mão-de-obra começaram a sofrer o impacto da revalorização da moeda, pois enfrentam dificuldades para exportar e para competir com a produção importada, embora as vendas no mercado interno se mantenham dinâmicas devido ao crescimento da demanda doméstica.

Durante o segundo semestre de 2006, o Paraguai demonstrou uma aceleração dos preços no varejo que deu lugar a uma taxa de inflação anual de 12,5%, vários pontos acima do objetivo do BCP (5% com uma margem de tolerância de $\pm 2,5$ p.p.). Apesar de, na primeira metade de 2007, o IPC ter caído 1,1%, a baixa se explica por variações sazonais e outros fatores pontuais, mas se prevê uma nova aceleração na segunda metade do ano que elevaria a inflação de 2007 a 6,8%, dentro da margem de preferência da Autoridade Monetária.

Com o objetivo de frear a apreciação do guarani que provoca o ingresso de capitais, o BCP incrementou o limite diário de compra e venda de divisas no mercado local e continuou intervindo no mercado cambial. No entanto, o tipo de câmbio seguiu baixando em termos nominais e reais em relação a seus principais

¹⁸ Diante de dificuldades com as informações oficiais, foram publicadas diversas estimativas privadas que - com metodologias diferentes - indicam uma taxa de inflação maior, assim como os dados oficiais do IPC para o interior do país, onde o método de cálculo não sofreu alterações.

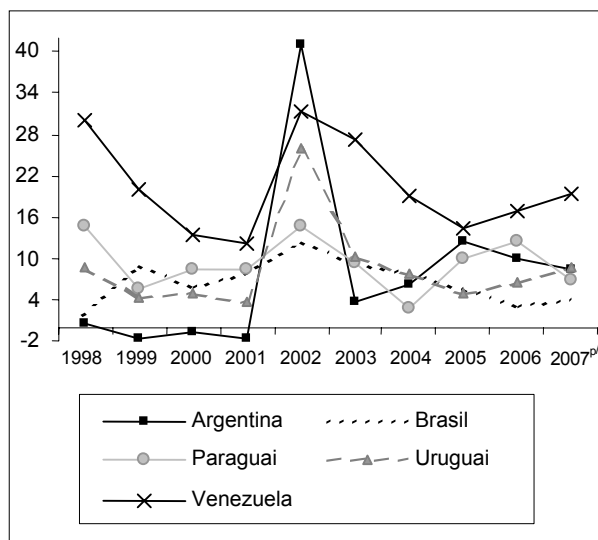
parceiros comerciais: a TCRE diminuiu 17,2% em 2006, apesar de haver se desvalorizado 3,1% no primeiro semestre de 2007.

A aquisição de divisas por parte do BCP permitido incrementar as RINs até 21,6% do PIB, muito acima da média da última década (12,6%). Parte destas compras são esterilizadas por meio de IRMs.

O crescimento econômico, algumas restrições de oferta, a recomposição de margens em alguns setores e certa rigidez no mercado de trabalho continuam exercendo pressão sobre o nível de preços no Uruguai e, conseqüentemente, complicando o manejo da política monetária. Durante 2006, a variação do IPC chegou a 6,4% e no primeiro semestre de 2007 acumulou um aumento da ordem de 5,5%. A fim de atenuar estas pressões inflacionárias, o Copom decidiu reduzir o ritmo de crescimento dos meios de pagamento (M1) de 15% a 9%. Neste cenário, os cálculos preliminares indicam que a inflação do varejo de 2007 se situaria em torno de 8,5%.

Durante o primeiro semestre de 2007, a apreciação do peso uruguaio (2,1%) compensou parcialmente o aumento do tipo de câmbio do ano anterior (3,4%). Em termos reais efetivos, o peso uruguaio desvalorizou 6,4% em comparação com as moedas dos seus principais parceiros comerciais em 2006, para depois apreciar-se 2% na primeira metade de 2007.

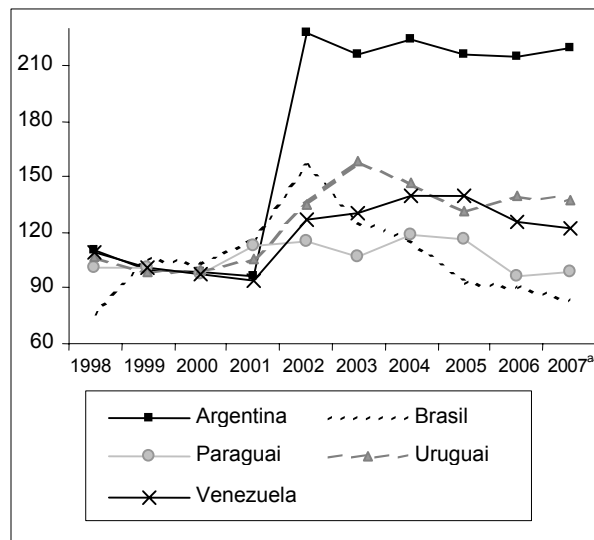
GRÁFICO 5
MERCOSUL: INFLAÇÃO DO VAREJO
Variação interanual do IPC ao final do período



Notas: ^{p/} Projeções.

Fontes: INDEC, BCRA, IBGE, BC, BCP, BCU, INE (Venezuela), CEPAL e FMI.

GRÁFICO 6
MERCOSUL: TIPO DE CâMBIO REAL EFETIVO
Índices 2000 = 100 ao final do período



Notas: ^{a/} Dados correspondentes ao primeiro semestre.

Fonte: CEPAL.

Na Venezuela, entre 2006 e os primeiros sete meses de 2007 as notas e moedas em circulação cresceram a um ritmo médio interanual de 33% em termos nominais e 19%, em termos reais, no marco da acumulação de reservas derivadas da bonança petrolífera e da expansão do gasto público.

A fim de conter os efeitos inflacionários da expansão, as autoridades utilizaram diversos mecanismos de absorção, tais como o aumento de taxa bancária sobre depósitos, a colocação de instrumentos do BCV e de distintos tipos de bônus denominados em dólares mas adquiríveis em bolívares pelo Ministério de Finanças; a isto se soma uma política de controle de preços. O IPC em 2006 cresceu 11,8% em comparação ao ano anterior, para acelerar progressivamente até aumentar cerca de 19% a meados de 2007. Como parte da política anti-inflacionária, a partir de 1º de janeiro de 2008 a moeda será substituída pelo "bolívar forte", que equivale a 1.000 bolívares.

Desde fevereiro de 2003 existe um controle de câmbios implementado pela Cadivi que fornece recursos para realizar transações correntes. O tipo de câmbio nominal se encontra fixado desde abril de 2005 em 2.150 bolívares por dólar. O alto coeficiente de importação outorga, de fato, um grande peso a este preço como âncora nominal. Embora a circulação de divisas tenha sido restringida, estão autorizadas as operações com títulos de crédito emitidos pelo governo ou comercializados por ele e denominados em moedas distintas ao bolívar. Alguns destes instrumentos foram utilizados durante 2006 e 2007 para absorver liquidez, especialmente as emissões dos "Bônus do Sul" (integrados por bônus venezuelanos e argentinos adquiridos previamente pelo governo), e de um bônus da PDVSA. Em um contexto no qual o governo dispõe de abundantes ativos externos, estas medidas estabelecem um mecanismo para racionalizar dentro do mercado interno e para canalizar transações financeiras dos agentes privados com estrangeiro.

A aceleração inflacionária foi responsável por uma perda de competitividade externa: nos primeiros seis meses de 2007 a TCRE baixou 3,2%, ao passo que durante 2006 se havia registrado uma apreciação real efetiva do bolívar de 10,3%.

E. Receita e emprego

O PIB *per capita* continua aumentando em todos os países do MERCOSUL. Em 2006 e 2007 cresceu, em média, 21,6% na medição dos preços correntes e 5,8% a cada ano, em termos reais. As maiores taxas de crescimento a preços constantes foram da Argentina e da Venezuela (7,1% e 6,8% a.a., respectivamente), seguidas pelo Uruguai (5,7% a.a.). O Brasil conseguiu acelerar o ritmo de expansão do produto por habitante em relação ao triênio anterior, mas o aumento anual médio foi de 2,8%, ampliando a distância com os outros sócios. Algo similar ocorreu com o Paraguai, onde em 2007 o PIB *per capita* voltou a crescer mais lentamente do que o produto dos seus parceiros (1,9% a.a. em 2006 e 2007). Com estes resultados, o PIB *per capita* do Paraguai em 2007 representaria apenas 21,1% da média dos outros quatro estados-membros e ainda se manteria abaixo dos níveis anteriores à crise.¹⁹

Durante 2006 o desemprego novamente caiu na Argentina, Uruguai e Venezuela, mas aumentou levemente no Brasil e Paraguai. No primeiro semestre de 2007 a desocupação diminuiu em todos os países (não há informação atualizada sobre o Paraguai) e, pela primeira vez em mais de uma década, afetou a menos de 10% da população economicamente ativa em todo o MERCOSUL (Gráfico 7).²⁰

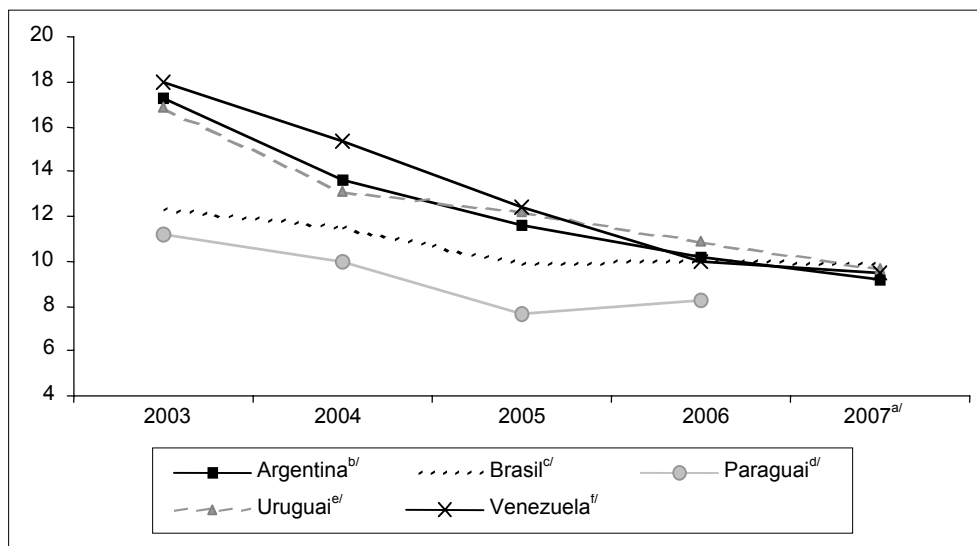
¹⁹ Estas cifras correspondem à medição de preços constantes do ano 2000. Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL e projeções próprias.

²⁰ No caso da Argentina, a taxa de desemprego se situou em 9,2% ao considerar a medição que contabiliza como empregados os beneficiários de planos sociais que realizam uma contraprestação laboral. Se estes forem considerados desempregados, o desemprego se eleva a 10,3%.

É preciso destacar que o aumento do nível de emprego por cada ponto de crescimento do PIB é menor que nos anos anteriores. De todas as formas, a elasticidade emprego-produto do trabalho com carteira assinada é mais elevada do que a do sem carteira assinada, com a natural redução da informalidade laboral.

Apesar de haverem se expandido durante 2006 e a primeira metade de 2007, as remunerações médias reais no MERCOSUL ainda não conseguem recuperar o terreno perdido e somente na Argentina superaram em 6,2% o máximo anterior à crise. Nos outros países, os salários reais ainda não conseguiram se restabelecer. Em relação aos níveis mais elevados registrados em anos anteriores, as remunerações médias reais acumulam perdas de 20,7% na Venezuela, de 16,6% no Brasil, de 16,1% no Uruguai e de 2,6% no Paraguai.²¹ Por outro lado, a distribuição de renda continua melhorando, embora a desigualdade permaneça elevada em toda a região.

GRÁFICO 7
MERCOSUL: TAXA DE DESEMPREGO
Como porcentagem da população economicamente ativa



Notas: ^{a/} Dados correspondentes ao primeiro semestre. Não estão disponíveis para o Paraguai.

^{b/} Áreas urbanas. Os beneficiários de planos sociais que realizam uma contraprestação laboral são considerados empregados.

^{c/} Seis áreas metropolitanas.

^{d/} Total urbano.

^{e/} Total urbano. Em 2006 foi ampliada a Pesquisa Nacional de Domicílio para incluir também as áreas rurais, motivo pelo qual as cifras desde dito ano não são comparáveis com as de anos anteriores (total urbano).

^{f/} Total nacional.

Fontes: INDEC, IBGE, INE, CEPAL.

F. Conclusões

Apesar da crescente instabilidade do cenário internacional, em linhas gerais o contexto externo se manteve favorável para os países do MERCOSUL, que mantiveram uma expansão constante. A situação financeira

²¹ Os máximos foram registrados em 1998 no Brasil, em 1999 no Uruguai e em 2001 no Paraguai e na Venezuela. Fonte: CEPAL.

internacional, entretanto, aumenta a possibilidade de reversão do bom desempenho da economia mundial dos últimos anos e, por fim, do contexto de forte demanda internacional e baixas taxas de juros para estes países.

Apesar deste fator externo, as economias da região continuaram observando, no último ano e meio, um importante dinamismo e um balanço macroeconômico próspero. Dessa maneira, o MERCOSUL enfrenta este ciclo com as contas fiscais e externas mais organizadas do que durante outros períodos de crescimento similares. Este fenômeno permite uma menor vulnerabilidade macroeconômica do bloco mesmo diante de indícios de certa deterioração das contas públicas em todos os países, com exceção do Brasil.

Este processo de crescimento permitiu a geração de mais postos de trabalho. E conseqüentemente, pela primeira vez em mais de uma década, a taxa de desemprego se encontra abaixo dos dois dígitos. O PIB *per capita* continua em expansão em todos os países do bloco, e a distribuição de renda apresenta certa melhora embora a desigualdade social se mantenha elevada.

ANEXO I

QUADRO A1.1
MERCOSUL: PRODUTO INTERNO BRUTO
Variação percentual interanual real

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	3,9	0,0	0,6	4,5	0,3	1,9
1999	-3,4	0,3	-1,5	-2,8	-6	-2,7
2000	-0,8	4,3	-3,3	-1,4	3,7	0,5
2001	-4,4	1,3	2,1	-3,4	3,4	-0,2
2002	-10,9	2,7	-1,5	-11,0	-8,9	-5,9
2003	8,8	1,1	5,4	2,2	-7,7	2,0
2004	9,0	5,7	4,1	11,8	17,9	9,7
2005	9,2	2,9	2,9	6,6	9,3	6,2
2006	8,5	3,7	4,2	7,0	10,3	6,7
2007 ^{b/}	7,8	4,7	4,0	5,4	7,0	5,8

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{b/} Estimativas. No caso de Argentina, Brasil e Uruguai, os dados correspondem ao levantamento das expectativas de mercado realizado pelos bancos centrais. No caso do Uruguai e do Paraguai, o levantamento foi feito pela CEPAL.

Fontes: MECON-DNCN, BCRA, IBGE, BC, BCP, BCU e CEPAL.

QUADRO A1.2
MERCOSUL: TERMOS DE INTERCÂMBIO
Índices 1998 = 100

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
1999	94,0	86,8	94,2	91,9	129,1	99,2
2000	103,5	89,4	92,6	95,8	195,3	115,3
2001	102,7	89,2	92,8	99,6	160,5	109,0
2002	102,4	87,9	89,5	98,3	171,1	109,9
2003	111,8	86,7	93,9	99,1	192,8	116,9
2004	113,5	87,2	96,6	95,7	230,7	124,7
2005	111,3	88,0	90,2	86,9	301,6	135,6
2006	118,0	92,5	88,4	85,0	360,2	148,8
2007 ^{b/}	121,3	95,3	n.d.	88,5	n.d.	n.d.

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{b/} Primeiro semestre.

n.d.: não-disponível.

Fontes: INDEC, FUNCEX e CEPAL.

QUADRO A1.3
MERCOSUL: ELASTICIDADE PRODUTO^{a/} DOS DIFERENTES COMPONENTES
DA DEMANDA AGREGADA
Média do período

País/Bloco e componente da demanda agregada	Variação a.a.		Elasticidade produto	
	1991-1994	2003-2006	1991-1994	2003-2006
MERCOSUL^{b/}				
PIB	4,5	6,0		
Consumo ^{c/}	5,2	6,3	1,1	1,0
Investimento ^{d/}	12,6	14,4	2,7	2,1
Exportações ^{e/}	7,6	7,9	2,0	1,6
Importações ^{f/}	20,7	16,3	4,5	2,6
Argentina				
PIB	7,9	8,9		
Consumo ^{c/}	9,2	7,7	1,2	0,9
Investimento ^{d/}	22,1	25,2	2,8	2,8
Exportações ^{e/}	3,6	8,7	0,5	1,0
Importações ^{f/}	42,7	27,8	5,4	3,1
Brasil				
PIB	2,8	3,3		
Consumo ^{c/}	2,6	2,9	0,9	0,9
Investimento ^{d/}	7,0	4,3	2,5	1,3
Exportações ^{e/}	6,5	10,0	2,4	3,0
Importações ^{f/}	15,4	9,8	5,5	2,9
Paraguai				
PIB	3,4	3,8		
Consumo ^{c/}	4,4	4,3	1,3	1,2
Investimento ^{d/}	7,8	3,8	2,3	1,0
Exportações ^{e/}	13,6	6,1	4,0	1,6
Importações ^{f/}	16,1	7,5	4,8	2,0
Uruguai				
PIB	5,3	6,9		
Consumo ^{c/}	7,3	5,3	1,4	0,8
Investimento ^{d/}	16,9	19,3	3,2	2,8
Exportações ^{e/}	8,8	14,2	1,7	2,1
Importações ^{f/}	19,6	14,4	3,7	2,1
Venezuela				
PIB	3,3	7,4		
Consumo ^{c/}	2,3	11,0	0,7	1,5
Investimento ^{d/}	9,4	19,5	2,8	2,7
Exportações ^{e/}	5,3	0,4	1,6	0,1
Importações ^{f/}	9,7	22,2	2,9	3,0

Notas: ^{a/} Elasticidade produto: relação entre a taxa de variação média do valor agregado e do PIB no período 2003-2005. Variáveis medidas com preços constantes do ano 2000. Todas as elasticidades são positivas.

^{b/} Média simples dos cinco países.

^{c/} Consumo: gasto privado e gasto do governo em consumo final.

^{d/} Investimento: formação interna bruta de capital = formação interna bruta em capital fixo + variação de existências.

^{e/} Exportações: inclui bens e serviços.

^{f/} Importações: inclui bens e serviços.

Fonte: Elaboração própria com dados da CEPAL.

QUADRO AI.4
MERCOSUL: ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
Variação percentual interanual

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	0,7	1,7	14,6	8,6	29,9	11,1
1999	-1,8	8,9	5,6	4,2	20,0	7,4
2000	-0,7	6,0	8,4	5,1	13,4	6,4
2001	-1,5	7,7	8,4	3,6	12,3	6,1
2002	41,0	12,5	14,6	25,9	31,2	25,1
2003	3,7	9,3	9,3	10,2	27,1	11,9
2004	6,1	7,6	2,8	7,6	19,2	8,7
2005	12,3	5,7	9,9	4,9	14,4	9,4
2006	9,8	3,1	12,5	6,4	17,0	9,8
2007 ^{p/}	8,5	4,0	6,8	8,5	19,4	9,5

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{p/} Estimativas. No caso de Argentina, Brasil e Uruguai, os dados correspondem ao levantamento das expectativas de mercado realizado pelos bancos centrais. No caso do Uruguai e do Paraguai, o levantamento foi feito pela CEPAL.

Fontes: INDEC, BCRA, IBGE, BC, BCP, BCU, INE e CEPAL.

QUADRO AI.5
MERCOSUL: TIPO DE CÂMBIO REAL EFETIVO
Índices 2000 = 100 - final de cada período

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	110,1	76,8	101,2	107,0	109,0	100,8
1999	100,4	105,3	101,0	98,7	100,9	101,2
2000	99,0	103,7	97,0	99,7	97,5	99,4
2001	96,9	115,8	113,0	105,8	93,9	105,1
2002	227,6	156,4	114,9	134,8	127,3	152,2
2003	215,9	126,1	107,2	157,9	130,6	147,5
2004	224,1	116,7	118,1	146,2	139,9	149,0
2005	216,3	93,0	116,0	131,7	140,0	139,4
2006	215,0	90,9	96,0	140,1	125,7	133,6
2007 ^{b/}	219,7	83,0	99,0	137,4	121,6	132,1

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.

^{b/} Primeiro semestre.

Fonte: CEPAL.

QUADRO AI.6
MERCOSUL: PIB PER CAPITA
Em US\$ a preços constantes do ano 2000

Ano	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai	Venezuela	MERCOSUL ^{a/}
1998	8.239	3.373	1.427	6.378	5.134	4.910
1999	7.874	3.349	1.370	6.151	4.736	4.696
2000	7.730	3.444	1.291	6.019	4.819	4.661
2001	7.315	3.439	1.285	5.774	4.891	4.541
2002	6.456	3.454	1.253	5.100	4.378	4.128
2003	6.961	3.424	1.269	5.176	3.968	4.160
2004	7.518	3.542	1.290	5.747	4.596	4.539
2005	8.131	3.574	1.296	6.084	4.939	4.805
2006	8.732	3.656	1.326	6.498	5.359	5.114
2007 ^{p/}	9.324	3.775	1.346	6.799	5.635	5.376

Notas: ^{a/} Média simples dos cinco países.
^{p/} Estimativas.

Fontes: CEPAL e estimativas próprias.

QUADRO AI.7
MERCOSUL: TAXA DE DESEMPREGO
Como percentagem da PEA

Ano	Argentina		Brasil ^{b/}	Paraguai ^{c/}	Uruguai ^{d/}	Venezuela ^{e/}	MERCOSUL ^{f/}
	a1/	a2/					
2003	17,3	22,7	12,3	11,2	16,9	18,0	15,1
2004	13,6	18,1	11,5	10,0	13,1	15,3	12,7
2005	11,6	14,8	9,8	7,6	12,2	12,4	10,7
2006	10,2	12,3	10,0	8,3	10,9	10,0	9,9
2007 ^{g/}	9,2	10,3	9,9	n.d.	9,7	9,4	9,5

Notas: ^{a1/} Áreas urbanas. Os beneficiados por planos sociais que trabalham em contrapartida a estes são considerados ocupados.

^{a2/} Áreas urbanas. As pessoas cuja ocupação principal provém de um plano social são consideradas desocupadas.

^{b/} Seis áreas metropolitanas.

^{c/} Total urbano.

^{d/} Total urbano. Em 2006, a PNAD é ampliada para incluir também as áreas rurais. Portanto, as cifras daquele ano não são comparáveis às dos anos anteriores (total urbano)

^{e/} Total nacional.

^{f/} Média simples dos cinco países. No caso da Argentina, considera-se a taxa correspondente à nota a1/.

^{g/} Primeiro semestre.

n.d.: não disponível.

Fontes: INDEC, IBGE, INE, CEPAL.

CAPÍTULO II. EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO E DOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS DIRETOS²²

Durante o ano de 2006 e o primeiro semestre de 2007, o comércio de bens do MERCOSUL manteve uma trajetória de crescimento sustentável, tanto no que diz respeito aos fluxos intra-regionais como no que se refere ao intercâmbio com o resto do mundo. O resultado agregado manteve-se superavitário (como consequência do excedente da Argentina e do Brasil), embora tenha havido uma redução pela primeira vez em cinco anos. O dinamismo comercial foi generalizado dentro do bloco, com o registro de níveis recordes de exportações e importações nos quatro países.

O comércio dentro do MERCOSUL apresentou as maiores taxas de crescimento. Diferentemente do que era verificado em anos anteriores, durante os últimos 18 meses o impulso foi dado pelas compras do Brasil dentro do mercado comum. De toda forma, a maior economia continua obtendo resultados superavitários diante dos demais sócios e o único país que conseguiu reduzir o déficit bilateral foi a Argentina. Existe um contexto de fortes assimetrias. Esta situação continua gerando debates sobre as assimetrias entre seus membros, particularmente entre os países pequenos.

Dentro do intercâmbio com os países extra-regionais, destacam-se dois elementos. Por um lado, a crescente relevância comercial dos países da ALADI e, por outro lado, o registro do déficit com a Ásia, depois de vários anos nos quais o MERCOSUL registrou superávit com todos os principais blocos comerciais. Este último ponto está relacionado com o intercâmbio com a China, país que adquiriu grande relevância como sócio, devido à sua demanda por matérias-primas e exportação de manufaturas de mão-de-obra intensiva. O forte aumento das importações de produtos chineses pelos países do MERCOSUL causou diversas reclamações de administração do comércio.

Embora o intercâmbio com a Venezuela ainda não seja muito significativo, continua se expandindo rapidamente, com destaque para o dinamismo das exportações para esse destino. Por outro lado, embora o país do Caribe tenha uma participação limitada nas importações totais do mercado comum, ele se tornou um fornecedor estratégico de energia.

No que diz respeito ao IED, em 2006 pela primeira vez o resultado foi negativo em termos líquidos, em consequência do forte aumento dos investimentos brasileiros no resto do mundo. Cabe destacar que durante os últimos anos a Argentina e o Uruguai se tornaram dois dos principais destinos dos fluxos dos IEDs brasileiros. A entrada de IEDs oriundos de países que não integram o bloco continuou aumentando em todos os países do MERCOSUL - com exceção da Argentina -, embora se mantenha abaixo dos níveis dos anos 1990 e cresça mais lentamente que os fluxos de IEDs mundiais destinados ao resto dos países em desenvolvimento.

A. Comércio dos países do MERCOSUL

O desempenho agregado dos quatro países

Em um contexto internacional favorável, durante o ano de 2006 e o primeiro semestre de 2007, o comércio de bens do MERCOSUL continuou apresentando uma trajetória de crescimento sustentável, mantendo o mesmo comportamento desde 2003. Em 2006, tanto as exportações como as importações

²² Esclarecimento metodológico: como o processo de adesão da Venezuela ainda não foi concluído e, portanto, as tarifas e regras comerciais não foram modificadas, as referências do texto aos fluxos do bloco fazem alusão aos quatro sócios originais. No entanto, são feitas observações específicas com relação à Venezuela. Isso se aplica também aos capítulos seguintes.

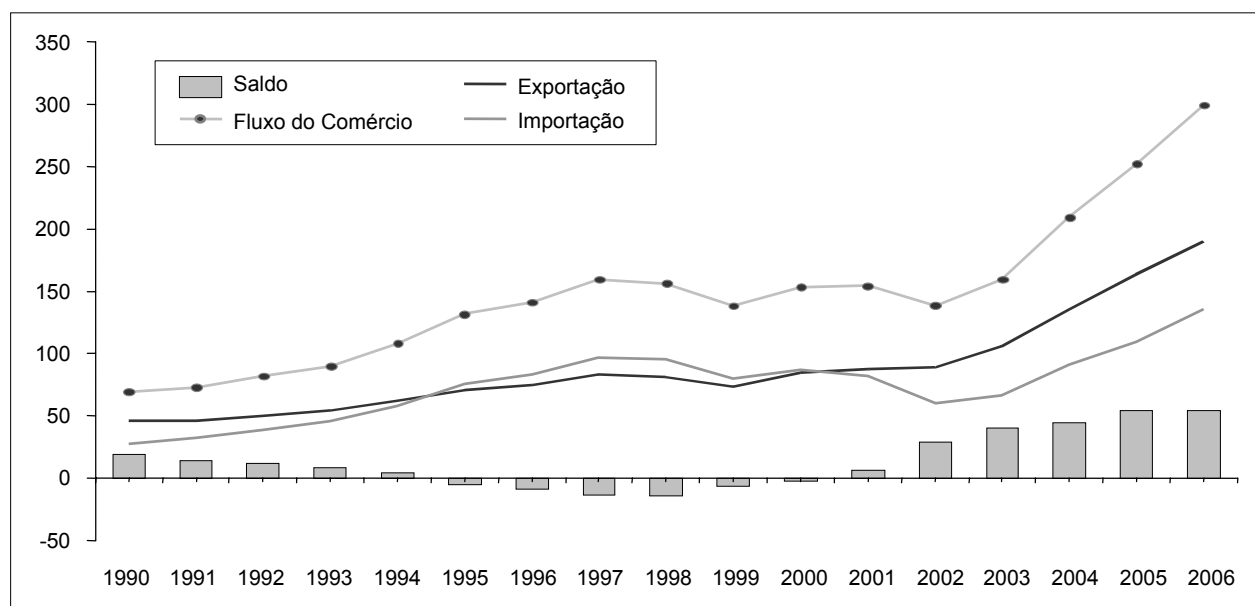
agregadas dos quatro países alcançaram níveis recordes (US\$ 190 bilhões e US\$ 135,5 bilhões, respectivamente), que seriam superados novamente durante 2007.

As vendas externas dos países do MERCOSUL registraram um incremento de 15,6% em 2006 e de 18,2% durante os primeiros seis meses de 2007 na comparação com o mesmo período do ano anterior, impulsionadas pelo crescimento econômico global. Assim como nos últimos anos, o dinamismo da demanda mundial vem estimulando tanto o aumento dos envios como o aumento dos preços dos principais produtos de exportação.

Por outro lado, diferentemente do que aconteceu em 2005, as importações tiveram uma expansão em um ritmo superior ao das vendas externas (23,9% em 2006 e 25,4% no primeiro semestre de 2007 na comparação com o mesmo período do ano anterior), em grande medida como resultado do desempenho positivo das economias do MERCOSUL. Este fato traduziu-se em uma redução - pela primeira vez em cinco anos - do superávit do comércio de bens em 2006. No entanto, este saldo continuou sendo elevado em termos históricos (US\$ 53,9 bilhões). Na primeira metade de 2007, o excedente sofreu novamente uma leve retração.

O dinamismo do intercâmbio do MERCOSUL durante os últimos anos não apenas contrasta com o estancamento evidenciado durante a crise, mas também supera o crescimento da primeira metade dos anos 1990, quando o comércio se expandia rapidamente com o início do processo de integração e a abertura unilateral dos países-membros ao resto do mundo (Gráfico 8).

GRÁFICO 8
COMÉRCIO DE BENS DO MERCOSUL ^{a/}
1990-2006 - US\$ bilhões



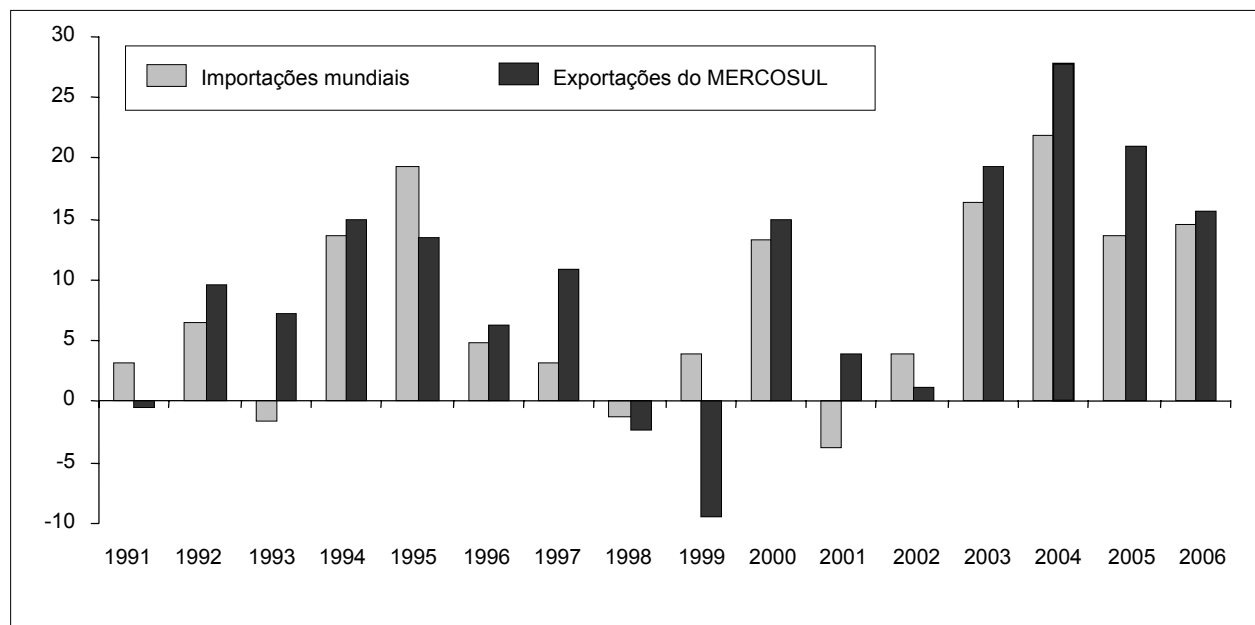
Nota: ^{a/} Soma de exportações e importações dos quatro países. Exceto comércio intra-zona.

Fontes: INDEC, SECEX e bancos centrais do Paraguai e do Uruguai.

Embora as exportações do MERCOSUL tenham aumentado em um ritmo maior que o do comércio mundial desde 2003, permitindo incrementar a fatia de mercado do bloco em 1,8%, frente a uma média de 1,5% no período de 1991 a 2002, o diferencial de crescimento das vendas externas da região em relação às

importações mundiais sofreu uma redução substancial em 2006 (Gráfico 9). Além disso, o desempenho exportador do MERCOSUL foi inferior ao de outras economias emergentes, particularmente ao analisar a evolução dos volumes. A possível desaceleração do PIB e do intercâmbio mundial com certeza colocará à prova a capacidade exportadora do mercado comum sul-americano nos próximos anos.

GRÁFICO 9
CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DO MERCOSUL
E AS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DE BENS
 1990-2006 - em porcentagem



Fontes: INDEC, SECEX, bancos centrais do Paraguai e do Uruguai e FMI.

Evolução do comércio intra-MERCOSUL versus o comércio extra-bloco

A expansão do comércio registrada durante 2006 e o primeiro semestre de 2007 foi verificada tanto no intercâmbio intra-MERCOSUL como com os países fora do bloco (Quadro 5).

Um fato interessante a ser destacado é que, enquanto a participação do bloco nas importações totais diminui lentamente e ocupa 18,5%, a fatia de mercado do MERCOSUL nas exportações aumenta, mas se situa em 14,3%, valor bem abaixo do máximo do final da década de 90, quando esta cifra representou a quarta parte do total (Gráfico 10).

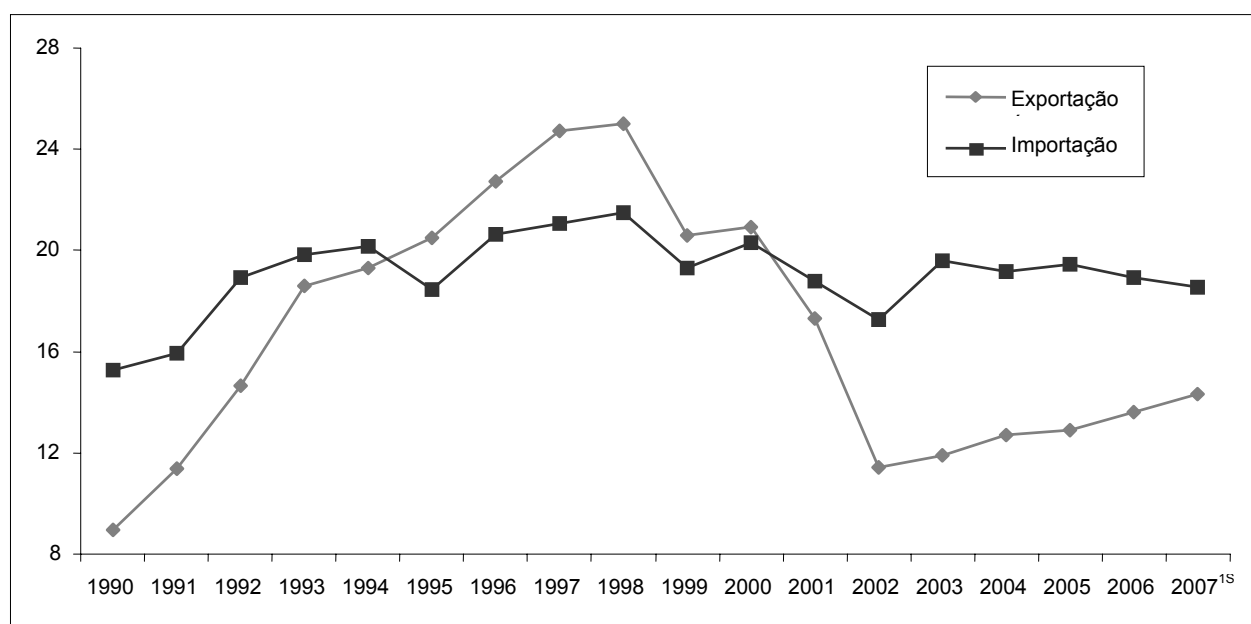
QUADRO 5
FLUXOS DE COMÉRCIO DE BENS INTRA-BLOCO E EXTRA-BLOCO DO MERCOSUL
 2005-2007^{a/} - US\$ milhões

	2005	2006	Var. (%)	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Intra-bloco						
Exportações	21.150	25.794	22,0	11.559	14.489	25,4
Extra-bloco						
Exportações	142.651	163.617	14,7	74.158	86.814	17,1
Importações	88.117	109.887	24,7	50.150	63.112	25,8
Total						
Exportações	163.800	189.411	15,6	85.717	101.304	18,2
Importações	109.398	135.551	23,9	61.761	77.468	25,4
Saldo	54.403	53.860	-1,0	23.956	23.836	-0,5

Nota: ^{a/} 2007 corresponde ao 1º semestre.

Fontes: INDEC, SECEX e bancos centrais do Paraguai e do Uruguai.

GRÁFICO 10
RELAÇÃO COMÉRCIO DE BENS INTRA-BLOCO - COMÉRCIO TOTAL NO MERCOSUL
 1990-2007^{a/} - em porcentagem



Nota: ^{a/} 2007 corresponde ao 1º semestre.

Fontes: INDEC, SECEX e bancos centrais do Paraguai e do Uruguai.

Isto se explica, por um lado, devido ao impacto diferencial da crise de 1999-2002 sobre os fluxos de exportação - que cresciam lentamente - e os de importação - que caíam em todos os países exportadores. Neste sentido, enquanto os membros do MERCOSUL aumentavam seus envios ao resto do mundo, suas vendas aos sócios caíam, fazendo com que sua importância relativa diminuísse. Por outro lado, a alteração dos preços relativos que seguiu às desvalorizações das moedas dos países do MERCOSUL estimulou um

forte aumento dos volumes exportados ao resto do mundo, impedindo que a rápida recuperação do comércio intra-bloco representasse um aumento considerável da participação no total exportado. Este efeito foi reforçado pelo aumento dos preços internacionais das matérias-primas (predominantes nas exportações ao resto do mundo), superior ao reajuste dos preços das manufaturas (com maior relevância no comércio intra-zona).

- Comércio intra-MERCOSUL -

As exportações intra-MERCOSUL aumentaram 22% em 2006 e 25,4% durante o primeiro semestre de 2007, sofrendo uma aceleração com relação a 2005 e mostrando um desempenho superior ao das exportações totais. Assim como vinha acontecendo desde 2003, o Brasil continuou registrando resultados superavitários frente aos demais sócios.²³ Em 2006, o superávit da balança comercial brasileira no MERCOSUL passou para US\$ 5 bilhões, 7% mais que em 2005.

Durante os anos anteriores, o crescimento do comércio intra-zona era impulsionado principalmente pelas vendas do Brasil ao resto do bloco. Durante 2006 e o primeiro semestre de 2007, no entanto, o dinamismo foi gerado pelas compras brasileiras a outros membros do MERCOSUL, aumentando 27,1% em 2006 e 26,8% no primeiro semestre do 2007 na comparação com o mesmo período do ano anterior. Estas taxas superaram as das vendas brasileiras à região e são as mais elevadas da última década.

QUADRO 6
FLUXOS DE COMÉRCIO DE BENS INTRA-BLOCO NO MERCOSUL, POR PAÍS
2005-2007^{al} - US\$ milhões

	2005	2006	Var. (%)	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Exportações	21.150	25.794	22,0	11.559	14.489	25,4
Argentina	7.709	9.949	29,1	4.433	5.490	23,8
Brasil	11.746	13.986	19,1	6.267	7.596	21,2
Paraguai	912	917	0,5	424	889	109,7
Uruguai	783	942	20,3	435	514	18,2
Importações	21.281	25.662	20,6	11.611	14.356	23,6
Argentina	11.020	12.686	15,1	5.887	7.213	22,5
Brasil	7.054	8.967	27,1	3.867	4.904	26,8
Paraguai	1.576	1.827	15,9	829	1.072	29,3
Uruguai	1.631	2.182	33,8	1.028	1.167	13,5
Saldo						
Argentina	-3.311	-2.737	-17,3	-1.454	-1.723	18,5
Brasil	4.692	5.019	7,0	2.400	2.693	12,2
Paraguai	-664	-910	37,0	-405	-183	-54,8
Uruguai	-848	-1240	46,2	-593	-653	10,1

Nota: ^{al} 2007 corresponde ao 1º semestre

Fontes: INDEC, SECEX e bancos centrais do Paraguai e do Uruguai.

²³ Para uma análise detalhada deste assunto, veja-se Relatório MERCOSUL N° 11.

Apesar disso, o único país que conseguiu reduzir o déficit bilateral com o Brasil foi a Argentina.²⁴ Durante o ano de 2006 e o primeiro semestre de 2007, manteve-se o dinamismo das exportações argentinas de manufaturas (indústria automotiva, trigo, etc.) ao país vizinho, enquanto os envios de produtos primários (cereais, mineral de cobre) e os carburantes, no setor de combustíveis, foram reforçados. Paralelamente, houve uma desaceleração das importações argentinas com origem no Brasil de todos os setores, com valor superior à registrada nas compras ao resto do mundo. Este comportamento poderia ter sido favorecido pela contínua depreciação real do peso com relação à moeda brasileira (17,7% nos 18 meses analisados).

Por outro lado, o déficit do Paraguai e do Uruguai com o sócio maior continua se aprofundando. Embora o saldo do comércio intra-bloco inicialmente não devesse representar uma preocupação, os resultados positivos sistemáticos do Brasil estimularam, durante os últimos anos, o debate sobre as assimetrias dentro do mercado comum.

Por um lado, a persistência do déficit é resultado das dificuldades enfrentadas pelo Paraguai e pelo Uruguai para colocar seus produtos no mercado regional, em contraste com o que acontece em outros destinos. É possível que isso seja explicado pelo tipo de produtos que cada sócio demanda. As maiores vantagens comparativas do Paraguai e do Uruguai se concentram em produtos primários, deixando em evidência a existência de uma estrutura exportadora complementar com o resto do mundo e competitiva com os sócios regionais. Neste sentido, enquanto as *commodities* encontram uma demanda dinâmica nos mercados extra-regionais, as economias menores do MERCOSUL não são as que mais crescem nas importações da Argentina e Brasil. Esse comportamento deve-se à existência de barreiras ao intercâmbio intra-MERCOSUL, que limita o desenvolvimento do Paraguai e do Uruguai em atividades industriais nas quais as economias de escala são mais relevantes.²⁵

Os setores mais importantes e dinâmicos das exportações do Paraguai ao MERCOSUL durante o período analisado correspondem a produtos agropecuários como óleos vegetais, farinhas e cereais. Além disso, o motor dos envios paraguaios ao bloco não é o Brasil, mas sim a Argentina. No caso do Uruguai, destacam-se os cereais (arroz, trigo, cevada) e também alguns produtos manufaturados como borracha e plásticos.

Por outro lado, as importações das economias de menor porte concentram-se muito em produtos originários do MERCOSUL. O peso do bloco nas compras externas do Uruguai cresceu para 45,7% em 2006 (levemente acima dos dois anos anteriores), enquanto no Paraguai essa parcela representa 34,8%. Ainda assim, a participação do MERCOSUL nas importações paraguaias teve uma redução de 20 pontos percentuais com relação à média do quinquênio anterior, com o crescimento da fatia de mercado dos países asiáticos.

As categorias mais importantes e com maior crescimento nas compras do Paraguai aos países-membros da região correspondem a produtos industriais, tais como maquinário, automóveis e adubos, provenientes principalmente do Brasil. Nas importações uruguaias oriundas do bloco destacam-se combustíveis e manufaturas, principalmente automóveis, autopeças e plásticos, entre outros. Ou seja, nas compras dos países pequenos ao bloco, os produtos nos quais a Argentina e o Brasil têm vantagens comparativas intermediárias (com relação ao Paraguai e ao Uruguai, mas não frente ao resto do mundo) têm grande relevância, uma tendência facilitada pela estrutura da TEC.

²⁴ Veja-se os Quadros A2.1, A2.3 e A2.4 do Anexo II.

²⁵ Veja-se Capítulo II do relatório MERCOSUL Nº 11.

- Comércio extra-MERCOSUL -

Durante os últimos 18 meses, o MERCOSUL continuou expandindo seu comércio com todos os seus principais sócios de extra-regionais. Embora as exportações tenham sofrido uma desaceleração com relação a 2005, elas aumentaram 14,7% em 2006 e 17,1% no primeiro semestre de 2007 na comparação com o mesmo período do ano anterior. No caso das importações, o ritmo de expansão teve um aumento na comparação com 2005, registrando taxas próximas a 25% nos períodos citados. O comércio extra-bloco manteve-se superavitário, embora o excedente tenha apresentado uma leve redução em comparação com o ano anterior; o maior dinamismo das importações na comparação com as exportações foi observado no intercâmbio com quase todos os sócios (Quadro 7).

QUADRO 7
FLUXOS EXTRA-BLOCO DE COMÉRCIO DE BENS DOS PAÍSES DO MERCOSUL,
SEGUNDO REGIÕES SELECIONADAS
2005-2007^{a/} - US\$ milhões

	2005	2006	Var. (%)	1° S 2006	1° S 2007	Var. (%)
Exportações	142.650	163.617	14,7	74.157	86.814	17,1
TLCAN	35.914	38.356	6,8	17.925	18.116	1,1
UE	34.657	39.820	14,9	18.022	22.955	27,4
ALADI ^{b/}	16.705	20.764	24,3	9.404	10.707	13,9
Ásia	25.683	28.591	11,3	12.946	15.962	23,3
Resto do mundo	29.692	36.085	21,5	15.859	19.075	20,3
Importações	88.118	109.887	24,7	50.149	63.113	25,8
TLCAN	20.250	23.691	17,0	10.794	13.722	27,1
UE	23.680	26.788	13,1	12.415	15.567	25,4
ALADI ^{b/}	5.116	8.062	57,6	3.643	4.299	18,0
Ásia	22.164	30.825	39,1	13.901	17.818	28,2
Resto do mundo	16.909	20.522	21,4	9.397	11.706	24,6
Saldo	54.532	53.730	-1,5	24.008	23.702	-1,3
TLCAN	15.664	14.665	-6,4	7.132	4.394	-38,4
UE	10.977	13.033	18,7	5.607	7.388	31,8
ALADI ^{b/}	11.589	12.702	9,6	5.761	6.408	11,2
Ásia	3.519	-2.234	-163,5	-955	-1.857	94,5
Resto do mundo	12.783	15.564	21,8	6.462	7.368	14,0

Notas: ^{a/} 2007 corresponde ao 1° semestre.

^{b/} Exceto MERCOSUL e México.

Fontes: INDEC, SECEX e bancos centrais do Paraguai e do Uruguai.

A análise destes fluxos comerciais evidencia dois fatos relevantes. Por um lado, os países da ALADI²⁶ ganham importância como sócios comerciais do MERCOSUL. Em certa medida, estes movimentos podem estar associados ao maior ritmo de crescimento das economias latino-americanas frente à média mundial e à expansão do intercâmbio de produtos energéticos entre ambos os blocos. Embora durante o primeiro semestre

²⁶ São excluídos deste bloco os países do Mercosul e o México, que faz parte do TLCAN.

de 2007 as exportações à ALADI tenham crescido menos do que a média, cabe ressaltar que este mercado se transformou em um importante destino de exportação para o MERCOSUL, absorvendo 12,3% dos envios aos países fora do bloco, 5 pontos percentuais a mais do que em 2004.

Por outro lado, a partir de 2006, observa-se um saldo deficitário no comércio com os países asiáticos, o que é um dado de destaque, pois durante o triênio anterior o MERCOSUL havia registrado superávit frente a todos os seus principais sócios comerciais. Deve-se salientar que, enquanto a relevância da Ásia como destino das vendas externas cresce lentamente, sua participação nas importações mostrou um crescimento de mais de 5 pontos percentuais entre 2004 e 2007, transformando-se no principal fornecedor do MERCOSUL. Este aumento da participação da Ásia no abastecimento do bloco foi registrado em detrimento da União Européia (UE), dos países do TLCAN e o resto do mundo.

Sem dúvida, a evolução do comércio com o bloco asiático está diretamente relacionada com o desempenho do intercâmbio com a China, país que em 2006 representou 40% do comércio com essa região em seu conjunto. Devido à sua escala, importância geopolítica e ritmo de expansão econômica, a China está no centro de praticamente toda discussão relacionada com as tendências atuais e futuras nos padrões de comércio mundiais, e o MERCOSUL não constitui uma exceção a esta tendência.

O dinamismo do intercâmbio do bloco com a China durante os últimos anos foi surpreendente. O país asiático passou de representar 1% das exportações e 0,6% das importações do bloco em 1991 a 6,4% e 8,8%, respectivamente, em 2006. Em valores, a evolução do comércio é ainda mais impactante. As exportações do Brasil e da Argentina à China passaram de US\$ 473 milhões em 1991 a US\$ 11,9 bilhões no final de 2006, ou seja, foram multiplicadas por 25. Por sua parte, as importações passaram de US\$ 184 milhões para US\$ 11,1 bilhões, ou seja, 60 vezes o valor registrado em 1991.

QUADRO 8
FLUXOS TOTAIS DE COMÉRCIO DE BENS DOS PAÍSES DO MERCOSUL COM A CHINA
2005-2007^{al} - US\$ milhões

	2005	2006	Var. (%)	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Exportações	10.220	12.090	18,3	5.385	7.158	32,9
Argentina	3.193	3.508	9,9	1.640	2.149	31,0
Brasil	6.835	8.402	22,9	3.660	4.915	34,3
Paraguai	70	20	-71,4	11	6	-45,5
Uruguai	122	160	31,1	74	88	18,9
Importações	8.502	12.880	51,5	5.588	8.213	47,0
Argentina	2.238	3.122	39,5	1.321	2.040	54,4
Brasil	5.355	7.990	49,2	3.494	5.210	49,1
Paraguai	667	1.417	112,4	622	764	22,8
Uruguai	242	351	45,0	151	199	31,8
Saldo	1.716	-789	-146,0	-204	-1.055	417,2
Argentina	955	386	-59,6	319	109	-65,8
Brasil	1.480	413	-72,1	166	-295	-277,7
Paraguai	-598	-1.397	133,6	-612	-758	23,9
Uruguai	-121	-191	57,9	-77	-111	44,2

Nota: ^{al} 2007 corresponde ao 1º semestre.

Fontes: INDEC, SECEX e bancos centrais do Paraguai e do Uruguai.

Outra característica do comércio com a China é que este país alcançou uma posição superavitária em relação ao MERCOSUL e está a caminho de consolidá-la também com cada um dos membros de maneira bilateral. Embora a Argentina mantenha um pequeno saldo positivo até o momento, as taxas de crescimento de importações e exportações apontam que será muito difícil fechar até mesmo 2007 com saldo favorável.

Durante os últimos anos, o padrão de intercâmbio entre o MERCOSUL e a China esteve claramente determinado pela abundância fatorial relativa de cada parte. Ou seja, enquanto o bloco exporta ao país asiático bens intensivos em recursos naturais (matérias-primas, energia e produtos agrícolas processados), suas importações com origem chinesa se concentram em manufaturas de mão-de-obra intensiva. Portanto, embora a China ofereça uma grande oportunidade para as exportações do MERCOSUL como demandante de *commodities*, uma grande parte do setor industrial dos países do bloco (fundamentalmente de atividades intensivas em trabalho) costumam destacar os riscos associados ao potencial produtivo/exportador chinês e suas implicações negativas sobre a região.

O aumento abrupto das compras à China de produtos como têxteis, confecções, calçados e brinquedos provocou a reação dos setores público e privado do MERCOSUL (fundamentalmente do Brasil e da Argentina), dando lugar à aplicação de medidas de administração do comércio, algumas impostas de forma unilateral pelos países da região e outras acordadas previamente com o governo chinês.

O Brasil assinou, em fevereiro de 2006, um acordo com o governo chinês de restrição voluntária de exportações para 70 produtos têxteis e confecções. Ainda assim, 18 produtos chineses estão atualmente sujeitos a direitos *antidumping*. Além disso, em 2007, houve um aumento das taxas alfandegárias para o setor de vestuário de 20% para 35% (medida que está sujeita ainda à aprovação por parte do MERCOSUL) e foram adotados novos critérios para acentuar os controles sanitários, técnicos e de qualidade às importações chinesas de brinquedos, produtos elétricos e eletrônicos, entre outros. Neste mesmo sentido, estabeleceu-se uma lista de preços de referência para as importações de vestuários provenientes da China, sobre a qual são aplicados os direitos.

Entre as medidas adotadas pela Argentina, destacam-se a implementação de preços de referência, licenças não-automáticas, direitos *antidumping*, certificados de importação para partes de calçado, bolsas, malas e malas, e maiores requisitos de segurança e qualidade para as compras externas de pneus. Da mesma maneira, ampliou-se a lista de produtos que devem entrar no país por meio de alfândegas especializadas (mais intensivas em controles), incorporando-se bicicletas e suas peças, artigos de informática e eletrônica, relógios e ferramentas, entre outros. Finalmente, estabeleceu-se a necessidade de apresentar notas fiscais originais traduzidas ao espanhol e certificadas pelo serviço alfandegário do país de origem, quando os preços declarados das importações forem inferiores aos valores de referência da alfândega.

O intercâmbio entre os países do MERCOSUL e a China promete continuar nos próximos anos entre o dinamismo comercial e a "administração" dos fluxos. Sem dúvida, o desempenho recente do comércio com esta região levanta dúvidas sobre o futuro, principalmente quanto aos possíveis resultados de um padrão de especialização no qual os países do MERCOSUL permaneçam presos à exploração de vantagens comparativas essencialmente estáticas.

A adesão da Venezuela ao MERCOSUL e aos fluxos comerciais

Em meados de 2006, foi assinado em Caracas o Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL, documento que estava pendente da aprovação dos congressos do Paraguai e do Brasil²⁷ até o fechamento

²⁷ Veja-se Capítulo III do presente relatório.

deste relatório. Embora o comércio de bens do MERCOSUL com a Venezuela ainda não seja muito significativo, durante os últimos anos este intercâmbio demonstrou um importante dinamismo, ainda antes do início da retirada das barreiras comerciais. Durante 2006 e o primeiro semestre de 2007, houve um aumento do superávit do bloco com o país do Caribe como reflexo do comportamento das suas maiores economias do mercado comum, visto que o Paraguai e o Uruguai continuam registrando saldos deficitários (Quadro 9).

As exportações dos quatro países do MERCOSUL à Venezuela vêm crescendo de forma sustentável (60,5% em 2006 em comparação com 2005 e 37,9% durante o primeiro semestre de 2007 na comparação com o mesmo período do ano anterior) e, atualmente, o bloco representa 12% das importações totais venezuelanas. O maior dinamismo das vendas a este destino com relação aos envios ao resto do mundo evidencia o potencial do mercado venezuelano para os produtos do MERCOSUL, particularmente para as manufaturas (automóveis e autopeças, produtos farmacêuticos, alimentos, plásticos, papel, papelão, etc.) que constituem a maior parte das exportações para esse país. Cabe assinalar que um dos principais afetados pelo aumento da fatia de mercado do bloco sul-americano na Venezuela poderia ser a Colômbia, pois este país é um tradicional abastecedor de produtos similares em condições tarifárias preferenciais.

QUADRO 9
COMÉRCIO DE BENS DO MERCOSUL COM A VENEZUELA
2005-2007^{a/} - US\$ milhões e porcentagens

	2005	2006	Var. (%)	1 S 2006	1 S 2007	Var. (%)
Exportações	2.778	4.458	60,5	1.856	2.558	37,9
Argentina	513	806	57,1	308	471	52,9
Brasil	2.224	3.565	60,3	1.516	2.014	32,8
Paraguai	7	9	30,0	1	32	3.937,5
Uruguai	34	78	132,0	31	41	33,0
Importações	551	1.355	146,1	711	641	-9,9
Argentina ^{b/}	45	24	-46,7	16	14	-15,0
Brasil	255	592	132,2	247	188	-23,9
Paraguai	6	140	2.356,1	1	130	11.718,2
Uruguai	245	599	144,5	447	309	-30,9
Saldo	2.227	-3.104	-239,4	-1.145	-1.927	68,4
Argentina	468	-782	-267,1	-292	-457	56,5
Brasil	1.969	-2.974	-251,0	-1.269	-1.836	44,7
Paraguai	1	131	9.961,5	0	98	24.325,0
Uruguai	-211	521	-346,6	416	268	-35,6

Notas: ^{a/} 2007 corresponde ao 1º semestre.

^{b/} Este valor não inclui as importações argentinas de *fuel oil* e outros combustíveis oriundos da Venezuela dado que, por questões técnicas, o INDEC não os inclui com uma atribuição específica desse país.

Fonte: INDEC, SECEX, bancos centrais do Uruguai, Paraguai e Venezuela.

Por sua parte, as importações do MERCOSUL oriundas da Venezuela apresentaram um forte crescimento durante 2006 (146,1%) e uma redução de 9,9% durante o primeiro semestre de 2007.²⁸ Em linhas gerais, a importância do país do Caribe como fornecedor do bloco é relativamente limitada para todos os países, com exceção do Uruguai, que absorve quase a metade das compras do MERCOSUL com esta origem. Em matéria energética, a Venezuela se transformou em um importante sócio comercial; os combustíveis representam quase a totalidade das importações oriundas deste país realizadas por Argentina, Paraguai e Uruguai e mais de 60% no caso do Brasil.

B. Evolução do comércio de cada um dos países

Durante 2006 e o primeiro semestre de 2007, as exportações e importações de bens dos quatro países do MERCOSUL continuaram crescendo e, em todos os casos, alcançaram níveis recordes. Assim como nos anos anteriores, a Argentina e o Brasil registraram resultados superavitários, enquanto no Paraguai e no Uruguai o saldo manteve-se negativo (Quadro 10).

QUADRO 10
FLUXOS TOTAIS DE COMÉRCIO DE BENS DOS PAÍSES DO MERCOSUL
2005-2007^{al} - US\$ milhões e porcentagens

	2005	2006	Var. (%)	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Exportações	163.800	189.411	15,6	85.717	101.304	18,2
Argentina	40.387	46.083	14,1	21.849	24.546	12,3
Brasil	118.308	137.470	16,2	61.057	73.214	19,9
Paraguai	1.688	1.906	12,9	927	1.508	62,7
Uruguai	3.417	3.952	15,7	1.884	2.036	8,1
Importações	109.398	135.551	23,9	61.761	77.468	25,4
Argentina	28.662	34.126	19,1	15.600	19.420	24,5
Brasil	73.606	91.396	24,2	41.524	52.620	26,7
Paraguai	3.251	5.254	61,6	2.370	3.020	27,4
Uruguai	3.879	4.775	23,1	2.267	2.408	6,2
Saldo	54.402	53.860	-1,0	23.956	23.836	-0,5
Argentina	11.725	11.957	2,0	6.249	5.126	-18,0
Brasil	44.703	46.074	3,1	19.533	20.594	5,4
Paraguai	-1.564	-3.348	114,1	-1.443	-1.512	4,8
Uruguai	-462	-823	78,1	-383	-372	-2,9

Nota: ^{al} 2007 corresponde ao 1º semestre.

Fontes: INDEC, SECEX e bancos centrais do Paraguai e do Uruguai.

No que diz respeito às vendas externas, o aumento foi relativamente equilibrado durante o ano de 2006. O aumento do Brasil, ligeiramente superior ao da média do bloco, permitiu que o país obtivesse a maior fatia do mercado nas exportações para fora do MERCOSUL em termos históricos (72,6%). Durante a primeira

²⁸ Estas cifras excluem as importações argentinas de *fuel oil* e outros combustíveis da Venezuela visto que, por questões técnicas, o Indec não as inclui como atribuição específica desse país.

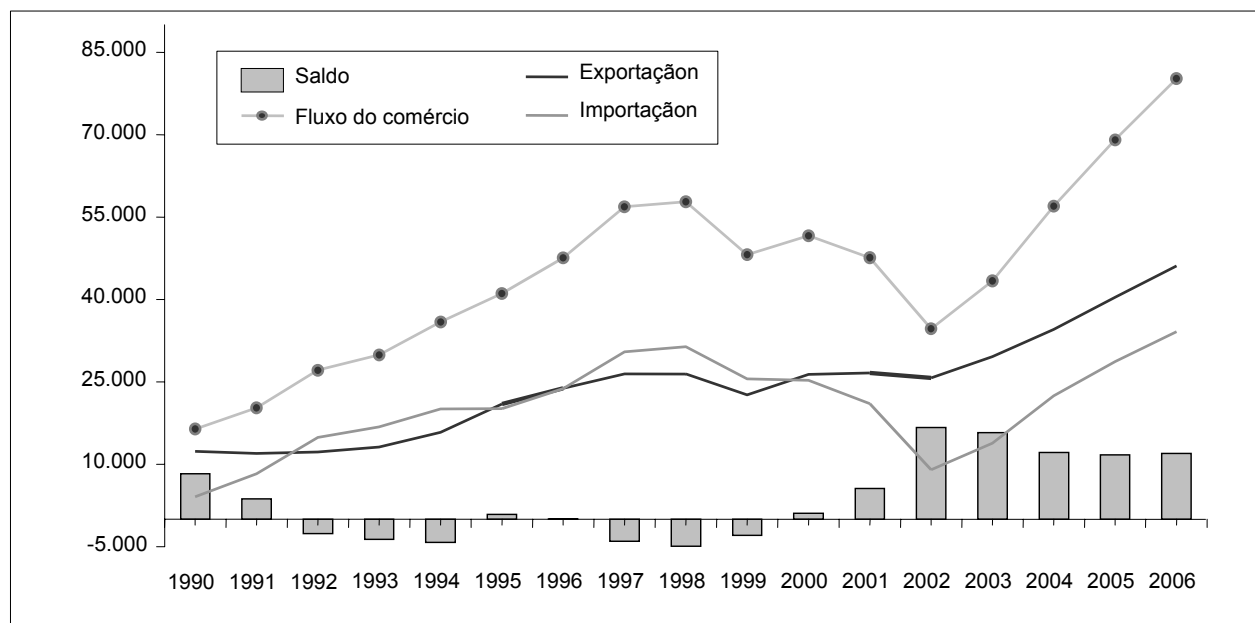
metade de 2007, vale destacar o forte crescimento das exportações paraguaias e a desaceleração das exportações uruguaias. Em ambos os períodos, os envios da Argentina ao exterior aumentaram mais lentamente que os do resto do bloco.

As importações, por sua parte, tiveram um crescimento com uma velocidade maior que as exportações em todos os países durante 2006 e do que na Argentina e no Brasil na primeira metade de 2007. Em ambos períodos, as maiores taxas de crescimento corresponderam ao Paraguai e ao Brasil.

Argentina

Os fluxos do comércio exterior da Argentina continuam mostrando um aumento persistente, consolidando a tendência ascendente verificada desde 2003 (Gráfico 11). As exportações aumentaram 14,1% em 2006 e 12,3% durante a primeira metade de 2007, somando US\$ 48,8 bilhões nos 12 meses anteriores a junho de 2007 e quase duplicando os níveis registrados durante a crise. Em contraste com o registrado em 2005, os preços contribuíram em maior medida que as quantidades para a alta das vendas externas. As manufaturas de origem industrial se mantiveram como o setor mais dinâmico, enquanto foi destacada a desaceleração em 2006 e a queda em 2007 dos envios de combustíveis e energia (Quadro 2).

GRÁFICO 11
ARGENTINA: FLUXOS DE COMÉRCIO DE BENS
1990-2006 - US\$ milhões



Fonte: INDEC.

As importações cresceram e chegaram a quase US\$ 38 bilhões no mesmo período, acumulando um aumento de 320% na comparação com 2002. Os maiores aumentos foram registrados nas compras de automóveis, bens de consumo, bens de capital, peças e acessórios. Diferentemente das exportações, o impulso proveio principalmente do aumento do volume físico.

QUADRO 2

O BALANÇO ENERGÉTICO DA ARGENTINA E SUAS IMPLICAÇÕES REGIONAIS

O superávit que a Argentina registra em seu comércio de bens é sustentável, em uma proporção importante, pelo "excedente energético". O saldo positivo de combustíveis e energia passou de 25% do total em 2002 para representar quase 50% em 2006, enquanto o superávit nos produtos restantes sofreu uma redução significativa, tanto em termos absolutos como relativos. Em 2007, o intercâmbio comercial argentino está mostrando algumas modificações (Quadro 11). Durante o primeiro semestre, as exportações de combustíveis e energia tiveram uma redução de 18% - destacando-se as baixas nos envios de petróleo, diesel e gás -, ao mesmo tempo que as importações tiveram um crescimento de 19%, impulsionadas pelas maiores compras de diesel, óleo combustível e eletricidade. Assim, o superávit "energético" apresentou uma redução de quase um terço, reduzindo sua participação no excedente total em cerca de 5 p.p. Esta situação agravou-se no início do terceiro trimestre de 2007, quando o saldo em combustíveis e energia foi deficitário pela primeira vez nos últimos 15 anos, depois de as importações aumentarem 150% i.a.

Esta mudança no padrão do comércio de energia se explica por um forte crescimento da demanda interna, que não pode ser abastecida pela oferta local. Enquanto as reservas e a produção de petróleo e gás mostram uma tendência declinante, seu consumo se incrementa de forma sustentável, impulsionado pelo crescimento do parque automotivo, da indústria, do setor primário e pela geração de eletricidade. No caso do gás, em 2007 foi registrado um importante aumento da demanda residencial, em um contexto de restrições de oferta elétrica. Estes fatores levaram às importações de energia elétrica com origem nos países do MERCOSUL e reduziram consideravelmente as exportações de combustíveis líquidos e gás, principalmente para o Chile.

Embora se espere que nos próximos meses as importações de energia diminuam seu ritmo de crescimento na medida em que alguns problemas pontuais sejam solucionados, é bastante provável que o superávit do comércio argentino apresente uma redução. Se não fizer uma mudança de tendência da produção interna, a Argentina poderia passar de exportadora a importadora de combustíveis e energia no médio prazo, o que levaria a grandes mudanças. Em nível interno, a receita federal poderia começar a perceber uma arrecadação menor por impostos a exportações de hidrocarbonetos, em paralelo a um aumento das tensões inflacionárias (pela importação de combustíveis a preços internacionais), ou pelas pressões para manter o atual esquema de subsídios voltado para conter as altas de preços domésticos. No plano regional, as importações energéticas argentinas com origem nos demais países do MERCOSUL e outros países como Bolívia continuariam aumentando. Simultaneamente, haveria uma redução do fornecimento que, ao longo da última década, foi garantido a diferentes pontos da região, com destaque para o gás fornecido ao Chile. Esta situação impõe o desafio de ampliar os investimentos em infra-estrutura para fazer frente às alterações previstas no padrão de comércio deste segmento, colocando o tema da integração energética no centro do debate da agenda regional dos próximos anos.

QUADRO 11

ARGENTINA: IMPACTO DO BALANÇO ENERGÉTICO NA BALANÇA DE BENS TOTAL

2005-2007^{al} - US\$ milhões

	2005	2006	Var. (%)	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Exportações	40.387	46.083	14,1	21.849	24.546	12,3
Combustíveis e energia	7.026	7.621	8,5	3.807	3.137	-17,6
Demais produtos	33.361	38.462	15,3	18.042	21.409	18,7
Importações	28.662	34.126	19,1	15.600	19.420	24,5
Combustíveis e energia	1.542	1.729	12,1	805	954	18,5
Demais produtos	27.120	32.397	19,5	14.795	18.466	24,8
Saldo	11.725	11.957	2,0	6.249	5.126	-18,0
Combustíveis e energia	5.484	5.892	7,4	3.002	2.183	-27,3
Demais produtos	6.241	6.065	-2,8	3.247	2.943	-9,4

Nota: ^{al} 2007 corresponde ao 1º semestre.

Fonte: INDEC.

Com estes resultados, o comércio de bens se manteve superavitário em torno de US\$ 12 bilhões em 2006. Durante o primeiro semestre de 2007, esse excedente foi reduzido em 18% interanual. Assim como

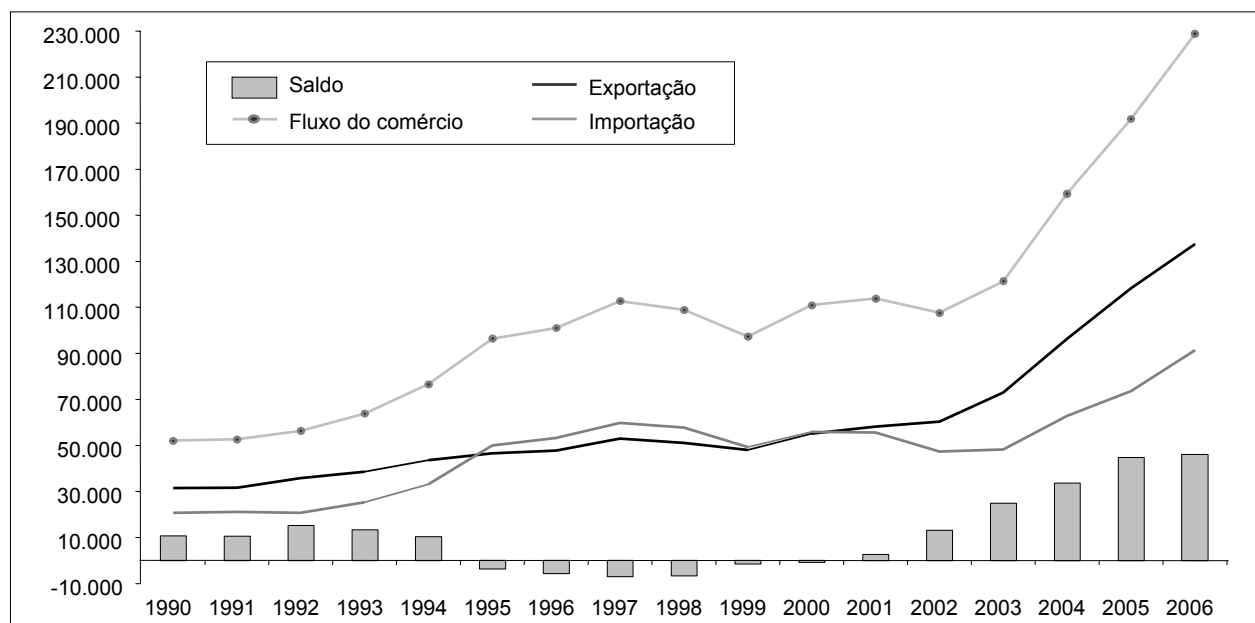
aconteceu em 2005, a Argentina registrou saldos positivos no intercâmbio com todos os seus principais sócios comerciais, com exceção do MERCOSUL.

Em todo caso, cabe destacar que o aumento das exportações foi impulsionado pelas vendas ao MERCOSUL, consideravelmente mais dinâmicas que os envios a países extra-zona. Por outro lado, no caso das importações, as compras fora do bloco mostraram as maiores taxas de crescimento, com destaque para as compras realizadas aos países asiáticos e à União Européia. Para a Argentina, o MERCOSUL constitui tanto um relevante destino das exportações (21,6%) como uma importante origem das suas importações (37,2%).²⁹

Brasil

O comércio de mercadorias do Brasil voltou a crescer de maneira sustentável durante 2006 e o primeiro semestre de 2007. Contrastando com o que aconteceu em anos anteriores, as importações aumentaram mais rapidamente que as exportações (Gráfico 12). Apesar disso, o superávit comercial continua crescendo pelo sétimo ano consecutivo e alcançando níveis recordes (US\$ 47,1 bilhões nos 12 meses anteriores a junho de 2007). O Brasil registra resultados positivos com todos os seus principais sócios comerciais, exceto com os países asiáticos.

GRÁFICO 12
BRASIL: FLUXOS DE COMÉRCIO DE BENS
1990-2006 - US\$ milhões



Fonte: SECEX.

As vendas externas aumentaram 16,2% i.a. em 2006 e 19,9% na primeira metade de 2007, somando US\$ 149,7 bilhões nos 12 meses finalizados em junho de 2007. Durante o último ano e meio, as exportações foram impulsionadas principalmente pela subida dos preços, contrastando com os anos anteriores, quando prevalecia o efeito do crescimento das quantidades. Os envios de todas as

²⁹ Veja-se o Quadro A 2.1 do Anexo 2.

categorias tiveram um aumento, destacando-se em 2006 o desempenho dos produtos semimanufaturados e, em 2007, as exportações de matérias-primas.

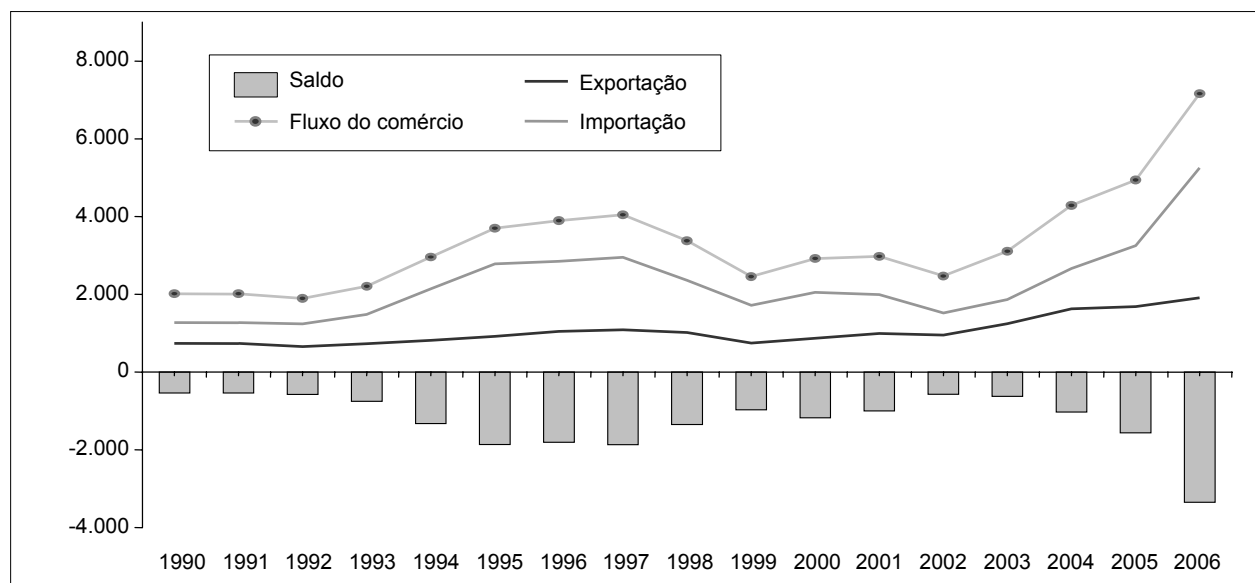
As importações somaram US\$ 102,5 bilhões (12 meses finalizados em junho de 2007), depois de aumentar 24,2% i.a. em 2006 e 26,7% durante o primeiro semestre de 2007. Os incrementos foram observados em todos os setores, destacando-se em ambos os períodos os bens de consumo, tanto duráveis como não-duráveis. Assim como na Argentina, o crescimento do volume físico promoveu a expansão das importações. Assim, depois de mostrar um comportamento bastante errático nos anos seguintes à desvalorização do real em 1999, a elasticidade importações-produto mostrou recentemente um forte aumento, superando a média da última década.

Tanto no caso das exportações como no das importações, o intercâmbio do Brasil com o MERCOSUL foi mais dinâmico que o comércio com países de extra-zona.³⁰

Paraguai

Depois de vários anos de queda e estancamento, as exportações paraguaias aumentaram 12,9% durante 2006 e 62,7% no primeiro semestre de 2007, o que permitiu ao país elevar sua participação nas exportações totais do bloco de 1% a 1,5%. Esta forte recuperação evidenciada durante os últimos meses foi generalizada nos principais produtos de exportação, destacando-se o desempenho dos bens agrícolas e as manufaturas baseadas em recursos naturais. Dessa maneira, as vendas externas do Paraguai somaram US\$ 2,5 bilhões nos 12 meses finalizados em junho de 2007, alcançando um recorde histórico (Gráfico 13).

GRÁFICO 13
PARAGUAI: FLUXOS DO COMÉRCIO DE BENS
1990-2006 - US\$ milhões



Fonte: Banco Central de Paraguai.

³⁰ Veja-se o Quadro A2.2 do Anexo 2.

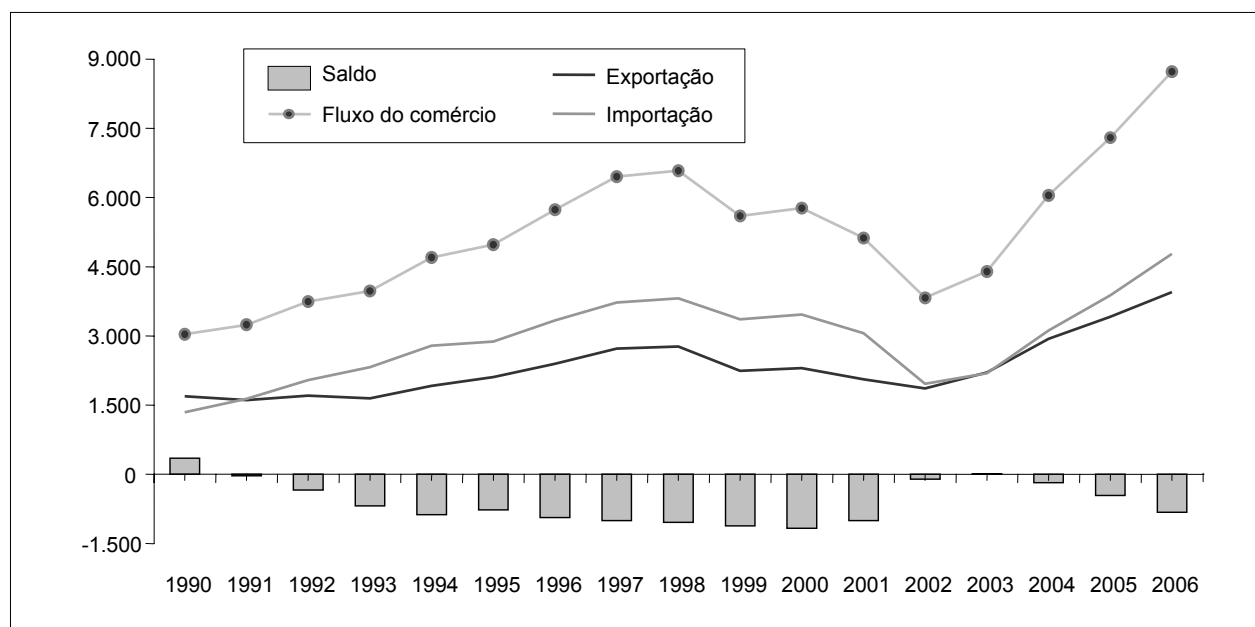
As importações, por sua parte, tiveram um aumento de 61,6% em 2006 e 27,4% durante a primeira metade de 2007, passando a US\$ 5,9 bilhões no mesmo período. Embora tenham sido registrados aumentos em todos os setores, destaca-se o impulso proporcionado pelos automóveis e pelos bens de capital. Com estes resultados, o déficit do comércio de bens do Paraguai mais do que duplicou durante 2006 (US\$ 3,3 bilhões) e continuou aumentando durante 2007. O saldo negativo mostra-se generalizado com todos os principais sócios comerciais, com exceção da casa denominada resto do mundo.

As exportações para fora do MERCOSUL aumentaram de forma sustentável, enquanto os envios ao bloco (quase a metade do total) não apresentaram alterações em 2006, embora tenham duplicado durante o primeiro semestre de 2007. Durante 2006, as compras realizadas à extra-zona também cresceram mais rapidamente que as importações feitas ao MERCOSUL, enquanto entre janeiro e junho de 2007 houve uma expansão mais equilibrada. O maior dinamismo foi apresentado pelos produtos originários da Ásia (em 2006) e dos países da ALADI (durante o primeiro semestre de 2007).³¹

Uruguai

Durante os últimos 18 meses, o Uruguai continuou registrando um saldo deficitário em seu comércio de mercadorias, que em 2006 superou US\$ 800 milhões (Gráfico 14). Nos 12 meses anteriores a junho de 2007, as vendas externas somaram US\$ 4,1 bilhões, enquanto as compras saltaram para US\$ 4,9 bilhões.

GRÁFICO 14
URUGUAI: FLUXOS DO COMÉRCIO DE BENS
1990-2006 - US\$ milhões



Fonte: Banco Central do Uruguai.

³¹ Veja-se o Quadro A2.3 do Anexo 2.

As exportações apresentaram uma expansão de 15,7% em 2006 e uma desaceleração durante o primeiro semestre de 2007, quando aumentaram 8,1% i.a. Esta menor taxa de crescimento reflete uma queda das vendas externas de produtos tradicionais, que tinham tido um desempenho melhor durante os últimos anos.

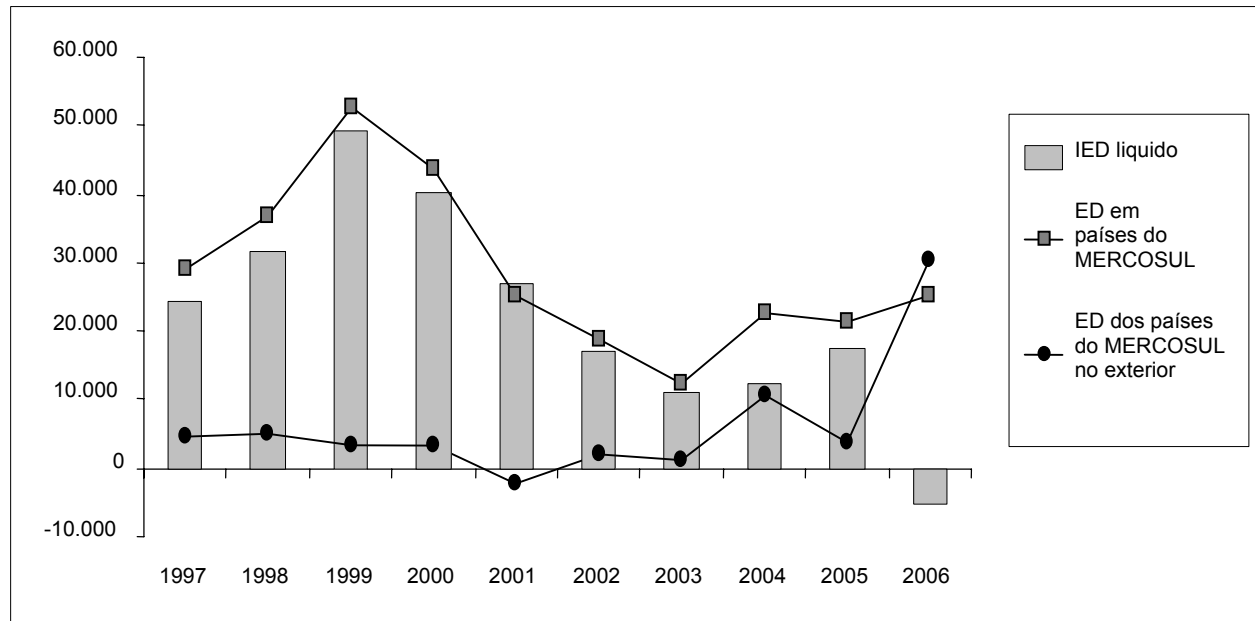
As importações mostraram um comportamento similar ao das exportações, pois o ritmo de expansão caiu de 23,1% em 2006 para 6,2% durante a primeira metade de 2007. A desaceleração reflete uma retração das compras petrolíferas e um aumento menor das importações dos demais produtos.

Tanto no caso das exportações como no das importações, a evolução do valor é explicada principalmente pelo crescimento das quantidades. Por outra parte, ambos os fluxos tiveram uma expansão a um ritmo maior no intercâmbio com o MERCOSUL do que no comércio com os países de extra-zona. O Uruguai obteve saldos deficitários com o conjunto dos países do bloco sul-americano, os da ALADI e os asiáticos, em paralelo a um superávit no intercâmbio com o TLCAN, a UE e o resto do mundo.³²

C. Investimento estrangeiro direto no MERCOSUL

Pela primeira vez na história do MERCOSUL, em 2006 o IED líquido foi negativo (US\$ 5,2 bilhões), como consequência do crescente investimento no exterior dos países do bloco - particularmente do Brasil -, dado que a entrada de IED à sub-região continuou em aumento. As cifras preliminares do primeiro semestre de 2007, pelo contrário, mostram uma entrada líquida de IED.³³

GRÁFICO 15
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MERCOSUL^{a/}
1997-2006 - US\$ milhões



Nota: ^{a/} Soma do IED nos quatro países; portanto, inclui investimento intra-MERCOSUL.

Fontes: CEPAL, DNCI e bancos centrais do Brasil e do Uruguai.

³² Veja-se o Quadro A2.4 do Anexo II.

³³ Veja-se o Quadro A2.5 do Anexo II.

Investimento direto de estrangeiros no MERCOSUL

Durante 2006, US\$ 25,1 bilhões entraram no bloco em conceito de IED, 18,1% mais que no ano anterior. Embora estes fluxos continuem se recuperando com relação aos mínimos alcançados durante a crise, eles ainda estão muito abaixo dos máximos registrados no final dos anos 1990 e são menos dinâmicos que os investimentos em outros destinos. A participação do bloco no IED mundial cresceu para 1,9% e absorve 6,6% dos investimentos diretos destinados a países em desenvolvimento. Em ambos os casos, está levemente abaixo do nível do ano anterior (UNCTAD [2007]).

As entradas do IED apresentaram um aumento em todos os países - com exceção da Argentina, onde caíram 8,1% -, destacando-se o desempenho das economias menores. No Uruguai, o IED cresceu 55,7% e alcançou um recorde histórico no segundo ano consecutivo, dinâmica vinculada em grande medida à construção de uma fábrica de celulose, que representa um importante projeto de investimento para a economia uruguaia. O IED no Paraguai representou 1,8% do PIB, duplicando tanto seu nível como sua participação no produto com relação ao ano anterior, embora continue se mantendo abaixo dos níveis alcançados no final da década passada.

Durante o primeiro semestre de 2007 os investimentos diretos de estrangeiros continuaram se expandindo no Brasil, enquanto na Argentina e no Uruguai houve uma redução de mais de 50% com relação ao mesmo período do ano anterior.³⁴

O investimento direto do MERCOSUL no exterior e a transnacionalização das empresas brasileiras

Sem dúvida um dos fenômenos mais interessantes dos últimos anos é a crescente internacionalização das empresas de países em desenvolvimento. Entre as chamadas "translatinas" - de acordo com o termo usado pela CEPAL -, destacam-se as empresas de origem brasileira. Estas explicam o crescente dinamismo do investimento de países do MERCOSUL no exterior, especialmente por meio das fusões e aquisições de empresas estrangeiras. Entre as principais motivações que levaram a este processo destacam-se a tentativa de incrementar sua participação nos mercados mundiais, a diversificação de riscos, a obtenção de economias de escala, a necessidade de buscar mercados mais dinâmicos que o brasileiro ou de driblar barreiras tarifárias e não-tarifárias em outros destinos, etc.

É preciso assinalar que a transnacionalização de empresas brasileiras nos últimos anos foi muito favorecida pelo contexto de elevada liquidez em nível mundial, pela obtenção de créditos com condições de pagamento facilitadas por parte do BNDES e a apreciação do real, que reduziu de maneira considerável o custo dos ativos externos. De toda maneira, alguns analistas sinalizam que o investimento no exterior estimulado pela baixa do tipo de câmbio acarretaria também a perda de empregos vinculada com a deterioração da competitividade.³⁵

Durante 2006, o IED dos países do MERCOSUL no exterior totalizou US\$ 30,3 bilhões, 93% dos quais tiveram origem no Brasil. O aumento abrupto é em grande medida explicado pela compra de 75,7% da mineradora canadense Inco por parte da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), operação de US\$ 13,3

³⁴ Não existe informação sobre o Paraguai para o ano 2007.

³⁵ Em alguns setores tradicionalmente competitivos da indústria brasileira (calçado e seus artigos, linha branca de eletrodomésticos) começou-se a vislumbrar um processo de deslocamento de investimentos para mercados como o da Argentina e, para o caso de algumas empresas brasileiras exportadoras que já operam em escala mundial, a China e a Índia. Por outra parte, várias montadoras automotivas com operações em ambos os países do Cone Sul anunciaram recentemente não apenas que utilizarão sua capacidade produtiva instalada na Argentina antes de realizar novos investimentos no Brasil, mas também que, em alguns casos, realizarão investimentos de médio porte - vinculados com o lançamento de alguns novos modelos - em território argentino.

bilhões. A Argentina, por sua parte, contribuiu com investimentos no exterior com US\$ 2,1 bilhões. Durante o primeiro semestre de 2007, pelo contrário, o investimento brasileiro no exterior foi negativo em quase US\$ 3,5 bilhões, enquanto o investimento argentino no resto do mundo somou US\$ 580 milhões, menos da metade do que no mesmo período do ano anterior.

Embora não haja informação atualizada, os dados do período 2001-2005 indicam que os países do MERCOSUL estão entre os destinos mais importantes de investimento direto do Brasil no exterior, depois da UE e dos Estados Unidos. Ao excluir os investimentos nos paraísos fiscais, o Uruguai e a Argentina absorveram, respectivamente, 15% e 9,5% do total (Porta [2007]).

De acordo com estimativas não-oficiais, os investimentos brasileiros no Uruguai passaram de US\$ 12 milhões em 2004 para US\$ 320 milhões em 2006. Entre os mais relevantes, destacam-se os da Petrobras (atualmente proprietária de 85 postos de serviço e responsável pela distribuição de gás no Uruguai), alguns na produção de cimento e outros no setor financeiro, especialmente a partir da reabertura do Banco do Brasil em Montevideu e da compra do Bank Boston pelo Banco Itaú.

Por outra parte, em setores com menos tradição de internacionalização começa a se observar uma chegada crescente de empresas de origem brasileira. Dessa maneira, a entrada do Grupo Gerdau no final dos anos 1990 e da Ambev em 2003 foi seguida nos últimos anos por empresas como os frigoríficos Marfrig e Bertin, que já controlam um terço da produção uruguaia de carne bovina. Neste mesmo sentido, em 2007 a fábrica de arroz e feijão brasileira Camil comprou a Saman, a maior indústria processadora de arroz do país, responsável por 45% da produção e exportação desse produto.

Na Argentina, desde o fim da paridade do dólar e do peso argentino até meados de 2006, grupos econômicos brasileiros investiram mais de US\$ 7 bilhões em aquisições de empresas industriais, valor que quase quadruplica o valor dos investimentos diretos originários do Brasil durante toda a década de 1990.³⁶

QUADRO 12
INVESTIMENTOS BRASILEIROS NA ARGENTINA
Principais projetos anunciados em 2005-2007 - em US\$ milhões

Empresa	Valor	Empresa	Valor
Ambev	1.310	Coteminas	52
Petrobras	1.279	Sipar Gerdau	41
Camargo Corrêa	1.160	Santista Têxtil	32
Friboi	306	Borrachas Vipal	16
Quilmes	158	Vale do Rio Doce	14
Acindar	140	Marfrig	10
Lupatech	56	Paquetá	9
		<i>Total</i>	<i>4.583</i>

Fonte: Elaboração própria com base na informação publicada na imprensa.

³⁶ Durante a década de 1990, os investimentos brasileiros na Argentina foram protagonizados fundamentalmente por empresas que estavam dando seus primeiros passos no âmbito internacional e tinham como estratégia principal vender no mercado regional. Uma parte dos investimentos dessa origem foi de porte médio - como os realizados pelas fábricas de autopeças Copaf e Sogefi, pela produtora de Packaging Dixie Toga na American Plast e pela empresa de planos de saúde Amil -, mas também foram fechadas operações maiores, como a compra do Banco Buen Ayre pelo Banco Itaú, a construção da fábrica da Brahma na cidade de Luján (Grande Buenos Aires), a aquisição da Grafa pela Têxtil Santista e a participação da siderúrgica Gerdau na empresa Sipar.

O IED brasileiro na Argentina esteve vinculado principalmente com operações de compra de empresas produtivas existentes (55%). Em menor medida, aparecem as ampliações (25%) e, por último, o investimento de tipo *greenfield* (20%) (Porta [2007]). Como parte deste processo, tradicionais empresas ou marcas fortemente instaladas no mercado argentino (a cervejaria Quilmes, a fábrica de cimentos Loma Negra, a siderúrgica Acindar, a petroleira Perez Companc ou a têxtil Grafa, entre outras) foram passando durante os últimos cinco anos das mãos de famílias ou grupos econômicos locais para as de grandes corporações de origem (ou com participação) brasileira. Entre elas destacam-se o Grupo Camargo Corrêa, AmBev, Coteminas, Arcelor, Friboi, Belgo Mineira ou a estatal Petrobras,³⁷ entre outros.

O transporte foi outro dos setores mais dinâmicos para o investimento brasileiro na Argentina. A empresa América Latina Logística controla os ramais de carga da linha ferroviária San Martín e General Urquiza (que vai até o nordeste do país). Por outra parte, a chegada da Vale do Rio Doce, com sua filial brasileira DoceNave, representa 22% do comércio marítimo entre ambos os países. Por outro lado, o grupo Odebrecht, especializado em construção e engenharia, possui a concessão dos pedágios da empresa Autopistas del Oeste e tem planos de aumentar sua presença na Argentina.

O investimento brasileiro direto no Paraguai é limitado em comparação com os fluxos destinados aos outros países do bloco. De qualquer forma, em maio de 2007, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou um conjunto de medidas para incentivar os fluxos de investimento para o Paraguai. Entre elas, destaca-se a abertura de linhas de crédito do BNDES para que os empresários brasileiros financiem projetos no Paraguai e para que as empresas paraguaias adquiram maquinário e equipamento brasileiros em condições vantajosas.

Este fenômeno de expansão das empresas brasileiras nos países do bloco não teve uma contrapartida equivalente - o que é lógico - em termos de fluxos de capitais argentinos, uruguaios ou paraguaios no sócio maior do bloco. Se nos anos 1990 várias empresas argentinas tinham investido no âmbito regional (por exemplo, Techint, Arcor, Pérez Companc, etc.), esse processo perdeu força depois da crise financeira vivida pelo país no final da década passada e no início da atual. Enquanto alguns desses grupos foram vendidos a empresas estrangeiras, outros reduziram seu nível de investimento no exterior.

D. Conclusões

Em um contexto internacional favorável, o comércio do MERCOSUL continua se expandindo de forma sustentável, tanto em nível intra-zona como com o resto do mundo. Frente à probabilidade de uma deterioração do clima externo, o desempenho comercial do bloco poderia ser afetado.

No que diz respeito ao comércio intra-zona, muito dinâmico durante os últimos anos, destaca-se o impulso que as importações do Brasil ganharam com origem nos demais países do bloco. No entanto, a persistência de resultados deficitários no intercâmbio bilateral com a economia maior - aprofundados nos casos do Paraguai e do Uruguai - continua gerando debate sobre as assimetrias entre os seus membros.

Por outra parte, embora a incorporação plena da Venezuela ao bloco ainda não tenha sido concretizada, o intercâmbio com o país caribenho cresce de forma sustentável, ganhando importância como destino das exportações e transformando-se em um fornecedor estratégico em matéria energética.

³⁷ Embora esta empresa tenha voltado suas atividades na Argentina para a atividade petroleira, atualmente é também proprietária da maioria das ações das transportadoras de energia elétrica Transener, Transba, Distriec, Citelec, Enecor e da distribuidora Edesur. No momento do fechamento deste relatório, a Petrobras anunciou seu novo plano de investimentos internacionais para o período de 2008-2012, no qual a Argentina será o segundo país - atrás dos Estados Unidos - na agenda de investimentos da empresa no exterior, com um montante de US\$ 2,8 bilhões.

Depois de vários anos de superávit com todos os principais sócios comerciais, em 2006 o MERCOSUL começou a registrar um saldo deficitário com a Ásia, resultado do intercâmbio com a China. Embora este país continue sendo um importante demandante das matérias-primas que o bloco exporta, o forte aumento das importações de manufaturas chinesas intensivas em mão-de-obra começou a gerar demandas de administração do comércio que poderiam ser acentuadas no futuro.

Em matéria do IED, destaca-se o crescente dinamismo dos investimentos brasileiros no exterior, nos quais a Argentina e o Uruguai se sobressaem entre os receptores mais relevantes destes fluxos, que levou o IED líquido agregado dos quatro países do bloco ao terreno negativo pela primeira vez na história. Embora as entradas do IED continuem aumentando, o MERCOSUL não consegue se consolidar como um destino atrativo em termos relativos. Estes investimentos estão muito abaixo dos níveis dos anos 1990 - quando o processo de privatizações gerou entradas recordes do IED - e o MERCOSUL perde participação tanto no IED mundial como nos fluxos para países em desenvolvimento.

ANEXO II

QUADRO A2.1
ARGENTINA: FLUXOS DO COMÉRCIO DE BENS POR PAÍS
E BLOCO ECONÔMICO SELECIONADO
 Em US\$ milhões e percentagens

	2005	2006	Var. (%)	Part (%) 2006	1° S 2006	1° S 2007	Var. (%)
Exportações	40.387	46.083	14,1	100,0	21.849	24.546	12,3
MERCOSUL	7.709	9.949	29,1	21,6	4.433	5.490	23,8
Brasil	6.335	8.132	28,4	17,6	3.567	4.598	28,9
Paraguai	509	621	22,0	1,3	337	321	-4,7
Uruguai	864	1.196	38,4	2,6	475	554	16,6
Extra-zona	32.678	36.133	10,6	78,4	17.416	19.056	9,4
TLCAN	6.034	6.071	0,6	13,2	3.019	2.628	-13,0
UE	6.846	8.002	16,9	17,4	3.904	4.252	8,9
ALADI ^{al}	6.716	7.267	8,2	15,8	3.478	3.633	4,5
Ásia	6.715	7.345	9,4	15,9	3.495	4.268	22,1
Demais lugares do mundo	6.367	7.448	17,0	16,2	3.520	4.275	21,4
Importações	28.662	34.126	19,1	100,0	15.600	19.420	24,5
MERCOSUL	11.020	12.686	15,1	37,2	5.887	7.213	22,5
Brasil	10.293	11.871	15,3	34,8	5.431	6.458	18,9
Paraguai	453	505	11,5	1,5	241	522	116,6
Uruguai	274	309	13,1	0,9	147	185	26,0
Extra-zona	17.642	21.439	21,5	62,8	9.713	12.207	25,7
TLCAN	5.000	5.590	11,8	16,4	2.533	3.108	22,7
UE	4.832	5.813	20,3	17,0	2.637	3.319	25,9
ALADI ^{al}	1.011	1.129	11,7	3,3	567	574	1,2
Ásia	3.866	5.138	32,9	15,1	2.102	3.054	45,3
Demais lugares do mundo	2.933	3.770	28,5	11,0	1.874	2.152	14,8
Saldo	11.725	11.957	2,0	100,0	6.249	5.126	-18,0
MERCOSUL	-3.311	-2.737	-17,3	-22,9	-1.454	-1.723	18,5
Brasil	-3.958	-3.740	-5,5	-31,3	-1.864	-1.860	-0,2
Paraguai	56	116	106,8	1,0	96	-201	-309,3
Uruguai	591	887	50,1	7,4	328	369	12,4
Extra-zona	15.036	14.694	-2,3	122,9	7.703	6.849	-11,1
TLCAN	1.034	481	-53,5	4,0	486	-480	-198,8
UE	2.014	2.189	8,7	18,3	1.267	933	-26,4
ALADI ^{al}	5.705	6.139	7,6	51,3	2.911	3.059	5,1
Ásia	2.849	2.208	-22,5	18,5	1.393	1.214	-12,8
Demais lugares do mundo	3.434	3.678	7,1	30,8	1.646	2.123	29,0

Nota: ^{al} Exceto MERCOSUL e México.

Fonte: INDEC.

QUADRO A2.2
BRASIL: FLUXOS DO COMÉRCIO DE BENS POR PAÍS E BLOCO ECONÔMICO SELECIONADO
Em US\$ milhões e percentagens

	2005	2006	Var. (%)	Part. (%) 2006	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Exportações	118.308	137.470	16,2	100,0	61.057	73.214	19,9
MERCOSUL	11.746	13.986	19,1	10,2	6.267	7.596	21,2
Argentina	9.930	11.740	18,2	8,5	5.319	6.311	18,6
Paraguai	963	1.234	28,1	0,9	510	699	37,2
Uruguai	853	1.013	18,7	0,7	438	587	33,9
Extra-zona	106.563	123.484	15,9	89,8	54.790	65.617	19,8
TLCAN	28.831	31.512	9,3	22,9	14.515	15.074	3,8
UE	27.040	31.045	14,8	22,6	13.754	18.178	32,2
ALADI ^{a/}	9.678	13.051	34,9	9,5	5.631	6.734	19,6
Ásia ^{b/}	18.566	20.816	12,1	15,1	9.254	11.460	23,8
Demais lugares do mundo	22.449	27.059	20,5	19,7	11.635	14.172	21,8
Importações	73.606	91.396	24,2	100,0	41.524	52.620	26,7
MERCOSUL	7.054	8.967	27,1	9,8	3.867	4.904	26,8
Argentina	6.241	8.053	29,0	8,8	3.489	4.394	25,9
Paraguai	319	296	-7,2	0,3	119	162	36,2
Uruguai	494	618	25,2	0,7	258	348	34,5
Extra-zona	66.552	82.428	23,9	90,2	37.657	47.716	26,7
TLCAN	14.716	17.321	17,7	19,0	7.847	10.250	30,6
UE	18.236	20.203	10,8	22,1	9.452	11.884	25,7
ALADI ^{a/}	3.719	6.004	61,5	6,6	2.610	3.175	21,7
Ásia ^{b/}	16.870	22.888	35,7	25,0	10.573	13.040	23,3
Demais lugares do mundo	13.012	16.013	23,1	17,5	7.176	9.366	30,5
Saldo	44.703	46.074	3,1	100,0	19.533	20.594	5,4
MERCOSUL	4.692	5.019	7,0	10,9	2.400	2.693	12,2
Argentina	3.689	3.686	-0,1	8,0	1.830	1.917	4,7
Paraguai	644	938	45,7	2,0	390	537	37,5
Uruguai	359	394	9,7	0,9	180	239	33,1
Extra-zona	40.011	41.056	2,6	89,1	17.133	17.901	4,5
TLCAN	14.115	14.191	0,5	30,8	6.669	4.824	-27,7
UE	8.804	10.843	23,2	23,5	4.302	6.294	46,3
ALADI ^{a/}	5.959	7.047	18,3	15,3	3.021	3.559	17,8
Ásia ^{b/}	1.696	-2.072	-222,2	-4,5	-1.319	-1.581	19,9
Demais lugares do mundo	9.437	11.047	17,1	24,0	4.459	4.805	7,8

Notas: ^{a/} Exceto MERCOSUL e México.

^{b/} Não inclui o Oriente Médio

Fonte: SECEX.

QUADRO A2.3
PARAGUAI: FLUXOS DO COMÉRCIO DE BENS POR PAÍS
E BLOCO ECONÔMICO SELECIONADO
Em US\$ milhões e percentagens

	2005	2006	Var. (%)	Part.(%) 2006	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Exportações	1.688	1.906	12,9	100,0	927	1.508	62,7
<i>MERCOSUL</i>	912	917	0,5	48,1	424	889	109,8
Argentina	326	328	0,8	17,2	119	188	57,4
Brasil	107	168	57,0	8,8	64	606	854,3
Uruguai	479	420	-12,3	22,0	241	95	-60,4
<i>Extra-zona</i>	776	990	27,6	51,9	503	619	23,0
TLCAN	60	74	23,8	3,9	29	35	21,3
UE	181	114	-37,2	6,0	67	132	96,3
ALADI ^{a/}	128	153	19,5	8,0	73	167	128,5
Ásia	124	78	-37,3	4,1	40	42	3,1
Demais lugares do mundo	282	571	102,4	29,9	293	243	-17,1
Importações	3.251	5.254	61,6	100,0	2.370	3.020	27,4
<i>MERCOSUL</i>	1.576	1.827	15,9	34,8	829	1.072	29,3
Argentina	884	1.053	19,1	20,0	442	686	55,2
Brasil	639	716	12,0	13,6	359	357	-0,6
Uruguai	53	59	11,5	1,1	28	29	3,5
<i>Extra-zona</i>	1.675	3.427	104,5	65,2	1.541	1.948	26,4
TLCAN	202	375	85,5	7,1	204	175	-14,5
UE	205	303	47,8	5,8	114	145	26,9
ALADI ^{a/}	60	243	306,2	4,6	54	172	218,4
Ásia	957	2.196	129,4	41,8	969	1.398	44,2
Demais lugares do mundo	251	309	23,2	5,9	199	59	-70,5
Saldo	-1.564	-3.348	114,1	100,0	-1.443	-1.512	4,8
<i>MERCOSUL</i>	-664	-911	37,2	-17,3	-405	-183	-54,9
Argentina	-558	-725	29,8	-13,8	-323	-498	54,4
Brasil	-532	-547	2,9	-10,4	-296	249	-184,2
Uruguai	426	361	-15,3	6,9	213	66	-68,8
<i>Extra-zona</i>	-900	-2.437	170,9	-46,4	-1.038	-1.329	28,1
TLCAN	-142	-301	111,5	-5,7	-176	-140	-20,3
UE	-24	-189	696,3	-3,6	-47	-12	-73,2
ALADI ^{a/}	68	-91	-234,2	-1,7	19	-6	-130,1
Ásia	-833	-2.118	154,3	-40,3	-929	-1.356	46,0
Demais lugares do mundo	31	262	732,2	5,0	94	185	95,6

Nota: ^{a/} Exceto MERCOSUL e México.

Fonte: Banco Central do Paraguai.

QUADRO A2.4
URUGUAI: FLUXOS DO COMÉRCIO DE BENS POR PAÍS
E BLOCO ECONÔMICO SELECIONADO
Em US\$ milhões e percentagens

	2005	2006	Var. (%)	Part.(%) 2006	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Exportações	3.417	3.952	15,7	100,0	1.884	2.036	8,1
<i>MERCOSUL</i>	783	942	20,3	23,8	435	514	18,2
Brasil	460	583	26,5	14,7	257	304	18,3
Argentina	267	302	13,0	7,6	149	177	18,7
Paraguai	56	58	3,8	1,5	29	33	14,3
<i>Extra-zona</i>	2.634	3.010	14,3	76,2	1.449	1.522	5,1
TLCAN	989	699	-29,3	17,7	362	379	4,7
UE	590	659	11,7	16,7	297	393	32,3
ALADI ^{a/}	183	293	60,4	7,4	222	173	-21,8
Ásia	278	352	26,9	8,9	157	192	22,7
Demais lugares do mundo	594	1.007	69,6	25,5	411	385	-6,5
Importações	3.879	4.775	23,1	100,0	2.267	2.408	6,2
<i>MERCOSUL</i>	1.631	2.182	33,8	45,7	1.028	1.167	13,5
Brasil	825	1.078	30,7	22,6	524	598	14,2
Argentina	786	1.079	37,3	22,6	493	555	12,6
Paraguai	20	26	28,9	0,5	12	15	28,2
<i>Extra-zona</i>	2.248	2.593	15,3	54,3	1.239	1.241	0,2
TLCAN	332	405	22,1	8,5	210	189	-10,0
UE	407	469	15,2	9,8	212	219	3,2
ALADI ^{a/}	326	686	110,5	14,4	412	378	-8,2
Ásia	471	603	28,0	12,6	257	326	47,2
Demais lugares do mundo	713	430	-39,7	9,0	148	129	-12,9
Saldo	-462	-823	78,1	100,0	-383	-372	-2,9
<i>MERCOSUL</i>	-847	-1.240	46,4	150,8	-593	-653	10,1
Brasil	-364	-495	35,9	60,2	-266	-294	10,2
Argentina	-519	-777	49,8	94,5	-344	-378	9,9
Paraguai	36	32	-10,3	-3,9	17	18	4,7
<i>Extra-zona</i>	385	418	8,4	-50,8	210	281	34,2
TLCAN	658	294	-55,3	-35,7	152	190	25,2
UE	183	190	3,9	-23,1	85	175	104,8
ALADI ^{a/}	-143	-393	174,5	47,7	-190	-205	7,7
Ásia	-193	-251	29,7	30,5	-65	-134	106,6
Demais lugares do mundo	-119	577	-584,3	-70,1	263	255	-2,8

Nota: ^{a/} Exceto MERCOSUL e México.

Fonte: Banco Central do Uruguai.

QUADRO A2.5
INVESTIMENTO ESTRANGEIRO DIRETO NO MERCOSUL^{a/}
Em US\$ milhões e variações em percentagens

Conceito/País	2005	2006	Var. (%)	1º S 2006	1º S 2007	Var. (%)
Investimento estrangeiro direto na economia declarante						
Argentina	5.265	4.840	-8,1	2.944	1.453	-50,6
Brasil	15.066	18.782	24,7	7.385	20.864	182,5
Paraguai	74	165	123,2	n.d.	n.d.	n.d.
Uruguai	847	1.319	55,7	616	293	-52,3
MERCOSUL ^{a/}	21.253	25.107	18,1	n.d.	n.d.	n.d.
Investimento direto no exterior						
Argentina	1.311	2.119	61,6	1.308	584	-55,4
Brasil	2.517	28.202	1.020,6	4.502	-3.462	-176,9
Paraguai	6	4	-37,5	n.d.	n.d.	n.d.
Uruguai	36	-2	-106,7	-3	1	-140,5
MERCOSUL ^{a/}	3.870	30.323	683,4	n.d.	n.d.	n.d.
IED líquido						
Argentina	3.954	2.721	-31,2	1.636	869	-46,9
Brasil	12.550	-9.420	-175,1	2.883	24.326	743,8
Paraguai	68	161	138,4	n.d.	n.d.	n.d.
Uruguai	811	1.322	62,9	619	292	-52,8
MERCOSUL ^{a/}	17.383	-5.216	-130,0	n.d.	n.d.	n.d.

Nota: ^{a/} Soma do IED nos quatro países. Inclui investimentos intra-MERCOSUL.

Fontes: CEPAL, BC, DNCI e BCU.

CAPÍTULO III. A EVOLUÇÃO DA AGENDA INTERNA³⁸

No presente capítulo estão descritos os principais temas da agenda interna do MERCOSUL entre julho de 2006 e junho de 2007. Esse período de tempo foi particularmente produtivo na realização de reuniões do órgão máximo do MERCOSUL, tendo havido quatro encontros do CMC: a XXXI Reunião Ordinária (Brasília, 15 de dezembro de 2006), a XXXII Reunião Ordinária (Rio de Janeiro, 18 de janeiro de 2007), a V Reunião Extraordinária (Assunção, 22 de maio de 2007) e a XXXIII Reunião Ordinária (Assunção, 27 e 28 de junho de 2007).

O denominador comum de todos estes encontros foi a questão das assimetrias e o impacto causado por elas na evolução do processo de integração. Outros temas importantes foram os relativos à implementação do FOCEM; os vinculados à eliminação da dupla cobrança da TEC; a eventual criação de um banco de desenvolvimento para a região (Banco do Sul); as questões institucionais, e a implantação de um mecanismo para realizar as transações comerciais em moeda local. Também se deve destacar a instalação do Parlamento do MERCOSUL, assim como as atuações do Tribunal Permanente de Revisão criado pelo Protocolo de Olivos para a solução de controvérsias entre os Estados-partes.

A. Tratamento das assimetrias

Como foi destacado em relatórios anteriores,³⁹ o tratamento das assimetrias no âmbito do MERCOSUL teve um ponto de inflexão no ano 2003, a partir de uma série de propostas apresentada pelo Paraguai. Oportunamente, elas geraram a aprovação de diversas normas que consagraram o tratamento especial para os países com economias menores dentro do bloco, e que incluem: (i) o outorgamento do tratamento diferenciado para o Paraguai nas negociações com terceiros países (Decisão CMC 28/03); (ii) o estabelecimento de um conteúdo regional diferenciado no Regime de Origem do MERCOSUL em benefício do Paraguai (Decisão CMC 29/03); (iii) a autorização ao Paraguai e ao Uruguai para que apresentem listas adicionais de exceções à TEC, assim como alíquotas reduzidas para as importações oriundas do resto do mundo para bens de capital, informática e telecomunicações e determinadas matérias-primas e insumos agropecuários (Decisão CMC 31/03 e 32/03), e (iv) o início dos estudos para a constituição dos fundos estruturais no bloco.

Desde então, a posterior criação do FOCEM foi uma das conquistas mais concretas, mas não a única a ser reconhecida neste campo.

Com efeito, a questão das assimetrias foi permeando de maneira transversal todos os temas da agenda do bloco, para tornar-se um dos aspectos centrais do período comentado neste relatório e, principalmente no primeiro semestre de 2007, quando o Paraguai exerceu a Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL (PPT).

Nos extensos debates, iniciados pelo Paraguai e pelo Uruguai, observaram-se as dificuldades para identificar qual era a fonte comum dessas assimetrias e para apresentar propostas concretas que permitissem ao bloco ser um instrumento que contribui para a sua superação ou que, pelo menos, não contribui com o agravamento dos problemas.

³⁸ No Glossário estão as siglas usadas ao longo de todo relatório e suas definições. Para conhecer a posição e a definição das distintas entidades que formam o MERCOSUL (reiteradamente citadas neste capítulo) consulte o quadro "Estrutura Institucional do MERCOSUL".

³⁹ Para uma análise detalhada dos antecedentes sobre o tema, ver Relatório MERCOSUL Nº 10 e 11.

Nesse contexto, na Reunião de Cúpula de Córdoba (julho de 2006), os Estados-partes assumiram o compromisso de que "os países com economias de menor tamanho relativo apresentem (...) suas necessidades e propostas para superar as assimetrias e facilitar o acesso a mercados".⁴⁰

Dentro deste panorama, o Paraguai apresentou em setembro de 2006 um documento preliminar intitulado "Documento sobre as Assimetrias no MERCOSUL sob a perspectiva do Paraguai".⁴¹ Este partia de um reconhecimento dos problemas endógenos do país (mediterraneidade e país de menor desenvolvimento econômico relativo), e expunha - como exemplo - uma série de "políticas comunitárias, agressivas e sustentáveis" a fim de que o MERCOSUL contribuísse para a superação dos problemas.

Dentre as suas propostas, sugeriu quatro pilares de ação: (1) políticas comunitárias de fomento ao desenvolvimento; (2) programas de apoio à competitividade; (3) acesso aos mercados regionais e do resto do mundo; (4) projeto institucional.

Em sua maioria, estas propostas tinham um caráter geral, sem maiores especificações que permitissem torná-las operacionais.

O Uruguai, por sua vez, em paralelo aos canais formais do MERCOSUL, fez a sua primeira manifestação escrita a respeito da questão das assimetrias no bloco por meio de uma carta aos presidentes dos países do bloco, datada de 8 de setembro de 2006, a qual Tabaré Vázquez dirigiu a Luiz Inácio Lula da Silva dada sua posição de presidente *Pro Tempore*.

Depois de reafirmar que o MERCOSUL constituía uma prioridade estratégica para o Uruguai, a carta expunha uma detalhada revisão da lista de temas pendentes no processo de integração, passando pelos custos que havia assumido esse país e pelos escassos benefícios obtidos. A carta terminava fazendo uma série de propostas para destravar os pontos que criavam obstáculos ao avanço e, especialmente, solicitando para o Uruguai e o Paraguai a possibilidade de realizar negociações comerciais bilaterais com terceiros países "(...) sempre que os caminhos e as propostas obtidas não atinjam o coração do MERCOSUL, ou seja, que não levem a conspirar para a destruição de nosso processo de integração regional e nisto estamos todos de acordo".⁴²

Quanto às propostas dessa carta, definidas como "alternativas e flexibilidades necessárias para compensar as assimetrias que prejudicam o Uruguai e, em seu caso, o Paraguai", a nota propunha medidas específicas que acarretariam, além disso, outros benefícios gerais vinculados à ampliação do MERCOSUL e à formação da Comunidade Sul-Americana de Nações.

Entre outros temas, o governo do Uruguai se referia à necessidade de:

- a) "Avançar no objetivo da livre circulação de mercadorias e de estabelecer a união aduaneira, procurando finalizar as negociações dos elementos da Decisão 54/04".
- b) "Não centralizar os objetivos da união aduaneira no cumprimento da TEC, mas sim avançar no caminho da livre circulação e na eliminação de obstáculos técnicos e burocráticos ao comércio, e impulsionar a busca por uma maior coordenação macroeconômica".
- c) "Reconhecer que os níveis da TEC não são os adequados e devem ser revisados (...)".

⁴⁰ Ata da XXX Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum.

⁴¹ Ata da LXV Reunião Ordinária do GMC - Anexo V.

⁴² Ver original em <http://www.presidencia.gov.uy/_web/noticias/2006/09/2006091103.htm>.

d) "Reativar a negociação externa mediante sua flexibilização por meio da incorporação das bilateralidades, seja no marco das negociações conjuntas ou permitindo negociações individuais. Neste âmbito, dar flexibilidades para que o Uruguai e o Paraguai possam explorar e avançar com terceiros países, mas preservando os interesses dos demais sócios do MERCOSUL e o espírito do mesmo".

De qualquer forma, a negociação bilateral com os Estados Unidos foi-se encaminhando finalmente rumo à assinatura de um Acordo Marco de Comércio e Investimentos (*Trade and Investment Framework Agreement*), que, a princípio, não afeta os compromissos uruguaios oportunamente assumidos em matéria tarifária no ambiente do bloco do Sul.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, um mês e meio depois, o Uruguai apresentou aos Coordenadores Nacionais do GMC o documento "O Uruguai e o MERCOSUL".⁴³ Sob esse título, o país expôs um "enfoque altamente crítico, que tem como centro alguns dos componentes-chave da agenda descumprida do processo de integração", e tangencialmente admitia ter uma única fonte de assimetrias: o reduzido tamanho de seu mercado doméstico. No tocante a suas propostas, basicamente se referiam à necessidade de avançar efetivamente na agenda não cumprida para a constituição de um verdadeiro mercado ampliado e para a abertura de outros mercados, por meio de "progressos simultâneos" em várias áreas. Além disso, reiterava seu pedido de reformulação das negociações externas do bloco, outorgando flexibilidade aos estados-partes na negociação com terceiros (em processos próprios e do MERCOSUL), como a válvula de escape que permitiria aos sócios menores reduzir os custos do estancamento e reverter as perdas resultantes do não cumprimento dos demais compromissos.

A partir destes dois últimos documentos - do Paraguai e do Uruguai apresentados aos Coordenadores -, os sócios continuaram as negociações, mas não foi possível chegar a um diagnóstico comum e claro desta problemática.

Chegou-se assim à XXXI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum, em dezembro de 2006, oportunidade na qual o Brasil colocou sobre a mesa duas propostas que, a seu ver, contribuíam para a superação das assimetrias. Uma se referia a outorgar um tratamento mais flexível em matéria de origem ao Paraguai e ao Uruguai; e outra, a antecipar a eliminação da dupla cobrança da TEC a favor destes dois sócios.⁴⁴ Apesar de esses temas terem sido tratados informalmente com a Argentina em diversas ocasiões, a apresentação perante os Ministros e a manifestação brasileira de aplicá-las unilateralmente não foram bem recebidas por este sócio.

Por sua vez, os sócios com economias menores avaliaram positivamente as iniciativas brasileiras, embora tenham mostrado algumas críticas à sua viabilidade.

O CMC apenas pôde, então, adotar decisões programáticas - muito em linha com o documento paraguaio -, e instruiu a elaboração de diretrizes de um plano para a superação das assimetrias no MERCOSUL (Decisão CMC 34/06), que deviam conter:

- a) Objetivos de curto, médio e longo prazos.
- b) Instrumentos de política comunitária para alcançar tais objetivos.
- c) Cronograma de entrada em vigor dos instrumentos.
- d) Critérios para avaliar resultados.

⁴³ Ata da LXV Reunião Ordinária do GMC - Anexo IV.

⁴⁴ Ata da XXXI Reunião Ordinária do GMC - Anexo V.

Além disso, o CMC determinou que a identificação dos objetivos devia tomar como base os seguintes pilares temáticos:

- a) Ações para o desenvolvimento e integração das economias dos países sem litoral marítimo.
- b) Ações de apoio à competitividade das economias menores.
- c) Ações para facilitar o efetivo acesso aos mercados, incluindo os de terceiros países.
- d) Marco institucional.

A norma reiterava a necessidade de que as economias menores do bloco tivessem um papel positivo. Posteriormente, em sua XXXII Reunião Ordinária de janeiro de 2007 o Conselho do Mercado Comum adotou a Decisão CMC 6/07 "Superação das Assimetrias no MERCOSUL", encomendando a implementação deste processo a um Grupo de Trabalho *Ad Hoc* de vice-ministros, que devia considerar além disso, uma versão revisada das duas propostas do Brasil.⁴⁵

A respeito de sua proposta de flexibilização em matéria de origem, o Brasil pretendia reduzir a exigência de valor de conteúdo regional, passando dos atuais 60%⁴⁶ de exigência a 25% para o Paraguai e a 30% para o Uruguai. Os sócios deviam elaborar listas nacionais com as quotas de bens que se beneficiariam desta proposta.

Já a proposta de eliminação de dupla cobrança consistia em autorizar os estados-partes que estivessem em condições de fazer isso, a adiantar os benefícios da eliminação da dupla cobrança da TEC, dispostos na Decisão CMC 54/04, aos produtos procedentes do Paraguai e do Uruguai cujos insumos importados tivessem cumprido com a Política Tarifária Comum.⁴⁷ Desta maneira, pretendia-se eliminar para estes produtos as exigências contidas na própria Decisão CMC 54/04 antes da entrada em vigor do Código Aduaneiro do MERCOSUL, a interconexão em linha dos sistemas informáticos de gestão alfandegária e a colocação em marcha de um mecanismo, com definição de modalidades e procedimentos, para a distribuição da renda aduaneira.⁴⁸

As diferentes posturas mantidas em relação ao tratamento das assimetrias foram abordadas novamente pelos Ministros na V Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum, acontecida em maio de 2007, quando o Paraguai e o Uruguai apresentaram novos documentos de amparo à Decisão CMC 34/06.

O do Paraguai⁴⁹ continuava com a linha de análise de sua apresentação do ano 2006, e afirmava que para que alcançasse os níveis médios de ingresso *per capita* do MERCOSUL, esse país demandava investimentos adicionais superiores a US\$ 22.000 milhões em dez anos. Para esse efeito, identificava um conjunto de ações que devia desenvolver em tal período. Nesse sentido defendia que, no curto prazo, a ampliação e capitalização do FOCM era a ferramenta mais prática para implementar tais ações, até que se criassem instituições de financiamento regional.

Quanto ao documento uruguaio,⁵⁰ este identificava de maneira mais clara a reduzida dimensão de seu mercado interno como a principal fonte de assimetria estrutural que o impedia encarar um processo de

⁴⁵ Ambas as propostas foram anexadas à Decisão CMC 6/07, assim como os documentos anteriormente apresentados pelo Paraguai e Uruguai.

⁴⁶ Deve-se destacar que existem atualmente alguns tratamentos diferenciados por meio das Decisões CMC 29/03 e 41/03.

⁴⁷ Idem ao anterior.

⁴⁸ Para mais detalhes sobre este tema, ver Relatórios MERCOSUL N° 10 e 11.

⁴⁹ "Documento de Assunção - Diretrizes para a superação das assimetrias no MERCOSUL - Decisão CMC N° 34/06". Anexo III da Ata da V Reunião Extraordinária do CMC.

⁵⁰ "Medidas para a superação das assimetrias no MERCOSUL" - Anexo IV da Ata da V Reunião Extraordinária do CMC.

crescimento sustentável, objetivo que considerava poder alcançar mediante um melhor acesso ao mercado regional e aos mercados extra-regionais.

O Uruguai propunha três medidas concretas para a superação das assimetrias: disciplinar os incentivos, harmonizar impostos indiretos e eliminar restrições não tarifárias. Além disso, reiterava seu pedido de "flexibilidades" que conteria o impacto negativo que a UA imperfeita e as políticas públicas distorcidas tinham sobre as economias menores. Diferentemente do Paraguai, o Uruguai não reclamava para si um tratamento especial e diferenciado, mas sim um melhor acesso a mercados, intra e extra-zona.

No fim do primeiro semestre de 2007, a Argentina - que até esse momento não havia tido um papel particularmente ativo na apresentação de propostas concretas sobre este tema - relacionou a superação das assimetrias com a integração produtiva no documento "A integração produtiva como ferramenta necessária para a superação das assimetrias no MERCOSUL".⁵¹

Nesse documento, destacava que "a evolução da integração econômica entre os estados-partes esteve centralizada, fundamentalmente, no plano tarifário" e acrescentava que "na coordenação de políticas regionais, um eixo central na fundação do MERCOSUL, os avanços foram menores", o que constituía uma importante limitação para o desenvolvimento de cadeias produtivas regionais. "Essa circunstância não permitiu superar os desequilíbrios existentes no momento em que o MERCOSUL foi formado".

Acrescia, além disso, que "todas as flexibilidades introduzidas até o momento a favor das economias menores e todas aquelas medidas que forem decididas no futuro devem ser voltadas para aumentar a produção global do MERCOSUL, orientar novos investimentos dos sócios menores e uma maior incorporação de valor agregado". E, em uma alusão indireta à proposta brasileira sobre flexibilização do Regime de Origem, indicava que "aquelas propostas que implicam criar comércio em termos de volume, induzindo maiores níveis de importação extra-zona, não cumprem com o objetivo destacado. Um maior nível de comércio deve ser consequência de maiores níveis de importação dos sócios maiores provenientes dos sócios menores que permitam substituir importações extra-regionais, ou que seja a consequência de maior nível de atividade econômica, integração setorial e de especialização intra-industrial." Para esse país, "deve-se estimular a complementariedade entre distintos elos das cadeias de valor regionais, procurando a efetiva incorporação de produções das economias de menor tamanho relativo aos processos produtivos de todos os sócios."

Quanto às propostas de trabalho para favorecer a integração produtiva, o governo argentino propunha algumas ações concretas, como:

- Ampliação dos alcances do FOCEM para o financiamento de projetos produtivos.
- Organização de missões comerciais conjuntas, prevendo subsídios para os gastos dos sócios de economias menores.
- Criação de programas de capacitação técnica em matéria de melhoras de processos produtivos, comércio exterior, logística, etc.
- Cooperação para o desenvolvimento e incorporação de novas tecnologias.
- Programas de desenvolvimento de fornecedores regionais (vinculação de grandes empresas com pequenas e médias empresas).
- Cooperação para a melhoria dos sistemas nacionais de qualidade e certificação das economias menores. Capacitação sobre normas internacionais de qualidade.

⁵¹ Anexo XXI da Ata da LXVIII Reunião Ordinária do GMC.

A partir destes antecedentes, a reunião do CMC com a qual se encerrava a Presidência *Pro Tempore* do Paraguai acordou a adoção de três novas normas, com compromissos efetivos e programáticos, vinculadas ao tema das assimetrias.

Neste sentido, a Decisão CMC N° 16/07 - Regime de Origem do MERCOSUL que, a partir da proposta brasileira comentada, adotou o critério do *de minimis* de 10% no Regime de Origem do bloco,⁵² critério que não se aplicará para as posições tarifárias sujeitas a requisitos específicos de origem. Além disso, ficou estabelecido que, quando um Estado-parte detectar um efeito negativo sobre a produção nacional de certos bens devido ao ingresso de importações no amparo desta norma, poderá apresentar o caso à CCM com o propósito de solucionar o problema identificado com base nas medidas corretivas apropriadas. E ainda que, no caso de não se alcançar uma solução acordada, o Estado-parte afetado poderá excluir a posição tarifária respectiva dos alcances do *de minimis*.

Além disso, esta Decisão prorroga até o ano 2022 o valor de conteúdo regional de 40% para o Paraguai e consagra um mecanismo orientado para garantir o princípio de NMF em matéria de origem intra-zona, similar ao existente na Decisão CMC N° 41/03.

Sobre os compromissos programáticos, por um lado, em matéria de restrições não tarifárias, a partir da proposta uruguaia foi aprovada a Decisão CMC N° 27/07, que designou o GMC para definir o tratamento para as restrições e medidas não tarifárias identificadas segundo o mecanismo previsto nesta Decisão, antes de 31 de dezembro de 2008. O prazo máximo para a implementação das soluções acordadas será 31 de dezembro de 2010, para as medidas aplicadas pela Argentina e pelo Brasil, e 31 de dezembro de 2012 para as medidas aplicadas pelo Paraguai e pelo Uruguai.

B. O Fundo para a Convergência Estrutural e o Fortalecimento Institucional do MERCOSUL

Em dezembro de 2006, o FOCEM começou a funcionar efetivamente, com a entrada em vigor da Decisão CMC N° 18/05 em 30 de dezembro desse ano, e seu regulamento foi elaborado em agosto de 2007.

Esta demora não foi impedimento para que os sócios trabalhassem em aparar as diferentes arestas do tema, a fim de colocar o instrumento em operação no menor prazo possível.

Nesse sentido, os trabalhos do Grupo *Ad Hoc* de Especialistas do FOCEM (criado na Decisão CMC N° 18/05), em conjunto com a Secretaria do MERCOSUL e a Comissão de Representantes Permanentes e sua Presidência, demonstraram as múltiplas dificuldades que se apresentaram para a colocação em prática do Fundo, explicadas seguramente pela própria inexperiência no manejo conjunto de instrumentos financeiros. Isso representou importantes demoras para a apresentação de projetos-pilotos, para a avaliação e aprovação deles e, inclusive, para a colocação em marcha uma vez que os projetos fossem aprovados pelo CMC.

No entanto, a flexibilidade e o pragmatismo para encarar o tema geraram um clima propício para a adoção de diversas normas durante o segundo semestre de 2006 e do primeiro de 2007.

Os sócios tomaram os cuidados necessários para assegurar-se de que, se a Decisão CMC N° 18/05 entrava em vigor antes do fim de 2006, esse seria considerado o "primeiro ano" do FOCEM e, conseqüentemente, deviam integralizar a totalidade das contribuições anuais correspondentes ao dito ano, já previstos pelos sócios

⁵² Isto significa que uma mercadoria conserva sua origem regional embora sejam incorporados nela produtos de outras origens ou não originários, com a condição de que tais produtos não excedam 10% do valor da mercadoria final.

em seus respectivos orçamentos nacionais. Por outro lado, também foram adotadas medidas para começar a elaboração do primeiro orçamento antes da vigência da mencionada Decisão e de seu regulamento, com vistas a não adiar a operatividade do Fundo (Decisão CMC N° 17/06).

Este comprometimento permitiu aprovar um primeiro orçamento do FOCEM em 15 de dezembro de 2006, quando a Decisão CMC N° 18/05 já tinha sido incorporada aos correspondentes ordenamentos jurídicos nacionais, mas antes de sua entrada em vigor (estava correndo o prazo de 30 dias estipulado no Protocolo de Ouro Preto para que isso acontecesse).

Este primeiro orçamento (Decisão CMC N° 28/06) correspondeu a um total de US\$ 125 milhões, dados os aportes do primeiro e segundo ano do instrumento. Tratou-se de um orçamento esquemático, em que figuravam os gastos relativos à instalação e funcionamento de uma Unidade Técnica FOCEM na Secretaria do MERCOSUL (instância encarregada da avaliação e acompanhamento da execução dos projetos), uma área geral de "atribuição de projetos", sem maiores especificações, e uma reserva para contingências. A princípio, tentou-se incluir cada um dos projetos que seriam financiados. No entanto, as demoras na apresentação dos mesmos pelos sócios interessados e as complexidades de sua avaliação não permitiram que se chegasse a uma opinião completa sobre tais projetos até a data fixada para a aprovação do orçamento.

Além disso, foi estabelecido que os estados-partes podiam apresentar durante 2007 projetos-pilotos que seriam imputados ao primeiro orçamento, no intuito de garantir que a distribuição final dos fundos desse orçamento respeitasse as porcentagens de 10/10/48/32 correspondentes a Argentina/Brasil/Paraguai/Uruguai, respectivamente, independentemente de quando fossem apresentados esses projetos.⁵³

Uma previsão similar já foi tomada para o ano 2008, quando a Decisão CMC N° 21/07 de junho de 2007 estabeleceu que os recursos orçados para cada Estado-parte na Decisão CMC N° 28/06 e não atribuídos durante o ano 2007 ficariam, em caráter excepcional, à disposição de cada um, em 2008 para novos projetos.

Por outro lado, foi iniciado o processo para a formação da Unidade Técnica FOCEM/Secretaria do MERCOSUL, após quatro assessores seniores terem sido selecionados e estando atualmente em andamento a seleção de outros quatro assistentes técnicos.

Quanto aos projetos a serem financiados, até junho de 2007, foram aprovados um total de 15⁵⁴ projetos-pilotos, embora todos os países tenham uma subutilização dos montantes reservados para si:

- Seis correspondem ao Paraguai (dois correspondem ao Programa I de Infra-estrutura, dois ao Programa II de Competitividade e dois ao Programa II de Coesão Social), e envolvem um total de US\$ 53,9 milhões a ser financiado pelo FOCEM ao longo da execução dos mesmos.
- Seis correspondem ao Uruguai (dois do Programa I de Infra-estrutura, um do Programa I de Competitividade e três do Programa II de Coesão Social), por um total de US\$ 13,4 milhões a ser financiado pelo FOCEM.
- Um projeto regional, relativo ao programa do MERCOSUL para a luta contra a febre aftosa (PAMA) por US\$ 13,8 milhões.
- Dois projetos apresentados pela Secretaria do MERCOSUL, por US\$ 0,1 milhão.

⁵³ A este respeito, é interessante lembrar que de acordo com o Regulamento do FOCEM, os recursos não atribuídos durante cada ano orçamentário devem ser distribuídos no próximo orçamento, seguindo a distribuição de 10/10/48/32 correspondentes a Argentina/Brasil/Paraguai/Uruguai.

⁵⁴ Decisões CMC 8/07, 11/07 e 23/07.

C. A Tarifa Externa Comum (TEC)

O caminho rumo à eliminação da dupla cobrança da TEC

No ano 2004 foi aprovada a Decisão CMC N° 54/04 estabelecendo o princípio de que os bens importados do resto do mundo que observassem a política tarifária comum seriam tratados como bens originários do MERCOSUL, tanto para sua circulação dentro do território dos países-membros quanto para sua incorporação aos processos produtivos.

Um ano depois, em dezembro de 2005, foi aprovada a Decisão CMC 37/05, que incluía a primeira etapa para a implementação desta Decisão 54/04.⁵⁵

A Decisão CMC 37/05 definiu o regulamento para a circulação de um conjunto de bens que passariam a receber o tratamento de bens originários a partir de janeiro de 2006. Os bens contemplados na mesma se enquadravam em duas categorias: os bens cuja TEC era zero em todos os sócios e os bens aos quais todos os sócios tivessem outorgado 100% de preferência tarifária em benefício de terceiros países.

Para 2006, planejava-se realizar estudos para definir a implementação da segunda etapa prevista na Decisão CMC N° 54/04, que abrange todos os outros bens comercializados. Foram estabelecidos três requisitos para o cumprimento desta segunda etapa: a entrada em vigor do Código Aduaneiro do MERCOSUL, a integração on-line dos sistemas informáticos de gestão alfandegária dos quatro sócios, e a adoção de um mecanismo de distribuição da renda aduaneira.

O objetivo definido é que, no mais tardar em 2008, seja alcançada a livre circulação para o universo de bens. Até o momento de conclusão do presente relatório ficou a impressão de que é pouco provável que esse prazo possa ser cumprido, levando-se em conta tanto as dificuldades técnicas existentes para a implementação de uma norma deste tipo, quanto as implicações jurídicas que o mesmo demandaria em cada um dos países envolvidos - em alguns casos exigiria *a priori* até a modificação de alguns textos constitucionais.

Sobre os trabalhos no Código Aduaneiro, apesar de em 1994 ter sido aprovado um texto deste instrumento, nunca foi incorporado aos ordenamentos jurídicos dos Estados-partes. Em julho de 2006 foi criado um Grupo *Ad Hoc* com a missão de encaminhar uma proposta de um novo texto ao GMC para ser tratada na primeira reunião do primeiro semestre de 2007. A idéia era obter sua aprovação em meados desse ano, visando contar com tempo suficiente para que o posterior tratamento legislativo do Código não dilate o prazo de 2008 para alcançar a livre circulação.

No período analisado pelo presente relatório, o mencionado grupo realizou cinco reuniões, mas chegou ao final do primeiro semestre de 2007 sem poder concluir os trabalhos. Por isso, em junho de 2007 o Conselho aprovou a Decisão CMC 15/07, prorrogando até a primeira reunião do GMC, no segundo semestre do ano 2007, o prazo para que o Grupo *Ad Hoc* apresente o projeto de Código, a fim de que se levasse à consideração do CMC em sua última reunião do ano 2007.

Apesar dos avanços realizados, continuam sem consenso vários artigos do Projeto do CAM, entre os que se destacam os correspondentes ao âmbito de aplicação e a definição do "território aduaneiro".

No que se refere à integração tecnológica das alfândegas, os trabalhos foram concluídos, tendo atendido às tarefas necessárias para a implementação da primeira etapa contemplada na Decisão CMC N° 54/04. Estas tarefas poderão estar sujeitas a mudanças, em função do mecanismo de distribuição da renda que for acordada.

⁵⁵ Para mais detalhes a respeito desta Decisão, ver Relatório MERCOSUL N° 11.

A definição do mecanismo de distribuição da renda aduaneira, por sua vez, é o tema mais sensível. Para realizar a análise técnica do mesmo foi constituído um grupo especial, dependente da CCM.

Esse grupo definiu que as aduanas nacionais seriam os organismos responsáveis por realizar as arrecadações, descartando a alternativa proposta pelo Paraguai, orientada para criar uma instituição supranacional. Além disso, ficou decidido que o montante da renda alfandegária a ser distribuído será o arrecadado em conceito de direitos de importação de bens que oneram aqueles bens extra-regionais que cumprirem com a política tarifária comum.

Dentre os temas em discussão, destacam-se a modalidade de distribuição (atribuição da renda ao país de consumo final do bem ou de sua incorporação a um processo produtivo; atribuição por meio de uma fórmula pré-determinada; atribuição proporcional à arrecadação média do período 2000-2004) e o destino dos fundos (neutralidade fiscal; transferência líquida por meio de um mecanismo similar ao do FOCEM; distribuição, parte destinada aos países com economias menores).

Bens de Capital

Tal como indicam os Relatórios MERCOSUL N° 10 e 11, a Decisão CMC N° 34/03 "Bens de Capital" estabeleceu um Regime Comum para Bens de Capital não Produzidos, que devia entrar em vigor em 1° de janeiro de 2006. Este regime previa o estabelecimento de uma lista comum para bens de capital que não são produzidos no MERCOSUL, sujeitos à aplicação de tarifa zero, e previa a permanência de listas nacionais por dois anos, até 1° de janeiro de 2008, com uma tarifa de 2%, no caso de que não se obtivesse o consenso para a inclusão do bem na lista comum.

Além disso, esta norma prorrogava até 31 de dezembro de 2005 os regimes de importação de bens de capital vigentes nos países-membros, incluindo as medidas unilaterais autorizadas pela Decisão CMC N° 2/03 "Medidas excepcionais no âmbito tarifário", que permitiam a aplicação de uma TEC reduzida para os bens de capital extra-regionais importados pela Argentina, Paraguai e Uruguai (*waiver*).

Também autorizava o Paraguai e o Uruguai a aplicar, até 31 de dezembro de 2010, uma tarifa de 2% para a importação extra-zona de bens de capital com exceção daqueles incluídos no regime comum a partir de sua entrada em vigor - bens que teriam tarifa zero. E estabelecia o compromisso de continuar examinando a situação dos bens de capital, com o objetivo de preservar a competitividade das economias dos Estados-partes.

Entretanto, a Decisão CMC N° 40/05 veio prorrogar mais uma vez a vigência do *waiver* até 31 de dezembro de 2008, e a entrada em vigor do regime comum até 1° de janeiro de 2009. Adiou também, até 1° de janeiro de 2011, a data original de janeiro de 2008 a partir da qual só serão admitidas com os benefícios previstos no regime comum importações de bens de capital novos, suas partes, peças e componentes, classificados nos códigos identificados como "BK" na Nomenclatura Comum do MERCOSUL - não produzidos que constem na Lista Comum (deve-se esclarecer que ainda não existe a relação de produtos que fariam parte da lista comum). Finalmente, esta norma incumbiu o Grupo de Alto Nível para Examinar a Consistência e Dispersão da Atual Estrutura da TEC (GANAEC) de elaborar, antes de 31 de dezembro de 2006, uma proposta de revisão da TEC para bens de capital, processo que foi depois prorrogado pela Decisão CMC N° 37/06, para antes da última reunião do GMC de 2007.

Bens de informática e telecomunicações

Os Relatórios MERCOSUL N° 10 e 11 destacavam que a Decisão CMC N° 33/03 "Bens de Informática e Telecomunicações" (BIT) aprovou continuar examinando a situação dos BIT com o objetivo de preservar

a competitividade das economias dos países-membros. Também aceitou negociar um Regime Comum para Bens de Informática e Telecomunicações, que devia ser aprovado pelo GMC antes de 31 de dezembro de 2005. Ao mesmo tempo, o Paraguai e o Uruguai foram autorizados a aplicar uma tarifa de 2% até 31 de dezembro de 2010 para a importação extra-zona de BIT, e ficou instruída a definição, antes de 31 de março de 2004, de uma lista de BIT aos quais os Estados-partes poderiam aplicar uma tarifa de 0% até 31 de dezembro de 2005.

Mediante a Decisão CMC N° 39/05, de dezembro de 2005, foi adiado até 31 de dezembro de 2006 o prazo para negociar o regime comum BIT e o GANAEC ficou incumbido de elaborar antes do 30 de junho de 2006 uma proposta de TEC para BIT, que regeria a partir do 1° de janeiro de 2009. A Decisão CMC N° 13/06 prorrogou, até o 31 de dezembro de 2006, o término para elaborar a proposta e fixou o dia 1° de julho de 2007 como a nova data de início da convergência. Prorrogou ainda, até 31 de dezembro de 2011, a autorização do Paraguai e do Uruguai para importar BITs com uma tarifa de 2%.

Por último, em dezembro de 2006 a Decisão CMC N° 27/06 prorrogou até a última reunião do GMC, do segundo semestre de 2007, o prazo para entregar uma proposta de revisão da TEC para BIT, a qual se aplicará a partir de 1° de janeiro de 2010, e até 31 de dezembro de 2007 a autorização do Paraguai e do Uruguai para importar BIT com uma tarifa de 2%.

Regimes especiais de importação

A normativa MERCOSUL (Decisão CMC N° 69/00 e sua modificativa, a Decisão CMC N° 33/05), estabeleceu a obrigação dos Estados-partes de eliminar completamente em 1° de janeiro de 2008 a totalidade dos regimes alfandegários especiais de importação adotados unilateralmente. Em junho de 2007, mediante a Decisão CMC N° 14/07, este prazo foi prorrogado até 31 de dezembro de 2008.

Com relação aos Regimes Especiais Comuns de Importação, a Decisão CMC N° 2/06 havia definido a lista de setores de interesse para os quais a CCM devia negociar os correspondentes regimes comuns. Tratava-se de bens integrantes de projetos de investimento, ciência e tecnologia, comércio transfronteiriço terrestre, educação, indústria aeronáutica, indústria naval e saúde. Esta tarefa devia estar completa no primeiro semestre de 2007. No entanto, em junho de 2007 foi aprovada a Decisão CMC N° 14/07, que prorrogou este prazo até o fim do primeiro semestre de 2008.

Solicitação do Brasil para aumentar a TEC nos setores têxteis, de calçados e confecções

Em fevereiro de 2007, o Brasil começou a analisar internamente um eventual aumento da TEC para os setores têxtil, de calçados e confecções, enquanto em paralelo mantinha conversas informais com seus sócios do MERCOSUL.

A idéia brasileira, apresentada no último GMC do primeiro semestre de 2007, consistia em elevar a TEC de 20% a 35% para uma lista de tecidos e confecções (algumas posições dos capítulos 57 e 58, capítulos 61, 62 e 63) e para os calçados (capítulo 64). Embora a medida fosse aplicada de maneira universal (NMF), o objetivo fundamental parecia ser o de deter o forte avanço que as importações provenientes da China vinham registrando.

Deste modo, a norma a ser aprovada estabeleceria uma diferenciação entre os tecidos, para os que a TEC seria de 26%, e os setores de confecções e calçados que seriam protegidos com taxas de 35%.

Ainda que não defina totalmente a temporalidade desse aumento, está previsto que a CCM analisará a evolução dos fluxos comerciais e avaliará o impacto desse aumento, a fim de que o CMC possa decidir o tratamento para estes produtos em sua última Reunião Ordinária de 2010. O Paraguai e o Uruguai podem manter, enquanto isso, os níveis vigentes de suas tarifas nacionais para os produtos dos setores têxtil e de confecções.

D. Transações em moeda local

O objetivo de criar um mecanismo para realizar operações de comércio exterior em moeda local começou a ser esboçado na Reunião de Cúpula de Presidentes de Córdoba, em julho de 2006.

A partir de então, funcionários da Argentina e do Brasil trabalharam no planejamento de um sistema bilateral, que permitisse a realização de transações comerciais em pesos e reais, sem necessidade de recorrer ao mercado de câmbio e às operações em divisas. No fim desse mesmo ano, os Ministérios da Economia e da Fazenda e os Bancos Centrais de ambos os países firmaram uma Carta de Intenções para definir as linhas gerais de um projeto-piloto.

A XXXI Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum convalidou estas negociações bilaterais por meio da Decisão CMC N° 38/06. Além de respaldar a Carta de Intenção mencionada, decidiu fomentar os estudos das condições necessárias para que, caso o novo sistema de pagamentos evolua satisfatoriamente em escala bilateral, possa ser ampliado aos demais países que assim desejarem.

Posteriormente, no marco da Reunião de Cúpula de Assunção foi adotada a Decisão CMC N° 25/07, pela qual se criou o sistema de pagamentos em moeda local para o comércio realizado entre os Estados-partes do MERCOSUL. As condições de operação deste sistema de caráter facultativo devem ser definidas mediante convênios bilaterais celebrados voluntariamente entre os Bancos Centrais dos respectivos países.

Esta norma será protocolada na Aladi, no marco do ACE N° 18. O sistema bilateral argentino-brasileiro estabeleceu que as operações de exportação e importação sejam realizadas em pesos ou em reais, de acordo com a ocasião, prevendo uma compensação diária entre entidades monetárias, a ser efetuada em dólares.

De acordo com declarações de funcionários ligados ao tema, o funcionamento deste sistema aumentará a integração dos mercados, hierarquizará as moedas nacionais, estabelecerá um antecedente válido para a criação de uma moeda comum, melhorará a competitividade dos exportadores do bloco e fomentará o acesso das pequenas e médias empresas ao negócio exportador ao reduzir os custos de comissões e arbitragens.⁵⁶

O esquema não implica a adoção de risco de crédito, pois de fato este existiria em magnitudes menores (estimado ao redor de US\$ 10 milhões), nem risco de exposição em moedas locais, pois a compensação seria diária e em dólares. Também não prevê o outorgamento de subsídios aos que o utilizem nem a possibilidade de realizar arbitragem de moedas.

Segundo o acordado entre as partes, está previsto que este sistema entre em funcionamento em 2008.

⁵⁶ De acordo com dados dos bancos centrais, entre 40% e 45% das operações cambiárias referentes ao comércio bilateral entre a Argentina e o Brasil correspondem a operações inferiores a US\$ 15 mil, e o sistema poderia garantir ao pequeno operador uma taxa de câmbio similar à do mercado atacadista.

E. Comércio de serviços

A entrada em vigor do Protocolo de Montevidéu sobre o comércio de serviços em dezembro de 2005 iniciou a contagem regressiva dos dez anos previstos para a liberação destes intercâmbios no bloco regional.

O fato do instrumento não estar em vigor não impediu a realização de rodadas anuais de negociação de compromissos nesta área, que só se tornariam efetivo com a vigência do Protocolo. Na Cúpula de Córdoba de 2006 foi aprovada a VI Rodada, consolidando os resultados das cinco rodadas anteriores e incorporando novos compromissos.

Ao longo destas seis rodadas nas listas de compromissos foi incorporada a maioria dos setores e subsetores de serviços, avançando na consolidação do *status quo* regulador e no esclarecimento da situação reguladora dos setores sem compromissos. Mas foram poucos os compromissos de liberalização efetivamente assumidos.⁵⁷

No segundo semestre de 2006, o Grupo de Serviços realizou uma avaliação do estado de situação da liberalização do comércio do setor, em vista aos próximos dez anos, e identificou uma série de fatores que influenciam diretamente nas possibilidades de concluir o processo liberalizante nos prazos estipulados pelo Protocolo, a saber:

- a) Desenvolver ou completar os regimes reguladores em determinados setores em nível nacional.
- b) Intensificar os esforços de harmonização normativa no bloco, de forma a contribuir para o aperfeiçoamento normativo da região.
- c) Intensificar a participação dos órgãos setoriais internos de cada sócio no processo de negociação.
- d) Reforçar ante os órgãos nacionais a noção da compatibilidade dos compromissos de liberalização com a preservação de suas prerrogativas reguladoras.
- e) Obter uma diretiva política de alto nível que contribua para o aumento da mobilização interna a favor do aprofundamento da liberalização do comércio de serviços.

Nesse marco, o Grupo de Serviços elaborou uma série de propostas de cursos de ação, entre as que se incluíram:

- Empreender esforços, inclusive perante o Poder Legislativo, para que as futuras regulamentações que estabelecem limitações ao comércio de serviços outorguem tratamento preferencial aos Estados-partes do MERCOSUL.
- Desenvolver ou complementar os regimes reguladores internos em determinados setores.
- Finalizar o processo de consolidação do *statu quo* regulador.
- Avançar na agenda de harmonização da normativa de serviços.
- Aprofundar os trabalhos relativos à Decisão CMC Nº 25/03 (Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário no MERCOSUL) a fim de incrementar o movimento de profissionais na região.
- Levar em conta os interesses específicos dos sócios na definição das restrições que deveriam receber especial atenção.
- Considerar as medidas de regulamentação doméstica que possam representar um obstáculo burocrático ao comércio de serviços intra-zona.
- Considerar o aprofundamento de disciplinas do MERCOSUL sobre a regulamentação nacional.
- Intensificar os esforços para a internalização das normas MERCOSUL.

⁵⁷ Além disso, deve-se lembrar que também foram aprovados outros instrumentos normativos sobre serviços, como o Acordo para a Criação do Visto MERCOSUL (Decisão CMC Nº 16/03), o Mecanismo para o Exercício Profissional Temporário (Decisão CMC Nº 25/03) e o Acordo para Facilitação das Atividades Empresariais (Decisão CMC Nº 32/04), assim como outros instrumentos emanados de diversos foros do MERCOSUL.

Por último, o Grupo de Serviços destacou a necessidade de um mandato de alto nível, tanto nas instâncias do MERCOSUL quanto em cada Estado-parte, a fim de que o lançamento da VII Rodada de Negociações sobre Serviços esteja alinhado com o objetivo do Protocolo de Montevideu. Em particular, o Grupo ressaltou a necessidade de que as instâncias superiores dos governos dos países-membros e do bloco dediquem especial atenção ao tratamento a ser dado às restrições de origem em leis e/ou nas respectivas Constituições, assim como aos setores com escassa ou inexistente regulamentação.

F. Iniciativas para o fortalecimento da integração produtiva regional

Durante os últimos anos, o MERCOSUL foi deixando evidentes os limites de uma integração linear, automática e geral, em que o mercado é o único agente regulador dos custos e benefícios para os distintos sócios. Com efeito, a escassa articulação produtiva observada na região - além das lógicas de algumas empresas transnacionais -, a longa história de conflitos setoriais bilaterais Argentina-Brasil ou o recrudescimento das manifestações dos sócios menores - Uruguai e Paraguai - em relação aos fracos resultados derivados da integração regional para suas economias, são alguns dos sintomas derivados do particular modo de evolução do MERCOSUL.

As insuficiências das normativas e de ações de coordenação de políticas microeconômicas e a busca por um desenvolvimento integral, sistêmico e equilibrado das economias participantes tenderam a perpetuar os desequilíbrios e brechas produtivas existentes no momento da formação do MERCOSUL.

A integração produtiva encontra na atualidade obstáculos derivados das diferenças de escala; das assimetrias no desenvolvimento tecnológico e gerencial; dos esquemas nacionais ainda não harmonizados; das falhas de mercado; do acesso ao financiamento; de dificuldades em fronteira, etc. A integração produtiva exige, portanto, a remoção desses obstáculos,⁵⁸ a "administração" positiva das diferenças entre os sócios, assim como a incorporação de incentivos específicos de promoção.

Direcionados a estes objetivos, e depois de superada a forte crise econômica e financeira regional do período 1999-2002, os países do bloco começaram a dar mais espaço ao tema da integração produtiva dentro da agenda prioritária. Deste modo e em diferentes instâncias, têm sido debatidas questões tão amplas e complexas como coordenação de políticas científicas e tecnológicas; estímulos à formação de cadeias produtivas regionais; elaboração de instrumentos para promover *joint ventures* entre pequenas e médias empresas, cooperativas e unidades produtivas da região; criação de fundos regionais de financiamento para o setor produtivo; ampliação da rede de infra-estrutura regional, entre outros.

Como consequência, são diversas as iniciativas a respeito deste tema ao longo do último ano, embora a maioria dos casos se encontrem em estado incipiente.

Durante a XXX Reunião do CMC de meados de 2006, o Dr. Reginaldo Arcuri - que já foi Secretário Técnico do MERCOSUL - foi designado para impulsionar um plano de ações concretas de articulação produtiva com os setores público e privado dos estados-membros, que incluiria um programa de desenvolvimento de fornecedores regionais da Petrobras; um programa de fortalecimento da cadeia automotriz; a geração de um espaço empresarial para a discussão da temática, etc.

Neste sentido, o Comunicado Conjunto dos Presidentes, de julho de 2006, confirmava que estas iniciativas contavam com um forte apoio político a máximo nível em prol "(...) de avançar rumo à integração produtiva regional com desenvolvimento social e com ênfase na promoção de empreendimentos

⁵⁸ Extraído da LXVIII Reunião Ordinária do GMC "Proposta de Pautas para a Integração Produtiva do MERCOSUL" (DI N° 13/07).

produtivos regionais que incluam redes integradas, especialmente por pequenas e médias empresas e cooperativas (...)"

Por meio do documento, os presidentes encarregavam os ministros das áreas vinculadas com a produção de definir pautas para fazer parte do Plano de Desenvolvimento e Integração Produtiva Regional, cujos avanços deveriam ser apresentados durante a Reunião de Cúpula do MERCOSUL no fim de 2006.

Por outro lado, no marco do Subgrupo de Trabalho 7 - de Política Industrial -, o Brasil apresentou no fim de novembro do ano passado uma proposta de pauta para tal plano que incluía seis tipos de ações:

- Programa regional de capacitação de recursos humanos em integração produtiva: formação de uma rede de cursos de pós-graduação em integração produtiva; intercâmbio de especialistas; apoio ao treinamento de funcionários de entidades empresariais, do governo e organizações sindicais; estímulo à pesquisa no tema, etc.
- Apoio financeiro nacional e regional para a integração produtiva: levantamento de instrumentos existentes; criação de linhas de financiamento para investimentos intra-regionais; instrumentação de um programa de desenvolvimento de fornecedores e/ou clientes entre pequenas, médias e grandes empresas de países de menor desenvolvimento relativo, e apoio ao Foro de Competitividade no setor de madeira-móveis, entre outros.
- Articular medidas facilitadoras do comércio: desenvolvimento de infra-estrutura de serviços; harmonização de requisitos técnicos; viabilizar a constituição de empresas MERCOSUL; identificação de gargalos energéticos na região, etc.
- Articular os diversos grupos de trabalho e comitês MERCOSUL: definir cadeias produtivas prioritárias em conjunto com os setores privados; gerar projetos de gestão conjunta com os diferentes órgãos negociadores; promover o diálogo e a cooperação entre os institutos tecnológicos nacionais, centros de pesquisa e agências de fomento, etc.
- Articular as políticas nacionais para o desenvolvimento de pequenas e médias empresas: intensificar a cooperação regional na área de criação, qualidade e produtividade; fomentar a formação de cooperativas e consórcios; facilitar a circulação dentro do MERCOSUL dos serviços das instituições nacionais vinculadas a estas questões, entre outras.
- Realizar um monitoramento da integração produtiva regional, preparando estatísticas homogêneas que permitam avaliar o desempenho das cadeias produtivas na região. Desenvolver indicadores de monitoramento, tanto do processo de integração produtiva quanto das ações concretas que forem estabelecidas no bloco.

Na ocasião da LXVI Reunião do GMC, em dezembro de 2006, foi criado um Grupo de Trabalho integrado por funcionários dos Estados-partes para trabalhar na sede da Secretaria do MERCOSUL, a fim de dar continuidade às iniciativas produtivas já identificadas no marco dos trabalhos realizados pelo Dr. Arcuri e definir as diretrizes básicas para orientar ações complementares. Embora estas diretrizes devessem ser apresentadas durante a última Reunião Ordinária do GMC do primeiro semestre de 2007, este Grupo não se reuniu.

Em 2007, durante a LXVIII Reunião do GMC, somou-se ao Foro de Competitividade da Madeira-Móvel - que tem trabalhado nos últimos anos sem muitos resultados - a criação do Foro de Competitividade do Setor Cinematográfico e Audiovisual do MERCOSUL (Resolução GMC N° 14/07). O objetivo deste novo foro está relacionado com a coordenação de políticas públicas e privadas a fim de aumentar as co-produções regionais e a circulação intra e extra-zona dos produtos audiovisuais nacionais dos Estados-partes.

QUADRO 3

AÇÕES EM FAVOR DE UMA MAIOR INTEGRAÇÃO PRODUTIVA NO MERCOSUL

O Programa de Desenvolvimento de Fornecedores do setor de petróleo e gás tem como objetivos: (a) que um número maior de empresas vinculadas a esta atividade nos diferentes países do MERCOSUL possam se tornar fornecedoras da Petrobras, tanto de bens quanto de serviços; (b) promover uma melhor e mais ampla articulação da empresa com seus fornecedores regionais já existentes ou novos; (c) facilitar a melhoria na qualidade, na inovação e no preço de diferentes empresas pequenas e médias do setor, para que possam se qualificar como fornecedoras da companhia petroleira; (d) gerar ganhos sistêmicos de competitividade ao longo da cadeia de fornecedores.

O Programa de Complementação da Cadeia Produtiva Automotiva tem como objetivo desenvolver uma maior e melhor vinculação entre as empresas terminais e o conjunto de pequenas e médias empresas fornecedoras da região. Para tal, procura-se trabalhar em conjunto com as empresas terminais a fim de apoiar as empresas fornecedoras em aspectos tão amplos e diferentes como investimento, desenvolvimento tecnológico, inserção internacional, inovação ou financiamento.

Em ambos os casos, os objetivos seriam alcançados por meio de diversas atividades entre as que se destacam os seminários e oficinas para diversas tarefas de capacitação, rodadas de negócios que conectam produtores com compradores, facilitação de negócios em escala global, etc.

Finalmente, o Programa das Cadeias Produtivas vinculadas ao Turismo no MERCOSUL tem como objetivo criar uma "rota turística" que envolva os quatro sócios, que se encarregaria do treinamento da mão-de-obra ligada ao setor, e um Programa MERCOSUL de articulação empresarial para a integração produtiva, por meio da promoção de encontros entre os agentes especializados dos países-sócios, em que seriam identificadas as oportunidades e os obstáculos para a integração dessa cadeia.

Por outro lado, durante essa reunião, a Argentina apresentou sua posição a respeito da importância de promover uma maior articulação produtiva em nível regional, manifestando que "(...) corre-se o risco de que a produção industrial tenda a se concentrar nos países de maior tamanho e com equipamentos produtivos mais maduros, pelo menos na ausência de políticas especiais de incentivos".⁵⁹

Na XXXIII Reunião do CMC, o GMC ficou incumbido de propor alternativas para a constituição de um Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas envolvidas em iniciativas de integração produtiva. Este Fundo seria complementar às iniciativas que foram financiadas com o amparo do FOCEM (dentro dos Programas para o Desenvolvimento da Competitividade). Estes trabalhos deveriam ser apresentados na reunião ordinária do CMC, de dezembro de 2007.

Por último, deve-se ressaltar que recentemente a CRPM tomou diferentes tipos de iniciativas específicas na temática da integração produtiva. Nesse sentido, em julho de 2007 organizou um "Seminário sobre Integração Produtiva no MERCOSUL" com a participação do chanceler do Uruguai, Reinaldo Gargano; do presidente do Parlasul, Roberto Conde; autoridades das áreas de Indústria, Trabalho, Pequenas e Médias Empresas e Desenvolvimento Social, e representantes de grupos empresariais, durante o qual foram discutidas propostas sobre a problemática do financiamento das pequenas e médias empresas, o fortalecimento das cadeias produtivas regionais e a possibilidade de realizar melhorias no aspecto institucional do bloco.

Basicamente, na CRPM está sendo analisado o âmbito institucional para canalizar as distintas iniciativas. Vem sendo estudada - entre outras alternativas - a possibilidade de criar um Observatório Produtivo da Integração Regional. Seu objetivo seria realizar um levantamento sistemático da problemática dos setores mais dinâmicos do bloco, a fim de gerar insumos que contribuam para fortalecer as cadeias produtivas regionais e a articulação das pequenas e médias empresas - tanto entre si, quanto no relacionamento delas com as grandes empresas que operam na região -, especialmente no Paraguai e no Uruguai.

⁵⁹ Anexo XXI da Ata da LXVIII Reunião Ordinária do GMC. "A integração produtiva como ferramenta necessária para a superação das assimetrias no MERCOSUL". Para mais detalhes sobre este documento, ver o ponto A deste capítulo, relativo às assimetrias.

Por outra parte, estão sendo avaliados diferentes tipos de opções de financiamento para o Fundo MERCOSUL de Apoio a Pequenas e Médias Empresas, a apresentação de um projeto no FOCEM, enquadrado no Programa II para o Desenvolvimento da Competitividade, assim como a possibilidade de regionalizar instrumentos nacionais bem-sucedidos em matéria de integração produtiva. É novo - e muito positivo - que, em algumas das oficinas organizadas por esta Comissão, participem organismos financeiros regionais (BID, CAF e FONPLATA).

G. O ingresso de novos membros no bloco

*Uma revisão do Protocolo de Adesão da Venezuela*⁶⁰

O Grupo de Trabalho criado pelo Art. 11 do Protocolo de Adesão da Venezuela ao MERCOSUL tem por finalidade acordar com o país a forma como este procederá para:

- i) Adotar o acervo normativo do MERCOSUL.
- ii) Definir seu cronograma de adoção da nomenclatura tarifária MERCOSUL.
- iii) Acordar com os outros membros o formato da convergência de suas tarifas com a TEC do bloco e o Programa de Liberalização do Comércio Intrabloco.
- iv) Estabelecer pautas para a incorporação da Venezuela aos acordos do MERCOSUL com terceiros.

Ao longo do ano 2006 foram realizadas duas reuniões do mencionado Grupo. Foram alcançados avanços relevantes em:

Nomenclaturas: Neste ponto ficou estabelecido que a Venezuela adotará gradualmente, no mais tardar em quatro anos, a NCM e a TEC seguindo este cronograma: 3% das linhas tarifárias em 60 dias (setembro de 2007); a partir do segundo ano, pelo menos, 20% das linhas da nomenclatura atual; e a partir do quarto ano as restantes linhas tarifárias.

Em matéria de acervo normativo, houve avanços na classificação das normas segundo sua natureza, para a qual foram fixadas cinco fases de incorporação, com o objetivo de adotar tal acervo de forma gradual, no mais tardar em quatro anos a partir da data de entrada em vigor do Protocolo.⁶¹

Por último, o GT pôde definir as condições e cursos de ação a serem negociados com terceiros países ou grupos de países para a adesão da Venezuela aos acordos já negociados ou em negociação. Para isto, ficou pactuado que, a partir da entrada em vigor do Protocolo, a Venezuela iniciará um processo de análise de cada um dos acordos e ao mesmo tempo será reaberto o diálogo com os países com os quais já existem pactos com o MERCOSUL para negociar a incorporação do novo sócio ao instrumento acordado.

Com relação aos Programas de Liberalização Comercial a negociação foi definida bilateralmente e foram concluídos os acordos entre Paraguai e Uruguai com a Venezuela, restando definir alguns aspectos do cronograma que vigorará entre Venezuela-Argentina e Venezuela-Brasil - trabalhos previstos para o período março-setembro de 2007.

⁶⁰ Para informação relacionada aos antecedentes do processo de ingresso da Venezuela, ver Relatório MERCOSUL N° 11, pág. 104.

⁶¹ Com relação a este tema, foram identificadas 783 normas às quais a Venezuela poderá aderir em três fases que vão dos seis meses aos quatro anos. Em contrapartida, ainda não foram estabelecidos prazos de incorporação para as outras 169 normas - entre as quais se encontram a eliminação da dupla cobrança da TEC, a adequação ao regime automotivo, os assuntos financeiros e as regras de origem dos produtos.

As tarefas do GT finalizaram formalmente em 2 de março de 2007, depois dos 180 dias estabelecidos nas normativas antes citadas. No entanto, apesar dos esforços realizados pelos países-sócios para cumprir os prazos estipulados pelo Protocolo de Adesão, não foi possível cumprir com os objetivos originariamente previstos.

Nesse marco, o grupo de trabalho elaborou um relatório final detalhando os acordos alcançados e as tarefas pendentes, no intuito de encerrar aqueles aspectos que requeriam uma negociação mais extensa.

No relatório final, o mencionado GT estabeleceu:

- 1) Solicitar ao CMC a determinação dos âmbitos que darão prosseguimento às tarefas remanescentes do Grupo.
- 2) Solicitar ao CMC a determinação dos instrumentos jurídicos pelos quais serão formalizados os acordos alcançados no marco do GT e outros que forem adotados em cumprimento das disposições do Protocolo de Adesão.

Assim, depois de que o GT apresentou seu relatório final ao CMC, este, pela Decisão N° 12/07, estabeleceu um Grupo de Trabalho *Ad Hoc* para chegar a todas as definições pendentes que permitam concluir a adesão da Venezuela ao bloco. Esta Decisão também prorrogou por seis meses a definição do cronograma de adaptação da Venezuela às regras do MERCOSUL, com a possibilidade de estender este prazo por outro período igual. No entanto, foi estabelecido que as negociações relativas ao PLC devem ser feitas de forma bilateral.

A adesão da Bolívia

Em dezembro de 2006 o Presidente de Bolívia, Evo Morales, manifestou a intenção de seu país de entrar para o MERCOSUL como membro pleno,⁶² e - diferente do oportunamente demonstrado pela Venezuela - sem que isso implicasse "a saída boliviana da Comunidade Andina".

A seguir são expostas algumas considerações preliminares sobre as implicações da solicitação feita - nos termos mencionados - pela Bolívia.

Aspecto legal

Os termos e condições a serem negociados com a Bolívia são aqueles previstos na Decisão N° 28/05 que regulamentou o artigo 20 do Tratado de Assunção e deveriam incluir:

- Adesão ao Tratado de Assunção, ao Protocolo de Ouro Preto e ao Protocolo de Olivos.
- Adoção da TEC, mediante a implementação de um cronograma de convergência.
- Adesão ao ACE N° 18 e seus protocolos adicionais por meio da adoção de um programa de liberalização comercial.
- Adoção do acervo normativo do MERCOSUL, incluindo as normas em processo de incorporação.
- Adoção dos instrumentos internacionais celebrados na esfera do Tratado de Assunção.
- A modalidade de incorporação aos acordos e negociações celebrados pelo MERCOSUL com terceiros.

⁶² Algo que já havia sido antecipado pelos altos funcionários argentinos que participaram da II Reunião de Cúpula Sul-Americana de Nações em Cochabamba, em dezembro de 2006 (La Nación, 10/12/2006).

Neste sentido, a intenção da Bolívia de entrar para o MERCOSUL sem abandonar sua participação na Comunidade Andina de Nações gera questões adicionais:

- Sobre a Tarifa Externa Comum -

Questiona-se se a obrigação de aplicar a TEC MERCOSUL é compatível com a permanência da Bolívia em uma união alfandegária como a CAN, mesmo sabendo-se que a Bolívia atualmente aplica uma TEC diferente da dos demais países da CAN.

No entanto isso não implica que a Bolívia conte com uma autorização da CAN para modificar unilateralmente sua TEC. Portanto o país necessitaria uma autorização especial de seus sócios se estivesse disposto a adotar a TEC do MERCOSUL, implicando, em alguns casos, um aumento do nível de proteção tarifária.

Segundo o manifestado em várias ocasiões por funcionários bolivianos, este país não considera que a existência formal de uma TEC andina - não aplicada na prática - seja um obstáculo para o ingresso no MERCOSUL. No entanto, é provável que Bolívia queira manter uma TEC abaixo dos outros países do MERCOSUL dada sua situação de mediterraneidade e de economia pequena.

- Temas normativos -

A participação da Bolívia em dois blocos pode representar dificuldades, já que como membro da CAN, o país está obrigado pelo próprio acervo normativo dessa comunidade. Assim, podem surgir incompatibilidades em diversas áreas como regras de origem, normas fito e zoossanitárias, normas técnicas, defesa comercial, entre outras. Estes aspectos exigem uma análise técnica detalhada e, eventualmente, nas áreas que não possam ser harmonizadas, será necessário avaliar a alternativa de conceder um *waiver* à Bolívia para a não aplicação da normativa em questão.

- O relacionamento externo do MERCOSUL *vis-à-vis* a agenda boliviana -

Um aspecto a destacar é que atualmente a Bolívia conta, dentro da CAN, com uma autorização para negociar acordos com terceiros países - sejam ou não da Aladi. Essa liberdade não é outorgada aos estados-sócios do MERCOSUL, tal como expressamente previsto na Decisão N° 32/00.

Assim, caso a Bolívia solicite conservar este poder também dentro do MERCOSUL, seria complicado concedê-lo tomando-se por base a posição assumida frente às manifestações de interesse do Uruguai de maior liberdade para negociar individualmente com terceiros países.

A Bolívia antecipou que entende que este é o tema mais sensível e difícil a se resolver. Apontou que o mandato negociador que a Comissão Europeia teria seria para negociar com a CAN de quatro países. Cabe destacar a este respeito que, em março de 2007, o Parlamento Europeu aprovou uma recomendação destinada ao Conselho sobre o mandato de negociação de um Acordo de Associação entre a UE e a CAN de quatro membros.

- Liberalização comercial intra-zona -

A priori não haveria maiores dificuldades já que, de acordo com o Programa de Liberação Comercial estabelecido no ACE N° 36, o nível de liberalização atual supera 90% do universo tarifário. Apenas faltam chegar a 100% de preferência tarifária 148 itens listados pelo MERCOSUL - que serão desonerados em 2011 - e cerca de 600 itens da Bolívia, que culminarão no cronograma de desoneração, em sua maioria, em 2011 e uma minoria - contemplada no Anexo VI do ACE N° 36 - em 2014. De qualquer forma, os produtos ainda não desonerados não têm relevância no intercâmbio comercial.

- Tratamento especial e diferenciado -

Em nota, o presidente Evo Morales faz expressa menção à manutenção do "tratamento especial e diferenciado reconhecido na CAN e na ALADI à Bolívia, não só por seu nível de desenvolvimento, mas também por sua condição de país enclausurado". Tal tratamento é explicitamente reconhecido na normativa andina.

No âmbito do MERCOSUL, exceto por benefícios específicos outorgados ao Paraguai e ao Uruguai, o Tratado de Assunção não contempla um tratamento especial e diferenciado de forma genérica. Portanto, não poderia reconhecer essa categorização para a Bolívia sem que o Uruguai e o Paraguai reclamem direitos similares. No entanto, a solicitação da Bolívia poderia ser contemplada por meio de benefícios concretos e ações pontuais, por exemplo, no âmbito do FOCM e das medidas que forem adotadas como consequência do debate sobre as assimetrias no MERCOSUL.

O ingresso da Bolívia ao MERCOSUL, de olho no futuro

A Bolívia, ao pretender continuar sendo simultaneamente membro da CAN, parece ter interpretado sua adesão ao MERCOSUL como um processo de harmonização da normativa de ambos os blocos regionais. Neste contexto, a negociação para concretizar a adesão consistiria em definir quais requisitos enunciados no artigo 3° da Decisão CMC N° 28/05 a Bolívia estaria em condições de cumprir, na medida em que não se choquem com a normativa andina ou com sua legislação e/ou políticas nacionais. Esta interpretação despertou preocupações nas cinco delegações do MERCOSUL (inclusive na da Venezuela).

O processo de adesão se encontra - ao menos no momento de conclusão do presente relatório - diante de um *impasse* técnico, sendo de algum modo necessário um novo impulso político de alto nível que facilite uma "saída criativa" para alguns dos temas jurídico-técnicos anteriormente detalhados. De igual modo, a solução das dificuldades vinculadas ao ingresso da Venezuela no bloco também poderia facilitar e/ou acelerar o processo boliviano.

Existe, no entanto, um "núcleo duro" de questões (aplicação pela Bolívia da TEC MERCOSUL e da NCM, participação da Bolívia nas negociações CAN-União Européia) sobre o qual os negociadores fizeram notar sua preocupação a respeito de como poderiam ser razoavelmente solucionados, sem ferir princípios fundamentais do MERCOSUL.

H. Outros temas relevantes da agenda interna

*Sobre o Banco do Sul*⁶³

Na Reunião de Cúpula de julho de 2006 os Ministros de Economia discutiram diferentes alternativas para obter uma maior integração financeira entre os distintos países do bloco. Nesse âmbito, criou-se um grupo de trabalho para se dedicar às diversas iniciativas, tais como a integração dos mercados de capitais, a criação de um Banco de Desenvolvimento do MERCOSUL (Banco do Sul), a possibilidade de fazer operações em moedas locais e a emissão conjunta de bônus.

A perspectiva de criação de um banco de fomento regional foi objeto de análise tanto no MERCOSUL quanto na Comunidade Sul-Americana de Nações e em sua sucessora, a Unasul; tendo a Argentina e a Venezuela como os principais promovedores.

O objetivo da iniciativa foi aproveitar a liquidez internacional existente para obter financiamento de longo prazo para projetos de infra-estrutura e energia na região, financiamento ao qual não se tem fácil acesso devido, fundamentalmente, ao escasso desenvolvimento dos mercados financeiros e de capitais na América Latina.

Até fevereiro de 2007, a Argentina e a Venezuela prepararam um Memorando de Entendimento na intenção de impulsionar a criação desse banco - num ambiente de cooperação econômica e financeira de ambos os países. As partes se comprometeram a realizar as ações necessárias para a conformação da instituição em um prazo de 120 dias contados a partir da assinatura do Convênio Constitutivo. Nesse momento definiu-se como metas para o Banco do Sul: apoiar o processo de integração no âmbito financeiro e social; financiar o desenvolvimento econômico e o intercâmbio comercial e de serviços; promover a constituição de empresas multinacionais de capital regional, e propiciar o desenvolvimento tecnológico.

O texto bilateral estava aberto à adesão de todos os estados sul-americanos, e a Bolívia a ele aderiu em março desse mesmo ano.

Apesar de, a princípio, alguns países como Brasil, Chile e Uruguai expressarem publicamente suas reservas em relação à oportunidade e conveniência do projeto - advogando, em contrapartida, pelo fortalecimento das instituições já existentes na matéria -, a iniciativa foi ganhando cada vez mais o respaldo na região. Esse respaldo se deu inclusive por parte do Brasil, que no início de maio de 2007 anunciou sua participação plena no banco, pelo entendimento de que esta nova instituição estará direcionada exclusivamente ao financiamento de projetos de infra-estrutura e energia.

No mês de junho, trabalhou-se aceleradamente em reuniões multilaterais entre os ministros dos diferentes países interessados em participar, para definir a Ata e Estatuto do Banco do Sul, seguindo o proposto na reunião de maio do CMC em Assunção. Isto é, ansiava-se que nesse mês os presidentes dos países interessados firmassem documentos que explicitassem o compromisso político com a criação do banco e que incorporassem os consensos alcançados em matéria de objetivos e funções.⁶⁴

No entanto, as discussões técnicas sofreram atrasos e entraram em um *impasse*. Os pontos principais que pareciam estar adiando um acordo são o objeto e as funções da instituição; o montante global do capital e o do aporte de cada membro; a definição do país sede da nova instituição; a área geográfica

⁶³ Ver Ata Fundacional do Banco do Sul em <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/outubro/081007.doc>>

⁶⁴ Ata Nº 01/07 da V Reunião Extraordinária do Conselho do Mercado Comum.

de ação prioritária; os critérios de risco; o peso de cada país na composição do corpo técnico do banco e as atribuições do mesmo; o sistema de votação, entre outros assuntos.

No momento de elaboração deste relatório, participavam da discussão desta iniciativa todos os países da América do Sul, exceto Colômbia e Chile, que acompanhavam as reuniões como observadores.

Os Biocombustíveis e a agenda interna do MERCOSUL

O governo brasileiro apresentou na LXV Reunião Ordinária do GMC (novembro de 2006) e na esfera da CSN projetos que buscavam estabelecer programas de cooperação para o estímulo à produção, ao uso e à comercialização de biocombustíveis (bioetanol e biodiesel).

Enquanto o acordo apresentado no MERCOSUL promovia uma cooperação igualitária, o texto que o Brasil introduziu à CSN aparecia mais inclinado à cooperação vertical entre o País e as demais partes da comunidade. A partir do projeto brasileiro, em dezembro de 2006, os Estados-partes do MERCOSUL e a Venezuela assinaram um "Memorando de Entendimento para estabelecer um Grupo de Trabalho Especial sobre Biocombustíveis".⁶⁵

Por meio desse instrumento foi formado um Grupo de Trabalho Especial com a finalidade de elaborar um programa regional de cooperação na área de biocombustíveis e suas tecnologias, tendo em conta a importância estratégica da cooperação energética entre os países do MERCOSUL e os interesses comuns relativos ao desenvolvimento de fontes energéticas seguras, renováveis e ambientalmente sustentáveis.

O Grupo devia apresentar ao CMC suas primeiras conclusões em seis meses e concluir seus trabalhos em um ano a partir da assinatura do Memorando.

Quanto às áreas de trabalho, o Grupo devia propor medidas para:

- Estimular a produção e o consumo de biocombustíveis, em particular o etanol e o biodiesel.
- Realizar um levantamento comparativo dos marcos reguladores de biocombustíveis no MERCOSUL.
- Estimular a formação de cadeias produtivas integradas na área de biocombustíveis no bloco.
- Estimular a cooperação técnica sobre biocombustíveis, em particular etanol e biodiesel, entre entidades públicas e privadas dos países-membros.
- Estimular programas conjuntos de pesquisa sobre a produção e o uso de biocombustíveis, tendo em conta os programas, projetos, mecanismos e instrumentos de cooperação bilateral e regional existentes.
- Facilitar o intercâmbio de informações a respeito dos aspectos técnicos e tecnológicos ligados à produção e ao uso dos biocombustíveis, inclusive aquelas relativas às modificações necessárias para adaptar os veículos aos diferentes níveis de mistura entre biocombustíveis e combustíveis de origem fóssil.
- Promover a capacitação para a produção sustentável de biocombustíveis, incluindo a avaliação do impacto ambiental, uso da terra, uso dos resíduos, eliminação e reciclagem de resíduos, infra-estrutura de distribuição, logística, entre outros aspectos.

A partir da assinatura do memorando de referência, o assunto biocombustíveis teve novos e importantes desenvolvimentos em escala global, particularmente a partir da decisão da União Européia e dos Estados Unidos de promover o uso dos mesmos. A este respeito, em função das recentes viagens de George W. Bush pela região sul-americana, passando pelo Brasil e pelo Uruguai, e da visita do presidente Luiz Inácio

⁶⁵ Anexo XXI da Ata da XXXI Reunião Ordinária do CMC.

Lula da Silva a Lisboa o tema ganhou um lugar relevante, tanto nas conversações quanto nos respectivos documentos e acordos oportunamente firmados entre o sócio maior do MERCOSUL e as duas grandes potências da economia mundial.

Iniciativas da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL (CRPM)

Dentro dos trabalhos realizados pela CRPM durante o período abarcado por este relatório, merecem ser destacados aqueles relativos ao Instituto Social do MERCOSUL, ao Observatório para a Democracia, e ao Instituto MERCOSUL de Formação.

- Instituto Social do MERCOSUL -

Na Decisão CMC N° 19/06, aprovada em julho de 2006 na cidade de Córdoba, encomendou-se à CRPM a elaboração de uma proposta para a criação do Instituto Social do MERCOSUL. E em janeiro de 2007, o CMC aprovou em sua V Reunião Extraordinária, a Decisão CMC N° 3/07, criando o mencionado Instituto temporariamente no âmbito da Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do bloco, com sede permanente em Assunção.

Entre os objetivos do ISM figuram o de contribuir para a consolidação da dimensão social como um eixo fundamental no desenvolvimento do MERCOSUL; contribuir para a superação das assimetrias; colaborar tecnicamente na criação de políticas sociais regionais; sistematizar e atualizar indicadores sociais regionais; recopilar e intercambiar boas práticas em matéria social; promover mecanismos de cooperação horizontal e identificar fontes de financiamento.

Entre suas funções se incluíram as de proporcionar colaboração técnica na elaboração e planejamento de projetos sociais; indagar e apresentar à Reunião de Ministros linhas e modalidades de financiamento disponíveis para a execução de projetos; estimular a pesquisa na criação e na colocação em andamento de políticas e programas sociais; promover a realização de encontros internacionais, regionais e nacionais sobre temas sociais; sistematizar e difundir experiências e práticas na matéria; recopilar informação sobre a situação social da região; apresentar relatórios anuais de suas atividades; aconselhar-se com o Foro Consultivo, Econômico e Social sobre aspectos de sua competência e receber projetos que este foro possa apresentar.

Por outro lado, esta Decisão incumbiu o Grupo criado na Decisão CMC N° 19/06 de elaborar uma proposta de primeiro orçamento, com base em contribuições dos sócios, para pôr o ISM em funcionamento.

Na XXXIII Reunião do CMC (julho de 2007) foi aprovada a Decisão CMC N° 28/07 “Acordo de Sede” entre a República do Paraguai e o MERCOSUL para o funcionamento do Instituto Social do MERCOSUL. Além disso, o Conselho tomou nota do projeto do Orçamento Mínimo do Instituto Social do MERCOSUL para o exercício 2008, aprovado e encaminhado pela Reunião de Ministros e Autoridades de Desenvolvimento Social do MERCOSUL. E, ainda, encomendou à Secretaria do MERCOSUL a apresentação de um relatório sobre quais poderiam ser as modalidades operacionais para a execução do mesmo.

A CRPM, por sua vez, realizou diferentes tipos de gestões frente a organismos internacionais, especificamente com o PNUD, para concretizar acordos de cooperação técnica que permitam financiar projetos no âmbito do ISM.

- Instituto MERCOSUL de Formação (IMEF) -

A Decisão CMC Nº 08/06 de julho de 2006 criou um Grupo de Alto Nível, coordenado pela CRPM, para elaborar uma proposta de criação do Instituto MERCOSUL para a Capacitação dos Funcionários das Administrações Públicas.

No XXXII Conselho do Mercado Comum (janeiro de 2007) foi aprovada a Decisão CMC Nº 4/07, criando o IMEF, e dispondo que as linhas de trabalho e os conteúdos das atividades e programas a serem desenvolvidos por este Instituto estariam a cargo de um Comitê Diretivo integrado por dois representantes de cada Estado-parte, sendo um deles o titular do Instituto ou Escola Nacional de Capacitação para a Administração Pública, ou seu equivalente.

A norma estabeleceu, além disso, que a CRPM assistiria o dito Comitê no desenvolvimento de suas atividades e prestaria apoio ao IMEF para o cumprimento de suas funções.

Montevideu foi definida como sede do IMEF, e seu Comitê, conjuntamente com o Comitê de Cooperação Técnica, devia identificar e gerenciar as fontes de financiamento para o desenvolvimento do mesmo, a fim de dar início às atividades correspondentes no segundo semestre do ano 2007.

Com estes antecedentes, em maio de 2007 constituiu-se formalmente o Comitê Diretivo do IMEF, que em sua primeira reunião resolveu:

- a) realizar um levantamento das necessidades de capacitação nos Estados-partes;
- b) realizar uma oficina de trabalho para contar com elementos que possam ser utilizados na preparação do Plano Estratégico para o IMEF;
- c) elaborar o programa do Curso Básico de Integração MERCOSUL;
- d) aperfeiçoar o programa do Diploma de Especialização MERCOSUL, tendo em conta a evolução do processo de integração regional;
- e) avançar na identificação de possíveis fontes de financiamento para as atividades a serem implementadas no marco do IMEF; e
- f) preparar uma estratégia de comunicação para a difusão das atividades do IMEF.

Quanto ao Curso Básico, seu Programa de Estudos e o plano para sua implementação foram aprovados em junho de 2007 (Decisão CMC Nº 35/07).

Em matéria de financiamento para os cursos a serem ministrados pelo IMEF, foram realizados contatos preliminares com a Agência Japonesa de Cooperação (JICA), com o Instituto para a Integração da América Latina e do Caribe (BID-INTAL) e com organismos relacionados com a cooperação prestada pela República Italiana e pelo Reino da Espanha.

- Observatório da Democracia -

Em julho de 2006, a Decisão CMC Nº 24/06 delegou à CRPM a elaboração do Projeto do Observatório da Democracia do MERCOSUL.

Em janeiro de 2007, o CMC aprovou a Decisão CMC Nº 5/07, criando o ODM, associado ao Centro MERCOSUL de Promoção do Estado de Direito. A norma estabeleceu que o ODM fosse coordenado conjuntamente pelo CEMPED e pela CRPM.

Os objetivos do Observatório eram contribuir para o fortalecimento dos objetivos do Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no MERCOSUL, na República da Bolívia e na República do Chile; realizar o acompanhamento de processos eleitorais nos Estados-partes do MERCOSUL; coordenar as atividades do Corpo de Observadores Eleitorais do MERCOSUL que forem realizadas a pedido do Estado-parte no qual ocorrer o processo eleitoral e elaborar a normativa para o desempenho de suas funções, e realizar atividades e estudos vinculados à consolidação da democracia na região.

Entre suas funções, estão: (a) estabelecer os critérios para o acompanhamento dos processos eleitorais e para as tarefas de observação do Corpo de Observadores Eleitorais do MERCOSUL - para o desenvolvimento desta função, o ODM trabalhará em coordenação com os tribunais ou órgãos eleitorais dos Estados-partes -; (b) elaborar e avaliar os indicadores e estatísticas que forem necessários para a realização de seus estudos e atividades; (c) realizar as atividades e proporcionar os relatórios que lhe forem solicitados por meio do CMC; e (d) apresentar um relatório por ano sobre suas atividades ao CMC, por meio da CRPM.

O ODM conta com um Comitê de Direção integrado por um representante de cada Estado-parte, coordenado pelo representante do Estado-parte no exercício da PPT. Em suas atividades, o ODM apóia-se na presidência da CRPM e realiza suas reuniões na sede da mesma.

Estabeleceu-se, além disso, que o Comitê de Direção deve elaborar propostas de plano de trabalho, plano de financiamento das atividades que assim demandem e plano de regulamentação do ODM, tendo em conta seus objetivos e funções.

Em maio de 2007 ocorreu a I Reunião deste Comitê de Direção. Suas primeiras atividades ficaram concentradas na preparação do Plano de Trabalho no qual se incluiria o Regulamento do ODM; os critérios para o acompanhamento dos processos eleitorais e para as tarefas de observação do Corpo de Observadores Eleitorais do MERCOSUL; a Cooperação Eleitoral no MERCOSUL; as modalidades para a realização de atividades e estudos relativos à consolidação da democracia na região; e a identificação de fontes de financiamento para o ODM e suas atividades.

Diretrizes regionais para a estratégia de crescimento do emprego no MERCOSUL

Em 2004, o CMC criou um Grupo de Alto Nível para elaborar uma "Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego" (Decisão CMC Nº 46/04).

Nesse âmbito, na cúpula de Assunção de junho de 2007 foi aprovada a Decisão CMC Nº 19/07, estabelecendo essas diretrizes, visando orientar a elaboração de Planos Nacionais de Emprego, com o intuito de ampliar a geração de postos de trabalho decente e digno.

As mesmas consistem em promover o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas, de cooperativas, da agricultura familiar e estimular a integração de redes produtivas, incentivando a complementaridade produtiva no contexto da economia regional. Outra de suas diretrizes é orientar investimentos públicos e privados rumo a setores intensivos em mão-de-obra e setores estratégicos da economia tais como infra-estrutura e novas tecnologias, entre outros.

Vigência e internalização de normas do MERCOSUL

Em versões anteriores do presente relatório foi apresentada uma detalhada explicação a respeito do mecanismo para a vigência das normas emanadas pelos órgãos do MERCOSUL, à luz das disposições do

Protocolo de Ouro Preto e normativa derivada, motivo pelo qual a seguir se expõe o estado atual de incorporação e vigência da normativa do bloco.

De acordo com a informação da SM, da fundação, em 1991, até maio de 2007 foram aprovadas 1.850 normas no bloco. Dessas, 1.130 exigem a incorporação para sua entrada em vigor, fato que só se produziu em 47% dos casos.

Discriminando esta informação de acordo com o órgão emissor, existe um total de 473 decisões aprovadas pelo CMC, 210 das quais precisam de incorporação. Dessas, 70% se encontram vigentes, ou seja, foram incorporadas pelos estados-partes em seus respectivos ordenamentos jurídicos.

Quanto às Resoluções do GMC, sobre um total de 1.206 resoluções, 798 exigem incorporação, processo que foi cumprido em 41% dos casos.

No que se refere às diretivas da CCM, foram aprovadas 171 diretivas, sendo que em 122 casos é necessária sua incorporação. Em 61% desses casos as diretivas se encontram vigentes.

I. Considerações finais sobre a agenda interna do MERCOSUL

Ao longo do período julho 2006-junho 2007 a agenda interna do bloco foi marcada pelo tratamento - político e técnico - dos projetos impulsionados pelos dois sócios menores em relação às assimetrias existentes tanto dentro do próprio espaço MERCOSUL, quanto no interior das economias de cada um deles. Nesse sentido, os conflitos setoriais, as disputas políticas e os temas de corte bilateral - que caracterizaram os anos precedentes e que foram refletidos nas versões anteriores do Relatório MERCOSUL - abriram espaço a discussões muito mais profundas e complexas, totalmente relacionadas à possibilidade de caminhar rumo à construção de um espaço regional mais sólido, mais homogêneo e mais sustentável.

Dessa forma, como parte da agenda positiva e apontando para o futuro, alguns sinais positivos parecem ir-se vislumbrando. A implementação do FOCEM, a recente decisão dos países-membros de criar um Fundo para o desenvolvimento das pequenas e médias empresas, os trabalhos realizados no âmbito de um comitê técnico dependente da CCM com a finalidade de eliminar a dupla cobrança da TEC ou os programas e projetos orientados para obter uma maior integração nas principais cadeias produtivas da região, podem ser contados - em uma lista incompleta - como parte dos avanços alcançados nos últimos tempos nesse longo caminho. Embora em alguns desses temas já se tenham registrado ganhos concretos, em outros seu funcionamento depende ainda de compromissos programáticos e de decisões administrativas e técnicas, cuja efetividade deverá ir sendo avaliada com o tempo.

As questões relativas à estrutura institucional do bloco merecem uma consideração especial. Nesse terreno, nos últimos anos o MERCOSUL deu alguns importantes passos para o fortalecimento do processo. Entre eles, a criação de um setor de assessoria técnica no âmbito da Secretaria do MERCOSUL e a constituição de um Tribunal Permanente de Revisão foram os que mais expectativas geraram em seu momento. Apesar desses órgãos ainda não terem produzido todos os resultados que *a priori* se esperava de seu funcionamento, não é menos correto afirmar que a geração de *know how* próprio, de rotinas administrativas eficazes e de "aprender fazendo" são passos inevitáveis em qualquer processo de criação de capacidades institucionais próprias.

Por último, vale assinalar que a ampliação do MERCOSUL por meio da adesão de novos sócios plenos não respondeu ainda às expectativas originais de dar um novo dinamismo ao processo de integração. A vontade dos países a favor da incorporação da Venezuela e da Bolívia foi reiteradamente manifestada em diferentes

tipos de entendimentos e declarações políticas; entretanto, os trabalhos técnicos orientados para completar a incorporação de tais países ao bloco avançaram a uma velocidade inferior à originalmente prevista.

Nesse sentido, cumprir razoavelmente com os compromissos assumidos pelas diferentes partes, e identificar soluções concretas, criativas e realistas para os obstáculos técnicos e políticos que inevitavelmente surgem nesse tipo de processos são os grandes desafios para os "velhos" e os "novos" sócios, para os próximos meses.

CAPÍTULO IV. UMA RETROSPECTIVA DAS PRINCIPAIS NEGOCIAÇÕES SETORIAIS E DOS CONFLITOS COMERCIAIS NA REGIÃO

A. O panorama geral

Da mesma maneira como foi manifestado nas versões anteriores do presente relatório,⁶⁶ e dentro do âmbito de continuidade e aprofundamento do processo de crescimento demonstrado na região ao longo do último ano, não é surpreendente que as controvérsias setoriais, as disputas e/ou os "incidentes" comerciais que caracterizaram o bloco durante os momentos de crise (particularmente no final dos anos 1990 e nos primeiros três anos da década atual) tenham ocupado um lugar de pouca relevância na agenda interna do MERCOSUL durante o período analisado.

Nesse sentido, e como será visto neste capítulo, boa parte das controvérsias existentes entre os países por questões de acesso a mercados podem ser qualificadas de forma genérica como "de baixa intensidade" quantitativa e qualitativa, com fraca repercussão política e na mídia. No entanto, o outro lado da moeda é que muitas delas não tiveram nem têm uma solução imediata. Em muitos casos, elas se tornaram crônicas, mantendo-se no âmbito das discussões técnicas, do intercâmbio de informação entre as respectivas áreas competentes e da busca de soluções pontuais e específicas.

Somado a isso, a existência de alguns canais institucionais (como as comissões bilaterais de monitoramento do comércio, alguns acordos setoriais bilaterais com participação da iniciativa privada ou a própria dinâmica da CCM) mostraram-se instrumentos razoavelmente eficientes para - pelo menos - canalizar as reclamações, proporcionar o maior conhecimento entre os respectivos atores públicos e privados e propiciar a identificação de alternativas válidas para a superação de tais dificuldades. Assim, não é por acaso que boa parte dos acordos setoriais bilaterais celebrados oportunamente durante o período de 2003-2005 entre os respectivos setores privados e/ou os governos tenham funcionado sem maiores dificuldades e que muitos deles tenham sido renovados e/ou prorrogados.

Paralelamente a isso, existem dois elementos adicionais que também contribuíram para o melhoramento do "clima" comercial na região. Por um lado, a crescente apreciação do real, fenômeno que em boa medida facilitou o aumento global do comércio intra-zona, puxado pelas importações brasileiras. Esta situação foi particularmente relevante para a Argentina, país que conseguiu, assim, recuperar no final de 2006 e início de 2007, os níveis absolutos de exportações para o grande país vizinho, depois da forte contração sofrida como consequência da crise e desvalorização do real de 1999.

Por outro lado, a incorporação do tema das assimetrias por parte dos países menores como um assunto de forte relevância na agenda interna do bloco também contribuiu para organizar a mesa de negociações, particularmente com relação às possibilidades reais de acesso ao mercado brasileiro para alguns setores produtivos desses países.

De todo modo, do lado brasileiro - e em particular nas atividades vinculadas à agricultura temperada, setor no qual muitos subsetores e/ou produtores continuam atuando com níveis de produtividade muito baixos - também existem reclamações e pressões (geralmente regionais) recorrentes com relação aos prejuízos ocasionados aos mesmos como resultado da entrada da produção proveniente da Argentina e do Uruguai.

⁶⁶ Veja-se Relatório MERCOSUL N° 10 e N°11.

B. Dificuldades para a entrada de pneus argentinos no mercado brasileiro

Desde o final de julho de 2006, algumas alfândegas do Brasil não permitiam a entrada de produtos exportados pela fábrica argentina de pneus FATE S.A., argumentando que estes eram destinados ao mercado de reposição (e não para produção de unidades novas). E, como esta empresa não é um fabricante de veículos, ela não deveria ser beneficiária da preferência alfandegária de 100%, prevista no XXXV Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica N° 14, que regula o comércio de veículos e autopeças entre a Argentina e o Brasil.

A medida se baseava em uma interpretação particular do acordo, emitida pela Superintendência Regional da Receita Federal da Primeira Região Fiscal do Brasil, com base na qual se exigia aos importadores do dito país o pagamento da TEC, como se a mercadoria fosse proveniente de extra-zona.

Durante as consultas ao governo brasileiro, a Argentina argumentou que o mencionado protocolo - assinado em junho de 2006 - não modificava as normas referentes ao intercâmbio dentro do MERCOSUL de autopeças oriundas, entre as quais estavam os pneus, e cuja comercialização, dentro da faixa do Coeficiente de Desvio sobre as Exportações no Comércio Bilateral (flex) vigente, é livre.

Ambos os governos (e suas alfândegas) interpretaram historicamente os acordos automotivos bilaterais sob esse esquema, pelo que o "inovador" raciocínio da Superintendência Regional colocava em risco o intercâmbio normal não apenas de pneus, mas também de outros bens do setor automotivo amparados pelo acordo, com o conseqüente prejuízo para a indústria e a cadeia de distribuição de autopeças.

Foi desta maneira que, após as consultas e intensas negociações com Brasília, a Receita Federal - por meio de um parecer de outubro de 2006 - corrigiu a situação, destacando que a preferência é aplicável a empresas automotivas, revendedoras ou varejistas, não havendo necessidade de uma habilitação especial. Deste modo, a Receita permitiu rapidamente a regularização dos envios da FATE ao mercado brasileiro (um fluxo de exportações da ordem de US\$ 50 milhões anuais).

C. Entre o MERCOSUL e a OMC: medidas *antidumping* aplicadas pelo Brasil sobre importações de resinas (PET) procedentes da Argentina

Em agosto de 2005, a pedido da M&G Fibras e Resinas (subsidiária de uma empresa italiana que controla mais de 50% do mercado do produto em questão no Brasil), e depois de dois anos de investigações, o governo brasileiro impôs - por meio da resolução Camex N° 29 - um direito *antidumping* de entre US\$ 345 e US\$ 641 por tonelada sobre as importações de resinas de tereftalato de polietileno (PET) procedentes da Argentina.⁶⁷ Deste modo, a Eastman Argentina, empresa química de capitais norte-americanos que exporta cerca de 80% da sua produção, ficava totalmente fora desse mercado.⁶⁸

A medida implicava uma contração muito forte da participação da Argentina nas importações de resina PET do Brasil, que passou de representar mais de 50% das compras externas do dito país para 0% em 2006. Esta fatia de mercado não seria coberta pela produção local brasileira, mas sim por importações provenientes do leste asiático, que em pouco tempo passaram a representar quase a totalidade do mercado de importação brasileiro.

⁶⁷ As importações provenientes dos Estados Unidos foram oneradas com direitos *antidumping* que oscilam entre US\$ 314 e US\$ 889.

⁶⁸ Esse montante implica uma tarifa de 35% para as operações da empresa Eastman (Vordian) Argentina SRL (a maior produtora local) e de 67% para o restante dos fabricantes argentinos de PET.

Por outro lado, o conflito colocava em sério risco a continuidade da atividade da Eastman na Argentina, devido à forte dependência da produção em escala da empresa em relação ao mercado brasileiro.⁶⁹ Outros países como Peru, Chile e Uruguai são os principais destinos das exportações argentinas, embora com participações muito menos significativas.

Durante 2006 e 2007, foram realizadas várias reuniões bilaterais tanto no Brasil como na Argentina, ocasiões em que diversas opções foram consideradas. No entanto, não foi possível chegar a uma solução para a controvérsia existente. Dessa maneira, com a ausência de avanços significativos para resolver o conflito, a Argentina solicitou em dezembro de 2006 a realização de consultas ao Brasil no Órgão de Solução de Controvérsias (OSC) da OMC.

Em sua apresentação, a Argentina considerou que a investigação realizada, a determinação formulada e os direitos impostos descumpriam as obrigações que correspondem ao Brasil em virtude das disposições do Acordo Geral sobre Taxas Alfandegárias e Comércio (*Geral Agreement on Tariffs and Trade - GATT*) de 1994 e o Acordo *antidumping*. A Argentina argumentou que as medidas aplicadas eram incompatíveis com as disposições da OMC, já que o Brasil não tinha informado ao exportador argentino sobre as deficiências percebidas nas respostas ao questionário das autoridades brasileiras; não tinha lhe dado a oportunidade de apresentar novas explicações dentro de um prazo razoável; nem tinha lhe concedido oportunidade para apresentar por escrito todas as provas que considerava pertinentes no que se refere à investigação *antidumping*.

A parte argentina também manifestou que o Brasil não tinha demonstrado que as importações que supostamente eram objeto de *dumping* haviam causado dano à sua indústria local; não tinha baseado sua determinação da existência de uma relação causal entre as importações que supostamente eram objeto de *dumping* e o dano ao setor de produção nacional em provas positivas; não tinha examinado outros fatores de que tinha conhecimento, diferentes das importações que supostamente eram objeto de *dumping*, que ao mesmo tempo prejudicavam o setor de produção nacional.

Por último, o país assinalou que o Brasil tinha rejeitado uma proposta de compromisso em matéria de preços formulada pelo exportador argentino sem expor os motivos que levaram as autoridades investigadoras a considerar inadequada a aceitação do dito compromisso e sem dar ao exportador a oportunidade de formular observações a respeito.

As consultas entre ambas as partes foram realizadas finalmente em fevereiro de 2007 em Brasília, mas não permitiram alcançar uma solução satisfatória. Em paralelo a isso, a empresa argentina solicitou à autoridade brasileira responsável pela investigação de casos de *dumping* a revisão administrativa do direito oportunamente imposto.

Depois de não ter conseguido avanços significativos na matéria durante o primeiro semestre de 2007, em junho desse ano a Argentina solicitou pela primeira vez o estabelecimento de um grupo especial no âmbito da OMC, solicitação que foi bloqueada pelo Brasil fazendo uso do direito que lhe é outorgado pelo Entendimento sobre Solução de Controvérsias.

⁶⁹ A empresa Eastman (Vordian) pediu que o governo argentino abrisse uma investigação por *dumping*. Esta investigação terminou em junho de 2006 (nove meses depois da realizada no Brasil aplicando direitos compensatórios para a entrada de produtos locais) com a aplicação de direitos compensatórios de 3,17% para as operações da M&G Fibras e Resinas, a principal empresa exportadora do Brasil, e de 18,9% para as demais importações de PET provenientes desse país. Estima-se que as exportações do Brasil para a Argentina diminuíram cerca de 50%.

Depois disso, quando a Argentina realizou a segunda solicitação do estabelecimento de painel no mês de julho, o mesmo ficou formalmente estabelecido. Com relação a este tema, Taiwan, Japão, Estados Unidos e a Comunidade Européia reservaram seus direitos como terceiros no caso.

D. Restrições no Uruguai para a entrada de produtos argentinos provenientes de províncias com regimes de promoção industrial e para bens que incorporam insumos com impostos às exportações além de 10%

A relação comercial entre a Argentina e o Uruguai, que a partir da posse de Tabaré Vázquez em março de 2005 se esperava que tomasse um rumo mais favorável que o mantido pelo governo anterior, foi rapidamente alterada pelo "crescimento" do conflito criado entre os dois países em torno da instalação das fábricas de celulose sobre a margem uruguaia do Rio Uruguai.

Nesse contexto, em novembro de 2006, o governo uruguaio anunciou que aplicaria taxas para a entrada de produtos provenientes de quatro províncias argentinas, como se estes fossem provenientes de extra-zona. O argumento em que os decretos 473/06 e 643/06 estavam baseados era que, por tratarem-se de zonas beneficiárias de promoção industrial, são artigos beneficiados com subsídios, o que constituiria uma concorrência desleal.

A medida afetava não apenas os produtos fabricados nas províncias argentinas de La Rioja, San Luis, San Juan e Catamarca, mas também produtos fabricados por grupos econômicos com fábricas instaladas nessas regiões. A medida não era, na verdade, um tema novo na agenda bilateral: tratava-se, na verdade, da confirmação de uma resolução elaborada pelo então presidente uruguaio Jorge Battle em abril de 2002, que impunha direitos adicionais aos produtos provenientes dessas províncias devido à suposta existência de "concorrência desleal".

Também foram envolvidos produtos aos quais Argentina aplica impostos sobre as exportações. Ao ter uma estrutura escalonada (maior valor agregado, menor imposto), estes impostos favorecem a exportação de bens mais elaborados, o que afeta os industriais uruguaio que, se quisessem elaborar a matéria-prima argentina, teriam que fazer isso a um custo superior ao que o exportador argentino pagou. A medida uruguaia buscava, então, compensar o efeito da queda dos preços desses bens no mercado uruguaio, provocada por essas exportações argentinas.⁷⁰

A medida foi bem recebida pelos industriais uruguaio, que manifestaram sua "satisfação por o governo ter decidido aprofundar a medida, o que fortalece a produção nacional" (La Nación [29-11-2006]). Foi exatamente este o fundamento do decreto de Vázquez, que sinalizava em suas considerações que "embora o livre comércio tivesse sido consagrado no MERCOSUL, existem outros compromissos assumidos nesse âmbito, a respeito dos quais não foram registrados avanços significativos".

O decreto estabeleceu que, quando um produto estiver incluído em ambos os grupos (províncias beneficiadas ou existência de impostos às exportações dos seus insumos), sua importação estaria gravada com a maior das TECs estabelecidas. Apesar disso, ficou determinado que os exportadores de produtos correspondentes a províncias argentinas com promoção industrial poderiam tramitar a exceção da TEC

⁷⁰ Alguns produtos afetados: lácteos e derivados, óleos e gorduras, cereais, massas, pães, bombons, balas, vinhos de uvas frescas e outras bebidas fermentadas, guardanapos, fraldas, sabões, detergentes, móveis, louça, vestuário e calçado, alimentos para animais e tintas.

diante da Direção Nacional de Indústrias do Uruguai, no caso de tratarem-se de empresas com programas de benefícios esgotados ou com benefícios para produtos não classificados na mesma faixa tarifária.⁷¹

Por outra parte, o decreto também deixava em aberto a possibilidade de incorporar à lista novos produtos que estejam sujeitos a retenções maiores ou iguais a 10% na Argentina ou produtos cujos principais insumos tenham a incidência de impostos à exportação maiores ou iguais a 10%, em cujo caso não poderão ser tramitadas exceções. Também se previa a possibilidade de que fossem incorporados novos produtos à lista a pedido do setor privado uruguaio afetado.

A Argentina argumentou rapidamente que os mencionados decretos violavam o Tratado de Assunção, com o agravante de que os direitos de importação só se aplicam de maneira discriminatória (só à Argentina). Esta situação foi exposta pela Argentina durante a Reunião do GMC de dezembro de 2006 e nas do CMC de dezembro de 2006 e janeiro de 2007.

Depois disso, vários pedidos apresentados por importadores no Uruguai para excluir produtos de origem argentina do regime estabelecido pelo decreto 473/06 foram acolhidos favoravelmente pela autoridade de aplicação do dito país, o que fez com que a "tensão comercial" gerada pela normativa citada se dissipasse. Funcionários argentinos das áreas de governo relacionadas à gestão do comércio exterior manifestaram não ter arquivadas reclamações empresariais vinculadas a esta temática. Apesar disso, foram realizadas nos últimos meses várias apresentações do setor privado uruguaio, com o objetivo de solicitar a inclusão de certos produtos argentinos no regime de exceção da taxa.

E. Aplicação de direitos *antidumping* para óleos comestíveis por parte do Uruguai contra a Argentina

Em novembro de 2002, o governo do Uruguai estabeleceu direitos *antidumping* para as exportações argentinas de óleos comestíveis de origem vegetal, compostos por misturas de óleos puros refinados e engarrafados. Com essa medida, buscava-se compensar a distorção de preços relativos por efeito da desvalorização argentina do início de 2002, assim como incentivar a indústria oleaginosa uruguaia, prejudicada pelos impostos diferenciais (da ordem de 20%) aplicados aos grãos e óleos na Argentina.

Foi assim que a Direção Nacional de Indústrias do Uruguai decidiu no final de 2004 abrir o procedimento que habilitava a prorrogação dos direitos *antidumping* aplicados aos óleos argentinos. Em junho de 2005, foi realizada uma audiência que decidiu a prorrogação dos direitos. Em outubro desse ano, a medida foi prorrogada por três anos.

Os direitos *antidumping* que vêm sendo aplicados aos produtos argentinos - além das licenças de importação e dos direitos específicos - provocaram, de acordo com as manifestações de empresários argentinos do setor, um forte desvio de comércio a favor do Brasil.

⁷¹ Diferentemente do que foi estabelecido no regime de 2002, a tarifa *ad valorem* para os produtos afetados pelas retenções passaria a valer para todas as exportações argentinas desses produtos e não apenas para as provenientes das regiões de promoção industrial, como no caso anterior.

F. Reclamações por licenças não-automáticas de importação impostas à Argentina para produtos têxteis provenientes do Uruguai

Entre as políticas implementadas pelo governo argentino para proteger a produção nacional de diferentes bens industriais, a resolução N° 343/07 de maio de 2007 do Ministério de Economia e Produção estabeleceu a exigência de certificados de importação de produtos têxteis - provenientes de qualquer origem - para nove posições da NCM, das quais quatro eram *sweaters* de *jersey*. A norma é aplicada exclusivamente para importações de destino definitivo para o consumo e prevê o procedimento para tramitar a solicitação do certificado citado. As importações para as posições compreendidas nesta resolução totalizaram US\$ 13,9 milhões em 2006.

O procedimento - rapidamente questionado pelo governo uruguaio - exige a apresentação de um formulário de solicitação para cada posição tarifária, devendo ser apresentado um formulário para cada país de origem, embora a mercadoria seja a mesma. Além disso, a norma estabelece que as quantidades e/ou valores FOB em dólares, declarados nas solicitações de importação, poderão superar em apenas 5% ou ser inferiores até 10% às estabelecidas nos certificados de importação.

Relacionado a este tema, o Uruguai apresentou uma consulta contra a Argentina na CCM. A preocupação do governo uruguaio estava centrada nas possíveis demoras que a tramitação pudesse provocar, a discricionariedade para a autorização da entrada, o prazo que a autoridade encarregada de tramitar estes certificados de importação teria e, em definitivo, um eventual encerramento desta corrente exportadora. Além disso, o país sinalizou que essa medida configurava um sistema de licenças não-automáticas de importação, incompatível com as normas do MERCOSUL.

A resposta argentina à questão foi que a medida faz parte de uma política mais geral do seu governo voltada para favorecer a recuperação de alguns setores industriais locais afetados pela crise da última década e com forte sensibilidade em matéria de emprego, que é um requisito administrativo para ter informação atualizada sobre o comércio de importação dos diferentes setores, particularmente aqueles mais expostos à concorrência dos países do Leste da Ásia. Portanto, para a Argentina, a medida não tinha como foco travar ou dificultar as vendas dos países sócios do MERCOSUL.

G. Reclamações do Paraguai à Argentina por imposto às exportações de gás desodorizado e gás liquefeito de petróleo (GLP)

Em setembro de 2006, o governo do Paraguai apresentou uma reclamação à Argentina pela existência neste país de direitos de exportação de 20% para o produto NCM 2711.29.90: "demais gases de petróleo e hidrocarbonetos gasosos, no estado gasoso".

Em sua apresentação, o Paraguai expôs que o dano sofrido afetava a estrutura de custos das suas indústrias locais produtoras de aerossóis, que utilizam estes insumos em seu processo produtivo. Na opinião deste país, a aplicação do direito proporcionaria ao aerossol argentino exportado ao Paraguai uma vantagem competitiva sobre a produção nacional, já que o produtor argentino tem acesso ao insumo a um preço que não inclui o imposto que tributa o mesmo bem quando é exportado para o Paraguai.

A Argentina argumentou em sua resposta que tais direitos foram estabelecidos no âmbito da Lei de Emergência depois da crise de 2001/2002 e que, como tais, têm caráter transitório. O país também declarou que estes direitos são aplicados à totalidade do universo tarifário e sem discriminar os destinos.

Por sua parte, o Paraguai afirmou que, segundo os princípios do comércio internacional, devem ser aplicados os critérios de não discriminação e tratamento nacional, ao que a Argentina respondeu que tais

direitos oneram única e exclusivamente a produção nacional. E que, por outra parte, as exportações argentinas ao Paraguai, das posições mais relevantes dos aerossóis, mostram um comportamento similar ao verificado nas exportações globais do país para o Paraguai.

Posteriormente, Assunção apresentou outra consulta com referência aos direitos de exportação de 20% que a Argentina aplica às vendas ao exterior de GLP. Esse gravame, que era originalmente de 5%, foi aumentado para 20% em meados de 2006, coincidindo com o aumento no preço internacional do petróleo. Além disso, o Paraguai argumentou que a medida constitui uma política que distorce a competitividade e as condições de concorrência entre fatores econômicos do MERCOSUL, o que não deveria ocorrer entre membros plenos do bloco, razão pela qual solicitou sua eliminação ou uma redução significativa.

H. Agenda bilateral Argentina-Brasil: o trigo e a farinha de trigo

A farinha de trigo é - em nível mundial - um dos setores mais protegidos da concorrência externa, com tarifas de importação que, no caso dos países europeus, são virtualmente proibitivas. Nos Estados Unidos, embora as tarifas de importação não sejam tão elevadas em termos nominais, o nível de exigências sanitárias é tão alto, que limita fortemente as possibilidades de ingresso deste produto nos seus mercados.

Tanto a União Européia como os Estados Unidos são auto-suficientes em produção de trigo e além disso são os principais exportadores do mercado internacional. O Brasil, por sua vez, é o segundo importador mundial de trigo - com um volume de compras na ordem dos cinco milhões de toneladas - sendo a Argentina seu principal fornecedor. De qualquer forma, as exportações de farinha de trigo da Argentina são marginais com relação ao seu volume de produção total e ao tamanho do seu mercado interno, representando a exportação cerca de 10% da atividade do setor.

No âmbito da política econômica vigente na Argentina desde que o peso deixou de ser equivalente ao dólar, o trigo e suas farinhas têm pago um direito de exportação de 20%. Apesar disso, os moinhos brasileiros argumentaram que os moinhos argentinos exportam para o Brasil, fazendo pequenas alterações na composição dos produtos, farinha de trigo "mascarada" em forma de pré-misturas, que são tributadas em apenas 5%. Deste modo, na perspectiva brasileira, os produtores argentinos não apenas conseguem reduzir o impacto de gravame mencionado, mas, ao mesmo tempo, realizam "uma concorrência predadora", levando em conta que os argentinos têm acesso internamente à matéria-prima 15% mais barato que os brasileiros.

Os empresários de moinhos brasileiros reclamaram ao governo por entender que havia uma invasão de trigo argentino, sob a forma de pré-misturas, no mercado interno. Eles argumentaram que o país compra a *commodity* à Argentina por uma política de Estado no âmbito do MERCOSUL, embora pudessem obtê-lo de melhor qualidade e a menores preços nos Estados Unidos.

Dessa maneira, em maio de 2006, por meio do Ato Declaratório Executivo Coana Nº 2, da Norma de Execução Coana Nº 3, e com o objetivo de evitar o que o Brasil entendia como manobras dos exportadores argentinos,⁷² o governo brasileiro dispôs que as compras de trigo e de seus derivados provenientes da Argentina estivessem sujeitos a dois tipos de restrições:

⁷² Cabe lembrar que em várias ocasiões o Brasil solicitou que a Argentina eliminasse a distorção gerada pela aplicação de direitos de exportação diferenciados para trigo, farinha de trigo e pré-misturas, que permitia que os moinhos argentinos exportassem como pré-misturas (com um direito de 5%) farinha à qual só acrescentavam sal.

- a) apresentação de uma declaração de composição da mercadoria, indicando os produtos adicionados e informando suas características físico-químicas; e,
- b) realização de uma análise obrigatória no porto de Santos, para fazer uma verificação técnica das suas características (e a determinação de se são farinhas ou pré-misturas). No caso de o resultado desta análise ser diferente da informação apresentada na alfândega, seria aplicada uma multa equivalente à TEC vigente.

De acordo com a norma mencionada, os gastos ocasionados por esta medida são arcados pelo importador. Enquanto não houver o resultado desta análise, a Receita Federal não permite que a mercadoria seja despachada.

Desta maneira, operações argentinas de cerca de 12 mil toneladas (US\$ 2,6 milhões) imediatamente sofreram atraso nos portos do Rio de Janeiro (125 contêineres), Sepetiba (155 contêineres), Foz do Iguaçu (87 caminhões com 2.455 toneladas), Recife (70 contêineres), Uruguiana (977 toneladas) e Dionísio Cerqueira (11 caminhões).

Por isso, a liberação para a entrada na área de cargas detidas era feita quando os exportadores argentinos realizavam o pagamento da taxa correspondente a terceiros países (ignorando o tratamento preferencial) e das multas impostas nas normas por infrações na classificação tarifária. Em outros casos, as mercadorias entravam no território brasileiro como consequência de medidas cautelares adotadas por autoridades judiciais desse país.

O Brasil argumentou que estas normas respondiam à necessidade de combater importações irregulares de farinha de trigo vindas da Argentina, sinalizando que 100% das mostras recolhidas tinham uma classificação incorreta e, portanto, havia fraude. Nesse sentido, foi informado que seria impossível suspender a medida, embora estivessem analisando a possibilidade de autorizar outros laboratórios para fazer o estudo. Também foi informado que as análises estavam demorando cinco dias no máximo, o que não coincidia com a informação oferecida pelo setor privado argentino, que denunciava atrasos de até 15 dias.

No mês de agosto de 2006, no âmbito da CCM, o governo argentino apresentou um pedido de consulta ao Brasil por entender que aquela era uma restrição direta ao livre comércio. Na mesma, a Argentina solicitava que fosse autorizada a realização de análise técnica dos produtos em laboratórios próximos aos lugares de entrada das mercadorias no Brasil, para evitar os custos de transporte do e para o porto de Santos. Além disso, o país solicitava que fosse suspensa a entrada em vigência da norma mencionada, até que a petição citada fosse resolvida.

Além disso, a parte argentina solicitava às autoridades do Brasil a revogação das normas Coana que deram origem à imposição das barreiras não-tarifárias ao comércio bilateral de pré-misturas de trigo, ao mesmo tempo que era exigida uma solução para os casos de mercadorias retidas em fronteira e inclusive aquelas liberadas por medidas cautelares.

Em diferentes âmbitos de negociação, a Argentina havia explicado detalhadamente o processo que foi levado a cabo para determinar que o produto em questão é pré-mistura. Nesse sentido, insistiu-se na consulta formulada oportunamente à Organização Mundial de Alfândegas (OMA), que determinou que o produto analisado se tratava de uma pré-mistura e na Resolução AFIP (receita federal argentina) N° 1598/2003 (elaborada com base na resposta da OMA) que determina claramente as características dos produtos incluídos nos lotes 11.01 e 19.01.

Por sua vez, os brasileiros manifestavam que, em seu entendimento, o produto em questão não cumpria as condições de ser uma pré-mistura, dado que sua composição é de farinha de trigo e sal, sem a presença de emulsificante e, portanto, se tratava de uma "simples" farinha de trigo.

Somado a isso, o sindicato dos empresários de moinhos argentinos argumentava que as compras de farinha de trigo argentina representavam apenas 2,7% do mercado brasileiro, razão pela qual o prejuízo à indústria brasileira era irrelevante.

Mesmo assim, e como gesto de boa vontade em relação ao governo brasileiro, em outubro de 2006 o Ministério de Economia e Produção decidiu - por meio da resolução N° 768/2006 - equiparar os direitos de exportação aplicados à farinha de trigo e às pré-misturas. Desta maneira, os impostos sobre as pré-misturas tiveram um incremento de 5% para 10%, baixando os direitos à exportação de farinha de 20% para 10%. A medida visava eliminar as distorções nos direitos de exportação, assim como desestimular manobras comerciais no setor (como a de enviar pré-misturas em vez de farinha para pagar a tarifa mais baixa), segundo as denúncias feitas pelo Brasil, o principal comprador dos produtos locais e para onde a Argentina destina 60% das suas exportações.

Posteriormente, no final de outubro de 2006, o governo argentino promulgou a resolução N° 803/2006, com a qual se eximia a uma quota de 1,5 milhão de toneladas de farinha de pagar direitos de exportação pela parte correspondente ao valor agregado da industrialização. Embora o Ministério da Economia argumentasse que a medida buscava estimular os exportadores de trigo a enviar ao exterior farinha em vez de grão de cereal, na prática significava uma redução dos impostos às farinhas em um nível em torno de 7,5%.

Os empresários de moinhos brasileiros - principalmente os da região sul - protestaram contra esta medida, que na prática incrementava o diferencial tarifário de exportação entre o trigo e as farinhas, argumentando que por tal motivo a farinha de trigo seria até 50% mais barata que a brasileira produzida com trigo argentino.

Depois disso, em janeiro de 2007, a Argentina emitiu a resolução N° 22/2007, que modificou os direitos de exportação para as massas em formas de disco e demais formas sólidas similares e preparações para a elaboração de tortas, bolos e produtos de confeitaria similares, em embalagens com conteúdo líquido inferior ou igual a um quilo, preparadas à base de farinha de trigo. A nova norma determinava direitos de exportação de 5% para estes produtos. O texto gerou confusão adicional entre os produtores brasileiros, pois estes entenderam inicialmente que a mesma significava uma redução das tarifas de exportação de pré-misturas em geral (retornando à situação prévia a resolução N° 768/2006). Mas a medida é aplicada apenas para o caso dos produtos mencionados.

Até o fechamento deste relatório, foi divulgada pela imprensa a decisão do sindicato dos empresários brasileiros de apresentar ao seu governo um pedido de investigação por subsídios contra a Argentina.

I. Restrições brasileiras às exportações argentinas de poliéster texturizado

A empresa argentina MAFISA S.A. reclamou ao governo do seu país que não conseguia obter as licenças de importação que Brasil exigia para este produto por não contar com um certificado de origem ou documento equivalente que certificasse a produção nacional desse produto. Este problema era resultado da aplicação das portarias SECEX N° 14/04 e N° 10/06, que estabeleciam um regime geral de importação que permite a aplicação de licenças não-automáticas.

No caso de importação de tecidos, têxteis e vestuário, estas normas estabelecem que os produtos com origem em outros países que não sejam do Leste da Ásia devem apresentar o certificado de origem emitido por um órgão governamental ou documento emitido por uma entidade de cúpula do país de origem certificando que se trata de produção desse país.

A dificuldade acontecia quando a empresa solicitava a licença de importação, já que nesse momento se requeria o certificado de origem que faz referência à normativa. No entanto, o Certificado de Origem

MERCOSUL só pode ser emitido ao se apresentar uma nota fiscal definitiva, e esta só é emitida quando a correspondente licença de importação é obtida. A situação cria um círculo vicioso que impede que a operação seja concretizada.

J. Abertura de investigação na Argentina por possíveis ações de *dumping* em bandejas de poliestireno espumado para produtos alimentícios originários do Uruguai

O produto é usado para a embalagem de alimentos frescos: carnes vermelhas, aves e peixes, frutas e vegetais, massas frescas, etc. Seus usuários são supermercados, frigoríficos, produtores avícolas, embaladores de frutas e verduras, etc. O pedido de informação foi iniciado no final de 2005.

A parte argentina argumenta que entre 2002 e 2005 as importações provenientes da origem investigada mais que duplicaram, passando de 52,8 milhões de unidades a 124,5 milhões, e que as importações do Uruguai pressionavam o preço local para baixo e impossibilitavam que os custos domésticos fossem repassados ao preço final.

Somado a isso, foi feita menção à possibilidade de ameaça de dano, dado o excesso da capacidade de produção uruguaia acima da sua capacidade de absorção (este excedente é de 460 milhões de unidades). Dessa maneira, em setembro de 2006, a Comissão Nacional de Comércio Exterior da Argentina (CNCE) concluiu que existiam provas suficientes para respaldar as alegações de dano e causalidade, dando assim curso formal à investigação.

Entre os argumentos, assinalava-se que o preço do produto nacionalizado era entre 19% e 27% mais baixo que o doméstico e que havia uma tendência decrescente na relação preço/custo para a indústria nacional, determinando uma possível margem de *dumping* de 27% e recomendando a abertura da investigação.

K. Imposição de preços mínimos para a entrada de vinhos argentinos no Brasil

Desde o ano 2005, as exportações argentinas de vinhos para o Brasil aumentaram consideravelmente, principalmente entre os produtos de preços mais baixos. O setor produtor desse país requereu então às suas autoridades que fosse encontrada alguma solução, dado o problema que uma concorrência muito mais eficiente e com melhores escalas gerava, deixando a produção local fora do mercado.

A partir de tais reclamações, o setor privado argentino expressou sua disposição para tratar do tema e avançar em um possível acordo relativo à problemática apresentada pelos produtores brasileiros. Como forma de pressão feita pelas autoridades brasileiras, houve demoras no outorgamento de licenças de importação, mas as negociações realizadas com o Departamento do Comércio Exterior (DECEX) do Brasil conseguiram sua liberação em um prazo relativamente curto.

Em sucessivas reuniões mantidas primeiro entre o setor privado e depois conjuntamente com representantes do governo de ambos os países, chegou-se a um acordo em relação à base de um preço de exportação da Argentina para o Brasil de US\$ 8 por caixa e de avaliações da situação do mercado. Até o fechamento deste relatório, não havia sido acordado o prazo de vigência.

Dado que o acordo foi informado às autoridades alfandegárias e comerciais brasileiras, estas controlam seu cumprimento e as importações de outras origens por meio de licenças de importação não-automáticas. Embora a situação se mantenha dentro de certa precariedade, nos últimos meses as empresas argentinas não reportaram maiores conflitos ou problemas de acesso.

L. Dificuldades para registro de vacinas argentinas contra a aftosa no mercado brasileiro

Há anos, várias empresas argentinas do setor vêm reclamando ao seu governo sobre as dificuldades existentes para registrar suas vacinas contra a aftosa perante as autoridades sanitárias do Brasil. Como exemplo disso, a empresa Biogénesis apresentou ao governo as exigências que tinham sido oportunamente solicitadas para conseguir a inscrição das vacinas e que até o fechamento deste relatório não tinham podido concluir o processo.

De acordo com a legislação brasileira, para ter acesso a este registro, é requisito obrigatório realizar provas de potência no lugar em que as vacinas serão comercializadas. Para isto, é necessário dispor de um laboratório específico, com um alto grau de segurança. Esta exigência não pode ser cumprida - argumentam os exportadores argentinos - dado que o Brasil não conta com o laboratório em atividade que suas próprias normativas exigem.

Na verdade, esse laboratório foi construído há alguns meses, mas ainda não desenvolve sua atividade, pois são exigidas algumas modificações, além de depender da liberação de verba para o seu funcionamento. Devido a isso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) do Brasil recomendou que a empresa solicite realizar as provas de potência na Argentina, sob a supervisão do Serviço Nacional de Sanidade e Qualidade Agropecuária (SENASA) e do próprio MAPA.

M. Atividades da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral entre a Argentina e o Brasil

Antecedentes do tema

No final de 2003 e início de 2004, quando a economia argentina já estava deixando para trás a forte crise recessiva sofrida no final do século anterior, diferentes setores produtivos industriais começaram a observar com preocupação que as importações de vários bens estavam crescendo a uma taxa que, em sua avaliação, era maior do que a que avaliavam como aceitável ou razoável.

A este respeito, os empresários argentinos entendiam que a recuperação do mercado argentino era abastecida, em boa medida, com produtos importados do Brasil. Diante disso, eles decidiram solicitar formalmente às autoridades a busca de soluções para um problema que avaliavam como "o risco de repetir a história da abertura comercial dos anos 1990".

Entre estes setores considerados "sensíveis" figuravam os têxteis, televisores, calçados e linha branca, entre outros (quadro 13). O governo argentino considerou essa preocupação do setor privado e, a partir disso, decidiu começar a tratar formalmente tais questões com seus pares brasileiros no âmbito da Comissão Bilateral de Monitoramento do Comércio entre a Argentina e o Brasil,⁷³ para tentar encontrar soluções razoáveis e factíveis e que evitassem fracassos políticos, comerciais e jurídicos dos entendimentos setoriais alcançados nos anos anteriores.

⁷³ Esta Comissão foi formalmente criada por um Memorando de Entendimento Bilateral assinado em Buenos Aires em outubro de 2003. A Comissão, que se reúne a pedido de um dos países, é coordenada pelo secretário-executivo do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e pelo secretário de Indústria, Comércio, Pequenas e Médias Empresas da Argentina, embora também possa "convidar para participar das suas reuniões outras partes interessadas nos assuntos a serem examinados pela Comissão". Entre seus objetivos fundamentais está analisar "casos específicos de alteração brusca de importações, a fim de fazer uma ampla avaliação da situação de produtos específicos". E para isso se estabelece explicitamente a possibilidade de promover reuniões voltadas para "estimular o entendimento entre representantes de entidades e/ou empresas do setor privado dos dois países, a fim de buscar superar os motivos que levaram à apresentação do caso", devendo a Comissão fiscalizar "o cumprimento dos entendimentos obtidos e das decisões adotadas".

Desse modo, o governo argentino defendeu, em meados do 2004, a necessidade de criar comissões de trabalho público-privadas por setores, com o objetivo de trabalhar na elaboração de acordos "de tipo voluntário" que visassem estabelecer regras, quotas de comércio, acordos de complementação, etc., alguns dos quais (dependendo das características dos setores e do tipo de relação existente entre os setores privados de ambos os países) foram explicitados e terminaram sendo monitorados de maneira mais ou menos permanente pelos governos e pelos próprios empresários.

Dos cerca de 24 produtos e setores que estavam originalmente em algum tipo de conflito, cerca de 20 alcançaram soluções ou acordos baseados em quotas, acordos de preços mínimos ou de restrições voluntárias. Paralelamente a isso, as importações argentinas com origem no Brasil em alguns desses setores diminuíram seu ritmo de crescimento, permitindo - dentro da forte recuperação da atividade interna e de alguns processos de investimento em maquinário e equipamento - que as empresas argentinas pudessem recuperar a participação em seu próprio mercado.

QUADRO 13
ARGENTINA: SITUAÇÃO E EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
IMPORTADOS PELO BRASIL SOB MONITORAMENTO

Produto	Importações totais da Argentina em US\$ milhões					Fatia de mercado do Brasil nas importações argentinas (%)				
	2003	2004	2005	2006	2007*	2003	2004	2005	2006	2007*
Calçado	73,4	106,6	119,1	138,6	85,9	82,6	77,9	68,8	60,6	63,1
Geladeiras	45,2	54,3	74,8	87,4	52,7	93,5	84,4	86,8	86,4	80,8
Fogões a gás	8,6	10,5	13,2	18,4	10,1	94,7	93,6	92,9	86	81,9
Máquina de lavar roupa	16,3	24,3	26,8	33,4	22,5	74,8	70,2	71,9	64,5	57,8
Televisores*	7,7	24,3	16,0	29,7	12,2	87,6	81,1	41,5	35,2	30,8
Jeans	37,0	30,1	35,9	38,6	21,1	99,7	99,1	99,6	98,2	95,6
Veludo cotelê	6,3	7,5	8,7	7,9	2,1	68,8	58,2	46,7	45,1	29,9
Baterias de chumbo automotivas	14,5	26,4	29,9	36,9	31,3	89,6	92,6	93,1	93,8	92,4
Tecidos de algodão	73,9	88,5	110,5	131,0	76,3	92,1	86,5	85,7	82,9	75,1
Papel	34,1	43,9	64,4	69,8	43,1	57,6	51,7	64,5	57,2	58,4
Fibras e fios manufaturados	49,2	52,0	56,6	64,4	37,8	45,7	39,4	39,1	40,3	39,7
Armários de madeira	7,5	15,1	18,9	23,5	18,4	90,2	90,7	86,7	83,5	86,3

Notas: Inclui importações com origem na zona franca Manaus.

* Janeiro a julho.

Fonte: INDEC e COMTRADE.

Andamento dos acordos em 2006-2007

Em termos gerais, todos os acordos bilaterais de quotização do intercâmbio entre ambos os países oportunamente celebrados ao longo do último biênio foram cumpridos satisfatoriamente durante o ano em análise. De fato, e diferentemente do que ocorria em anos anteriores, não houve publicamente maiores reclamações por parte das entidades empresariais representativas dos setores em questão a respeito do andamento e da observância dos mesmos. Entretanto, em alguns setores específicos, verificou-se que não aconteceu o mesmo com relação às importações provenientes da extra-zona, especialmente do Oriente.

Produtos da linha branca

Os acordos originais sobre geladeiras e fogões venceram em dezembro de 2005 (foi possível negociar a prorrogação para o mês de janeiro de 2006) e o sobre máquinas de lavar roupa venceu em março de 2006. Quanto a isso, o setor privado brasileiro informou que considerava que os acordos tinham cumprido seu objetivo de melhorar a situação das empresas argentinas e que sua continuidade não se justificava.⁷⁴ Os empresários brasileiros recomendaram então aos produtores argentinos recorrer à aplicação do Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) ou a outras medidas de defesa comercial previstas no comércio intra-zona, para eventuais desequilíbrios ou situações de crise.

A parte brasileira defendeu como solução alternativa o monitoramento do comércio mediante reuniões bimestrais do setor privado. Além disso, comprometeu-se a informar aos seus associados as propostas (condições dos novos acordos) apresentadas pelos empresários argentinos e formular alguma resposta em outubro de 2006.

As importações argentinas procedentes do Brasil durante 2006 alcançaram 40% da demanda interna, contra 62% registrados em 2003. Este resultado estava relacionado com o melhoramento e a recuperação da produção argentina, que passou a representar, em 2006, 54% do consumo aparente, contra os 37% registrados em 2003. No entanto, no âmbito do forte aumento no consumo argentino de bens duráveis, o valor das colocações brasileiras no mercado argentino continuou crescendo com intensidade.

Apesar da contração registrada nos primeiros meses de 2007, o Brasil continuou sendo o principal abastecedor externo argentino, representando 66% do total das importações.

Posteriormente, em meados de 2007, representantes da Associação Nacional de Fabricantes de Produtos Eletroeletrônicos (ELECTROS) do Brasil se reuniram com o então Secretário de Indústria argentino, Miguel Peirano, e seu colega brasileiro, Ivan Ramalho. Durante o encontro, os dois avaliaram o estado das licenças de importação emitidas pela Argentina, ressaltando que, embora no começo tivesse sido produzido um atraso próprio da implementação de todo mecanismo novo, nesse momento a situação já estava normalizada. A Argentina, por sua parte, destacou que a utilização das licenças permitia fundamentalmente manter um maior controle dos produtos de origem asiática, particularmente da China.

-Geladeira-

As entidades empresariais dos dois países consideraram que o acordo de 2005 havia sido cumprido. A parte argentina propôs novamente o acordo por mais três anos, com uma quota de 240 mil unidades para o primeiro ano e 25% do mercado aparente para dois anos seguintes. Apesar do aumento nas compras a países como Turquia, Itália e México, o Brasil continua sendo o principal abastecedor externo argentino, com uma participação de 80% nas crescentes importações da Argentina.

⁷⁴ Em relação a este assunto, Maria Teresa Bustamante, coordenadora de comércio exterior da Eletros, uma das câmaras que reúne os fabricantes brasileiros de linha branca, declarou em julho de 2007, por ocasião da reunião da Comissão Bilateral de Comércio, que *"a indústria argentina teve tempo de crescer, se recuperar e investir em equipamentos"*. E que, portanto, enfatizava a visão do setor em relação ao futuro ao afirmar que *"não estamos dispostos a continuar submetidos a restrições de importação. Se os nossos produtos não forem excluídos do regime de licenças não automáticas de importação, o Brasil não poderá evitar fazer uma denúncia contra a Argentina no tribunal do MERCOSUL"* (Valor Econômico [31-7-2007]).

-Fogão-

Em dezembro de 2005, o setor privado brasileiro aceitou prorrogar o acordo até 31 de janeiro de 2006, estabelecendo uma quota de 8.334 unidades para aquele mês. Tomando como referência a quota acordada durante o ano 2005 (100.000 unidades), observava-se que as importações oriundas do Brasil para o primeiro bimestre de 2007 representavam apenas 25% da quota estabelecida. Considerando o ano 2006, as unidades importadas superaram em 10% a quota estabelecida para esse mercado. O Brasil é, atualmente, e com folga, o principal fornecedor da Argentina deste tipo de produtos.

A Eletros não aceitou a proposta da Câmara Argentina de Fabricantes de Fogões a Gás (CAFAGÁS) de prorrogar o acordo para o ano de 2006 e insistiu na necessidade de utilizar o MAC, o que levaria o governo argentino a implementar novos instrumentos para conseguir a adaptação competitiva deste setor. No entanto, a ELETROS comprometeu-se a analisar algum tipo de acordo sempre que o mesmo limitasse a participação de terceiras origens.

-Máquina de lavar roupa-

As entidades de ambos os países (Câmara de Fabricantes de Produtos Elétricos e Mecânicos para o Lar - CAFAEMEH - da Argentina e Eletros do Brasil) concordaram com o cumprimento das quotas nos três trimestres fechados do Acordo (01-04-2005 a 31-12-2005). A CAFAEMEH propôs continuar com o acordo com as seguintes condições:

- Vigência: superior a dois anos.
- Quota: 28% do mercado aparente para o Brasil e 9% do mercado aparente para terceiras origens, com o compromisso do governo argentino de estudar algum mecanismo para administrar eficientemente a quota de extra-zona.
- Incorporação ao acordo de máquinas de lavar roupa de uso doméstico de mais de 10 quilos.
- A Eletros comprometeu-se a levar essa proposta aos fabricantes brasileiros de máquinas de lavar roupa e responder na última semana de outubro de 2006.

Embora as quotas tenham sido cumpridas satisfatoriamente no comércio bilateral, o mesmo não aconteceu com as compras provenientes de países como Itália, Espanha e Chile. Ainda assim, o Brasil continua sendo o principal fornecedor argentino deste tipo de produtos, com uma fatia de mercado que, embora tenha se reduzido levemente nos últimos anos, se mantém em 60% e com importantes aumentos em termos de valores absolutos.

TV de plasma

O acordo assinado em fevereiro de 2005 entre a Associação de Fabricantes Argentinos dos Terminais Eletrônicos (AFARTE) e a ELETROS previa em seu item 6 a possibilidade de incluir, dentro do universo de produtos alcançados por esta, os televisores LCD e/ou de plasma, sempre que houvesse evidências da sua fabricação na zona franca da Terra do Fogo (sul da Argentina).

Neste sentido, os representantes das duas associações, depois de verificar que em abril de 2007 havia tido início a produção nas fábricas de Rio Grande e Ushuaia acordaram em agosto de 2006 as pautas de um novo entendimento que regeria até o 30-06-2007 para os receptores de televisores LCD e/ou de plasma.

Os pontos mais importantes deste acordo são:

- A quota para as importações originárias de Manaus era fixada para o período agosto-dezembro de 2006 em três mil unidades.
- Para o primeiro semestre de 2007, as exportações de Manaus não superariam quatro mil unidades e, para o segundo semestre do mesmo ano, o limite era de cinco mil unidades.
- A Afarte se comprometia a gerir, perante o governo argentino, a inclusão da posição tarifária da NCM correspondente a receptores de televisão de plasma e/ou LCD no regime das licenças não-automáticas de importação.
- A Eletros se comprometeu a gerir perante o governo brasileiro a emissão de registros de exportação para as exportações alcançadas pelas quotas correspondentes para os anos 2006 e 2007.

Este é o primeiro caso de um acordo a partir do qual não se produziu um crescimento do comércio; trata-se claramente de uma distribuição de mercado acordada com o sócio, em detrimento da extra-zona.

Aerossóis

O governo argentino tomou conhecimento - por meio da Câmara Argentina do Aerossol (CADEA) - da exigência, por parte das autoridades brasileiras, de licenças prévias para a importação de produtos argentinos em aerossol, que no futuro seriam autorizadas por meio de certificações técnicas emitidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). Diante de um pedido de informação, o governo brasileiro esclareceu que se trata de uma licença automática cuja tramitação requeria apenas a apresentação por parte do importador de informação sobre os produtos virem ou não contidos em embalagens de aerossol. Mas, que em termos de prazos - para sua autorização - nada tinha sido alterado com relação ao que vinha sendo realizado até então (48 horas segundo o acordado para o MERCOSUL).

Paralelamente, o governo brasileiro solicitou a inclusão deste produto na comissão de monitoramento do comércio bilateral entre o Brasil e a Argentina, por entender que o aumento substancial das exportações argentinas de diversas preparações (perfumaria, toucador, cosmética e inseticidas) em aerossol têm impacto negativo na sua produção local.

A resposta argentina foi que a conclusão do estudo sobre a evolução do comércio, correspondente aos produtos que o Brasil apresentara para sua incorporação na comissão, era de que apenas para o caso de "os demais desodorantes corporais e antitranspirantes líquidos se advertia um aumento substancial das exportações argentinas, depois do fim da paridade" (entre o dólar e o peso argentino).

No entanto, existiam outros três produtos, que, embora apresentassem crescimento nos volumes exportados durante os últimos anos, seu estudo deveria ser realizado de forma mais detalhada. Em função disso e de acordo com o pedido formulado pelas autoridades brasileiras na reunião bilateral de novembro de 2006, foi realizado um encontro entre os setores privados dos dois países para tratar dos problemas que afetam a indústria brasileira em consequência da crescente importação de aerossóis procedentes da Argentina. Os empresários de ambos os países realizaram uma primeira reunião em março de 2007.

O setor argentino destacou a complementação existente entre algumas empresas brasileiras e argentinas, como é o caso dos produtos com embalagem de alumínio comercializados por uma conhecida empresa multinacional. Para a produção, a empresa importa a "moeda" de alumínio do Brasil e, depois, exporta o produto final (desodorante corporal) para esse mercado. A empresa também mencionou que, a partir de setembro de 2007, outra grande multinacional do setor se instalará em Manaus, abastecendo-se do latão do Brasil.

O setor brasileiro pediu uma restrição imediata com relação aos produtos que abastecem particularmente essa empresa da Argentina e decidiu não aguardar a instalação da fábrica, solicitação

que motivou uma forte resposta argentina chamando atenção para a participação das compras da extra-zona realizadas pelo mercado brasileiro.

Entrada na Argentina de jeans provenientes do Brasil

Em 2006, a Argentina registrou a entrada de 20 milhões de metros de jeans vindos do Brasil, ou seja, um excedente de 1,7 milhão em relação à quantidade acordada, o que significou um excesso de 9% da quota estabelecida para esse período. Este resultado foi considerado altamente satisfatório pelas autoridades argentinas, ao avaliar que, nos dois primeiros trimestres, havia sido superada a utilização da quota em 30% e 38%, respectivamente. Em 2006, o Brasil foi o principal fornecedor argentino de jeans com uma participação de 98% no volume total importado.

Cabe destacar que a Câmara Argentina do setor, para evitar o desvio do comércio para extra-zona, propiciou o estabelecimento de valores-critério para o jeans. Em abril de 2007, foi publicada no diário oficial argentino uma nota que estabelecia os valores-critério de caráter preventivo, para enfrentar a evasão fiscal e combater as práticas de subfaturamento na importação de mercadorias.

Durante o primeiro trimestre de 2007, as importações provenientes do Brasil totalizaram 5,6 milhões de metros, o que representou uma utilização do 81% da quota estabelecida. Por sua parte, as compras feitas à extra-zona utilizaram 1.013% da quota, incrementadas fundamentalmente pelas compras feitas à China e Coreia do Norte. Nesse sentido, na reunião bilateral de março de 2007, o Brasil expressou sua preocupação com relação ao crescimento das importações argentinas procedentes de China, Coreia do Norte e outros países asiáticos a preços muito baixos.

Na reunião da comissão bilateral de meados de 2007, foi acordada a prorrogação do acordo entre as entidades privadas do setor (Câmara de Jeans e Veludo Cotelê - CADECO - e Associação Brasileira da Indústria Têxtil -ABIT) para o resto de 2007, estabelecendo uma quota de 22 milhões de metros (12 milhões para o primeiro semestre e 10 milhões para o segundo semestre) para as importações procedentes do Brasil.

Preços diferenciados de combustíveis argentinos em postos da fronteira

Por meio da resolução N° 938/2006, a Secretaria de Energia da Argentina colocou em funcionamento um esquema optativo de preços diferenciados para os postos de combustíveis localizados na fronteira entre os dois países. Este mecanismo é aplicado às compras de combustíveis realizadas por veículos com placa estrangeira. A resolução estabelece a obrigatoriedade de implementar o citado esquema em todos os postos de combustíveis na fronteira para a comercialização de gasolina.

O argumento que leva a estas normas, segundo consta das considerações da citada Resolução, é a obrigação do estado nacional de garantir o abastecimento regular da energia de que o país precisa. Para isso, dispõe que "o preço diferenciado a ser cobrado deverá tender a alcançar valores que em cada caso tornem razoavelmente indiferente para o consumidor particular ou de transporte, residente no país limítrofe, o lugar onde ele realiza o abastecimento de combustível".

Embora três juízes federais das províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos tenham ordenado a suspensão da medida, a mesma continuou vigente nos últimos meses. O argumento utilizado por estes juízes baseia-se no raciocínio de que o estabelecimento de um preço diferenciado afeta principalmente os negócios da fronteira, já que os clientes estrangeiros, além de se abastecerem de combustível, demandavam outro tipo de bens como, por exemplo, nos lugares de refeições para quem estava de passagem, que seriam prejudicados se a medida fosse mantida.

Um setor com dificuldades crônicas: a indústria dos calçados

Desde o início do MERCOSUL, o setor de calçados foi um dos de maiores conflitos no comércio bilateral. As grandes diferenças de escala,⁷⁵ de capacidade tecnológica e de acervo competitivo existentes entre as empresas localizadas nos dois países, somadas à forte capacidade de comercialização dos produtos e a atomização que caracteriza o setor (particularmente na Argentina), fizeram com que as sucessivas tentativas governamentais para impulsionar entendimentos "voluntários" entre os setores privados de ambos os países (visando facilitar a complementação produtiva, o desenvolvimento de exportações extra-zona ou a articulação de estratégias cooperativas) terminaram em grandes fracassos.

Após ter sido um dos setores mais afetados pela abertura do mercado às importações durante os anos 1990 e pela crise recessiva sofrida em 2001 e 2002, o setor de calçados da Argentina foi conseguindo uma forte recuperação sob o amparo das novas condições macroeconômicas e cambiais após o fim da paridade entre o dólar e o peso argentino. No entanto, e em paralelo ao forte aumento da demanda interna, os temores dos fabricantes com relação ao ritmo de crescimento das importações não demoraram em ser sentidos no ambiente político e empresarial argentino.

Deste modo, apesar das dificuldades para conseguir acordos explícitos entre os representantes dos setores privados da Argentina e do Brasil, a produção de calçados argentina passou a estar de fato protegida por um compromisso de autolimitação das exportações brasileiras. E mesmo quando os setores privados de ambos os países não chegavam a um entendimento formal e não se reuniam com a mesma periodicidade dos demais setores sensíveis, o "acordo" estabelecia uma pauta de vendas ao mercado argentino da ordem de 12 a 13 milhões de pares por ano.

Posteriormente, em função da reclamação empresarial argentina sobre um suposto descumprimento dos compromissos por parte dos empresários brasileiros⁷⁶ e do fracasso das sucessivas tentativas para chegar a um acordo em nível de setor privado,⁷⁷ em meados de 2005 o Ministério da Economia da Argentina dispôs incluir o setor em um sistema de licenças não-automáticas de importação, com o objetivo de monitorar e regular a entrada de produtos considerados "sensíveis". Depois da implementação deste mecanismo, e no contexto das demais variáveis micro e macroeconômicas, as compras argentinas de calçados provenientes do Brasil foram reduzidas de 15,7 milhões de pares em 2004 para 13,6 milhões em 2005, voltando a subir para quase 16 milhões em 2006.

O "acordo" de autolimitação venceu em meados de 2006, momento em que as principais autoridades do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) brasileiro manifestaram abertamente sua intenção de não prorrogá-lo. O objetivo era ir passando "o mais rápido possível" para sistemas de livre intercâmbio, sob o argumento de que "a contribuição brasileira para a recuperação e o desenvolvimento da indústria argentina já foi dada" (comunicado do MDIC em agosto de 2006).

⁷⁵ Enquanto o Brasil produz cerca de 700 milhões de pares de sapatos por ano, a Argentina tem uma capacidade de produção que varia entre 70 milhões e 90 milhões.

⁷⁶ Em relação aos resultados correspondentes a 2004, os empresários argentinos afirmavam que com o acordo informal estabelecido para aquele ano de 12 milhões de pares, a entrada real tinha sido de 15 milhões. Para obter mais informações sobre as dificuldades jurídicas dos estados-partes para garantir o real cumprimento desse tipo de acordo no âmbito dos instrumentos institucionais vigentes no MERCOSUL, consulte o Relatório MERCOSUL N° 6 e N° 8.

⁷⁷ Em fins de junho de 2005, por ocasião de um seminário realizado em Buenos Aires para analisar assuntos relativos à integração produtiva argentino-brasileira, o então secretário de Indústria da Argentina, Miguel Peirano, disse que *"fortalecer o MERCOSUL não significa colocar nosso país como mero exportador de matéria-prima"*. Quanto às questões pendentes no setor de calçados, afirmava publicamente que a Argentina aplicaria medidas unilaterais para restringir a importação do Brasil se em 15 dias os fabricantes dos dois países não fizessem um acordo de cotas que limitasse ou pelo menos estabelecesse uma pauta comum para a entrada desses bens. Estas declarações foram feitas no âmbito de uma defesa do setor de calçados brasileiro de uma cota de cerca de 15 milhões de pares por ano, e uma proposta argentina de 10 milhões (La Nación [24-06-2005]).

Mesmo assim, tanto o setor público como o privado argentino defenderam fortemente a necessidade de que os acordos continuassem vigentes para esses setores, considerando a necessidade de dar um maior prazo ao setor privado para conseguir as melhoras tecnológicas, competitivas e de escala necessárias para poder equilibrar as fortes assimetrias existentes entre as empresas dos dois países. Essas assimetrias não eram "apenas" resultado da crise do final da década passada, mas sim possuíam uma raiz muito mais antiga e estrutural, e que também envolviam outro tipo de incentivos e assimetrias.

Então, em fevereiro de 2007 as partes "renegociaram" uma pauta de exportações por parte do Brasil da ordem de 13,5 milhões de pares de sapatos por ano, mais o equivalente ao aumento do PIB e a produção setorial argentina (o que subiria aquele volume para cerca de 15 milhões de pares, frente a uma produção argentina total de 80 milhões de pares aproximadamente). Deste modo, o sistema de licenças visava manter a participação das vendas destes produtos importados do Brasil em 70% das importações totais, enquanto as importações totais deveriam representar 20% a 25% do consumo interno total. No final dos anos 1990, as compras externas chegaram a representar de 35% a 40%.

Neste sentido, enquanto o governo argentino manifestava em diferentes fóruns que "se trabalha para proteger o setor nacional" e que a Argentina contava com instrumentos para evitar uma entrada acima do normal de produtos do principal sócio do MERCOSUL, em julho de 2007 os fabricantes brasileiros de calçados começaram a reclamar ao seu governo federal a eliminação das restrições do comércio intra-zona do setor. Embora a resposta argentina tenha sido de que não era possível avançar na análise desse tipo de questões até depois das eleições presidenciais da Argentina no final de 2007, alguns empresários brasileiros do setor deixaram claro que, se Argentina não excluísse os calçados do regime de licenças não-automáticas de importação, solicitariam a Brasília a realização de uma denúncia no tribunal do MERCOSUL.

Com relação a este assunto, o diretor executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Calçado (*Abicalçados*), Heitor Klein, manifestou em meados de 2007 sua preocupação pelo efeito real das licenças e das quotas aplicadas pela Argentina ao setor. E, nesse sentido, tomava como ponto de referência a perda de competitividade da oferta brasileira como resultado da forte apreciação do real e da perda de fatia de mercado do Brasil no mercado argentino em favor dos países do Leste asiático.⁷⁸

E assim, enquanto Klein declarava à imprensa brasileira que "estamos no terceiro ano seguido de contração das vendas para a Argentina. Esperamos que seja o último",⁷⁹ o secretário do Ministério de Desenvolvimento, Iván Ramallo, afirmava que "se as licenças não-automáticas estão justificadas na Argentina como uma maneira de monitorar o crescimento das vendas de produtos de países asiáticos, as restrições às vendas brasileiras não se justificam mais". Neste sentido, a parte argentina manifestava que, se por um lado era legalmente impossível excluir os países do MERCOSUL de uma norma comercial geral como essa, se assumiria um compromisso informal de dar tratamento rápido aos embarques procedentes dos países da região.

Poucos dias mais tarde, durante a inauguração do Fórum da Indústria do Calçado da América Latina, o então ministro da Economia argentino, Miguel Peirano, defendeu que o mercado interno seria "priorizado" para quem desejasse investir no país. Em referência ao setor calçadista, ele assinalou que os empresários

⁷⁸ É interessante destacar que, enquanto em 2003 os calçados brasileiros respondiam por 86% das compras argentinas do setor, em 2006 essa fatia de mercado tinha caído para 61%. De qualquer modo, as autoridades brasileiras também destacavam que o desvio de comércio a favor de fornecedores extra-zona (como Itália e México, por exemplo) era ainda mais visível em setores como os de linha branca.

⁷⁹ De acordo com estimativas, as exportações de calçados brasileiros para a Argentina caíram de US\$ 86 milhões em 2003 para US\$ 80 milhões em 2004, US\$ 69 milhões em 2005 e US\$ 62 milhões em 2006.

"vão encontrar o governo argentino acompanhando permanentemente a indústria em geral, e a dos calçados especialmente". Neste mesmo sentido, o presidente da Câmara Argentina do Calçado declarou que estava "contente com as licenças não-automáticas e, por isso, o setor está investindo muito".⁸⁰

Neste mesmo sentido, um tema também importante que deve ser levado em conta nos próximos anos é o forte aumento ocorrido nos investimentos produtivos destinados ao setor, fenômeno que não era registrado na Argentina há várias décadas. Este processo engloba empresas brasileiras interessadas em facilitar seu acesso ao mercado argentino e escapar dos problemas derivados da apreciação do real,⁸¹ empresas médias argentinas com boas perspectivas no mercado interno e regional com necessidade de ampliar ou reequipar suas fábricas, ou ainda a reabertura ou mudança de comando de tradicionais subsidiárias de empresas internacionais que buscam se reposicionar no mercado local, depois de vários anos de contração de sua atividade no país.

Acordos de médio prazo: o setor de papel

Encontra-se em vigência um acordo de autolimitação das exportações brasileiras, que foi originalmente assinado durante a crise regional gerada pela desvalorização do real de 1999. Este acordo foi renovado sucessivamente até 2007, a partir de um entendimento entre os setores privados (Associação de Fabricantes de Celulose e Papel da Argentina e a Associação Brasileira de Celulose e Papel - BRACELPA), que se baseia em contingentes trimestrais ou semestrais. Durante o fechamento deste relatório, as partes estavam assinando em Buenos Aires a renovação do acordo voluntário por mais três anos.

As vendas brasileiras dos produtos deste setor que a parte argentina definiu como "sensíveis" foram aumentando ao longo dos últimos anos - chegando a um valor de cerca de US\$ 40 milhões ao ano atualmente -, em paralelo à forte recuperação da demanda argentina. No entanto, sua participação relativa como fornecedor externo tem se mantido estável, representando entre 50 e 60% das compras totais do país.

N. Acordos bilaterais no setor automotivo

Acordo Argentina-Brasil

As principais características do atual Acordo Automotor (XXXVI Protocolo Adicional ao ACE N° 14) são as seguintes:

- a) Vigência do acordo: julho de 2006 a junho de 2008.
- b) O acordo tem um caráter transitório. Durante o período da sua vigência, estava prevista a negociação de um acordo definitivo.
- c) Livre comércio: o acordo não inclui menção a este tema, diferentemente do acordo bilateral anterior. Em vez disso, fica estabelecido que "antes de 30 de junho de 2008, as partes farão uma avaliação

⁸⁰ De acordo com dados da Secretaria de Indústria, Comércio, Pequenas e Médias Empresas do Ministério da Economia da Argentina, os investimentos acumulados no setor no período 2003-2006 chegaram a US\$ 300 milhões, com aumento da produtividade de cerca de 15% por ano em média.

⁸¹ Ao longo de 2007, a associação dos fabricantes de calçados do Brasil, *ABICALÇADOS*, reclamou várias vezes em diferentes foros sobre o que aponta como uma tendência à transferência de fábricas do setor do Brasil para a China, a Índia e a Argentina como consequência direta da valorização do real. Podemos citar como exemplo desta tendência o negócio empreendido pela empresa brasileira Vulcabras, que associada à Alpargatas Argentina e à Paquetá colocou em andamento um projeto que tem como objetivo produzir calçados esportivos com a licença das marcas Adidas e Diadora na localidade de Chivilcoy, no valor de US\$ 65 milhões. Na mesma linha, em setembro de 2007, o grupo brasileiro Dass - que já tinha uma fábrica no estado argentino de Misiones, que opera uma licença da Nike - anunciou a compra da filial argentina da famosa marca italiana Fila, como parte de uma operação para deter a licença da marca para toda a região.

completa da evolução da indústria e do intercâmbio comercial, tanto entre as partes como com o resto do mundo, a fim de proceder os ajustes necessários na política automotiva estabelecida no presente acordo, para alcançar uma ampla facilidade do intercâmbio comercial e da integração produtiva entre as partes".

- d) Esquema de administração do comércio: flex global (simétrico) por país; medição anual de julho a junho. Inclui autopeças.
- e) Nível de flex: O comércio bilateral está regido por um coeficiente de desvio anual não superior a 1,95 (coeficiente: valor das importações comparado com o valor das exportações). O cálculo do coeficiente admite a possibilidade de amortizar a inércia do atual fluxo de comércio, que determina níveis maiores que o pautado. Para isso, se admitirá que o seu valor cresça até 2,1 entre julho de 2006 e julho de 2007, mas deverá ser compensado durante o período restante. Caso contrário, aplicam-se multas por excesso do coeficiente. (70% da tarifa para veículos e 75% para autopeças).
- f) Tratamento tarifário para autopeças da extra-zona: a tarifa para autopeças de terceiros mercados oscila entre 8% e 16%. Mesmo assim, tanto a Argentina como o Brasil têm regimes nacionais de importação que diminuem o valor desta tarifa. Existe um compromisso no acordo para definir até 31 de dezembro de 2006 uma política comum de autopeças que elimine esta assimetria. No entanto, e apesar de algumas reuniões realizadas, os setores privados não chegaram a um consenso e ainda não foi possível avançar nesta matéria.
- g) Admissão temporária e draw back: para a aplicação destes regimes suspensivos de impostos aplicados à importação no comércio entre as partes, remete-se ao regime geral do MERCOSUL.

Esta nova configuração do acordo bilateral dos dois atores principais, definida em entendimentos de natureza produtiva mais que meramente comerciais, oferece (na visão das autoridades argentinas competentes na matéria) as condições para constituir o embrião de uma política comum.

Embora tenha havido durante o primeiro semestre de 2007 algumas iniciativas brasileiras para abrir a discussão sobre o futuro regime a partir de 2008,⁸² o governo argentino anunciou a sua intenção de manter os limites existentes atualmente "até que o comércio alcance níveis mais equilibrados", solicitando adiar a discussão sobre o tema para depois do primeiro bimestre de 2008.⁸³

Assim, enquanto a postura brasileira é a de avançar decididamente para o livre comércio para o setor, a posição argentina é a de que ainda não há condições para isso, porque o Brasil, por ter o maior mercado, captaria a maior parte dos investimentos. Mas os anúncios nos últimos meses de investimentos e de desenvolvimento de novos modelos de montadoras que operam na Argentina (depois de vários anos nos quais as injeções de capital novo no setor foram muito limitadas, devido à debilidade da demanda interna) contribuíram para criar um cenário muito mais favorável para o alcance de entendimentos do setor em nível regional.

O setor privado brasileiro demonstrou seu mal-estar sobre o tema ao governo federal em várias ocasiões diante da impossibilidade de fazer acordos sustentáveis e de médio prazo. Esses acordos evitariam "ter que discutir todos os anos a prorrogação do acordo automotivo e oferecer segurança e regras de jogo claras para os investidores". A este respeito, quando foi acordada a última prorrogação no acordo bilateral com o Uruguai, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) manifestou "que não aceitaria novas prorrogações".

Os dados disponíveis sobre a evolução do setor nos dois maiores sócios permitem realizar algumas leituras interessantes. Embora as assimetrias existentes quanto à escala e à capacidade de produção entre os dois países continuem sendo obviamente grandes, a recuperação das montadoras argentinas

⁸² O acordo bilateral em vigor vence em 1º de janeiro de 2008.

⁸³ Momento em que teoricamente deveria entrar em vigor o acordo de livre comércio entre os dois países para o setor.

ao longo dos últimos dois anos foi pouco menos que notável, situação que abriu a possibilidade da radicação de importantes investimentos de boa parte delas para os próximos três anos.⁸⁴

Por outro lado, enquanto a demanda continua mostrando uma importante força em ambos os mercados, as montadoras argentinas parecem começar a recuperar posições tanto no mercado doméstico como - de forma mais tímida - no do país vizinho. Por sua parte, no caso brasileiro, junto com a apreciação do real, o saldo da balança comercial do setor tem apresentado uma redução. Dessa maneira, enquanto as vendas internas de automóveis importados (fundamentalmente vindos da Argentina) crescem com força, as exportações mostram uma evolução negativa.

QUADRO 14
ARGENTINA E BRASIL: EVOLUÇÃO DO SETOR AUTOMOTIVO
Variações com relação ao ano anterior - em porcentagens de unidades

Conceito	Argentina		Brasil	
	2006	2007*	2006	2007*
Produção	35,1	28,0	3,2	9,1
Vendas ao mercado externo	14,4	22,6	12,9	26,2
Nacionais	31,5	26,4	9,5	22,8
Importados	4,9	20,2	82,3	72,6
Exportação	30,4	35	-6,1	-7,8
para o Brasil	74,6	64,2		
Importação vinda do Brasil	-11,8	s/d		
Fatia de mercado do Brasil nas importações Argentinas	80,5	s/d		
Fatia de mercado do Brasil nas exportações Argentinas	47,6	56,6		
Fatia de mercado da Argentina nas importações brasileiras**			76,5	73,3

Notas: * Janeiro-agosto; ** estimativa.

Fontes: ADEFA e ANFAVEA.

Acordo Argentina-Uruguai

O ACE N° 1 entre a Argentina e o Uruguai aplicável ao setor automotivo tinha sua vigência restrita ao ano 2001 devido aos compromissos do MERCOSUL (Dec. CMC N° 7/94). No entanto, em abril de 2003, e dadas as dificuldades existentes para colocar em vigência o PAM em nível do MERCOSUL, foi assinado um acordo automotivo bilateral protocolado na ALADI como ACE N° 57.

O instrumento estabeleceu quotas para os produtos automotivos provenientes da Argentina até 2006 e livre comércio a partir de janeiro de 2007. Por sua vez, para os veículos e autopeças uruguaios, mantinham-se as quotas correspondentes a 2006, dado que não foi renegociada uma modificação antes que o cronograma vencesse em dezembro de 2006.

Na segunda metade de 2006, com base em uma interpretação linear do Artigo 15 do acordo, foi registrada no Uruguai uma denúncia impugnando o direito dos exportadores argentinos para gozar do livre comércio.

⁸⁴ Em meados de 2007, a Associação de Fábricas de Automotores da Argentina (ADEFA) anunciou investimentos no setor até 2010 de US\$ 3,5 bilhões, a maior parte dentro das estratégias corporativas de complementar sua produção regional. Paralelamente a isso e levando em conta as diferenças de custos decorrentes do câmbio peso-real, algumas plataformas e/ou novos modelos para exportação para outros mercados estão sendo redefinidos pelas empresas em favor das suas fábricas na Argentina.

Desde então, as empresas argentinas exportaram ao país vizinho sem receber restituição dos encargos tributários (cada despacho deve ser acompanhado por uma certificação da montadora que estabelece não ter cobrado restituição dos encargos).

Nesse marco, a ADEFA reclamou oportunamente à Secretaria da Indústria do seu país que corrigisse o texto do ACE Nº 57. Uma resolução definitiva da questão seria encontrar uma fórmula de retroatividade a maio de 2003, data de início do acordo e momento a partir do qual foram pagas as restituições dos encargos tributários agora questionadas.

Aproveitando a necessidade de atualizar o acordo (devem ser definidos os valores de novas quotas correspondentes a 2007 para veículos e autopeças com origem preferencial a favor do Uruguai), poderia ser oportuno tentar redefinir o problemático artigo 15. Neste sentido, as negociações pendentes entre a Argentina e o Uruguai visam resolver a interpretação deste assunto. Cabe sinalizar a este respeito que as exportações argentinas de veículos gozam atualmente de tal situação para todo destino, inclusive para o Brasil.

Como contrapartida, existem outros dois temas de interesse primordial do Uruguai:

- a) Conseguir que o acordo incorpore em seu âmbito os caminhões-tratores, não incluídos no mesmo. Isso afeta o acesso deste tipo de veículos à Argentina, atualmente fabricados no Uruguai.
- b) Resguardar devidamente o acesso pleno e livre de veículos ao mercado argentino como condição para o sucesso do projeto de instalação da montadora chinesa Chery no Uruguai.

Acordo Brasil-Uruguai

As negociações bilaterais entre o Uruguai e o Brasil alcançaram no final de 2005⁸⁵ um acordo transitório para regular até que a PAM entre em vigência ou, na sua falta, até 1º de julho de 2008.

Os acordos bilaterais assinados originalmente pelo Uruguai com a Argentina e o Brasil em matéria automotora eram essencialmente similares. Como o Uruguai não renegociou seu acordo com a Argentina em 2003, os produtos exportados por ambos os países passaram a serem beneficiados pelo livre acesso em nos dois mercados, desde que cumprissem os requisitos de origem correspondentes.⁸⁶

A pretensão uruguaia de estabelecer um mecanismo de intercâmbio compensado (única maneira de atrair investimentos para o país), que obrigue o Brasil a adquirir veículos e autopeças no Uruguai para poder vender nesse país automóveis com 100% de preferência, não foi aceita pelos representantes deste país. Com relação a este tema, o Uruguai pretendia que, no futuro, para cada dólar exportado pelo Brasil ao mercado uruguaio, existisse um compromisso de realizar compras no dito país de três dólares em automóveis e de 1,5 dólar em ônibus e caminhões.

Durante a visita realizada ao Uruguai no final de março de 2007 pelo então ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Luis Fernando Furlan, ambos os países aceitaram manter parte do acordo automotivo a partir de julho de 2007 e outra parte até 30 de junho de 2008. Os dois governos também acrescentaram algumas quotas de acesso preferencial para carros fabricados no Uruguai.

⁸⁵ O acordo Brasil-Uruguai é o Protocolo 62º do ACE Nº 2, com data de 23 de dezembro de 2005. O Paraguai optou por não fazer acordos bilaterais no setor com os demais sócios do MERCOSUL.

⁸⁶ Dentro desse esquema, o Uruguai conta com cotas de exportação para a Argentina com normas preferenciais de origem. As partes estabeleceram que esta situação será mantida assim até a PAM entrar em vigor, ou até os dois países decidirem modificar o acordo.

O Memorando de Entendimento Bilateral sobre a Renovação do Acordo Automotor Bilateral estabeleceu manter as quotas de acesso ao mercado uruguaio de 6,5 mil automóveis e veículos comerciais leves do Brasil. Acordou-se também uma quota anual de 20 mil unidades para o acesso ao mercado brasileiro de automóveis e veículos comerciais leves uruguaios.

Com base nisso, estabeleceu-se que os veículos que entrarem em ambas as quotas não pagam tarifa sempre que tenham 50% de peças produzidas no MERCOSUL. O restante dos carros, caminhões e ônibus não são tributados desde que possuam 60% de peças fabricadas no MERCOSUL, tal como o acordo atual estabelece. Também foi incorporada ao acordo uma categoria de veículos utilitários com capacidade de carga acima de 1,5 mil quilos e cujo peso bruto total seja inferior a 3,5 mil quilos. Também ficaram acordadas quotas para que o Uruguai possa vender ao Brasil 2,5 mil desses veículos e 2,5 mil caminhões sem pagar tarifa, desde que possuam 50% de peças produzidas no MERCOSUL.

Foi implantado também um regime para veículos blindados no Uruguai, com uma quota anual de duas mil unidades com preferências tarifárias como os anteriores. Além disso, foi criado um Comitê Automotivo Bilateral, que deverá publicar um relatório a cada 60 dias com os resultados do acordo.

Assim como acontece com o acordo bilateral com a Argentina, prevê-se que em 1º de julho de 2008 entre em vigência o livre intercâmbio entre os dois países,⁸⁷ para o que foi acordado iniciar as negociações de detalhe no transcurso deste ano. Sobre este tema, o subsecretário da Indústria uruguaio, Martín Ponce de León, afirmou em meados de 2007 que a vantagem do prazo é que se "mantém a pressão sobre a necessidade de chegar a um comércio equilibrado".

Para o caso de não ser possível acordar a PAM, decidiu-se realizar uma revisão do acordo automotivo que se "baseará, entre outros instrumentos, em um sistema de compensação de comércio com faixas flexíveis e um período de transição de convergência".

De acordo com o que foi manifestado por autoridades uruguaias à imprensa de seu país, existe em Montevideu a convicção de que o Brasil se esforçará para chegar à PAM, já que o acordo que possui com a Argentina neste setor também vence em junho de 2008.

O Uruguai reclamou desde o início que, em seu acordo bilateral com o sócio maior do bloco, a entrada de veículos de origem brasileira continue sendo regulada por um sistema de quotas, enquanto as montadoras localizadas no Brasil manifestaram reiteradamente que eram contrárias a esta idéia. O Uruguai usou como argumento que o setor automotivo brasileiro exporta US\$ 128 milhões por ano ao seu mercado (18 mil unidades por ano, menos de 1% da produção anual do Brasil) e importa apenas por 8 milhões. Por outro lado, as vendas de autopeças somaram quase US\$ 70 milhões adicionais. Embora se assuma que, por um problema de escala, seria pouco factível a possibilidade de instalar uma montadora no país, o mesmo não acontece no ramo de autopeças.⁸⁸

Mas o quadro das negociações sofreu de alguma maneira uma modificação de relevância quando, no início de 2007, foi anunciado que a montadora chinesa Chery tem um projeto para a construção de uma montadora automotiva em Montevideu,⁸⁹ em parceria com o grupo argentino Macri. A montadora aproveitaria, entre outras vantagens, os benefícios de ter menos requisitos existentes em matéria de origem

⁸⁷ Que as autoridades brasileiras manifestaram reiteradamente que esperam poder ampliar para os demais países do bloco, colocando de novo em discussão a PAM.

⁸⁸ Segundo informações da imprensa, a empresa brasileira de carrocerias Marcopolo estaria estudando a instalação de uma "montadora" de ônibus em Montevideu, para abastecer o mercado local.

⁸⁹ Com uma produção estimada de cerca de 20 mil unidades por ano.

neste país. De qualquer modo, o subsecretário de Indústria uruguaio ponderou o alcance da notícia quanto aos seus efeitos para o restante da região, manifestando que "no dia em que os chineses quiserem produzir muitos carros, não virão se instalar no Uruguai, mas sim no Brasil".

O. Algumas conclusões

Tal como foi destacado na introdução deste capítulo, as controvérsias comerciais e a imposição de novas restrições ao comércio intra-zona não foram - felizmente - um elemento importante para a problemática do bloco durante o período analisado. Razões de ordem econômica, comercial, financeira e política contribuíram fortemente para esta situação.

No entanto, e apesar deste panorama favorável e do trabalho realizado neste sentido por diferentes instâncias do bloco (particularmente a Comissão de Comércio), ainda persistem várias restrições não-tarifárias nacionais, assimetrias de custos vinculadas a regimes vigentes em alguns dos países em determinadas cadeias produtivas, acordos bilaterais (fora do âmbito do MERCOSUL) de curto prazo e uma quantidade não desprezível de setores e subsetores sujeitos a diferentes tipos de sistemas de comércio administrado, restringido ou regulado.

Isso decorre do relativamente pequeno avanço obtido em negociações nestes anos de dinamismo comercial e "bons ventos" macroeconômicos, tratando-se dos setores que poderiam ter chegado a uma maior "normalização" dos seus sistemas de intercâmbio e daqueles em que há anos se vem trabalhando na negociação de regimes especiais de alcance regional, que favoreçam uma maior complementação entre as empresas dos diferentes países-sócios.

CAPÍTULO V. A AGENDA DO RELACIONAMENTO EXTERNO

O período de 12 meses analisado neste relatório não apresentou grandes avanços no plano das negociações ou dos entendimentos comerciais com outros países ou blocos.

Os negociadores do MERCOSUL concentraram as suas atividades e energias na elaboração e no intercâmbio de listas de produtos, na análise das propostas de desoneração tributária e de propostas em termos de harmonização de disciplinas comerciais. Dedicaram-se ainda a interagir com seus respectivos setores privados para examinar os detalhes dos acordos. Entretanto, nenhum dos exercícios conseguiu superar os obstáculos naturais deste tipo de negociação e alcançar assim instâncias finais ou definidoras.

Como parte desses processos, as negociações da ALCA continuaram sem dar qualquer sinal de ânimo depois da crise desencadeada a partir da Reunião de Cúpula de Mar del Plata. A negociação com a União Européia, por sua vez, continuou à espera de que eventuais avanços no plano multilateral facilitassem a discussão dos temas mais complexos ou sensíveis na agenda birregional (basicamente, acesso aos mercados agrícolas e, em menor medida, serviços e disciplinas comerciais). Já o processo de incorporação da Venezuela ao bloco marcou uma fase de grande complexidade, tanto do ponto de vista técnico quanto político.

Paralelamente, as negociações comerciais iniciadas anos atrás com possíveis sócios extra-regionais (Israel, Conselho de Cooperação do Golfo Pérsico, União Alfandegária do Sul da África e Paquistão, entre outros) esbarraram em dificuldades ou acabaram sendo interrompidas sem que, até o momento, haja políticas claras a respeito da viabilidade de serem concluídas com sucesso, pelo menos a curto prazo.⁹⁰

Perto do final do período analisado, alguns fatos da política internacional contribuíram para explicar um cenário que se caracterizaria - pelo menos *a priori* - por uma maior atividade em torno da agenda negociadora do bloco com terceiros no ano seguinte.

Dessa maneira, o fracasso da tentativa das duas principais potências comerciais mundiais de reativar as negociações multilaterais na recente reunião do G4 em Potsdam apontaria para um cenário mais propício para a retomada da negociação entre o MERCOSUL e a União Européia durante o segundo semestre de 2007. Outros fatos, ainda, gerariam um ambiente que daria mais dinamismo à agenda de relacionamentos externos do bloco. Entre esses acontecimentos cabe citar: o acordo de parceria estratégica do Brasil com a União Européia assinado no início de julho; a visita oficial do presidente Kirchner ao México (e um convênio de associação estratégica entre a Argentina e o México) no final do mesmo mês, e a viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao México e a vários países da América Central.

A. Os condicionantes globais da agenda externa do MERCOSUL

Apesar de a agenda externa de um bloco ou acordo comercial ser, em essência, uma questão estratégica e/ou de longo prazo (de fato, a maior parte das negociações dura vários anos e costuma ocorrer durante diferentes administrações políticas), as questões conjunturais (vinculadas a política, economia e finanças) costumam exercer certa influência na dinâmica e no direcionamento da agenda de negociações; em determinadas condições estes fatores podem contribuir para inclinar o terreno das negociações em determinado sentido.

⁹⁰ Neste sentido, é oportuno ressaltar que, com o objetivo de dar um novo impulso à agenda externa, existe por parte dos países do bloco a intenção de concluir, durante a presidência uruguaia, pelo menos uma das três negociações que se encontram mais avançadas (Israel, CCG ou SACU).

Antes de uma análise específica dos principais fatos da agenda externa do MERCOSUL, é útil expor um breve panorama do contexto global e regional durante essas negociações.

Fatores do contexto econômico

- Forte dinamismo do comércio mundial, com uma notória tendência de melhora nos termos de intercâmbio dos países da região, fenômeno que faz com que alguns analistas acreditem na possibilidade de estarmos em uma nova fase da economia global, caracterizada por melhores condições para os países em desenvolvimento.
- Taxas de crescimento do PIB dos países-sócios acima da média das alcançadas nas últimas décadas.
- Apesar do recente dinamismo das importações brasileiras, motivado pela apreciação do real, o país continua mantendo uma forte posição superavitária na balança comercial frente a seus parceiros regionais; o crescimento deste superávit talvez esteja se atenuando nos últimos tempos. De certo modo, as dificuldades dos sócios menores estão ligadas a certa inadequação estrutural entre sua oferta de exportação e a demanda do Brasil, país que alcançou na última década altos níveis de auto-suficiência em setores e produtos nos quais era um histórico importador dentro do bloco (ex. lácteos, arroz, etc.).
- Consolidação do México como crescente parceiro comercial e político dos principais países do bloco, embora de porte ainda não muito significativo em termos relativos.
- Crescente presença de empresas e grandes grupos econômicos de origem brasileira na região por meio da compra de empresas existentes, da aquisição de licenças internacionais e/ou da radicação de novos investimentos produtivos.

Fatores do contexto político e estratégico

- Surgimento de questionamentos por parte de diferentes setores internos brasileiros (empresariais, políticos, acadêmicos, etc.) devido à falta de resultados concretos da política comercial do país em matéria de obtenção de concessões e/ou abertura de novos mercados ao longo dos últimos anos e, conseqüentemente, dos benefícios reais de enfocar tais negociações tendo que dar espaço para os interesses específicos (e aos tempos) dos outros sócios.
- Uma forte tendência por parte das autoridades brasileiras de adotar uma posição marcadamente mais ativa em diferentes temáticas da agenda da política exterior regional, continental e mundial, tanto do ponto de vista nacional quanto como "sócio maior" do MERCOSUL.⁹¹
- Estreitamento dos vínculos comerciais do Uruguai com os Estados Unidos (e, em menor medida, com o Chile), o que, dentre as dificuldades existentes no MERCOSUL para aumentar a colocação de bens no bloco, tem como correlato um aumento do interesse desse país em obter maiores margens de autonomia na administração da sua política comercial.
- Devido ao forte crescimento econômico, as questões vinculadas a energia foram assumindo uma relevância crescente nas agendas interna e externa dos países da região.
- Queda da América Latina na escala de prioridades da política externa dos Estados Unidos e ausência de movimentação para retomar o processo de integração do continente (ALCA).
- Continuidade da tendência à bilateralização das relações comerciais entre os Estados Unidos e vários países latino-americanos (Peru, Colômbia, países da América Central, etc.). Este fenômeno, além de gerar preocupação nos setores diplomáticos da região (particularmente do Brasil), paralisou as iniciativas que tendiam a uma maior aproximação com os países da CAN.

⁹¹ Aqui se deve entender tanto as numerosas viagens e missões que ao longo do último ano o presidente brasileiro realizou a países desenvolvidos e em desenvolvimento, como a reiteração de tomada de posição por parte do governo brasileiro em temas de grande relevância na política internacional. Destacam-se, entre eles, as negociações na OMC (agricultura, tarifas industriais, propriedade intelectual, etc.), a questão das novas fontes de energia, os assuntos ambientais ou a segurança regional e internacional.

- Grande ofensiva dos mais altos escalões do governo brasileiro para fortalecer a temática dos biocombustíveis na agenda estratégica regional e internacional.
- Esperanças frustradas sobre uma eventual retomada das negociações multilaterais da Rodada de Doha.
- Expectativas sobre a possibilidade de algum avanço na negociação do MERCOSUL com a União Européia.
- Forte presença da diplomacia venezuelana, fenômeno que opera em paralelo com o dinamismo que evidenciam as importações desse país provenientes da maior parte dos países da região.
- Surgimento ou reativação de novas instâncias de cooperação e intercâmbio diplomático intra-regional (Cúpula Energética de Margarita, projetos de integração energética, Banco do Sul, reunião de cúpula em Cochabamba, encontros bilaterais de presidentes, etc.).
- Preocupação da maior parte dos países da região frente ao crescimento das importações de produtos chineses e implementação de algumas ações defensivas, já que estes produtos ameaçam os setores industriais de maior fluxo transacional. Ao mesmo tempo, cresce a participação do gigante asiático como parceiro comercial dos principais países do bloco.

B. O cenário global das negociações econômicas internacionais: o MERCOSUL e a Rodada de Doha

As possibilidades de um projeto comum no plano multilateral

O que está em discussão para os países do MERCOSUL na Rodada de Doha são concessões que, embora possam ter um efeito positivo em matéria de comércio agrícola, também significam um grande impacto nos níveis de proteção industrial. Pode-se observar, no entanto, que o bloco não encontra uma posição uniforme para esta questão tão sensível, apesar de declarações públicas de alguns de seus membros. Enquanto o governo brasileiro sinalizou disposição para começar a trabalhar com cenários de redução de tarifas de importação no setor industrial, as autoridades argentinas tornaram pública uma posição um pouco diferente.⁹² Vale esclarecer a este respeito que, devido às características próprias da estrutura de união alfandegária e da TEC, questões centrais da negociação, como o coeficiente a ser aplicado na desoneração tributária de produtos industriais ("acesso ao mercado de produtos não-agrícolas", o NAMA, na sigla em inglês) ou as flexibilidades a serem obtidas em relação aos produtos sensíveis dos respectivos setores industriais, exigem um consenso entre os quatro sócios.

Dentro do MERCOSUL existe um Grupo *Ad Hoc* de Consulta e Coordenação para as Negociações no âmbito da OMC e do SGPC, que se reuniu várias vezes durante 2005 e 2006. O grupo coordenado pela Presidência *Pro Tempore* do MERCOSUL é integrado por funcionários dos governos responsáveis por tais negociações nos países-membros e foi instituído "com a finalidade de coordenar posições e de definir modalidades de negociação em termos de acesso a mercados" nesses âmbitos.⁹³ A Argentina vem defendendo como conceito político global das ações dentro deste Grupo *Ad Hoc* que, como a TEC deve continuar sendo o elemento central da união alfandegária, seria indispensável que seus membros aplicassem o mesmo coeficiente - 25 pontos superior ao dos países desenvolvidos - e que coordenassem a lista de flexibilidades para chegar a uma lista única de produtos sensíveis do MERCOSUL que incluiria as dificuldades estruturais de cada um dos países do bloco.

Entende-se que se, por exemplo, os quatro países apresentassem uma lista de flexibilidades sem coordenação prévia seriam produzidas disparidades entre os compromissos individuais dos estados-partes e a TEC. O mesmo ocorreria se um ou vários membros fizessem acordos setoriais sem a devida coordenação como os que estão previstos no caso de produtos não-agrícolas, ou se algum país-membro ficasse excluído da aplicação da fórmula geral, como desejam as "economias pequenas e vulneráveis".

⁹² Lula: "Corte de tarifa é ganho político" (O Estado de S. Paulo [17-07-2006]); "Lula admite concessões na área de bens industriais (Valor Econômico) [17-07-2006]; "Argentina descarta as bases de Doha" (Valor Econômico [02-02-2007]).

⁹³ MERCOSUL/GMC/RES. Nº 09/05.

Sob uma ótica mais técnica, perceberam-se certas divergências entre a Argentina e o Brasil, por exemplo, nas questões dos produtos sensíveis e especiais e no caso do mecanismo de salvaguarda especial. De fato, no ventre do G20 existem posições divergentes entre Argentina, Paraguai, Brasil e Uruguai por um lado, e aqueles membros que são, ao mesmo tempo, parte do G33 e têm uma posição fortemente protecionista quanto ao acesso a mercados para bens agrícolas (caso da Índia, Indonésia e Filipinas, por exemplo).

Por outro lado, a Argentina e o Brasil, juntamente com Índia, África do Sul, Venezuela, Egito, Namíbia, Filipinas, Indonésia, Paquistão e Tunísia, vêm trabalhando dentro do chamado "NAMA 11",⁹⁴ a fim de garantir que o esforço que fizerem em negociações não termine sendo maior nesse setor que os realizados pelos países desenvolvidos. Este grupo - que considera desproporcionais as demandas do NAMA dos países desenvolvidos - propôs também que as flexibilidades para os países em desenvolvimento sejam razoáveis: prazos de implementação adequados para os setores sensíveis e uma porcentagem apropriada de linhas tarifárias sujeitas a um corte menor do que o da fórmula geral. Por último, o "NAMA 11" apoiou o cumprimento do parágrafo 24 da Declaração Ministerial de Hong Kong,⁹⁵ que insta a obter um alto nível de ambição no acesso aos mercados, tanto em agricultura quanto no NAMA, considerando ainda o tratamento especial e diferenciado para os países em desenvolvimento.

C. Os principais pontos da agenda externa do MERCOSUL

Da Comunidade Sul-Americana de Nações à União de Nações Sul-Americanas

Nos dias 8 e 9 de dezembro de 2006, a CSN realizou a segunda reunião de cúpula na cidade de Cochabamba, encontro que contou com oito dos 12 presidentes dos países que integram a organização. A reunião culminou com uma declaração que expressa a vontade de avançar na integração sul-americana, apesar de não terem sido fechados acordos concretos sobre como isso será feito, e esclarece que o caminho mais adequado era focalizar em políticas públicas comuns respeitando os tempos e a soberania de cada país.

A Declaração de Cochabamba expôs as linhas gerais de um plano estratégico para aprofundar a integração sul-americana, com vários eixos de ação:

- a) Fortalecimento institucional da CSN. Foi criada uma Comissão de Altos Funcionários que estabelecerá Grupos de Trabalho nas áreas de infra-estrutura, integração energética e políticas sociais. Um Grupo de Trabalho - com apoio da CAF - aprofundará os estudos e a elaboração de propostas relativas à constituição ou adaptação de mecanismos financeiros e de fomento para a América do Sul. A Comissão de Altos Funcionários trabalhará sobre temas como convergência institucional, desenvolvimento econômico e geração de emprego, integração comercial, integração energética, integração em infra-estrutura para transporte e comunicações, assimetrias, integração produtiva, inovação, pesquisa e desenvolvimento, tecnologias da informação e da comunicação, mecanismos sul-americanos de financiamento, agenda social sul-americana, meio ambiente, cidadania sul-americana, identidade cultural e participação cidadã no processo de integração.
- b) Diálogo Político. Para promover um acordo político entre os países da comunidade, identificando linhas de ação que permitam enfrentar coordenadamente situações de interesse comum.
- c) Diálogo Externo. Serão intensificadas as iniciativas de diálogo externo e cooperação da CSN com outras regiões e grupos regionais.

⁹⁴ Grupo de países em desenvolvimento que propuseram que, em caso de adoção de uma fórmula suíça simples, os coeficientes dos Países em Desenvolvimento (PED) deveriam estar separados em, ao menos, 25 pontos percentuais.

⁹⁵ Declaração Ministerial de Hong Kong, 22 de dezembro de 2005. Programa de Trabalho de Doha.

- d) Coordenação das posições dos países-membros na OMC e nas instituições financeiras multilaterais.
- e) Parlamentos. Os parlamentos estão convidados a considerar a definição de mecanismos que irão estabelecer um espaço parlamentar sul-americano.

A I Cúpula Energética Sul-Americana, realizada na Ilha de Margarita, Venezuela, nos dias 16 e 17 de abril de 2007, teve como resultado a iniciativa de integração dos 12 vizinhos, denominada União de Nações Sul-Americanas, e a criação de uma Secretaria Permanente, com sede em Quito. O projeto de acordo constitutivo da UNASUL será apresentado na III Reunião de Cúpula de Chefes de Estado e de Governo, que deverá acontecer entre os dias 24 e 28 de janeiro de 2008 em Cartagena das Índias, Colômbia.

Rumo a uma maior aproximação com o México

No mês de agosto de 2006 e depois de dois anos de árduas negociações, os Representantes Plenipotenciários da Argentina e do México assinaram perante a Aladi o XV Protocolo Adicional ao ACE N° 6. Assim se formalizavam os acordos estabelecidos dois meses antes pelas partes, por meio dos quais se incorporaram mais de 1.500 novas linhas tarifárias ao mencionado acordo bilateral, que passou assim a abranger cerca de 60% do nomenclador tarifário (aproximadamente 4.500 posições).⁹⁶

O novo convênio também reorganizou e consolidou a normativa existente nos acordos Aladi vigentes, definiu um novo regime de origem e estabeleceu que todos os produtos incluídos nas respectivas listas terão 100% de preferência em um prazo máximo de dez anos.

De qualquer modo, o complexo cerealífero, de particular interesse para a Argentina, não foi incluído no acordo, que abrange basicamente o setor industrial (fundamentalmente os setores químico, plástico, siderúrgico, gráfico, informático, têxtil e de borracha). Dentro do setor agrícola foram estabelecidas preferências recíprocas que implicam a desoneração imediata e total para certos produtos primários, como ameixa, azeitona, produtos da pesca, bebidas, conservas e alfajores. Além disso, produtos como bolachas doces e preparações para sopas obtiveram preferências significativas, enquanto se estabeleceu uma cota para o pêssego enlatado (o país exportador é o responsável pela administração da cota).

Em relação ao comércio intra-zona, o acordo estabelece três tipos de cestas de bens (chamadas A, B e C), as quais são enquadradas em diferentes cronogramas de desoneração, que vão de zero a dez anos.

Posteriormente, já perto do fim de julho de 2007, o então presidente argentino Néstor Kirchner realizou uma visita oficial ao México, durante a qual foi assinado o Acordo de Associação Estratégica entre Argentina e México "em matéria política, econômica e comercial, assim como nos âmbitos da cooperação educativa, cultural, científica e tecnológica". Embora esse convênio não tenha implicações comerciais imediatas, reflete tanto uma melhora nas relações entre ambos os países, como uma confirmação do interesse mexicano em diminuir sua exposição comercial aos Estados Unidos e em continuar intensificando seus intercâmbios e seus vínculos econômicos com a América Latina, depois da grande redução relativa dos mesmos após a entrada do país no Nafta, em meados da década passada.

⁹⁶ Cabe destacar a este respeito que o Uruguai já possui desde 2004 uma área de livre comércio com o México definida no ACE N° 60, para a qual obteve oportunamente um *waiver* por parte do bloco. O Brasil, por sua vez, possui seu próprio acordo bilateral de preferências fixas, cuja última negociação foi realizada em 2003 (ACE N° 53). Também existe um acordo de preferências fixas MERCOSUL-México (ACE N° 55).

D. Os novos temas da agenda externa: a diplomacia energética

A visita de George W. Bush ao Brasil e o acordo entre o Brasil e os Estados Unidos sobre biocombustíveis

A visita do presidente Bush ao Brasil, parte de uma série de visitas a alguns países do continente em março de 2007, revelou sinais sobre a vontade do país de estreitar suas relações econômicas e comerciais com os Estados Unidos - na ocasião seu principal parceiro comercial - e do governo dos Estados Unidos de adotar uma posição mais ativa em uma região que claramente não vinha ocupando um lugar prioritário na agenda de política exterior da atual administração. Deste modo, e depois de um ano e meio sem manter contatos pessoais (o último encontro entre os presidentes tinha ocorrido no fim de 2005, no dia seguinte à Reunião de Cúpula de Mar del Plata), os mandatários retomaram o diálogo direto.

O tema de principal interesse para o Brasil neste encontro - que teria semanas depois seu segundo capítulo em uma reunião entre os presidentes em Camp David - estava concretamente relacionado com a possibilidade de fechar algum acordo ou plano conjunto para o desenvolvimento de biocombustíveis. Deve-se levar em conta que, atualmente, o Brasil não apenas é o principal produtor e exportador mundial de etanol derivado da cana-de-açúcar (com uma produção anual de mais de 17 bilhões de litros), mas também é uma das nações de maior potencial neste novo capítulo do desenvolvimento energético. Em 2005, o Brasil exportou cerca de 2,6 bilhões de litros de etanol - praticamente a metade do total do comércio mundial deste produto - e os Estados Unidos e a Europa foram seus principais compradores.

O Brasil se transformou em um grande divulgador destas novas fontes de energia como via para a substituição dos combustíveis fósseis - cenário que, em termos estratégicos, é visto pelo país como de grande benefício para sua economia, já que é produtor eficiente de matéria-prima com esse fim. Além disso, o governo brasileiro tem reiteradamente ponderado sobre as vantagens desta alternativa energética para o combate ao aquecimento global.

Há, entretanto, uma importante diferença entre o Brasil e os Estados Unidos em matéria de combustíveis de origem vegetal: enquanto o etanol norte-americano, derivado do milho, tem baixa produtividade e, se produzido em grande escala, teria um forte impacto nos preços dos alimentos, a produção de etanol de cana-de-açúcar é cinco vezes mais eficiente. De fato, hoje, o etanol representa 40% do mercado de gasolina-etanol no Brasil e apenas 3% nos Estados Unidos. A produtividade da cana alcança 7 mil litros de etanol por hectare, mais do que o dobro da observada no milho. O custo de produção é 30% menor e o balanço energético é extremamente favorável: a cana gera 8,3 unidades de energia renovável por unidade de energia fóssil utilizada para produzi-la, um valor 5,5 vezes superior ao registrado pelo milho.

Tudo isto colocaria o país sul-americano na vanguarda mundial neste pujante mercado. Apesar de tudo isso, em 2005 os Estados Unidos superaram o Brasil na produção de etanol, o que certamente reafirmou para as autoridades a necessidade de melhorar as infra-estruturas, aumentar a produção e os investimentos em inovação.

Da passagem do presidente Bush por São Paulo surgiu um Memorando de Entendimento entre os países para aumentar a cooperação, a promoção e a difusão em matéria de biocombustíveis, planejando um trabalho em três planos: o bilateral, o de ação conjunta em outros países e o global. No primeiro caso, reafirma-se a intenção de aprofundar as pesquisas e o desenvolvimento de tecnologia para biocombustíveis de nova geração, potencializando o trabalho que vem sendo realizado nas diferentes instâncias de cooperação bilateral. No segundo plano, o objetivo é trabalhar conjuntamente para levar os benefícios dos biocombustíveis a outros países, por meio de estudos de viabilidade e assistência técnica voltados para estimular o setor privado a investir nesta nova fonte de energia.

As partes se comprometeram também a começar a trabalhar na América Central e no Caribe, estimulando a produção local e o consumo de biocombustíveis, visando trabalhar conjuntamente em áreas-chaves ao redor do mundo. E, finalmente, no plano global, ficou expresso o desejo de expandir o mercado de biocombustíveis por meio da cooperação para o estabelecimento de padrões uniformes e normas. Para atingir este objetivo devem cooperar no âmbito das agências nacionais de normalização e qualidade, assim como se coordenarem com os fóruns internacionais complementares existentes. Além disso, estabeleceu-se a criação de um Grupo de Trabalho para fazer o acompanhamento do que ficou acordado.

QUADRO 4 OS BIOCOMBUSTÍVEIS E O CENÁRIO ENERGÉTICO GLOBAL

Do ponto de vista dos Estados Unidos, o súbito interesse por esta iniciativa registra diversos antecedentes, tanto por uma questão da segurança nacional como pela visão estratégica da necessidade de reduzir a dependência do país dos fornecedores de petróleo localizados em regiões de forte instabilidade política. Em agosto de 2005, o presidente George W. Bush assinou a *Energy Policy Act*, que estabeleceu o objetivo de consumo de combustíveis renováveis em 28,4 bilhões de litros para 2012. Depois, em seu discurso sobre o estado da União de 2006, estabeleceu como objetivo nacional a substituição de 75% das importações de petróleo oriundas do Oriente Médio para 2025.

Foi então que considerou o uso do etanol como uma das saídas para alcançar este objetivo. Ainda em 2006, Jeb Bush, governador do estado da Flórida, promoveu junto com o Brasil a criação da Comissão Interamericana do Etanol, como âmbito para a cooperação na matéria a fim de desenvolver um mercado de biocombustíveis no continente. A Comissão conta com o apoio do BID por meio da participação de seu presidente, o Embaixador Luis Moreno, no seu conselho diretor.

Por outro lado, o inesperado impulso ao desenvolvimento desta fonte de energia limpa conta com grande volume de investimentos que os países em desenvolvimento competirão cada vez mais para captar, gerando maior estímulo para esta indústria. Estima-se que em 2010 US\$ 100 bilhões serão investidos em energias limpas, frente aos US\$ 38 bilhões de 2005 e os pouco mais de US\$ 5 bilhões de uma década atrás. Em uma mostra de 50 países consultados por um estudo especialmente encomendado pelo BID para analisar o panorama atual e as perspectivas dos biocombustíveis, 27 já sancionaram - ou estão considerando esta possibilidade - normas que obrigam a mistura de combustíveis fósseis com biocombustíveis, e 40 desses países já têm algum tipo de legislação de estímulo aos mesmos.

Por isso, uma estimativa conservadora da participação dos biocombustíveis no consumo global de energia para o transporte em 2020 é de 5%, em comparação com 1% na atualidade. Ao mesmo tempo, responder a essa demanda crescente implicaria quintuplicar a produção mundial de biocombustíveis e demandaria um investimento de mais de US\$ 200 bilhões nos próximos 14 anos, somente em expansão da capacidade instalada.

Mas acima destes cenários está a situação energética mundial. Espera-se para 2020 um aumento do consumo de energia da ordem de 30%, em um contexto de contínuo esgotamento dos combustíveis fósseis, instabilidade geopolítica e insegurança no abastecimento, sem contar o aspecto da poluição e de outros problemas cada vez mais evidentes no que concerne à mudança climática. Todos estes fatores delineiam um momento oportuno para que o mundo, engajado na busca de fontes alternativas de energia limpa, dirija seu olhar atento a iniciativas como essa que o Brasil promovendo. Principalmente quando estudos indicam que é o consumo de combustíveis no setor de transporte que mais contribui para as emissões de dióxido de carbono e para o efeito estufa, e precisamente no momento em que gigantes econômicos emergentes como a China e a Índia já estão vendo uma explosão do crescimento da sua frota de veículos.

A questão das restrições tarifárias às exportações de etanol do Brasil para o mercado norte-americano não foi incluída na agenda, embora tenha sido mencionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na coletiva de imprensa conjunta realizada ao fim da reunião bilateral de São Paulo.

O presidente brasileiro, depois de assinar o Memorando, deixou claro para o visitante a prioridade estratégica que o MERCOSUL e a integração sul-americana têm para o país. Também enfatizou que apenas um mercado de biocombustíveis livre de protecionismo poderia funcionar efetivamente como propulsor de um desenvolvimento sustentável em benefício dos países mais pobres. A realidade é que os biocombustíveis nos Estados Unidos e na União Européia estão fortemente subsidiados pelo apoio interno aos agricultores, que recebem as mais variadas formas de incentivos e se vêem protegidos por tarifas de importação elevadas e normas técnicas. Para o Brasil, a atual barreira alfandegária ao etanol é muito grande: uma tarifa *ad valorem* de 46% ou 2,5% mais US\$ 0,14 por litro. Vale recordar que os países que

têm acordos de preferências comerciais com os Estados Unidos - como os que integram a Iniciativa da Bacia do Caribe - não sofrem hoje esta desvantagem.

Ampliando os horizontes: os biocombustíveis na agenda bilateral brasileira com a União Européia

Além da visita do presidente norte-americano e dos acordos assinados naquela oportunidade, o governo brasileiro está dando especial atenção ao tema, alvo de uma das suas principais apostas políticas e econômicas para as próximas décadas. Neste sentido, alguns analistas já apelidaram a estratégia de "diplomacia do etanol".

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem estado particularmente ativo durante o último ano, reservando lugar privilegiado ao tema dos biocombustíveis na sua agenda bilateral com vários países. Este tema não está vinculado somente a questões estratégicas e ambientais, mas também a questões como a promoção de interesses comerciais, do desenvolvimento de investimentos diretos no Brasil e no exterior, o estabelecimento de canais de cooperação tecnológica, a criação de empresas binacionais e até mesmo a busca de uma posição de maior relevância nos organismos internacionais, entre outras.

Com o acordo de associação estratégica assinado na reunião de cúpula bilateral do início de julho de 2007 em Lisboa, e no Fórum Mundial de Biocombustíveis, que se realizou em Bruxelas logo em seguida, o governo brasileiro e a União Européia se comprometeram a fortalecer a cooperação em termos de energias renováveis, e a trabalhar em conjunto para estimular o desenvolvimento dos biocombustíveis e gerar um mercado mundial para tais produtos. Essas iniciativas adquirem particular relevância se levarmos em conta que a União Européia é o maior mercado potencial para este tipo de produto, não apenas pelas características da sua geografia e da sua produção agrícola, mas em especial por ter estabelecido formalmente para 2020 o objetivo de substituir com biocombustíveis 10% de seu consumo de gasolina e diesel.

E. Considerações finais

Há alguns anos, a agenda de negociações externas do bloco tem se caracterizado por seu relativo alto grau de ativismo em termos do número de iniciativas e de mesas de negociação realizadas, fenômeno que sem dúvida contrasta com a qualidade e a efetividade real dos acordos alcançados ao final e/ou postos em funcionamento.

Nesse contexto e diante a ausência de resultados significativos, é lógico e aceitável que as divergências - tanto entre os países-sócios como internamente nos diferentes países - sobre os caminhos a seguir neste terreno tenham ganhado importância. E, como as queixas dos países menores do bloco a respeito dos benefícios da integração vêm ocupando um lugar de crescente importância na agenda do MERCOSUL, não surpreende que as discussões sobre a estratégia negociadora do bloco e as margens de manobra dos diferentes países-sócios em matéria de relacionamento externo também sejam tema dos debates. Deste modo, a temática da agenda interna e a da agenda externa do bloco tendem a se vincular cada vez com mais força.

Estas questões ganham ainda mais relevância com as negociações que tendem a viabilizar a entrada de novos países no bloco, processo que - como se indica no Capítulo III do presente relatório - tropeçou em dificuldades técnicas para sua implementação e exige maiores esforços se o objetivo for coordenar políticas comerciais frente a terceiros.

Deste modo, obter avanços concretos em alguns dos processos de negociações externas - dando assim respostas efetivas aos setores que nos diferentes países reclamam uma política de inserção internacional mais ativa - e resolver favoravelmente os desafios decorrentes da entrada dos dois novos sócios (Venezuela e Bolívia) são, sem dúvida, pontos de fundamental importância para o futuro e para a sustentabilidade do MERCOSUL em 2008.

BIBLIOGRAFIA

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BC). *Relatório de inflação*. Vários números. Brasília: BC. 2007. <http://www.bcb.gov.br>.

BANCO CENTRAL DEL PARAGUAY (BCP). *Informe económico*. Vários números. Assunção: BCP. 2007a. <http://www.bcp.gov.py>.

_____. *Informe de inflación*. Vários números. Assunção: BCP. 2007b. <http://www.bcp.gov.py>.

BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (BCRA). *Informe de inflación*. Vários números. Buenos Aires: BCRA. 2007. <http://www.bcra.gov.ar>.

BANCO CENTRAL DEL URUGUAY (BCU). *Comité de coordinación macroeconómica*. Vários números. Montevideu: BCU. 2007a. <http://www.bcu.gub.uy>.

_____. *Informe de política monetaria*. Vários números. Montevideu: BCU. 2007b. <http://www.bcu.gub.uy>.

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). *A Blueprint for Green Energy in the Americas*. Washington DC: BID. 2007. <http://www.iadb.org/biofuels/>.

BOUZAS, ROBERTO. *MERCOSUR: instituciones, asimetrías e integración profunda*. Mimeo. Buenos Aires. 2006.

BRADESCO. *Informe semanal de investimentos setoriais anunciados*. São Paulo: Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos. 2007. <http://www.bradesco.com.br>.

CENTRO DE ESTUDIOS DE LA UNIÓN INDUSTRIAL ARGENTINA (CEU-UIA). *Informe de comercio exterior argentino N° 6*. Buenos Aires: UIA. 2007. <http://www.uia.org.ar>.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2006*. Santiago do Chile: CEPAL. 2006. <http://www.cepal.org>.

_____. *Anuario estadístico de América Latina y el Caribe 2006*. Santiago do Chile: CEPAL. 2007a.

_____. *Estudio económico de América Latina y el Caribe 2007*. Santiago do Chile: CEPAL. 2007b.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA (CNI). *Relatório conjuntural. Melhor cenário em 2007 não deve beneficiar toda a indústria*. Ano 23, N° 1, janeiro-março 2007. Brasília: CNI. 2007a.

_____. *Superávit na balança comercial e juros altos sustentam valorização do real*. Brasília: CNI - Unidade de Política Econômica. 2007b.

_____. *Comércio exterior em perspectiva*. Vários números. Brasília: CNI. 2007c.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE COMÉRCIO E DESENVOLVIMENTO (UNCTAD). *World Investment Report 2007. Transnational Corporations, Extractive Industries and Development*. UNCTAD. 2007.

COORDENAÇÃO DE CONTAS NACIONAIS (CONAC). *Apresentação da nova série do sistema de contas nacionais, Referência 2000*. Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). 2007. http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pdf/01_apresentacao.pdf.

DIRECCIÓN DE POLÍTICA FISCAL. *Informe de coyuntura fiscal*. Vários números. Assunção: Ministerio de Hacienda. 2006 e 2007. <http://www.hacienda.gov.py>.

ECOLATINA. *Informe económico semanal*. Vários números. Buenos Aires. 2007.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). *Revista da indústria*. Vários números. São Paulo: FIESP. 2007. <http://www.fiesp.com.br>.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). *Boletim de comércio exterior*. Vários números. Rio de Janeiro: FUNCEX. 2007. <http://www.funcex.com.br>.

FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI) *World Economic Outlook: Spillovers and Cycles in the Global Economy*. Washington DC: FMI. 2007a. <http://www.imf.org>.

_____. *World Economic Outlook: Globalization and Inequality, October*. Washington DC: FMI. 2007b.

GARCIA, MARCO AURELIO. *La Opción de Brasil*. Buenos Aires: La Nación. 13 de abril de 2007.

GUADAGNI, ALIETO ALDO. *La triple tenaza energética*. Informe Económico Especial N° 377. Buenos Aires: Econométrica. 2007. <http://www.econometrica.com.ar>.

INSTITUTO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO E NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS (ICONE). *EU and US Policies on Biofuels: Potential Impacts on Developing Countries*. 2007. <http://www.iconebrasil.com.br>.

INSTITUTO PARA A INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE (INTAL). *Relatório MERCOSUL N° 9, 10 e 11*. Série Relatórios Sub-Rregionais de Integração. Buenos Aires: BID-INTAL. 2002, 2005 e 2006. <http://www.iadb.org/intal>.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Boletim de conjuntura*. Vários números. Brasil: 2007. <http://www.ipea.gov.br>.

INTERNATIONAL COURT OF JUSTICE (ICJ). *Case Concerning Pulp Mills On The River Uruguay (Argentina v. Uruguay). Request For The Indication Of Provisional Measures*. ICJ. Janeiro de 2007. <http://www.icj-cij.org>.

KLEIN, LAWRENCE E WENDY MAK. *Current Quarter Model of The Chinese Economy. Bi-Weekly Update on Chinese Economy*. University of Pennsylvania. 14 de setembro de 2007. <http://www.chass.utoronto.ca>.

MERCOSUR ABC. *Economía y comercio exterior*. Vários números. Buenos Aires. 2007.

NOGUEIRA, UZIEL. *Crisis financiera, Ronda Doha y Mercosur. Escenario hacia 2008*. Buenos Aires: MERCOSURABC. 20 de setembro de 2007. *Crisis financiera, OMC y Mercosur*, em Carta Mensal INTAL Nº 133. Buenos Aires: BID-INTAL. Agosto de 2007.

PEÑA, FÉLIX. *Newsletter de negociaciones comerciales internacionales*. Vários números.
<http://www.felixpena.com.ar>.

POOLE, PHILIP. *The Impossible Trinity*. HSBC Global Research. Junho de 2007.

PORTA, FERNANDO. *La internacionalización de las empresas brasileñas en Argentina*. Mimeo. Julho de 2007.

RAMOS, M. ALBERTO. *Latin America: More Than Just a Commodity Play*. Global Economics Paper Nº 157. Goldman Sachs. 2007.

TALVI, ERNESTO. *Beyond Perceptions: Macroeconomics in LAC*. Trabalho apresentado no XXV Encontro da Rede Latino-americana de Bancos Centrais e Ministérios de Economia. Washington DC: BID. Maio de 2007.

SITES

- *The Boston Globe* <http://www.boston.com>
- *Cairns Group* <http://www.cairnsgroup.org>
- Comunidade Andina de Nações (CAN) <http://www.comunidadandina.org>
- Jornal *Clarín* da Argentina <http://www.clarin.com>
- Jornal *El Cronista* da Argentina <http://www.cronista.com>
- Jornal *Infobae* da Argentina <http://www.infobae.com.ar>
- Jornal *La Nación* da Argentina <http://www.lanacion.com.ar>
- Periódico *Prensa Económica* da Argentina <http://www.prensaeconomica.com.ar>
- Jornal *Gazeta Mercantil* do Brasil <http://www.gazetamercantil.com.br>
- Jornal *Valor Econômico* do Brasil <http://www.valoronline.com.br>
- Jornal *El País* do Uruguai <http://www.elpais.com.uy>
- Jornal *La República* do Uruguai <http://www.larepublica.com.uy>
- G8 Summit 2006 <http://en.g8russia.ru>
- *International Centre for Trade and Sustainable Development* <http://www.ictsd.org>

- *Internacional Trade Administration* <http://www.trade.gov>
- Ministério das Relações Exteriores,
Comércio Internacional e Culto da República Argentina <http://www.cancilleria.gov.ar>
- Ministério das Relações Exteriores do Brasil <http://www.mre.gov.br>
- Ministério das Relações Exteriores da
República Oriental do Uruguai <http://www.mrree.gub.uy>
- Organização Mundial do Comércio (OMC) <http://www.wto.org>
- Presidência dos Estados Unidos <http://www.whitehouse.gov>
- Presidência do Uruguai <http://www.presidencia.gub.uy>
- *SICE-Foreign Trade Information System* <http://www.sice.oas.org>
- Site Oficial do MERCOSUL <http://www.mercosur.int>

PUBLICAÇÕES DO INTAL

Publicações Periódicas

Integración & Comercio. Revista semestral (espanhol e inglês) por assinatura o em forma individual.

INTAL Carta Mensal (espanhol, inglês e português - Internet).

Informes Subregionais de Integração

INFORME ANDINO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

CARICOM Report. Publicação anual (inglês).

INFORME CENTROAMERICANO. Publicação anual (espanhol). Versión en inglés: Internet.

INFORME MERCOSUR. Publicação anual (espanhol, inglês e português).

Informes Especiais

Desarrollo rural y comercio agropecuario en América Latina y el Caribe (espanhol, Internet). Paolo Giordano, César Falconi e José María Sumpsi (Comp.) Serie INTAL-INT. 2007

Raúl Prebisch: El poder, los principios y la ética del desarrollo (espanhol e inglês). Serie INTAL-ITD. 2006.

China y América Latina: nuevos enfoques sobre cooperación y desarrollo. ¿Una segunda ruta de la seda? (espanhol). Sergio Cesarin e Carlos Juan Moneta (Comp.). Serie INTAL-ITD. 2005.

Solución de Controversias Comerciales e Inter-Gubernamentales: Enfoques Regionales y Multilaterales (espanhol). Julho Lacarte e Jaime Granados. Serie INTAL-ITD. 2004.

Tributación en el MERCOSUR: Evolución, comparación y posibilidades de coordinación (espanhol). Alberto Barreix e Luiz Villela. 2003.

MERCOSUR: Impacto Fiscal de la Integración Económica (espanhol e português). Luiz Villela, Alberto Barreix e Juan José Taccone (eds.). 2003.

Perspectivas y Desafíos del Proceso de Integración Argentino-Chileno a Diez Años del ACE 16 (espanhol). 2002.

América Latina a principios del Siglo XXI: Integración, Identidad y Globalización. Actitudes y expectativas de las elites latinoamericanas (espanhol, Internet).

INTAL: 35 años de Compromiso con la Integración Regional (espanhol).

Impacto del TLCAN en las exportaciones de prendas de vestir de los países de América Central y República Dominicana (espanhol, Internet).

El impacto sectorial de la integración en el MERCOSUR (espanhol e português). Juan José Taccone e Luis Jorge Garay (Eds.) 1999.

Integración en el Sector Transporte en el Cono Sur (español):

Transporte Terrestre. José Alex Sant'Anna. 1997.

Puertos y vías navegables. Martín Sgut. 1997.

Los ferrocarriles y su contribución al comercio internacional. Ian Thomson. 1997.

Integración energética en el Cono Sur (español). Mario A. Wiegers. 1996.

Documentos de Trabalho

Las relaciones de comercio e inversión entre Colombia y Venezuela (español). Eglé Iturbe de Blanco. INTAL DT-03. 1997.

MERCOSUL e Comércio Agropecuario (português). Ives Chaloult e Guillermo Hillcoat. INTAL DT-02. 1997.

The Integration Movement in the Caribbean at Crossroads: Towards a New Approach of Integration (inglês). Uziel Nogueira. INTAL DT-01. 1997.

Documentos de Divulgação

El Tratado de Libre Comercio entre el Istmo Centroamericano y los Estados Unidos de América. Oportunidades, desafíos y riesgos (español). Eduardo Lizano e Anabel González. INTAL DD-09. 2003.

Los países pequeños: Su rol en los procesos de integración (español). Lincoln Bizzozero e Sergio Abreu. INTAL DD-08. 2000.

Capital social y cultura. Claves olvidadas del desarrollo (español). Bernardo Kliksberg. INTAL DD-07. 2000.

La dimensión cultural: base para el desarrollo de América Latina y el Caribe: desde la solidaridad hacia la integración (español). Alejandra Radl. INTAL DD-06. 2000.

Cómo expandir las exportaciones de los países dentro de una economía globalizada (español). Rubens Lopes Braga. INTAL DD-05. 1999.

Comercio Electrónico: Conceptos y reflexiones básicas (español). Gerardo Gariboldi. INTAL DD-04. 1999.

Evolución institucional y jurídica del MERCOSUR (español). Vicente Garnelo. INTAL DD-03. 1998.

Estado de evolución en la elaboración e implementación de las Normas ISO 14.000 y CODEX Alimentarius (español). Laura Berón. INTAL DD-02. 1997.

Integración y democracia en América Latina y el Caribe (español). Alvaro Tirado Mejía. INTAL DD-01. 1997.

Bases de Datos - Software

DATAINTAL (CD-ROM) Sistema de estadísticas de comercio de América.

Base INTAL MERCOSUR (BIM).

Base de datos bibliográficos (INTEG).

Directorio de las Relaciones Económicas de América Latina y el Caribe con Asia-Pacífico (CD-ROM).

Instrumentos básicos de integración económica en América Latina y el Caribe.

Rueda de Negocios.

SÉRIE Red INT

Rede INTAL de Centros de Pesquisa em Integração (RedINT)

Segunda Convocatória:

Visión microeconómica de los impactos de la integración regional en las inversiones inter e intrarregionales: El caso de la CAN (espanhol- Versão resumida e completa). 2003.

Integración regional e Inversión Extranjera Directa: El caso del MERCOSUR (espanhol- Versão resumida e completa). 2002.

Condiciones y efectos de la IED y del proceso de integración regional en México durante los años noventa: Una perspectiva macroeconómica (espanhol- Versão resumida). 2003.

Primera Convocatoria:

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en la Comunidad Andina: sector lácteo y sector textil (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en Centroamérica: sector lácteo y sector metalmecánico (aparatos eléctricos) (espanhol). 2000.

El impacto sectorial del proceso de integración subregional en el MERCOSUR: sector calzado y sector farmacéutico (espanhol). 2000.

La industria láctea de México en el contexto del Tratado de Libre Comercio de América del Norte (TLCAN) (espanhol). 2000.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT

Documentos de Trabalho - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

The FTAA and the Political Economy of Protection in Brazil and the US (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-12. 2006.

Which "industrial policies" are meaningful for Latin America? (inglês, Internet). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-11. 2006.

Building Regional Infrastructure in Latin America (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD WP-SITI-10. 2005.

La ventana europea: retos de la negociación del Tratado de Libre Comercio de México con la Unión Europea (espanhol e inglês). Jaime Zabłudovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD WP-SITI-09. 2004.

Trade Liberalization and the Political Economy of Protection in Brazil since 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08B. 2004.

The Political Economy of High Protection in Brazil before 1987 (inglês). Marcelo de Paiva Abreu. INTAL-ITD WP-SITI-08A. 2004.

The Food Industry in Brazil and the United States: The Effects of the FTAA on Trade and Investment (inglês). Paulo F. Azevedo, Fabio R. Chaddad e Elizabeth M.M.Q. Farina. INTAL-ITD SITI-WP-07. 2004.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Agenda de institucionalización del MERCOSUR: Los desafíos de un proyecto en crisis (espanhol e inglês). Pedro da Motta Veiga. INTAL-ITD DT-IECI-06E. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inestabilidad cambiaria en el MERCOSUR: Causas, problemas y posibles soluciones (espanhol e inglês). José Luis Machinea. INTAL-ITD DT-IECI-06D. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. MERCOSUR: Dilemas y alternativas de la agenda comercial (espanhol e inglês). Sandra Polónia Rios. INTAL-ITD DT-IECI-06c. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. La inserción del MERCOSUR al mundo globalizado (espanhol e inglês). Juan Ignacio García Pelufo. INTAL-ITD DT-IECI-06b. 2003.

MERCOSUR: EN BUSCA DE UNA NUEVA AGENDA. Informe del relator (espanhol e inglês). Andrew Crawley. INTAL-ITD DT-IECI-06A. 2004.

Estudio sobre las condiciones y posibilidades políticas de la integración hemisférica (espanhol). Adalberto Rodríguez Giavarini. INTAL-ITD DT-IECI-05. 2003.

The Impacts of US Agricultural and Trade Policy on Trade Liberalization and Integration via a US-Central American Free Trade Agreement (inglês). Dale Hathaway. INTAL-ITD WP-SITI-04. 2003.

Agricultural Liberalization in Multilateral and Regional Trade Negotiations (inglês). Marcos Sawaya Jank, Ian Fuchsloch y Géraldine Kutas. INTAL-ITD WP-SITI-03. 2003.

Reciprocity in the FTAA: The Roles of Market Access, Institutions and Negotiating Capacity (inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD-STA WP-SITI-02. 2003.

Alcances y límites de la negociación del Acuerdo de Libre Comercio de las Américas (espanhol e inglês). Herminio Blanco M. e Jaime Zabudovsky K. INTAL-ITD-STA DT-IECI-01. 2003.

Documentos de Trabalho

Integration Options for MERCOSUR: A Quantitative Analysis by the AMIDA Model (inglês, Internet). Renato G. Flôres Jr. e Masakazy Watanuki. INTAL-INT WP-36. 2007.

Nicaragua: inserción internacional en beneficio de la mayoría (espanhol, Internet). Ziga Vodusek, Erick Zeballos, Jaime Granados e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-35. 2007.

Propuesta metodológica para la convergencia del Spaghetti Bowl de reglas de origen (espanhol e inglês, Internet). Rafael Cornejo e Jeremy Harris. INTAL-INT DT-34. 2007.

Fiscal Policy and Equity. Estimation of the Progressivity and Redistribute Capacity of Taxes and Social Public Expenditure in the Andean Countries (inglês, Internet). Alberto Barreix, Jerónimo Roca e Luiz Villela. INTAL-INT WP-33. 2007.

Costa Rica: ante un Nuevo Escenario en el Comercio Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Ziga Vodusek, Alberto Barreix, José Ernesto López Córdova e Christian Volpe. INTAL-INT DT-32. 2007.

Honduras: Desafíos de la Inserción en la Economía Internacional (espanhol, Internet). Jaime Granados, Paolo Giordano, José Ernesto López Córdova, Ziga Vodusek e Alberto Barreix. INTAL-INT DT-31. 2007.

Trade Costs and the Economic Fundamentals of the Initiative for Integration of Regional Infrastructure in South America (IIRSA) (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD WP-30. 2007.

Regional Integration. What is in it for CARICOM? (inglês, Internet). Mauricio Mesquita Moreira e Eduardo Mendoza INTAL-ITD WP-29. 2007.

Emigration, Remittances and Labor Force Participation in Mexico (inglês, Internet). Gordon H. Hanson. INTAL-ITD WP-28. 2007.

La Cooperación al Desarrollo como Instrumento de la Política Comercial de la Unión Europea. Aplicaciones al Caso de América Latina (espanhol, Internet). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD DT-27. 2007.

Mexican Microenterprise Investment and Employment: The Role of Remittances (inglês, Internet). Christopher Woodruff. INTAL-ITD WP-26. 2007.

Remittances and Healthcare Expenditure Patterns of Populations in Origin Communities: Evidence from Mexico (inglês, Internet). Catalina Amuedo-Dorantes, Tania Sainz e Susan Pozo. INTAL-ITD WP-25. 2007.

Leveraging Efforts on Remittances and Financial Intermediation (inglês, Internet). Manuel Orozco e Rachel Fedewa. INTAL-ITD WP-24. 2006.

Migration and Education Inequality in Rural Mexico (inglês, Internet). David McKenzie e Hillel Rapoport. INTAL-ITD WP-23. 2006.

How Do Rules of Origin Affect Investment Flows? Some Hypotheses and the Case of Mexico (inglês, Internet). Antoni Esteveordal, José Ernesto López-Córdova e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-22. 2006.

Chile's Integration Strategy: Is There Room for Improvement? (inglês, Internet) Mauricio Mesquita Moreira e Juan Blyde. INTAL-ITD WP-21. 2006.

Globalization, Migration and Development: The Role of Mexican Migrant Remittances (inglês, Internet) Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD WP-20. 2006.

El desafío fiscal del MERCOSUR (espanhol). Luiz Villela, Jerónimo Roca e Alberto Barreix. INTAL-ITD DT-19. 2005.

Improving the Access of MERCOSUR's Agriculture Exports to US: Lessons from NAFTA (inglês). Pablo Sanguinetti e Eduardo Bianchi. INTAL-ITD WP-18. 2004.

Premio INTAL - Segundo Concurso de Ensayos. La coordinación macroeconómica y la cooperación monetaria, sus costos, beneficios y aplicabilidad en acuerdos regionales de integración (espanhol, inglês e português). Mauricio de la Cuba; Diego Winkelried; Igor Barenboim; Louis Bertone; Alejandro Jacobo e James Loveday Laghi. INTAL-ITD DT-17. 2004.

Los exportadores agropecuarios en un mundo proteccionista: Revisión e implicancias de políticas de las barreras contra el MERCOSUR (espanhol e inglês). Julio J. Nogués. INTAL-ITD DT-16. 2004.

Rules of Origin in FTAs in Europe and in the Americas: Issues and Implications for the EU-Mercosur Inter-Regional Association Agreement (inglês). Antoni Esteveordal e Kati Suominen. INTAL-ITD WP-15. 2004.

Regional Integration and Productivity: The Experiences of Brazil and Mexico (inglês). Ernesto López-Córdova e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD-STA WP-14. 2003.

Regional Banks and Regionalism: A New Frontier for Development Financing (inglês). Robert Devlin e Lucio Castro. INTAL-ITD-STA WP-13. 2002.

Métodos casuísticos de evaluación de impacto para negociaciones comerciales internacionales (espanhol). Antonio Bonet Madurga. INTAL-ITD-STA DT-12. 2002.

Las trabas no arancelarias en el comercio bilateral agroalimentario entre Venezuela y Colombia (espanhol). Alejandro Gutiérrez S. INTAL-ITD-STA DT-11. 2002.

The Outlier Sectors: Areas of Non-Free Trade in the North American Free Trade Agreement (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD-STA WP-10. 2002.

A ALCA no limiar do século XXI: Brasil e EUA na negociação comercial hemisférica (português). Antonio José Ferreira Simões. INTAL-ITD-STA DT-09. 2002.

Metodología para el análisis de regímenes de origen. Aplicación en el caso de las Américas (espanhol). Luis J. Garay S. e Rafael Cornejo. INTAL-ITD-STA DT-08. 2001.

¿Qué hay de nuevo en el Nuevo Regionalismo en las Américas? (espanhol). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA DT-07. 2001.

What's New in the New Regionalism in the Americas? (inglês). Robert Devlin e Antoni Esteveordal. INTAL-ITD-STA WP-06. 2001.

The New Regionalism in the Americas: The Case of MERCOSUR. (inglês). Antoni Esteveordal, Junichi Goto e Raúl Saez. INTAL-ITD WP-05. 2000.

El ALCA y la OMC: Especulaciones en torno a su interacción (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD DT-04. 1999.

Negotiating Preferential Market Access: The Case of NAFTA (inglês). Antoni Esteveordal. INTAL-ITD WP-03. 1999.

Towards an Evaluation of Regional Integration in Latin America in the 1990s (inglês). Robert Devlin e Ricardo Ffrench-Davis. INTAL-ITD WP-02. 1998.

Una evaluación de la homogeneidad macroeconómica y del desarrollo de la región centroamericana (espanhol). Florencio Ballester. INTAL-ITD DT-01. 1998.

Documentos de Divulgação - Iniciativa Especial de Comercio e Integração (IECI)

International Arbitration Claims against Domestic Tax Measures Deemed Expropriatory or Unfair and the Inequitable (inglês, Internet). Adrián Rodríguez. INTAL-ITD OP-SITI-11. 2006.

The Entrance to the European Union of 10 New Countries: Consequences for the Relations with MERCOSUR (inglês). Renato G. Flôres Jr. INTAL-ITD OP-SITI-10. 2005.

Principales retos de la negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: disciplinas en materia de inversión (espanhol). Jaime Zabludovsky e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-09. 2005.

The Production and Financing of Regional Public Goods (inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD OP-SITI-08. 2005.

La armonización de los impuestos indirectos en la Comunidad Andina (espanhol e inglês). Luis A. Arias, Alberto Barreix, Alexis Valencia e Luiz Villela. INTAL-ITD DD-IECI-07. 2005.

La globalización y la necesidad de una reforma fiscal en los países en desarrollo (espanhol e inglês). Vito Tanzi. INTAL-ITD DD-IECI-06. 2004.

La competitividad industrial de América Latina y el desafío de la globalización (espanhol e inglês). Sanjaya Lall, Manuel Albaladejo e Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD SITI-OP-05. 2004.

El nuevo interregionalismo trasatlántico: La asociación estratégica Unión Europea-América Latina (espanhol). Luis Xavier Grisanti. INTAL-ITD/SOE IECI-DD-04. 2004.

Una llave para la integración hemisférica (espanhol e inglês). Herminio Blanco M., Jaime Zabludovsky K. e Sergio Gómez Lora. INTAL-ITD DD-IECI-03. 2004.

Una nueva inserción comercial para América Latina (espanhol e inglês). Martín Redrado e Hernán Lacunza. INTAL-ITD DD-IECI-02. 2004.

La coordinación y negociación conjunta de los países de la Comunidad Andina en el marco del ALCA y la OMC (espanhol). Victor Rico. INTAL-ITD DD-IECI-01. 2004.

Documentos de Divulgação

Agriculture in Brazil and China: Challenges and Opportunities (inglês, Internet) Mario Queiroz de Monteiro Jales, Marcos Sawaya Jank, Shunli Yao e Colin A. Carter. INTAL-ITD OP-44. 2006.

Apertura e inserción internacional en la estrategia de desarrollo de Uruguay (espanhol, Internet). Paolo Giordano e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-43. 2006.

El proceso de negociación de un tratado de libre comercio con Estados Unidos: la experiencia del Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica, Estados Unidos y República Dominicana (espanhol, Internet). Anabel González. INTAL-ITD DD-42. 2006.

International Remittances and Development: Existing Evidence, Policies and Recommendations (inglês, Internet). Ernesto López-Córdova e Alexandra Olmedo. INTAL-ITD OP-41. 2006.

Comercio bilateral Argentina-Brasil: Hechos estilizados de la evolución reciente (espanhol, Internet). Ricardo Carciofi e Romina Gayá. INTAL-ITD DD-40. 2006.

The Relative Revealed Competitiveness of China's Exports to the United States vis á vis other Countries in Asia, the Caribbean, Latin America and the OECD (inglês, Internet). Peter K. Schott. INTAL-ITD OP-39. 2006.

Logros, perspectivas y desafíos de la Cooperación Hemisférica (español e inglés, Internet). Roberto Iannelli. INTAL-ITD DD-38. 2006.

Libre Comercio en América Central: ¿Con quién y para qué? Las implicancias de CAFTA (español, Internet). Manuel Agosin e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-37. 2006.

Fear of China: Is there a Future for Manufacturing in Latin America? (inglés, Internet). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-36. 2006.

The Role of Geography and Size (inglés, Internet). David Hummels. INTAL-ITD OP-35. 2006.

Assessing the Impacts of Intellectual Property Rights on Trade Flows in Latin America (inglés, Internet). Juan S. Blyde. INTAL-ITD OP-34. 2006.

Recientes innovaciones en los regímenes de origen y su incidencia en el proceso de verificación: el caso del CAFTA. (español) Rafael Cornejo. INTAL-ITD DD-33. 2005.

Achievements and Challenges of Trade Capacity Building: A Practitioner's Analysis of the CAFTA Process and its Lessons for the Multilateral System (inglés) Eric T. Miller. INTAL-ITD OP-32. 2005.

Una aproximación a desarrollo institucional del MERCOSUR: sus fortalezas y debilidades (español) Celina Pena e Ricardo Rozemberg. INTAL-ITD DD-31. 2005.

Jamaica: Trade, Integration and the Quest for Growth (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-30. 2005.

Trade Related Capacity Building: An Overview in the Context of Latin American Trade Policy and the MERCOSUR-EU Association Agreement (inglés). Robert Devlin e Ziga Vodusek. INTAL-ITD OP-29. 2005

Barbados: Trade and Integration as a Strategy for Growth (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-28. 2004.

Mirando al MERCOSUR y al mundo: Estrategia de comercio e integración para Paraguay (español). Paolo Giordano. INTAL-ITD DD-27. 2004.

El tratamiento de las asimetrías en los acuerdos de integración regional (español). Paolo Giordano, Mauricio Mesquita Moreira e Fernando Quevedo. INTAL-ITD DD-26. 2004.

Centroamérica: La programación regional (2001) y las actividades del Banco (2001-2003) (español). Ennio Rodríguez. INTAL-ITD DD-25. 2004.

Brazil's Trade Liberalization and Growth: Has it Failed? (inglés). Mauricio Mesquita Moreira. INTAL-ITD OP-24. 2004.

Trinidad and Tobago: Trade Performance and Policy Issues in an Era of Growing Liberalization (inglés). Anneke Jessen e Christopher Vignoles. INTAL-ITD OP-23. 2004.

The Trade and Cooperation Nexus: How does Mercosur-EU Process Measure Up? (inglés). Robert Devlin, Antoni Estevadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD-STA OP-22. 2003.

Desigualdad regional y gasto público en México (español). Rafael Gamboa e Miguel Messmacher. INTAL-ITD-STA DD-21. 2003.

Zonas Francas y otros regímenes especiales en un contexto de negociaciones comerciales multilaterales y regionales (español e inglés). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-20. 2003.

The External Dimension of MERCOSUR: Prospects for North-South Integration with the European Union (inglés). Paolo Giordano. INTAL-ITD-STA OP-19. 2003.

Regional Aspects of Brazil's Trade Policy (inglés). Eduardo A. Haddad (Coord.), Edson P. Domínguez e Fernando S. Perobelli. INTAL-ITD-STA OP-18. 2002.

El proceso de integración Argentina-Brasil en perspectiva: El ciclo cambiario y la relación público-privada en Argentina (español). Ricardo Rozemberg e Gustavo Svarzman. INTAL-ITD-STA DD-17. 2002.

A Study on the Activities of IFIs in the Area of Export Credit Insurance and Export Finance (inglés). Malcom Stephens e Diana Smallridge. INTAL-ITD-STA OP-16. 2002.

Diseños institucionales y gestión de la política comercial exterior en América Latina (espanhol). Jacint Jordana e Carles Ramió. INTAL-ITD-STA DD-15. 2002.

Mercosul em sua primeira década (1991-2001): Uma avaliação política a partir do Brasil (português). Paulo Roberto de Almeida. INTAL-ITD-STA DD-14. 2002.

El proceso de formulación de la Política Comercial. Nivel uno de un juego de dos niveles: Estudios de países en el Hemisferio Occidental (espanhol e inglês). INTAL-ITD-STA OP-13. 2002.

Hacia una nueva alianza de comercio e inversión entre América Latina y Asia-Pacífico (espanhol, Internet). Mikio Kuwayama. INTAL-ITD-STA DD-12. 2001 (também disponível em inglês).

Regional Public Goods in Official Development Assistance (inglês). Marco Ferroni. INTAL-ITD-STA OP-11. 2001.

Breaking from Isolation: Suriname's Participation in Regional Integration Initiatives (inglês). Anneke Jessen e Andrew Katona. INTAL-ITD-STA OP-10. 2001.

NAFTA and the Mexican Economy: Analytical Issues and Lessons for the FTAA (inglês). J. Ernesto López-Córdova. INTAL-ITD-STA OP-09. 2001.

La integración comercial centroamericana: Un marco interpretativo y cursos de acción plausible (espanhol). Jaime Granados. INTAL-ITD-STA DD-08. 2001.

Negotiating Market Access between the European Union and MERCOSUR: Issues and Prospects (inglês). Antoni Esteveadeordal e Ekaterina Krivonos. INTAL-ITD OP-07. 2000.

The Free Trade Area of the Americas and MERCOSUR-European Union Free Trade Processes: Can they Learn from Each Other? (inglês). Robert Devlin. INTAL-ITD OP-06. 2000.

The FTAA: Some Longer Term Issues (inglês). Robert Devlin, Antoni Esteveadeordal e Luis Jorge Garay. INTAL-ITD OP-05. 1999.

Financial Services in the Trading System: Progress and Prospects (inglês). Eric Miller. INTAL-ITD OP-04. 1999.

Government Procurement and Free Trade in the Americas (inglês). Jorge Claro de la Maza e Roberto Cambor. INTAL-ITD OP-03. 1999.

The Caribbean Community: Facing the Challenges of Regional and Global Integration (inglês). Anneke Jessen e Ennio Rodríguez. INTAL-ITD OP-02. 1999.

ALCA: Un proceso en marcha (espanhol). Nohra Rey de Marulanda. INTAL-ITD DD-01. 1998.

PUBLICAÇÕES INTAL-INT-SOE

Euro-Latin Study Network on Integration and Trade (ELSNIT)

Issues Papers. Third Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2006.

Issues Papers. Second Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2005.

Issues Papers. First Annual Conference (inglês). INTAL-ITD-SOE. 2004.

PUBLICAÇÕES DE INT

Documentos de Trabalho

La infraestructura de transporte en América Latina. Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 220. Julho 1997, (também disponível em inglês).

Convergence and Divergence Between NAFTA, Chile, and MERCOSUR: Overcoming Dilemmas of North and South American Economic Integration. Raúl A. Hinojosa-Ojeda, Jeffrey D. Lewis e Sherman Robinson. Working Paper # 219. Maio 1997.

Hacia el libre comercio en el Hemisferio Occidental: El proceso del ALCA y el apoyo técnico del Banco Interamericano de Desarrollo. Enrique V. Iglesias. Documento de Trabajo # 218. Julho 1997 (também disponível em inglês).

Economic Integration and Equal Distribution. Willem Molle. Working Paper # 216. Maio 1997.

What can European Experience Teach Latin America About Integration. L.A. Winters. Working Paper # 215. Maio 1997.

Facts, Fallacies and Free Trade: A Note on Linking Trade Integration to Labor Standards. Donald J. Robbins. Working Paper # 214. Maio 1997.

MERCOSUR: Logros y desafíos. Carlos Sepúlveda e Arturo Vera Aguirre. Documento de Trabajo # 213. Setembro 1997 (também disponível em inglês).

De Miami a Cartagena: nueve enseñanzas y nueve desafíos. Robert Devlin e Luis Jorge Garay. Documento de Trabajo # 210. Julho 1996 (também disponível em inglês).

El Mercado Común del Sur: MERCOSUR. Martín Arocena. Documento de Trabajo # 203. Setembro 1995 (também disponível em inglês).

Publicações Especiais

Nota Periódica sobre Integración y Comercio en América (disponível em espanhol e inglês, e as versões 1997 disponível em português).

El Euro y su efecto sobre la economía y la integración en América Latina y el Caribe. Roberto Zahler. Trabalho apresentado en el seminario "El Euro y su impacto internacional" con ocasión de la 40ª Asamblea de Gobernadores do BID. Francia, Março 16, 1999 (também disponível em inglês).

Separata del Informe de 1996 sobre Progreso Económico y Social en América Latina. Parte II, Capítulo 2: Liberalización comercial. 1996 (também disponível em inglês).

Unión Económica y Monetaria Europea: Avances recientes y posibles implicaciones para América Latina y el Caribe. Março 1997 (também disponível em inglês).

Globalización e Integración Regional: consecuencias para América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en el Seminario sobre "Una visión crítica de la globalidad", México D.F., Novembro 1997 (também disponível em inglês).

Protección, desgravación preferencial y normas de origen en las Américas. Luis Jorge Garay e Antoni Esteveordal. Junho 1995 (também disponível em inglês).

El nuevo rostro de la integración regional en América Latina y el Caribe. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en la Conferencia Anual del Banco Mundial sobre Desarrollo en América Latina y el Caribe, Montevideo, Julho 1997 (também disponível em inglês).

El Área de Libre Comercio de las Américas: De Miami a Belo Horizonte. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en el III Foro Empresarial de las Américas, Belo Horizonte, Maio 1997 (inglês, espanhol e português).

Asociación Transpacífica: El papel de América Latina. Discurso dado por Enrique V. Iglesias en la XII Reunión General Internacional del Consejo de Cooperación Económica del Pacífico (PECC XII), Santiago, Setembro 1997 (também disponível em inglês).

